

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NA CÂMARA
FEDERAL: PROCESSO REPRESENTATIVO, INSTITUIÇÕES E
POPULISMO DE DIREITA**

Leonardo Aires de Castro

SÃO CARLOS, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Leonardo Aires de Castro

**Representação Política de Mulheres na Câmara Federal: Processo
Representativo, Instituições e Populismo de Direita**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, como requisito final para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientação: Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga

SÃO CARLOS, 2022.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado do candidato Leonardo Aires de Castro, realizada em 03/06/2022.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)

Profa. Dra. Simone Diniz (UFSCar)

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (UFSCar)

Profa. Dra. Teresa Sacchet (UFBA)

Profa. Dra. Marlise Míriam de Matos Almeida (UFMG)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

**Dedico esta tese a dona Anna Ferreira dos Santos.
Apenas saudades e muito amor.**

AGRADECIMENTOS

À Jéssica da Silva Dantas, minha companheira ao longo de toda essa jornada, por toda a abdicação e resiliência, pela companhia e apreço, afeto e paciência. Você carregou o peso dos meus piores momentos e facilitou que eu chegasse até aqui. Cumprimos mais uma etapa dessa caminhada que escolhemos trilhar juntos. Muito obrigado pelo seu amor. Agora só nos resta o mundo todo!

Aos meus pais, Sandra Virgínia Aires Costa Castro e José Saturnino de Castro, pelo incansável apoio, incentivo e, principalmente, por acreditarem no meu sonho. Essa conquista é de vocês dois, por confiarem nos estudos de seus filhos!

Aos meus irmãos, Diego Aires de Castro e Bruno Aires de Castro. Ao primeiro por toda sabedoria e conhecimento que sua existência me agraciou, fazendo-me uma pessoa melhor. Ao segundo, pela melhor amizade que um irmão poderia pedir para o outro.

Aos meus familiares, na pessoa das minhas queridíssimas avós Nancy Maria Aires e Wanda Torquato da Silva, meu muito obrigado.

A todos que perdemos nessa caminhada e por causa da pandemia, na pessoa da minha amada avó Anna Ferreira dos Santos. Uma pessoa ímpar, que torceu por mim durante toda a minha vida e que tinha certeza que eu chegaria onde quisesse. Vó, eu terminei a tese!

Aos meus pais de consideração (sogra e sogro), Kátia Regina da Silva Dantas e Edvaldo Dantas, meu agradecimento profundo por todo apoio.

Aos meus irmãos e irmã de consideração, Kellen Rabello, Lucas Dantas e Rafael Dantas, meu fraterno abraço.

Às minhas amigas e amigos que levo comigo, que ao longo de anos de ausências, presenças, desavenças e tudo mais, mantiveram-se na esperança que eu melhorasse. Sinto muito, isso não ocorrerá, mas vocês estão fadados ao meu carinho e amor.

Aos amigos e amigas chaves desta tese, que leram o trabalho ou compartilharam minha dor, meu sofrimento, meu adoecimento progressivo visto nitidamente por todos esses anos, enfim, que celebram comigo esta vitória: Fabiana Cristina dos Santos de Sousa, Lucilly Caetano, Afonso Paiva Neto, Bruna Ferrari, Flávio Contrera, Kaique Cardoso, Jaqueline Borges, Bárbara Lima, Renato Aires, Joanna Baptistella, Daniel Ferreira, Bruna Bledoff, Marco Antônio, Camila Netto, Rodolpho Machado, Larissa Sampaio, Elder Luiz, João Henrique, Juliane Carvalho, Marcelo Victor, entre tantos outros e outras que contribuíram com essas linhas, meu muito obrigado!

A todos no Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latino-Americanos, na pessoa da minha orientadora Maria do Socorro Sousa Braga, que tanto me ajudou nesses últimos seis anos da minha trajetória acadêmica. Espero sempre poder contribuir!

À Universidade de Cornell, nas pessoas de William (Bill) Phelan, que me acolheu e facilitou minha jornada como Visiting Scholar, meu supervisor Kenneth Roberts, que abriu as portas

para uma das melhores experiências da minha vida e a Rafael Torralvo, por toda ajuda e companhia.

Às professoras e professores que aceitaram o convite para esta banca, Dra. Simone Diniz, Dra. Teresa Sacchet, Dra. Marlise Matos e Dr. Gabriel Ávila Casalecchi.

À toda mulher que lutou pela justiça, igualdade e reconhecimento na política, abrindo espaço para tantas outras que virão, na pessoa da eterna presidenta Dilma Vana Rousseff.

A todos os companheiros que fizeram uma pós-graduação ao longo dos últimos anos, principalmente durante a pandemia. Sobreviveremos a todo o retrocesso e seremos lembrados por conseguir alcançar nossos títulos em um dos momentos mais tristes e difíceis da realidade brasileira.

Finalmente, à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), que financiou minha pesquisa sob número 2017/26776-6. Muito obrigado!

Tudo que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte.

- *Poulain de La Barre*

Representação Política de Mulheres na Câmara Federal: Processo Representativo, Instituições e Populismo de Direita

RESUMO: A partir do entendimento da perspectiva teórica do Institucionalismo Feminista de que as instituições se estruturam em valores masculinos que atrapalham o desenvolvimento da representação política feminina, a tese teve como objetivo o estudo da representação feminina na Câmara Federal de 2003 a 2019, analisando-a como um processo institucional que responde a diversos incentivos. Nos perguntamos se a presença de mulheres nesta instituição compreende uma lógica sobre a representação descritiva e se a vitória eleitoral de governos populistas de direita impacta na produção legislativa sobre questões de gênero. Nosso argumento articula que a representação feminina não é linear, de forma que a sua presença no contexto político não necessariamente se traduz em política substantiva e, em condições de ascensão de líderes e valores populistas de direita, as pautas sobre gênero podem ser capturadas. Ao longo da tese construímos um apanhado teórico e utilizamos uma metodologia mista para investigar o processo de representação de mulheres no país e o impacto de governos populistas nas agendas sobre questões de gênero, esse último ponto a partir de uma pesquisa comparada com os Estados Unidos da América. Indicamos que a representação de mulheres no Brasil encontra dificuldade em se efetivar pelas mãos das deputadas eleitas por causa de obstáculos institucionais, visto a baixa quantidade de mulheres nessa arena e as estruturas que impedem e constroem a efetivação de suas ações. Por outro lado, governos populistas de direita tiveram impacto positivo no número de eleitas, mas não necessariamente na produção de matérias relacionadas a questões de gênero, a depender do arranjo institucional, visto que no Brasil houve um impacto negativo e nos EUA um impacto positivo.

Palavras-chaves: Institucionalismo Feminista; Representação Política; Gênero; Agenda Legislativa.

Political Representation of Women in the House of Representatives: Representative Process, Institutions and Right-wing Populism

ABSTRACT: Using the theoretical perspective of Feminist Institutionalism, in which institutions are structured in masculine values that creates barriers for women political representation, we aimed to study women representation in the Brazilian Federal Chamber from 2003 to 2019, analyzing political representation as an institutional process that responds to numerous incentives. We ask if the women's presence in this institution involves descriptive representation and if the electoral victory of populist governments impacts the legislative production on gender issues. Our argument articulates that women's representation is not linear, so their presence in the political arena does not necessarily translate into substantive politics and, in circumstances of right-wing populist leaders and values rises, gender agendas may be captured. Throughout the thesis we built a theoretical overview and used a mixed methodology to investigate the process of women representation in Brazil and the impact of populist governments on gender issues agenda, using comparative research between Brazil and the United States of America. We indicate that women representation in Brazil finds it difficult to be carried out at the hands of elected deputies because of institutional obstacles, given the low number of women in this arena and the structures that prevent and constrain the effectiveness of their actions. On the other hand, right-wing populist governments had a positive impact on the number of women elected, but not necessarily on the production of gender issues agenda by parliament, depending on the institutional arrangement, since in Brazil there was a negative impact and in the United States a positive impact.

Palavras-chaves: Feminist Institutionalism; Political Representation; Gender; Legislative Agenda.

LISTAS DE ABREVIACÕES

Partidos Políticos

CD – Cidadania
DC – Democracia Cristã
DEM – Democratas
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB – Partido Comunista do Brasil
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PMB – Partido da Mulher Brasileira
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PDS – Partido Democrático Social
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PT – Partido dos Trabalhadores
PHS – Partido Humanista da Solidariedade
PL – Partido Liberal
NOVO – Partido Novo
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PSC – Partido Social Cristão
PSD – Partido Social Democrático
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PV – Partido Verde
PODE – Podemos
PP – Progressistas
REDE – Rede Sustentabilidade
SD – Solidariedade
PSN – Partido da Solidariedade Nacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Votos para Mulheres de 1998 a 2018 no Brasil.	59
Figura 2: Gráficos de Dispersão de Campanha em Razão das Votações entre 2002 e 2018 ...	96
Figura 3: Agenda Legislativa de Mulheres e Homens deputadas entre 2002 e 2020	140
Figura 4: Proporção de Matérias Legislativas Iniciadas pelas Deputadas Federais entre 2002 e 2020	141
Figura 5: Proporção de Matérias Legislativas Iniciadas pelos Deputados Federais entre 2002 e 2020	142
Figura 6: Matérias Legislativas Iniciadas por Partido Político e Ideologia.....	143
Figura 7: Mulheres Candidatas para a Casa dos Representantes nos Estados Unidos de 1976 a 2018.	170
Figura 8: Mulheres Vitoriosas Candidatas para a Casa dos Representantes nos Estados Unidos de 1976 a 2018.	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Histórico Eleitoral Feminino no Brasil de 1986 a 2018	51
Gráfico 2: Proporção de Candidaturas Femininas no Brasil de 1986 a 2018	55
Gráfico 3: Proporção de Gênero e Classe Social	84
Gráfico 4: Proporção de Gênero e Ideologia Partidária	86
Gráfico 5: Proporção de Gênero e Região	88
Gráfico 6: Proporção de Gênero e Despesa de Campanha em Quartil.....	89
Gráfico 7: Tipos de Trajetórias de Mulheres Deputadas Federais entre a 52 e 55 Legislatura	121
Gráfico 8: Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Lideranças na Câmara dos Deputados e Carreiras Políticas	125
Gráfico 9: Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Comissões Ocupadas na Câmara dos Deputados e Carreiras Políticas	126
Gráfico 10: Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Carreiras Políticas e Reeleição.....	127
Gráfico 11: Produção de Leis por Ano e Gênero no Brasil	178
Gráfico 12: Produção de Leis por Ano e Gênero nos Estados Unidos.....	179
Gráfico 13: Agenda Genereficada Introduzida no Brasil por Ideologia e Gênero de 2003 a 2019	183
Gráfico 14: Agenda Genereficada Introduzida nos Estados Unidos por Partido Político e Gênero de 2003 a 2019	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variáveis Dependentes e Independentes dos Modelos Estatísticos.....	80
Tabela 2: Resultados Regressão Linear Múltipla e Probit nas Eleições dos Anos 2002 até 2018 – Modelo 1	97
Tabela 3: Resultados Regressão Linear Múltipla e Probit nas Eleições dos Anos 2002 até 2018 – Modelo 2	99
Tabela 4: Grupos (capitais) de Carreiras das Deputadas Federais Esquematizado:	111
Tabela 5: Espectro Ideológico das Deputadas Federais	113
Tabela 6: Pertencimento Partidário das Deputadas Federais.....	114
Tabela 7: Região Federativa das Deputadas Federais	115
Tabela 8: Nível Educacional Declarado das Deputadas Federais	116
Tabela 9: Graduação Superior Declarada das Deputadas Federais.....	116
Tabela 10: Profissão Declarada das Deputadas Federais	117
Tabela 11: Cor Declarada e Heteroclassificada das Deputadas Federais.....	118
Tabela 12: Proporção do Destino das Matérias Iniciadas por Mulheres e Homens na Câmara dos Deputados de 2002 até 2020.....	145
Tabela 13: Proporção do Regime das Matérias Iniciadas por Mulheres e Homens na Câmara dos Deputados de 2002 até 2020.....	146
Tabela 14: Proporção de Áreas das Matérias Iniciadas por Mulheres e Homens na Câmara dos Deputados de 2002 até 2020	147
Tabela 14: Proporção de Grupo, Área e Número de Matérias de 2003 a 2020	149
Tabela 16: Proporção de Área, Grupo e Número de Matérias de 2003 a 2020	153
Tabela 17: Palavras-Chave buscadas nos Repositórios de Projetos de Lei (PL) na Câmara Federal do Brasil de 2003 a 2019.....	180
Tabela 18: Palavras-Chave buscadas nos Repositórios de Projetos de Lei (Bill) na House of Representatives dos Estados Unidos de 2003 a 2019.....	180

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. INSTITUIÇÕES E GÊNERO: UMA REVISÃO TEÓRICA DO INSTITUCIONALISMO FEMINISTA PARA O BRASIL	27
2.1. AS RAÍZES DO INSTITUCIONALISMO FEMINISTA	27
2.2. GÊNERO NO INSTITUCIONALISMO FEMINISTA	30
2.3. FERRAMENTAS DE ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES GENEREFICADAS	33
2.4. O INSTITUCIONALISMO FEMINISTA EM PRÁTICA	40
2.5. REPRESENTAÇÃO FEMININA NO BRASIL: HISTÓRICO, OBSTÁCULOS E LACUNAS	47
2.6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	59
3. OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS AO ACESSO DE MULHERES NA CÂMARA FEDERAL	61
3.1. DAS INSTITUIÇÕES ELEITORAIS E SEUS OBSTÁCULOS	61
3.2. VARIÁVEIS INDEPENDENTES, HIPÓTESES PARA A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA E METODOLOGIA	66
3.3. DADOS DESCRITIVOS SOBRE AS COMPETIDORAS AO CARGO DE DEPUTADA FEDERAL DE 2002 A 2018	82
3.4. OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS AO ACESSO REPRESENTATIVO DE MULHERES NA CÂMARA FEDERAL	90
3.5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES	101
4. O PERFIL DAS MULHERES DEPUTADAS FEDERAIS DE 2003 A 2018	102
4.1. ROMPENDO O TETO DE VIDRO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA	102
4.2. SOBRE O MÉTODO PROSOPOGRÁFICO E O USO DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA	106
4.2. CLASSIFICANDO TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: CAPITAL POLÍTICO, FAMILIAR, MUDIÁTICO E RELIGIOSO	108
4.4. DADOS DESCRITIVOS DAS DEPUTADAS FEDERAIS	113
4.5. A CARREIRA POLÍTICA FEMININA NA CÂMARA FEDERAL DO BRASIL DE 2002 A 2018	119
4.6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES QUANTO A CARREIRA POLÍTICA DAS DEPUTADAS FEDERAIS DE 2002 A 2018	128
5. PRODUÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA FEDERAL DE 2003 A 2018 SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO	130
5.1. REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E AGENDA LEGISLATIVA SOB A ÓTICA DO GÊNERO	130
5.2. MATERIAIS E MÉTODOS	137

5.3	AGENDA LEGISLATIVA E GÊNERO _____	137
5.4	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES _____	156
6.	<i>QUESTÕES DE GÊNERO E IMPACTOS SOBRE A AGENDA LEGISLATIVA PÓS ASCENSÃO POPULISTA DE DIREITA NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS</i> _____	158
6.1	CONQUISTA ELEITORAL DO POPULISMO DE DIREITA NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS _____	161
6.2	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NAS CASAS LEGISLATIVAS _____	168
6.3	QUESTÕES DE GÊNERO E PROCESSO REPRESENTATIVO _____	173
6.4	ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS _____	176
6.5	AGENDA LEGISLATIVA, REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E QUALIDADE DEMOCRÁTICA _____	181
6.6	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: IMPACTOS E BALANÇO _____	185
7.	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i> _____	187
8.	<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i> _____	191

1. INTRODUÇÃO

Não é novidade que mulheres encontram inúmeras dificuldades para acessar as instâncias decisórias políticas no Brasil. A sub-representação de vozes femininas na Câmara Federal¹ é um tema primordial no debate político e na academia. As razões dessa distorção representativa em números já foram abordadas sob vários aspectos. São diversos os percalços que as mulheres enfrentam, muitos deles culturais, tais como o machismo, patriarcalismo, sexismo e outras relações que imprimem uma desigualdade estrutural na vida política entre os gêneros, que são primordiais para compreendermos essa sub-representação.

Entretanto, são os institucionais que criam os obstáculos imediatos na política, com a transposição dos valores da sociedade para dentro das instituições. Problemas em relação a competição eleitoral (ÁLVARES, 2008; CARLOMAGNO; CODATO, 2018), distorções no financiamento de campanha (HOROCHOVSKI et al., 2016; SACCHET; SPECK, 2012), as cotas eleitorais (ARAÚJO, 2001a; SACCHET, 2012), a escolha de candidatos pelos partidos políticos (ARAÚJO, 2005; CAMINOTTI, 2016), modelos eleitorais e sistemas políticos (ARAÚJO; ALVES, 2007a; LARSERUD; TAPHORN, 2007), tudo isso insurge contra esse grupo minorizado que é foco de um amplo debate na Ciência Política.

Com base nesses dilemas, associando o afastamento das mulheres nas esferas representativas com impactos na qualidade da democracia e conquista/manutenção de direitos, devemos averiguar se a presença dessas nas esferas decisórias impactam a representação substantiva deste grupo. Esse objetivo compreende um profundo debate sobre instituições, representação descritiva. Logo, o escopo desta tese é construir uma tentativa de mapeamento do processo representativo brasileiro das mulheres, levando em consideração a trajetória e ação delas nas diferentes instituições que constroem esta realidade, a fim de discutir e testar uma importante dimensão da teoria política, qual seja, em termos comumente utilizados nessa área, “devem mulheres representar mulheres” (MANSBRIDGE, 1999).

Não por menos as eleições de 2018 foram repletas de menções a conceitos como “gênero” e “grupos minorizados”, em um notável processo de reação conservadora de parte do

¹ Nesta tese utilizaremos o nome “Câmara Federal” para identificar a Câmara dos Deputados. Isto é devido ao requerimento apresentado pelas deputadas federais Erika Kokay e Gleisi Hoffmann, para que seja acrescido a Proposta de Emenda à Constituição n° 125, de 2011, a alteração da designação da Câmara dos Deputados por Câmara Federal. O autor deste texto acredita que é fundamental que símbolos sejam modificados para reforçar a importância da paridade de gêneros política.

eleitorado, patrocinado pelo então candidato a presidência da República, Jair Messias Bolsonaro. A saliência desses temas nos anos a seguir foram fundamentais para fortalecer o debate sobre acesso representativo de mulheres na política nacional e internacional, visto que o processo que transcorreu no Brasil também se repetiu em outros contextos e países².

O nosso problema reside justamente nessa prerrogativa, ou seja, seria a presença dessas mulheres no legislativo a resposta das incongruências políticas as quais estão expostas, sejam elas de qualquer ordem: segurança, saúde, educação, oportunidades, acesso à justiça, acesso ao legislativo e afins. Desse modo, buscamos responder às seguintes indagações: **a presença feminina na Câmara Federal resulta em uma produção direcionada às mulheres na sociedade civil, no sentido da representação descritiva e qual o impacto dessa produção na agenda congressual sobre gênero após a ascensão de lideranças populistas de direita avessas a essas pautas?**

A representação política é um dos temas de maior relevância no cenário de estudos da Ciência Política nacional e internacional. O Brasil congrega uma importante agenda sobre instituições, gênero e representação política. Assim, autoras e autores investigam questões eleitorais como financiamento de campanha (MENEGUELLO et al., 2012; SACCHET; SPECK, 2012), desafios culturais e sociais (ARAÚJO; SCALON, 2006; SACCHET, 2009), questões partidárias (ARAÚJO, 2005; MIGUEL; QUEIROZ, 2006; (SACCHET, 2005, 2011), seleção de candidatos (ARAÚJO, 2010; ÁLVARES, 2008), regras e estrutura eleitoral (HTUN, 2001; MIGUEL; BIROLI, 2010; VOGEL, 2005), discurso e mídia (FINAMORE; CARVALHO, 2006), cotas de gênero (ARAÚJO, 2001; ARAÚJO; ALVES, 2007; COSTA; BOLOGNESI; CODATO, 2013; BOHN, 2009; MIGUEL, 2008;), processo legislativo (PINHEIRO, 2007) entre outras importantes dimensões dessa área de pesquisa.

Podemos, por meio desse pequeno excerto de pesquisas, traçar as linhas de análises estruturadas no Brasil sobre acesso de mulheres na Câmara dos Deputados, utilizando a perspectiva dos estudos feministas, mas com pouca capilaridade entre os estudos neo-institucionalistas. O uso de ferramentas ligadas às escolas tradicionais do novo institucionalismo para estudar as relações de gênero dentro da lógica institucional do país ainda é incipiente frente a tradição internacional. Por mais que tenhamos consolidado um caminho produtivo nessa área, precisamos adicionar novas abordagens para discutirmos problemas já

² Para mais informações sobre esse debate sugiro a leitura da obra: INGLEHART, Ronald F.; NORRIS, Pippa. *Trump, Brexit, and the rise of populism: Economic have-nots and cultural backlash*. 2016.

muito conhecidos. Após 25 anos de implementação das políticas de cotas de gênero partidária no Brasil e inúmeras mudanças legislativas e judiciais referente a solidificação do mecanismo e de estruturas punitivas para o descumprimento do mesmo, ainda não alcançamos sequer ¼ do legislativo com a presença feminina. Logo, torna-se necessário observar esse problema de maneira multidimensional, olhando para as instituições.

Sendo assim, para compreendermos o que trataremos sobre representação, instituições e democracia partimos da abordagem de um trabalho clássico sobre representação política, por Hanna Pitkin (PITKIN, 1967) “O Conceito de Representação”. Seu principal argumento opera dentro de uma lógica de mudança da representação como um conceito formal para um arranjo institucional público que garanta ações sociais que efetivamente represente o eleitorado. Logo, muito além de compreender as dinâmicas internas de um parlamento, é necessário também saber identificar como determinado modelo opera na lógica da transformação do voto em ação política, da vontade do eleitor para a instrumentalização do eleito.

A autora busca discutir as noções de representação, pontuando quatro modelos: formalístico; simbólico; descritivo, e; substantivo. Cada qual opera dentro de uma forma específica de troca de capital político e de ação política do eleito³. Nesta tese nos atentamos em explorar as quatro dimensões, mas focamos principalmente em duas formas, descritiva e substantiva, a fim de contextualizar as diferentes concepções do termo⁴.

Pitkin (1967) compreende que a visão formalista é aquela em que, em termos gerais, a “autorização” se caracteriza como o alicerce da representação. Logo, os representados autorizam os representantes a os representarem, por algum canal de validação (eleições) e somente por meio dele. Logo, nesse perfil a representação é uma mera abertura de interesses

³ Ou seja, em cada um desses conceitos há uma forma de encarar como ocorre a representação e como ela implica em resultados práticos para o eleitorado. Não se trata, portanto, de um modelo prático imediato, e sim tipos ideais que operam dentro de uma conjuntura de possibilidades e ações reais. Eles podem tanto ser manejados como categorias de análise, ou utilizados como bandeiras políticas, para afastar ou aproximar o eleitorado do eleito.

⁴ Há de ressaltar que outros modelos e dimensões de representação foram desenvolvido desde a obra de Pitkin, mais complexos e que abordam conceitos contemporâneos de representação política, mas não farão parte da análise (MANSBRIDGE, 2011). Por exemplo, temos a representação emprestada que ocorre quando um membro do parlamento representa indivíduos e grupos que não estão ligados a ele por vias eleitorais tradicionais, seja territorial ou por identidade. Dessa forma, a deputada agiria para beneficiar determinado grupo mesmo não compartilhando nenhuma relação eleitoral com ele. Essa noção é facilmente identificada como representação substantiva, porém, como propõe Mansbridge (1999), são necessários duas dimensões, quais sejam, baixa presença do grupo no parlamento e experiências em comum do eleito com a minoria a ser representada da sociedade civil, operando na lógica da ação de um indivíduo para um grupo. Entretanto, a representação emprestada não gera, necessariamente, um aumento da política substantiva e, muito menos, está ligada positivamente a representação de minorias sociais. Talvez seja essa a explicação dos eventos marcados nesta pesquisa. Pois, para haver representação emprestada, as deputadas federais devem se comprometer ativamente com os interesses das mulheres na sociedade civil, agindo de forma assertiva na agenda de promoção dos direitos civis, políticos e sociais desse grupo (TREMBLAY, 2006).

para o representante, ou seja, um papel em branco. Ela é compreendida pela autora a partir de duas vertentes, a da autorização e da *accountability* que se fundamenta na prestação de contas do incumbente na eminência de um novo período eleitoral, ou durante seu mandato como um todo.

No histórico debate sobre representação, a visão formalística é sempre manejada como o modelo mais apropriado para exercer a dinâmica política, ou ao menos, a mais simplificada e “justa”, advogando em um sentido liberal da discussão. Vale apontar que do ponto de vista institucional esse modelo é de grande valia ao buscarmos relações causais entre a escolha do agente político e a orientação do seu eleitorado, visto que podemos medir o sucesso daquela ação a partir da continuidade eleitoral ou não do político no próximo pleito. É por isso que, em grande parcela de trabalhos da escolha racional, tal modelo de representação é indicado.

Pitkin lança aponta os limites da representação formalística, pois identifica não haver indícios que ela venha a compreender as nuances representativas, passando a defender uma postura mais substantiva, em que o representante age por algo (*acting for*) e defende algo (*standing for*) (PITKIN, 1967). Essa visão substantiva, na interpretação de Loureiro (2009) busca indicar determinada orientação de substituição e ação que, prescindindo da presença real do indivíduo e de seu grupo, o representante passa a agir e defender o que beneficia seu eleitorado. Essa defesa perpassa por um critério subjetivo do próprio eleito que estrutura as políticas públicas dentro do espectro de aceitação e possibilidade que possa ser admissível pela sua comunidade e, conseqüentemente, motor de uma reeleição, o que será chamado de representação substantiva, analisada logo mais.

A representação simbólica denota uma inversão de sentido, na medida em que é o representante que gera e reforça as imagens e ações assumidos pelos representados, sendo a relação entre A (representado) e B (representante) enfatizada pelo seu contrário, chegando-se ao limite, como ressalta a autora, às experiências totalitárias e fascistas. Ou seja, o símbolo é o que interessa. Essa será de extrema importância no último capítulo dessa tese, uma vez que alternativas populistas de direita conduzem a representação para essa dimensão. Isso porque retoma questões sobre formas de se fazer representar por meio de simbologias construídas por mitos e cerimônias, necessárias para confecção de governos populistas. Conforme destaca Loureiro (LOUREIRO, 2009):

Com relação à representação simbólica, esta produz uma das condições da representação requeridas por Pitkin: a atividade. A representação simbólica se funda em um “estado de mente” de satisfação ou crença dos governados na pessoa do líder e, nela se efetuam a identificação e o alinhamento de vontades entre governante e

governado. O representante é ativo como produtor de símbolos, fazendo-se um líder aceito. Todavia, Pitkin rapidamente percebe que isso não pode ser representação e afirma que a representação simbólica tem pouco a ver com um “adequado reflexo da vontade popular” e, no limite, pode se transformar em uma teoria fascista de representação – “a representação pelo Führer” (LOUREIRO, 2009, p. 69).

Já a representação descritiva é defendida por aqueles que observam a discrepância representativa dos grupos minorizados e afirmam haver a necessidade de implantar medidas que garantam as vozes e o acesso desses grupos minoritários nas esferas do poder, representando a sociedade em toda sua diversidade, ocupando a política com indivíduos que refletem as características de grupos. Para Pitkin (1967), porém, essa representação não compreende a substância de quem representa, pois, ao atrelar o modelo apenas no espalhamento das diferenças constitutivas de grupos distintos, o conteúdo não necessariamente condiz com a descrição, criando um espelho que reproduz apenas a aparência, mas não as vontades e os anseios daqueles que deveriam estar ali, presentes. Em resumo, para a autora a representação descritiva não gera representação substantiva.

Assim, a autora entende que a identidade não é uma característica objetiva, observável como o sexo ou a cor. A identidade é uma construção mais profunda, complexa e imbricada em valores que transpõe a mera associação de características. Para ela, construir identidade demanda históricos, tensões, estruturas sociais que conjugue uma série de fatores. (PITKIN, 1967; SACCHET, 2012).

Segundo Mansbrigde, representação descritiva significa a representação de si mesmo, de certas características que formam o indivíduo e constroem um determinado senso de grupo, seja ele qual for. Logo, para ela, mulheres serão representadas por mulheres na política. Ainda, segue:

Poucos analistas notaram que a palavra representação pode denotar não apenas características visíveis, como a cor da pele ou gênero, mas também experiências compartilhadas, de modo que um representante com formação em agricultura é, até certo ponto, um representante descritivo de seus constituintes agrícolas. Esse critério de experiência compartilhada, que se pode razoavelmente esperar promover a representação precisa e o compromisso de um representante com os interesses constituintes, tem uma longa história na cultura popular e até no Direito. Residentes de longa permanência em uma cidade muitas vezes argumentam por escolher nomear alguém nascido na cidade com base na premissa implícita de que a experiência da vida aumenta as experiências comuns do representante e o apego aos interesses dos constituintes. Argumentos semelhantes aparecem contra os "forasteiros" nas legislaturas estaduais. A Constituição dos Estados Unidos exige até que um presidente

da nação nasça nos Estados Unidos. "Ser um de nós" supostamente promove a lealdade aos "nossos" interesses (MANSBRIGDE, 1999, p. 629)⁵.

A autora também discute as críticas sobre o modelo descritivo, apontando que Irene Diamond (1977), ao analisar um dos maiores redutos legislativos de mulheres nos EUA, em New Hampshire, compreende que a maior quantidade de mulheres não necessariamente leva a uma maior qualidade na representação dessas na política, vinculando essa dissociação pela trajetória daquelas que ocupam as cadeiras legislativas. Ou seja, as conclusões de Diamond indicam que a crença de que quanto mais mulheres acessem a política levará a um incremento na estrutura social de direitos, não possui lastro científico, uma vez que não se trata apenas da presença dessas, mas sim da qualidade (DIAMOND, 1977).

Mansbrigde (1999), no entanto, vê as críticas frente o respectivo modelo pautado em um erro conceitual. Para ela, existem duas formas de representação descritiva: a primeira compreende um microcosmo representativo que, nas palavras de Pitkin, só poderia ser alcançado com uma espécie de loteria que selecionaria as pessoas randomicamente, a fim de escolher entre os grupos "espelhos" aqueles que iriam representar. Essa seleção "sacrificaria" o desempenho em prol da igualdade que, simultaneamente, aumentaria a representação de grupos específicos excluídos e diminuiria a capacidade organizacional e estratégica, por um suposto grupo menos qualificado. É por isso que para contrapor a representação descritiva, alguns autores cunharam o infame ditado que diz: "Ninguém argumentaria que idiotas deviam ser representados por idiotas⁶".

Essa crítica se alicerça na tese de que grupos minoritários são profundamente heterogêneos, tendo em vista que suas perspectivas de mundo são ditadas por questões plurais, multifacetadas e que apenas uma característica não seria suficiente para solver os problemas da representação. Ou seja, questões como cor, classe social, sexo, etnia, gênero e afins seriam inconciliáveis a nível microcômico, invalidando qualquer tentativa de representação espelho (SACCHET, 2009). Essa perspectiva repreende o que eles chamam de atitude essencialista, ou

⁵Original: Few commentators have noticed that the word "descriptive" modifying representation, can denote not only visible characteristics, such as color of skin or gender, but also shared experiences, so that a representative with a background in farming is to that degree a descriptive representative of his or her farmer constituents. This criterion of shared experience, which one might reasonably expect to promote a representative's accurate representation of and commitment to constituent interests, has a long history in folkways and even in law. Long-term residents in a town often argue for electing to office someone born in the town on the implicit grounds that lifetime experience increases the representative's common experiences with and attachment to the interests of the constituents. Similar arguments appear against "carpetbaggers" in state legislatures. The United States Constitution even requires that a president of the nation be born in the United States. "Being one of us" is assumed to promote loyalty to "our" interests (MANSBRIGDE, 1999, p. 629).

⁶"No one would argue that morons should be represented by morons" (Pennock 1979)

seja, a compreensão de que uma característica possa ser objetiva e designar um grupo inteiro dentro desses limites não razoáveis.

A outra forma, mais seletiva, cria mecanismos institucionais que facilitaria o acesso de grupos que por algum motivo não conseguem alcançar a representação pelas estruturas originais. A forma seletiva da representação descritiva se baseia em questões de desigualdade material, social, histórica, que por algum motivo diminui a capacidade de acesso de determinados grupos. Ao contrário do que os críticos da representação descritiva advogam, não estaria selecionando pessoas menos preparadas, mas sim os melhores preparados dentro das respectivas desigualdades institucionais (MANSBRIGDE, 1999, p. 629).

Por fim, a representação substantiva compreende uma organização entre o eleito (ou candidato) e o eleitorado, em muito similar aos moldes formalísticos, de forma que o primeiro busque representar o segundo dentro de experiências e perspectivas em comum, carregando consigo não somente a sua própria orientação, mas conjugando uma diversidade de visões de mundo do seu eleitorado (PITKIN, 1967)⁷.

A discussão nesta tese, então, estabelece-se em razão da representação descritiva, uma vez que existem teóricos que não compreendem a necessidade da presença dos indivíduos de determinados grupos no parlamento, visto o caráter público dos interesses da sociedade, prescindindo de um parlamento espelho. Phillips (PHILLIPS, 2001) compreende que, mesmo que as regras institucionais se assumam neutras, claramente respondem a preceitos de grupos no controle, que fundaram a instituição e, portanto, garantem uma realidade promotora de desigualdades quando ocupadas por grupos que não deveriam, originalmente, estarem ali. Esse ponto se relacionará diretamente com a lógica que baliza o Institucionalismo Feminista, uma

⁷ Essa definição é melhor explorada por Sacchet: (...) A representação substantiva é o modelo de representação defendido por Pitkin. Sua definição é similar à de Edmund Burke e John Stuart Mill, quando afirma que os representantes não devem ser constrangidos pelos representados. Em sua opinião, a representação implica que o representante deve ter certo grau de liberdade para agir, porém não deve estar persistentemente em contradição com os representados. Ao mesmo tempo, agir pelos representados não significa que os representantes apenas exerçam a representação quando estiveram de acordo com as suas vontades. Pelo contrário, liderança e ações emergenciais em assuntos sobre os quais as pessoas sabem pouco ou nada seriam importantes funções do governo representativo. Isso seria a própria essência da representação. No entanto, sob condições normais, os desejos dos representados e as ações dos representantes deverão convergir. Pitkin define representação como “agir pelo interesse dos representados, de forma a ser responsivo a eles”. O sistema representativo deveria ser responsivo às opiniões públicas, exceto quando o não ser responsivo fosse justificável com respeito à própria defesa do interesse público. Este modelo de representação é, em grande medida, acolhido por muitos autores contemporâneos (SACCHET, 2012, p. 412).

vez que as instituições são, essencialmente, masculinas e repelem ou criam obstáculos dificilmente superáveis a presença de mulheres.

Essa dicotomia entre ideias (representação substantiva) e presença (representação descritiva) é posta pela autora como uma discussão infrutífera, visto que suas oposições não garantem uma solução do problema sobre representação. A partir disso, Phillips (PHILLIPS, 1998) em seu livro “The Politics of Presence” acredita que a interlocução desses modelos pode articular uma melhor abordagem para o fortalecimento das alternativas dentro da representação política. O que devemos compreender é que não existe igualdade entre os grupos e as diferenças não devem ser simplificadas a partir de uma discussão de presença/ausência e muito menos entregues a concepção pura da democracia liberal em razão das ideias.

Observa-se que os pressupostos liberais de igualdade e neutralidade escondem uma perversa preferência moral aos indivíduos que mais se aproximam daqueles que as criaram⁸. Sacchet identifica na literatura duas formas de contrapor o universalismo liberal. O primeiro perpassa pela afirmação de uma identidade feminina que ressalta as diferenças entre homens e mulheres, advogando em favor de uma política particularista de atenção e promoção aos direitos femininos. O segundo busca uma conciliação entre o particularismo e o universalismo, na perspectiva de conter o avanço de estereótipos que possam prejudicar a luta das mulheres (SACCHET, 2012).

Importante constatar que Mansbridge (1999) concorda com a tese de Pitkin (1967) que identifica como principal objetivo da democracia representativa é representar os interesses substantivos, por meio de funções deliberativas e agregativas. Para a primeira autora, processos deliberativos são aqueles orientados pela diversidade social, partindo da conjunção de vários grupos distintos a fim de produzir uma política pública para o bem comum, enquanto o processo agregativo perpassa pela conciliação dos conflitos entre esses grupos. Contudo, ainda assim Mansbridge diverge quanto o modelo, pontuando que o descritivo tem pressupostos que garantiriam a conjunção desses processos com maior eficiência.

Em adição a essas considerações e para definir um melhor entendimento da categoria representação, Marion Young (2006) considera que a representação esteja envolta de três sentidos distintos: interesses, opiniões e perspectivas. Enquanto os dois primeiros estariam

⁸ Dessa forma, homens brancos, de classes abastadas estão seguros dentro do parlamento, enquanto mulheres sequer possuíam o direito de banheiros próprios nos corredores da Câmara do Deputados, ou de se vestirem conforme desejavam, e até mesmo, levar seus filhos em estágio de amamentação, sem que sejam hostilizadas pelos seus corpos.

submetidos a concepções limitadas de representação, o terceiro obteria uma criteriosa estrutura em que o representante agiria de forma independente, mas atrelado as perspectivas de seus eleitores, uma vez que estaria devidamente interconectado por questões que transcenderiam as representações descritivas, formais e simbólicas. A questão central da perspectiva responde a uma lógica de pertencimento que não está vinculada necessariamente ao engessamento de uma visão, a estática de um posicionamento. Sendo assim, uma perspectiva social garante que diferentes opiniões e interesses façam parte de um mesmo grupo que compartilhe experiências que os consubstancie. Ou seja, as mulheres deputadas não compartilham os mesmos valores políticos, mas sim uma trajetória histórica que as reuni, dentro dos limites de classe social, etnia e outros recortes, em um espectro mais aproximado.

Essa pluralidade de perspectivas seria de importância ímpar para construir uma plataforma que abarcaria uma série de interesses e opiniões, dentro de visões de mundo distintas, mas perpendiculares entre si. Dessa forma, uma mulher negra de classe baixa, LGBT+, teria interconexões com mulheres brancas, homens de classe baixa, negros, indivíduos não-binários e afins. Não necessariamente pertenceria aos mesmos grupos, representaria as mesmas bandeiras, mas sim, conjugaria uma diversidade de valores que congregaria algumas perspectivas em comum. Young (2006), ao desenvolver sua tese sobre perspectivas, é criticada por querer criar uma espécie de democracia por grupos que segregaria e tornaria instável a própria democracia, uma vez que, segundo Mouffe (MOUFFE, 2005), essa busca pela particularização não faz parte do cerne da democracia, insurgindo-se contra a representação por perspectivas.

Contudo, Marion Young (2006) se defende das críticas ao compreender que múltiplos posicionamentos não necessitam vir de um amplo número de pessoas, visto que não é saudável para a política esse reducionismo individualista que compreende cada história como única e, portanto, não pertencente a um grupo⁹. É fundamental, para a autora, a crítica ao essencialismo que deslocaria para um vazio contextual todas as lutas.

Toda essa discussão compreende um emaranhado teórico profundamente relevante que nos leva a questionar qual perspectiva melhor atende os interesses do eleitorado. E a partir disso é que temos paradoxos insolúveis, condutores de um debate sobre bem público e democracia que aspira e se sustenta dentro da filosofia política. Como não pretendemos caminhar para além

⁹ Pelo contrário, para autora quanto mais específico uma trajetória, mais perspectivas angariadas ao longo do caminho e, logo, mais pressupostos políticos em comuns com vários grupos. Assim, uma mulher, asiática, pobre, da periferia do Estado do Amazonas, LGBT+, deficiente física e de esquerda, teria uma conjunção de valores em comum com uma enorme quantidade de grupos.

da ciência política, temos aqui, assim, modelos de análise para o funcionamento do sistema representativo que desejamos observar. Não raro, temos trabalhos que buscam justamente explorar a congruência entre eleitor e eleito, pressupondo uma ou outra forma de representação como estrutura teórica. No contexto da nossa pesquisa, é importante compreender os modelos de representação para podermos, então, pensar como atuar na realidade política a fim de alargar o espaço representativo das mulheres. E esse debate possui um impacto importante na realidade quando tratamos de políticas públicas para tal interesse.

Entender os conceitos de representação política fornece um arcabouço teórico valioso para tratar das trajetórias das mulheres eleitas deputadas, assim como avaliar suas produções na Câmara Federal, a fim de estruturar um debate sobre como operam as relações entre representantes e representadas. Muito mais que escolher um conceito para guiar o restante da pesquisa, procuramos articular todos a fim de arregimentar estruturas para dialogarmos com os achados de nossa pesquisa. Certamente, o embate entre representação substantiva e descritiva balizou as ponderações das demais seções.

Desse modo, nosso argumento é desenvolvido em duas etapas. Na primeira, defendemos que **a representação feminina não é linear, uma vez que uma série de fatores institucionais, sociais, políticos e culturais na trajetória das deputadas federais interferem nas práticas internas ao parlamento, afastando as legisladoras da concepção da representação substantiva voltada para proporcionar a defesa dos direitos desse segmento da sociedade.** Outros interesses e estruturas entram na somatória do jogo político e esses podem refletir em ações diversas das deputadas em relação as próprias mulheres que representam. A trajetória política e social, a religião, os financiadores e financiamento, o partido político, a bancada na Câmara Federal, as articulações políticas para alocação de cargos ou emendas parlamentares, as posições ocupadas, todos esses aspectos interferem na representação política.

Já a segunda supõe que **governos populistas de direita se utilizam de pautas estratégicas para capturar o eleitorado de grupos minorizados que historicamente se ligavam a outras trajetórias, gerando retrocessos políticos para esses grupos, com auxílio de grupos minorizados eleitas aliadas a essas lideranças.** Observa-se aqui a adaptação de uma estratégia política, conjugada a um contexto de descrédito para com as instituições, criando uma mudança significativa no eleitorado nacional, elegendo grupos minorizados voltados a interesses conservadores que impactam a qualidade democrática nacional, suplantando os esforços para ampliação dessas demandas da sociedade civil e a busca pela cidadania.

Desse modo, lidamos com uma estrutura institucional congestionada de obstáculos que impedem o desenvolvimento da trajetória feminina e da representação dos seus interesses a partir de uma ação política consciente de suas identidades decisórias (ARAÚJO, 2001a, 2005; ARAÚJO; ALVES, 2007b; ARAÚJO; SCALON, 2006; BOLOGNESI, 2012; CAMPOS; MACHADO, 2015, 2017; HTUN, 2001; (MIGUEL, 2008a; MIGUEL; BIROLI, 2010).

Logo, indica-se que objetivo geral dessa pesquisa é compreender se a produção legislativa das mulheres na Câmara Federal reflete em uma estrutura de interesses que protege e amplia os direitos dessas na sociedade civil, seja por meio da promoção de direitos civis, sociais ou políticos e que garantiria uma mudança na qualidade democrática desse grupo no país. Como objetivos específicos temos: 1) analisar a competição eleitoral tendo como foco o desempenho eleitoral das mulheres; 2) identificar diferentes grupos em que as mulheres deputadas na Câmara Federal se organizam, a partir de uma tipologia adaptada; 3) analisar comparativamente a produção legislativa entre os gêneros; 4) compreender as diferenças de impacto na agenda legislativa sobre questões de gênero do Brasil e Estados Unidos depois da eleição de personagens da direita populista.

A hipótese geral dessa pesquisa é que mulheres enfrentam obstáculos institucionais históricos que inviabilizam uma mudança e alargamento no quadro representativo, a partir de estruturas avessas a própria representação feminina dentro do sistema político, criando um ambiente que não proporciona condições viáveis para a estratégia de promoção dos interesses das mulheres em propostas legislativas, as chamadas questões de gênero. Para solucionarmos essa questão, dividimos nosso argumento em quatro hipóteses.

A primeira hipótese é que mulheres enfrentam obstáculos institucionais já nos primeiros momentos do ingresso ao processo de competição eleitoral, por características demográficas e institucionais, tais como o próprio gênero e o financiamento de campanha. A segunda hipótese compreende que os grupos de mulheres eleitas no processo eleitoral possuem condições distintas de ocupação e sobrevivência institucional, ou seja, as mulheres vêm de diferentes trajetórias pessoais e ao alcançarem a Câmara Federal se articulam de acordo com os pressupostos que suas carreiras lhe concedem. A terceira hipótese indica que mulheres direcionam sua produção legislativa para matérias historicamente ligadas aos papéis de gênero determinados dentro da Câmara Federal. A quarta hipótese sugere que a eleição de um líder populista avesso aos interesses desses grupos minorizados impacta negativamente a agenda legislativa sobre questões de gênero, causando mudanças na produção dessas matérias.

Logo, utilizaremos nesse trabalho uma abordagem metodológica mista, qualitativa e quantitativa, visto a necessidade de traçar um desenho de pesquisa que aborde as diversas análises da estrutura política brasileira, da presença das mulheres e de suas individualidades no campo da ação política, de forma substantiva e qualificadora. Observando nosso recorte temporal, qual seja, de 2003 a 2019 (da 52.^a Legislatura a 56.^a Legislatura), tendo como início o governo dos Partidos dos Trabalhadores até os anos 2019, início do governo Bolsonaro, um paradigma de análise da Ciência Política brasileira. Escolhemos esse período por se tratar de um momento de grandes mudanças estruturais no país e a ascensão econômica de indivíduos que patrocinaram transformações fundamentais no debate político nacional, permitindo que questões de gênero fossem mais amplamente debatidas no parlamento e nas diversas arenas políticas, tendo seu principal momento as eleições de 2018.

Assim sendo, a tese está organizada da seguinte maneira: a **seção dois** tem como objetivo elaborar a fundamentação teórica deste trabalho. Para isso se volta para uma nova perspectiva de estudos institucionais brasileiros, buscando na produção estadunidense o Institucionalismo Feminista. Serão discutidas suas raízes e ferramentas, a fim de instrumentalizarmos suas noções sobre gênero e instituições para nos auxiliar na construção dos nossos argumentos e também realizando um debate sobre a produção nacional e internacional referente a representação política feminina, trabalhando obstáculos para o acesso de mulheres aos cargos eletivos; na **seção três** nos encarregamos de identificar quais os principais fatores que impedem que mulheres acessem a Câmara Federal, lançando mão de uma série de modelos estatísticos; a **seção quatro** busca identificar as trajetórias das mulheres deputadas federais eleitas de 2002 a 2018, discutindo as diferenças e similaridades entre os percursos e estabelecendo perfis que serão operacionalizados para entendermos como se relacionam frente ao arranjo institucional; na **seção cinco**, realizamos um levantamento das propostas legislativas de 2003 a 2020, comparando a atuação entre os gêneros nos diversos setores da agenda pública; na **seção seis**, realizamos um apanhando dos dados reunidos e organizamos uma análise comparada com os Estados Unidos da América, observando a questão de gênero e representação em ambos os países, a fim de analisar os impactos legislativos após a vitória de Donald Trump e Jair Bolsonaro. Encerraremos com as considerações finais, pontuando os principais achados, colocações e indicando os obstáculos da pesquisa e os caminhos a serem percorridos a partir dos nossos resultados.

2. INSTITUIÇÕES E GÊNERO: UMA REVISÃO TEÓRICA DO INSTITUCIONALISMO FEMINISTA PARA O BRASIL

O objetivo dessa seção é construir o debate teórico desta tese ao discutir o Institucionalismo Feminista sob a luz da Ciência Política brasileira, argumentando que existe a necessidade de implementarmos com mais frequência essa abordagem teórica em nossas pesquisas para que possamos solidificar os estudos de gênero no institucionalismo brasileiro. A Ciência Política brasileira após anos 1990 é, em grande parte, tomada pela análise institucionalista. Isso ocorre devido à grande influência da tradição estadunidense em nossa formação, mais especificamente com a resposta neo-institucionalista a virada behaviorista na década de 60 e a adoção do Institucionalismo da Escolha Racional, Institucionalismo Histórico e Sociológico como importantes instrumentos teóricos para desvendar as implicações que a redemocratização traria para o cenário nacional. Contudo, assim como ocorreu no século passado nos Estados Unidos, aqui também houve um apagamento do gênero como fator chave nas análises institucionais. A crença de que instituições são corpos assexuais, instruídos dentro de uma neutralidade de gênero incapacita uma visão mais aprofundada das desigualdades que operam dentro e por conta delas. Para isso, diversas autoras que trabalham com essa perspectiva teórica são contrapostas aqui para construirmos as bases teóricas do Institucionalismo Feminista e articularmos suas possíveis implicações no cenário brasileiro e, primordialmente, para a construção desta tese.

2.1. AS RAÍZES DO INSTITUCIONALISMO FEMINISTA

A Ciência Política, por muitos anos, compreendeu linhas muito bem delimitadas de pesquisa que traziam abordagens amplamente conhecidas em nosso meio, mas pouco transversais. Essa limitação perpassa problemas metodológicos e, principalmente, aqueles que tangem a inserção de grupos minorizados como não apenas variáveis subalternas, mas substancialmente questões centrais do debate político institucional.

Esta seção busca preencher uma lacuna teórica no debate neo-institucionalista do Brasil, estruturando o debate do Institucionalismo Feminista de maneira didática, sistematizada e abordando seus exemplos, para que assim mais pesquisadores possam ter acesso a essa abordagem teórica, reconstruindo modelos de análise internacional ou confeccionando nossos próprios, na perspectiva de que empreguemos os estudos feministas dentro da lógica da investigação institucional. Sendo assim, o capítulo tem como objetivo discutir o Institucionalismo Feminista, compreendendo o debate estadunidense frente as implicações de sua adoção como uma nova escola do neo-institucionalismo, conceituando os principais termos dessa abordagem, fundamentando sua importância para a Ciência Política brasileira, além de estruturar o debate teórico essencial para o desenvolvimento desta tese. Trata-se, portanto, de

uma abordagem nova no Brasil, mas amplamente utilizada há alguns anos nos Estados Unidos e Europa.

Os neo-institucionalismos na Ciência Política brasileira tomam uma grande porção das nossas pesquisas nacionais. Os neo-institucionalismos da escolha racional, histórico e sociológico¹⁰ operam em conjunto com outras vertentes, mais modernas, na observação da realidade nacional. Entretanto, como foi notado no final do século XX nas academias estadunidenses, a análise de gênero possui pouco, ou quase nenhuma presença nesses estudos neo-institucionais, perfazendo apenas mais uma variável independente a ser computada a fim de categorizarmos uma tendência, qual seja, que existem pouquíssimas mulheres em posições de poder institucional e a dificuldade delas em acessar as estruturas políticas. Produzir pesquisas sobre gênero não sendo apenas uma colateralidade dentro dessas abordagens teóricas se mostra não apenas importante do ponto de vista de fortalecimento dos estudos feministas sobre instituições, mas também fundamental para própria modificação da realidade observada. É a partir desta disposição que passamos a traçar a concepção do Institucionalismo Feminista que delimitará o escopo de análise desta tese.

Mas, então, por que é necessária uma teoria institucional feminista? Para entendermos essa necessidade, Acker (ACKER, 1990) dispõe de cinco motivos que disciplinariam a importância dos estudos sobre organização (em *lato sensu*) imbuídas de preceitos sobre gênero. Primeiro, a segregação de gênero no trabalho é primariamente definida nas práticas organizacionais, ou seja, mulheres encontram diversos obstáculos que estão ligados aos papéis de gênero determinados pela sociedade e esses obstáculos as constroem nas ações e no processo. Segundo, as diferenças salariais são também criadas pelos processos organizacionais relacionados ao sistema de produção capitalista e a fim de entender a desigualdade de gênero, torna-se necessário decifrar essa dinâmica organizacional. Terceiro, as instituições são arenas em que as imagens culturais de gênero são amplamente reproduzidas e reafirmadas, sendo elas passíveis de criar benefícios, ou custos. Quarto, a identidade masculina é fruto desse processo organizacional e é reforçado na prática institucional. Por fim, o quinto, a teoria organizacional de gênero é necessária para ampliar um projeto democrático e apoiador dos direitos humanos. Já que as instituições são formadas majoritariamente por homens, gênero é uma variável difícil de enxergar.

¹⁰ Ainda há, entre as tradições mais comentadas e utilizadas, o Neo-Institucionalismo Discursivo ou Construtivista, profundamente relevante para análise de discursos e ideias. Sobre ele, indica-se o texto “A virada ideacional: quando e como ideias importam” (PERISSINOTO; STUMM, 2017).

Assim, o Institucionalismo Feminista não nasce como uma escola totalmente a parte, desvinculada das demais. Pelo contrário, a partir de uma combinação de estudos feministas e estudos neo-institucionalistas, utiliza-se de vários instrumentos originários das outras escolas e coloca o gênero como foco em suas pesquisas. Kenny e Mackay (KENNY; MACKAY, 2009) se perguntam se o IF realmente é necessário, tendo em vista que outras subdisciplinas já lidam com questões como gênero e instituições. Elas argumentam que uma das principais preocupações dos neo-institucionalismos é com o poder, ou como ele age entre os atores políticos a fim de modificar as instituições. O prognóstico de que existem grupos que se beneficiam de estruturas institucionais criadas por eles na origem da instituição é algo corrente na discussão dessas abordagens. Contudo, apenas com o advento dos estudos feministas e a adoção da lógica de gênero é que passamos a entender, também, que o masculino e feminino operam em uma estrutura desigual de relação de poder. A conclusão dessas autoras é que o Institucionalismo Feminista é promissor, pois lida com o entrelaçamento de abordagens na Ciência Política que nos leva a um entendimento mais amplo do objeto de estudo, além de focar em um problema recorrente das democracias liberais, qual seja, a sub-representação de mulheres em todas as instâncias institucionais.

Em discussão similar, Mary Hawkesworth (2003) discorre sobre a ausência da institucionalização dos estudos feministas na própria Ciência Política estadunidense, apontando o apagamento e o desincentivo de pesquisas voltadas para esse tema no país. O mesmo pode ser observado no Brasil. Infelizmente, são pouquíssimos os núcleos de estudos sobre gênero na Ciência Política nacional e menos ainda são as revistas especializadas nesse tipo de abordagem. As consequências práticas dessa realidade são traduzidas em uma baixa compreensão dos obstáculos que as instituições brasileiras oferecem às mulheres, criando assim um sistema endêmico de sub-representação que se perpetua mesmo em situações de cotas. Com os estudos institucionalistas voltados para as pesquisas feministas, podemos traçar novas considerações sobre a funcionalidade de nossas instituições, diagnosticando os obstáculos e propondo novos modelos institucionais. Não é sobre revolucionar esses estudos, mas sim agregar ao debate nacional e garantir maior capilaridade dessa abordagem.

As instituições políticas são masculinas, e passam, quase sempre, por neutras. É muito comum observar que cientistas políticos e outros pesquisadores, assim como jornalistas e observadores do mundo político, tendem a visualizar as instituições políticas de forma assexuada e, portanto, neutras. Essa neutralidade pode passar despercebida pelos observadores menos atentos, entretanto, para as estudiosas feministas das ciências sociais sempre foi motivo suficiente para lançar mão de inúmeras abordagens a fim de analisar as origens e implicações

desse imbricado sistema de poderes que beneficia uma parte exclusiva do processo institucional. Apesar de muito explorado pelos neo-institucionalismos, é necessário compreender e aprofundar em quais aspectos uma instituição interfere nos resultados e no desempenho de seus atores, como ela se origina, desenvolve e reproduz, além de quais fatores sociais são copiados e conduzidos dentro de suas estruturas.

Nesse contexto, a Ciência Política nacional tem muito a ganhar adicionando os estudos de gênero ao debate dos neo-institucionalismos¹¹. É fundamental apontar que trabalhos importantes foram produzidos dentro da disciplina, objetivando o estudo das implicações do gênero em vários contextos, criando entendimentos, desenvolvendo teorias e testando hipóteses que buscavam compreender as relações entre o feminino e masculino no embate institucional e político brasileiro. O Institucionalismo Feminista nasce do interesse dos estudos feministas em discutir instituições sobre os pressupostos inaugurados pelas novas escolas que emergiram após a década de 1970, primordialmente nos Estados Unidos, em consonância com eventos importantes para as mulheres dentro do congresso estadunidense, como é o caso da discussão da *Equal Rights Emendament*.

Porém, o que se pode entender por Gênero? E o que significa *gendered institutions*, conceito tão amplamente utilizado nas pesquisas internacionais? Ambas as perguntas são de extremo valor para darmos os primeiros passos frente a discussão do Institucionalismo Feminista e uma orientação focada no gênero. Tais questões não são pacíficas no debate internacional. Discorrer sobre gênero é mergulhar em um oceano de significados em disputa, complementares e em alguns aspectos, distintos entre si. Já o segundo conceito não possui correspondente linguístico no português e, aqui, buscaremos transformá-lo para o contexto brasileiro. É necessário, ainda, entender que esses questionamentos também conectam a orientação teórica dentro dos neo-institucionalismos. Uma vez que o Institucionalismo Feminista se encontra em constante aperfeiçoamento teórico, valores e instrumentos das demais escolas são fundamentais para instruímos o entendimento de como analisar as instituições tendo o gênero como foco.

2.2. GÊNERO NO INSTITUCIONALISMO FEMINISTA

¹¹ Desse modo, observando as publicações sobre neo-institucionalismos e estudos feministas no Brasil nas principais revistas nacionais da Ciência Política, indicamos a necessidade de discutirmos “novas” correntes para antigas abordagens, a fim de remodelar nossas formas de analisar a política nacional, ingressar em novas construções teóricas e redesenhar modelos de pesquisa que tenham como objetivo reconfigurar essa lógica exclusivista masculina. Para isso, torna-se necessário um debate sobre como o Institucionalismo Feminista nasceu, quais são suas prerrogativas e principais conceitos, além da sua aplicabilidade na análise da realidade.

Gênero pode ser lido, de modo simplificado, sob duas correntes teóricas que visam categorizá-lo em: 1) uma palavra sinônimo de mulher, sendo o estudo de gênero, conforme preconiza Acker, o estudo das relações dos papéis sexuais e estudos sobre mulheres. Essa abordagem inicial foi amplamente revista e rediscutida sob novos aspectos do debate feminista, até que gênero passa a ser visualizado como; 2) o estudo teórico que coloca o gênero como a base das relações sociais, da estrutura social e da interpretação cultural. Assim, passa-se a compreender gênero como um processo que permeia todas as esferas da vida pública e privada (ACKER, 1992). Desse modo, gênero opera tanto a nível de identificação pessoal, subjetiva e interpessoal, quanto como um fator institucional que cria estruturas sociais, pertencente a um reino de símbolos e significados, em que cada indivíduo se significa e é significado em um espectro que rompe com a mera dualidade “homem e mulher” (MACKAY; KENNY; CHAPPELL, 2010)

Para Joan Scott (SCOTT, 1986), em seu trabalho seminal sobre o estudo de Gênero na História, foi apenas a partir do final do século XX que os pesquisadores nas Ciências Sociais começaram a adequar suas pesquisas dentro do escopo dos estudos de Gênero. A primeira aparição, segundo a autora, parece ter ocorrido entre as feministas estadunidenses, com o intuito de negar o caráter biológico do “sexo” e desenvolver o entendimento de que se perfazia um processo delicado de relações sociais, pautado em uma hierarquia de funções e determinações que não estavam ligadas aos órgãos sexuais de nascença. Diversas teorias foram desenvolvidas para darem conta da nova agenda de pesquisas que carecia de abordagens teóricas e métodos que possibilitassem estudos científicos sobre o assunto. Logo, da dicotomia entre feminino e masculino, sua complementariedade, sua dimensão classista e racial e até mesmo a mera descrição da realidade social foram conjugadas nos debates sobre o tema.

Como estrutura social, o gênero passa a compreender modelos-chaves de entendimento da realidade, que outrora avaliava apenas classe e raça como estruturas predominantes de leitura organizacional. Para além dessas estruturas, a análise de gênero se articula dentro e fora dessas categorias e passa a orientar a lógica dos estudos. Gênero é, portanto, onipresente, visto que compreende toda forma de expressão de poder, de controle institucional e distribuição de funções. Ele é também, notoriamente, apagado da narrativa predominante, na busca de criar um pressuposto de neutralidade institucional. Ainda, para Joan Scott (1986), gênero é um sutil símbolo de poder que penetra nas relações estruturais de determinada instituição, existindo dentro das demais formas de dominância e demarcação.

Nancy Burns (BURNS, 2005) disciplina que gênero é, simultaneamente, mais aberto e invisível do que outras variáveis, tais como classe e raça. Segundo ela, é mais aberto porque o

estadunidense médio não possui constrações quando discutem os papéis de gênero na sociedade, uma vez que esses foram institucionalizados nas vidas públicas e privadas e foram bem menos disputados como, por exemplo, raça. Invisível porque, no mesmo diapasão do argumento anterior, as estruturas historicamente acumuladas de hierarquia entre os sexos, reforça um enfraquecimento dessa categoria de análise, observando um benefício excludente, em que um lado ganha notoriedade até se tornar padrão (o masculino) e o outro se torna invisível, ou até mesmo desprezado, tornando-se o “desviante”. Gênero, na compreensão da autora, seria as normas, valores e demandas que o feminino possui e adquire quando relacionado ao masculino.

Beckwith desenvolve uma divisão conceitual de gênero como categoria e processo. Muito além da dicotomia do que seria homem e mulher, a ciência política passaria a discutir o que exatamente compreendemos como "homem" e "mulher" e quais interações essas duas variáveis possuem dentro de um espectro. Como categoria, ela constrói um entendimento referente a um “mapeamento multidimensional de identidades, valores, convenções e práticas socialmente construídas, fluidas e politicamente relevantes”. Ao operacionalizar gênero como categoria, podemos delinear contextos específicos nos quais comportamentos, ações, atitudes e preferências femininas e masculinas, por exemplo, resultam em fins particulares. Exemplos dessa categorização se manifestam ao analisarmos como discursos feminilizados podem ser utilizados para amenizar recepções negativas em casos de mortes em guerras, ou mesmo analisar ausência de uma performance feminina em determinada instituição a fim de conceituar a performance masculina (BECKWITH, 2005)

Gênero como processo, segundo a autora, articula as estruturas dentro de uma aparente neutralidade que opera em fatores que facilitam ações e mecanismos para um dos gêneros (masculino) e dificulta para os demais. Logo, ser homem ou mulher dentro de um contexto institucional gera consequências distintas, tais como acesso a cargos eletivos, posições de liderança e poder no Executivo e Legislativo, ou como suas propostas legislativas são encaradas dentro do cenário político. A análise reside em como a diferença entre os gêneros impacta um resultado diferenciado. Mesmo que essas estruturas possam ser subvertidas dentro de práticas informais, ou na adoção de procedimentos formais conquistados pelos grupos prejudicados, como cotas eleitorais e partidárias, o cerne da desigualdade está centrada no processo pelo qual a instituição faz o ator agir. (BECKWITH, 2005).

Por consequência, uma miríade de autoras postula os grandes problemas que interagem dentro do Institucionalismo Feminista. A pergunta primordial é “aonde estão as mulheres?”, ou seja, olhando para as estruturas institucionais devemos ser aptos a diagnosticar a ausência ou baixa presença delas e nos questionar quais são os obstáculos que impedem que aquela

instituição seja acessível às mulheres da sociedade civil. Entretanto, mais que apenas uma questão de presença, também devemos nos situar frente a outras categorias, tais como classe e raça, e assim retornar ao questionamento de “quais mulheres estão ali?”. A interseccionalidade do pensamento feminista contemporâneo deve acompanhar a conjugação dos estudos feministas com as escolas neo-institucionalistas (BECKWITH, 2005).

Gênero, então, compõe uma esfera fundamental para compreensão institucional, que até muito recentemente fora ignorada pelos neo-institucionalistas. Sob esses aspectos da pesquisa feminista sobre as instituições, Kenny e Mackay (KENNY; MACKAY, 2009) prelecionam:

Generificar o novo institucionalismo estabeleceria primeiro o gênero como uma dimensão crucial das instituições. A medida que novas compreensões de gênero moveram gradualmente a pesquisa feminista do nível individual para um nível institucional de análise, as relações de gênero são cada vez mais conceituadas como estruturas sociais. As relações de gênero não são vistas apenas como "institucionais", mas também são "institucionalizadas", incorporadas em instituições políticas específicas, restringindo e moldando a interação social. O trabalho teórico e empírico feminista sobre gênero e instituições sugere que as relações de gênero são transversais, que ocorrem em diferentes tipos de instituições, bem como em diferentes níveis institucionais, variando do nível simbólico ao nível "aparentemente trivial" de relacionamento interpessoal e interação cotidiana, onde ocorre o desempenho contínuo do gênero (...). (KENNY e MACKAY, 2009, p. 274)¹²

Tendo em vista a discussão do que o Institucionalismo Feminista compreende como gênero feita até aqui, podemos afirmar que a vasta quantidade de alternativas abre múltiplas possibilidades para observarmos o conceito na realidade institucional. É preciso adequar o entendimento de Gênero de modo que ele contribua para a construção de um desenho de pesquisa eficaz em desvendar as peculiaridades dessa variável nos cenários organizacionais. Gênero torna-se uma categoria de análise central e necessária para os Neo-Institucionalismos porque não é mais possível (nunca o foi, mas assim o fez) ignorar que a ausência de mulheres nas pesquisas prejudica a compreensão do todo da instituição e, dessa forma, inviabiliza o apropriado entendimento.

2.3. FERRAMENTAS DE ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES GENEREFICADAS

Começamos a responder a segunda pergunta por Acker (1992), que estabelece em sua análise que instituições não são neutras, mas sim marcadas por estruturas que pertencem ao masculino, uma vez que foram os homens que as fundaram, ocuparam e reproduziram suas instancias. Uma análise centrada no gênero analisa as instituições operando para desvendar as

¹² Tradução pelo autor.

desigualdades do processo, observando como mecanismos institucionais impactam diferentemente homens e mulheres.

Por muitos anos, gênero como processo foi subtraído da análise institucional, percorrendo um longo caminho até que os institucionalistas passassem a observá-lo em suas devidas dimensões. O neo-institucionalismo na tradição corrente possui três escolas distintas (apesar que atualmente já se operam outras abordagens dentro dessas orientações), quais sejam: escolha racional; histórico, e; sociológico ou organizacional. Essas escolas nos auxiliaram a compreender o valor dos agentes nas mudanças institucionais, como instituições articulam mudanças internas e externas, ou permanecem inalterada por anos (MACKAY; KENNY; CHAPPELL, 2010).

Nessas três escolas existem maneiras diversas de se conceituar o que são instituições e quais são as prioridades a serem estudadas por cada abordagem. Cada qual entrega ferramentas que se adequam aos problemas e se modelam as operacionalizações de seus pressupostos. Portanto, é necessário primeiro compreender todos esses aspectos para depois visualizar como cada abordagem ajudará a compor o Institucionalismo Feminista.

O neo-institucionalismo da escolha racional (NIE) busca compreender as relações na microesfera, ou seja, as trocas entre atores racionais que buscam, conscientemente, maximizar seus ganhos, controlando suas perdas. Dessa forma, instituições se fortalecem quando atores importantes conseguem reter mais benefícios (WEINGAST, 2002). A atenção às maneiras que os indivíduos realizam suas ações e como essas se conectam com as macroestruturas institucionais são os principais objetos de pesquisa dessa escola. Em termos gerais, parte-se do pressuposto que um ator institucional reúne informações do jogo político e, assim, toma suas decisões tendo como base a interação desse conhecimento com os seus próprios interesses, buscando a maximização dos ganhos e a resolução dos conflitos de maneira menos custosa (TSEBELIS, 1998).

Segundo Driscoll e Krook (DRISCOLL; KROOK, 2009), há uma notável divisão entre os estudos feministas e o NIE, sendo o segundo acusado pelas críticas de ser flagrantemente sexista do ponto de vista teórico, uma vez que nega o status de agente racional para mulheres e assume que o masculino seja padrão e norma, aonde o feminino incorpora o desvio (ANDERSON, 2002). No ensaio de Elizabeth Anderson (2002), a autora questiona esta escola do conhecimento que visivelmente se utiliza de conceitos atribuídos a características masculinas, uma vez que racionalidade representa frieza, instrumentalidade, cálculo, egoísmo, convenções tipicamente adjudicadas ao “homem”, em contraposição a emocional, familiar,

expressividade e cuidadora, características conferidas às “mulheres”, submetendo essas a uma estrutura secundária, não adequada a arena política.

Entretanto, para Driscoll e Krook (2009), a conjunção entre estudos feministas e o NIER seria benéfico pois focaria em cinco pilares, quais sejam: gênero, estratégia, instituições, poder e mudança. Sem sombra de dúvidas gênero seria a contribuição e questão central de um Institucionalismo da Escolha Racional Feminista, e as demais dimensões operariam como estruturas de análise da realidade adjacentes. Por estratégia, compreende-se as lógicas estruturais que levam determinado ator a tomar uma decisão, considerando seu conhecimento das regras do jogo e dos seus competidores (TSBELIS, 1998). Já Instituição é um conceito central para essas escolas e, nas considerações do NIER, age para prover aos atores as informações necessárias para a ação política (WEINGAST, 2002). O poder é profundamente importante para os estudos feministas, uma vez que as instituições conformam relações de poderes entre os membros que as compõe, justamente por conta do design assumido na sua formação e desenvolvimento, provendo benefícios para determinados membros (homens) em detrimento dos demais (HALL; TAYLOR, 2003; MOE, 2005). Por fim, a mudança indica um dos maiores interesses dos estudos feministas, visto que essas operam para fortalecer ou prejudicar as mulheres no quadro institucional. Transformações nesse contexto são necessárias para modificar a realidade de ausência ou sub-representação de mulheres na política e os estudos da escolha racional, aliados aos feministas, podem prover diagnósticos que ensejem novas estratégias de ação (CHAPPELL, 2006).

O neo-institucionalismo histórico debate os caminhos da instituição atrelados a sua história, ou seja, eventos são dispostos por meio de trajetórias inauguradas na origem da organização (PIERSON, 2004). Dessa forma, os estudos que se filiam a essa abordagem buscam responder as “grandes questões” sobre instituições, como elas são criadas, como os atores que estão ali presentes são prejudicados ou beneficiados pelas estruturas internas e externas. Para essa escola, as instituições são portadoras da história e, dessa forma, estaria sempre em movimento, tomando rumos pré-determinados por sua gênese ou sendo recriadas no próprio fluxo temporal de suas sobrevivências (DAVID, 1994). A partir do *path dependence*, ferramenta de análise histórica desse neo-institucionalismo, os pesquisadores buscam compreender o contexto histórico sob o qual determinada organização foi originada e passa, então, a estudar suas permanências e mudanças a partir desse caminho inaugural, que determinaria os rumos do projeto inicial (EBBINGHAUS, 2005).

O *path dependence* compreende que, uma vez tomado determinado rumo, os custos de modificá-lo são altíssimos. Margaret Levi (LEVI, 1997) elabora uma curiosa metáfora para

explicar o funcionamento dessa ferramenta, pontuando que essa forma de análise é como uma árvore, e que no mesmo tronco existem diversos galhos, e mesmo que a pessoa que a esteja escalando decida mudar de ramo, existe a possibilidade de cair, do galho partir, sendo mais seguro continuar subindo o tronco. A lógica é que, mesmo havendo mudança, essa está delimitada pelas raízes da árvore, pertencendo a uma estrutura previamente definida no seu nascimento.

As principais questões que o Neo-institucionalismo histórico se encarrega são quais as origens das instituições, como são criadas, reproduzidas e modificadas e por que continuam ao longo do tempo, ou como entram em colapso (THELEN, 2003). Ainda, as questões de desigualdade de acesso e poderes são debatidas nessa abordagem, uma vez que os atores que ocupam suas estruturas acessaram de perspectivas distintas e, respeitando a lógica originária, alguns agentes possuem desigualdades intrínsecas que reduzem seus poderes e altera a lógica de pertencimento (THELEN, 1999), como no caso das mulheres, não brancos e classe trabalhadora que são sub representados nas organizações.

Sendo assim, o NIH tem potencial de abarcar os problemas institucionais em conjunção com gênero, uma vez que podemos traçar os problemas sobre desigualdade de acesso até às raízes das instituições (WAYLEN, 2009). Partindo desse pressuposto histórico, as pesquisas conseguem contextualizar como, quando e em quais perspectivas materiais determinada organização foi compreendida e, ainda, articular o entendimento dos obstáculos em desfavor da mulher. Ao utilizarmos o *path dependence* como ferramenta de pesquisa, pode-se diagnosticar as possibilidades de mudança e os pontos críticos, sob os quais políticas públicas como cotas eleitorais ou parlamentares encontrariam êxito, e se o arranjo institucional teria capacidade de abarcar tais mudanças. Podemos utilizar o NIH para avaliar quais variáveis institucionais compelem ou constroem as mudanças que beneficiariam as mulheres dentro das organizações. Também, podemos averiguar como essas instituições repelem os atores que não se encaixem no design original delas.

Por fim, o Neo-institucionalismo sociológico ou organizacional compreende uma leitura das instituições em conjunto com a cultura, sendo que uma modifica a outra concomitantemente e estrutura as formas de agir, reproduzir e modificar as instancias pelos atores envolvidos (MARCH; OLSEN, 1996; POWELL; DIMAGGIO, 1991). O neo-institucionalismo sociológico, ou comumente referido como neo-institucionalismo organizacional, sugere uma abordagem mista para compreensão das estruturas institucionais. Além das considerações individuais, observando os agentes e suas escolhas racionais que o neo-institucionalismo da escolha racional nos apresenta, e dos apontamentos históricos que procura os caminhos da

instituição proveniente do neo-institucionalismo histórico, a abordagem organizacional explora uma formação social, simbólica e estrutural de como a instituição se constrói. Assim, instituição e ação individual fazem parte de uma mesma relação, ambos se constituindo simultaneamente. Enquanto a instituição reforça o indivíduo em suas crenças, o indivíduo reforça a instituição em suas estruturas e ao se deparar com um problema, age dentro de um "raciocínio prático", utilizando e confeccionando os modelos institucionais necessários (DIMAGGIO; POWELL, 1983; HALL; TAYLOR, 2003; MEYER, 1999; MEYER; ROWAN, 1977).

Essa abordagem teórica se vale do estudo da formação institucional por meio da cultura de determinada sociedade e seus intercâmbios. Sua premissa cultural, o olhar institucional sob o enfoque da cultura, reúne uma gama de pressupostos analíticos que fomentam uma discussão de formação social da instituição. Assim, conceitos como mito e cerimônia nos garantem uma abordagem que perpassa as discussões das outras escolas institucionalistas, mas que se fundamenta sob a ótica sociológica. Para Ciência Política essa perspectiva auxilia a identificar outros fatores além dos comumente explicados por nós de mudança institucional, permanência e de falha na implementação de novos mecanismos de garantia de direitos. Muito mais do que utilizar as concepções de que a estrutura social importa, o IS aponta quais são essas estruturas, como por exemplo, as relações de gênero de dada sociedade (FINNEMORE, 1996).

O estudo sobre o institucionalismo organizacional identifica no mito a construção de uma estrutura legitimada por meio de cerimônias, com o intuito de justificarem o seu uso, sua adoção e os custos do implemento. O mito, portanto, é uma compreensão subjetiva de determinado objeto, construído por valores que não necessariamente são verdadeiros, levando os atores (sejam eles quais forem) a identificarem nos preceitos fundantes desse uma determinada racionalidade, que incrementaria o estado da instituição. Por meio da cerimônia é que se consolidam os mitos e esses são operados dentro de rituais de autoafirmação, como o uso de técnicos para aprovarem seus resultados ou apoio de deputados sobre os impactos da política específica (DIMAGGIO; POWELL, 1983).

Ainda é importante para nossa análise chamar atenção para outras duas ferramentas analíticas do Institucionalismo Sociológico que auxiliarão na compreensão das instituições pelas constrições sociais. Nos referimos ao *Isomorfismo* e a *Dissociação*, que são mecanismos de análise que servem para identificar nas políticas públicas, nas ações políticas e na construção (transformação ou modificação) das instituições, mudanças, continuidades e cópias de processos internos ou externos a realidade social do país, com a função de alterar ou preservar a estrutura. O processo de isomorfismo pode ocorrer, segundo Di Maggio e Power (1983), em três modelos, quais sejam: mimético, em que as organizações se copiam em busca de

legitimidade (uma política pública é reproduzida em país diverso que a desenvolveu, porque em seu país de origem ela conquistou sucesso); coercitivo, quando há uma obrigação, pressão e até mesmo, ameaça para que se adote determinada prática (a implementação da lei Maria da Penha no Brasil, por exemplo), e normativa, quando a legitimidade é construída de maneira exógena, por um grupo de profissionais que, detentores de aspectos legitimadores, criam modelos socialmente respeitados e bem quistos. Juntamente com o Isomorfismo, temos o conceito de desacoplamento (decoupling) ou dissociação que busca explicar como as autoridades podem adotar políticas de igualdade que não produzam efeitos na prática, ou seja, que a relação entre política e implementação é fraca (MACKAY; MONRO; WAYLEN, 2009). Esses estudos objetivam analisar o porquê das fracas implementações, dos resultados distorcidos e de como essas organizações subsistem mesmo com implicações incompletas e, algumas vezes, inócuas (DI MAGGIO; POWER, 1986).

O IS se conjuga com os estudos feministas para permear essas análises sob a ótica de Gênero, tornando o processo que opera entre ele a instituição o objeto de análise a ser perseguido. Desse modo, instituições seriam atravessadas pelo Gênero em suas práticas, reproduções e mudanças, sendo a adoção dessa ferramenta analítica uma possibilidade de compreender os impactos diferentes que a instituição tem entre homens e mulheres (MACKAY; KENNY; CHAPPELL, 2010).

As autoras debatem a conexão entre o Institucionalismo Sociológico e o Institucionalismo Feminista, indicando que o uso relacional entre as abordagens garante uma análise sistemática que pode identificar normas e fatores culturais simbólicos que possuem impacto na construção do gênero na instituição. Para além do racionalismo e do historicismo dos outros institucionalismo, essa associação mista consegue responder questões de como e por que as instituições criam obstáculos para o acesso de mulheres, para a expansão de seus direitos civis e sociais, assim como a compreensão de modelos culturais dentro do parlamento. Assim indicam:

Ambas as abordagens empregam concepções amplas do político e sua interconexão com o social: cada uma delas se preocupa com a interação entre atores e instituições, amplamente definida; a interação entre regras formais e práticas informais, normas e "maneiras de fazer as coisas"; e os consequentes efeitos dessa dinâmica. Cada abordagem adota uma postura "crítica ao valor", compartilhando um entendimento de que processos e práticas institucionais aparentemente neutros estão, de fato, embutidos em normas e quadros cognitivos e em contextos culturais mais amplos. (MACKAY, MONRO, WAYLEN, 2009, p. 254)¹³

¹³ Tradução pelo autor.

Portanto, a partir da consolidação dos neo-institucionalismos na Ciência Política, uma quantidade notável de autoras iniciou o questionamento frente a ausência do Gênero nessas análises (ACKER, 1990, 1992; CONNELL, 2002; KENNY, 2007) observando falhas nas teorias e a necessidade de uma virada feminista dentro do institucionalismo. Essas autoras elencam alguns questionamentos em que tal teoria possa ser útil:

Como as instituições e os processos institucionais são influenciados por gênero? Por quais processos e mecanismos as instituições são (re) produzidas e, por sua vez, refletem e reproduzem os sistemas sociais, incluindo as relações de gênero? Como as instituições restringem os atores e interesses? E qual é o potencial de gênero, e quais são os limites da inovação institucional, reforma e mudança na busca pela justiça de gênero? (MACKAY, MONRO, WAYLEN, 2009, p. 254)¹⁴.

Gênero, então, opera dentro das instituições conformando regras e hierarquizando relações, assim como promovendo a exclusão de atores e símbolos que não conformem a cultura dominante. Está presente em todo processo institucional (ACKER, 1992; CONNELL, 2002). Essa perspectiva corrobora com o objetivo deste trabalho, uma vez que nossa preocupação é justamente compreender os meandros institucionais que excluem, atrapalham ou inviabiliza a política feminina e o acesso de mulheres às arenas políticas.

Dessa maneira, *gendered institutions* é a concepção de que instituições são permeadas pelo gênero como processo, operando diferenças de ação, reprodução e modificação da estrutura a partir do gênero do ator analisado. Por exemplo, mulheres encontram obstáculos em todos os âmbitos da competição eleitoral por restrições institucionais formais e informais, assim, a instituição age para afastar a mulher de cargos eletivos, visto que esses impeditivos foram criados por estruturas masculinas (FRANCESCHET; PISCOPO, 2008; JOHNSON, 2016).

Kenny (2007) compreende que tanto a Ciência Política, quanto os estudos feministas sofreram uma influência institucionalista que aproximaram as áreas para interesses em comum, podendo assim partilhar objetos, ferramentas e conceitos específicos para solver as problemáticas comuns. Por exemplo, nessa congregação de esforços podemos pontuar que os estudos sobre gênero perpassam dentro de uma ótica institucional de poder, da construção de uma estrutura orientada por um gênero específico que constrange os demais.

O Institucionalismo Feminista, então, compreende uma alternativa para os estudos da Ciência Política, agregando valores do Neo-institucionalismos Históricos, da Escolha Racional e Sociológico para compreender como as estruturas institucionais que se dizem neutras, escondem valores e símbolos masculinos e, portanto, imbuídos de um gênero e contrário a

¹⁴ Tradução pelo autor.

outros tantos. Dessa forma, o poder é um dos principais focos dessa abordagem híbrida, pois busca identificar quais os caminhos que operam em favor ou desfavor dessa consolidação institucional, assim como busca identificar os pontos fundamentais dessa construção.

Logo, os neo-institucionalismos tradicionais em conjunção com o Institucionalismo Feminista poderão contribuir na perspectiva de estudos sobre representatividade política feminina, uma vez que partindo da premissa desenvolvida até aqui, de que o processo de representar passa por um emaranhado cultural, pré-concebido pela instituição e reeditado pelos atores que alcançam uma posição decisória. As normas culturais que excluem as mulheres da representação, também são mecanismo institucionais. Compreender essa imbricada relação entre indivíduo e Estado, sem, contudo, adotar uma posição puramente racional, pode nos prover entendimentos mais dinâmicos do afastamento das vozes femininas.

Conforme discutimos na introdução, a representação política possui uma quantidade de modelos suficiente para explicar como operam as lógicas de presença-ausência entre eleitos e eleitores. Podemos utilizar esses modelos para estudar como as trajetórias dessas mulheres afetam suas visões sobre a política e, assim, dialogam com a natureza institucional brasileira. Pois, se as instituições operam como roteiros pré-definidos, e os atores que as acessam passam por obedecer e, simultaneamente, construir os espaços ocupados, então é necessário investigar como as mulheres fazem para chegar a esses postos decisórios e, adiante, como atuam dentro dos preceitos de conformação da esfera institucional.

Uma das principais preocupações dos neo-institucionalismos é com o poder, ou como ele age entre os atores políticos a fim de modificar as instituições. O prognóstico de que existem grupos que se beneficiam de estruturas institucionais criadas por eles na origem da instituição é algo corrente na discussão dessa abordagem. Contudo, apenas com o advento dos estudos feministas e a adoção da lógica de gênero é que passamos a entender, também, que o masculino e feminino opera em uma estrutura desigual de distribuição de poder.

2.4. O INSTITUCIONALISMO FEMINISTA EM PRÁTICA

O Institucionalismo Feminista já possui uma importante tradição no cenário internacional, principalmente na Ciência Política estadunidense. A partir do crescimento e capilaridade dos estudos feministas nesse país a partir da década de 80, mais pesquisadoras se engajaram na compreensão das instituições pelas ferramentas dos neo-institucionalismos. É a partir dessa mudança no contexto acadêmico que o gênero passa a se tornar o centro de algumas análises e conquista publicações em periódicos de relevância institucional. Para

compreendermos quais as instruções práticas dessa abordagem na pesquisa política, passamos a discorrer alguns trabalhos que possuem o IF como abordagem central de análise.

São diversas as áreas que o Institucionalismo Feminista opera, pois, contendo atributos de todas as demais escolas, essa corrente tem a capacidade de construir diferentes modelos de verificação da realidade na Ciência Política. Entre os temas mais recorrentes temos: o exame sobre implementação de políticas públicas (FRANCESCHET, 2011; MINTO; MERGAERT, 2018); estudos sobre processo legislativo (ERIKSON, 2019; SCHWINDT-BAYER; SQUIRE, 2014)); eleições (JANKOWSKI; MARCINKIEWICZ; GWIAZDA, 2019); diagnóstico de cotas de gênero (JOHNSON, 2016; FRANCESCHET; PISCOPO, 2008); mudança ou permanência institucional (MADSEN, 2019; THOMSON, 2018); representação política (BOLZENDAHL, 2014; CAMPBELL; HEATH, 2017) partidos políticos e a análise da seleção de candidatas (EVANS; KENNY, 2020) e tantos outros (ADAMS; SMREK, 2018). Os respectivos trabalhos compõem um emaranhado teórico e empírico que fundamenta o estado da arte necessário para delimitarmos formas de pesquisar e identificar as lacunas que o Institucionalismo Feminista pode trabalhar para resolver. Abaixo discorreremos acerca desses trabalhos para exibir as possibilidades dessa abordagem.

Franceschet (2011) discute em seu artigo o conceito de instituições generificadas e como essas estruturas influem nas decisões e implementações de políticas públicas. A partir da discussão sobre o Institucionalismo Feminista e seus conceitos, a autora lança mão de uma análise histórica para compreender o desenvolvimento e afirmação da política de cotas na Argentina e Chile. Ela, então, conecta representação substantiva e institucionalismo e procede sua investigação por três pilares: 1) as instituições formais e informais e como as regras são generificadas; 2) como ideias e normas conduzem e mobilizam as forças dentro do parlamento; e 3) uma perspectiva comparada de como os legados históricos impactam, diferentemente, os resultados de certas políticas em países distintos. Os resultados dessa pesquisa mostram que instituições informais possuem um grande destaque em como os diferentes atores agem dentro do design institucional. Enquanto o Chile se orienta por uma estrutura de consenso entre o parlamento e o executivo, gerando assim uma censura própria de ambos os lados, tendo em vista os custos de determinada política pública, o mesmo não ocorre na Argentina, onde o congresso tem maior liberdade para propor e arriscar propostas de leis mais ousadas. Contudo, ação não é o mesmo que sucesso, e enquanto a Argentina possui uma maior produção legislativa que remete a questões de Gênero, Chile tem maior sucesso em implementar mudanças legislativas, uma vez que a relação de consenso entre legislativo e executivo produz consistência na iniciativa.

Minto e Margaert (2018) analisam a incorporação da perspectiva de gênero e a avaliação de políticas públicas na Comissão Europeia, utilizando o Institucionalismo Feminista em conjunção com o Institucionalismo Histórico, investigando o processo de institucionalização dessas estruturas. Pergunta-se quais as diferenças entre essas abordagens, e uma vez entendendo as diversidades entre elas, questiona o porquê haver distintos graus de institucionalização dos objetos comparados. A autora avalia cinco dimensões para identificar esse processo de institucionalização, quais sejam: 1) adoção formal; 2) estruturas e procedimentos; 3) qualidade; 4) accountability e conformidade, e 5) estabilidade. Por meio do *path dependence* os resultados identificaram que a avaliação de políticas públicas, ligados a três momentos distintos da história da Comissão Europeia, em que as práticas institucionais e mudanças beneficiaram essa estrutura. Também, a lógica tecnocrata adotada por essa instituição afasta iniciativas vistas como ideológica, como a incorporação da perspectiva de gênero.

A perspectiva individual, no micro-level da ação, provida pelas análises da escolha racional e do institucionalismo discursivo, também são comumente utilizadas na prática do Institucionalismo Feminista, conforme observamos em Erickson (2019), cujo trabalho tem como objetivo desenvolver a noção de "significante de gênero", ou seja, a concepção que determinada estrutura seja atribuída a um determinado gênero (quase sempre de forma negativa para mulheres), como também analisar essa noção frente as estratégias de decisão tomadas pelos atores em votações legislativas. Logo, a autora lança mão de conceitos da Escolha Racional para definir as instituições e as relações entre os atores que a perfazem. Analisando o processo de votação das políticas sobre prostituição na Suécia, a autora indica haver uma adequação à estrutura conformada pelo gênero na instituição para que mulheres consigam apoio dos seus colegas homens e da população em geral, fazendo com que as políticas que comumente seriam taxadas como feministas, tornem-se "neutras" e sejam propostas por congressistas homens. Tais estratégias compreendem a concepção dos atores sobre o espaço que ocupam e, principalmente, que esse espaço é altamente generificado.

Schwindt-Bayer e Squire (2014) argumentam que o poder de uma legislatura, ou seja, se ela é capaz de implementar suas políticas públicas sem demais custos e ingerências dos demais poderes, determina o nível de obstáculos que novatos, principalmente mulheres, enfrentarão para conquistar um assento nesses parlamentos, visto que as elites políticas, em contextos de alto poder legislativo, atuam para proteger essas vagas, tratando-as como capital político imprescindível. Instituições informais possuem um amplo papel na construção da sub-representação de grupos minorizados em todo o mundo. As autoras classificaram e analisaram, então, 149 legislaturas quanto ao seu poder de implementação e os efeitos na representação

política descritiva feminina, observando que o grau de poder profissional, ou seja, a posição de poder sobre decisões políticas gera mais impacto no número de mulheres que conseguem acessar o poder em cada país.

Jankowski et al (2019), a partir do institucionalismo feminista, faz uma análise do impacto da eleição de mulheres nacional e subnacionalmente no sucesso em eleições futuras para mais mulheres. Ou seja, eleger mulheres implica em fortalecer a eleição vindoura delas nessas instâncias. Para tanto, as autoras consideram o três efeitos potenciais desse processo, quais sejam: 1) incumbência, que a partir de teorias de reeleição compreende que uma vez eleita, a parlamentar possui mais chances de acessar novamente a cadeira; 2) empoderamento, visto que ao conquistarem uma vitória eleitoral, fortalecem outras mulheres e cria um ambiente mais favorável para elas nas eleições subsequentes, e; 3) contágio, aonde partidos políticos podem ajustar suas listas partidárias frente um contexto mais favorável eleitoral para candidatas femininas observados em outros partidos. A pesquisa é realizada na Polônia, país que possui um sistema eleitoral relativamente similar ao brasileiro, com uma lista aberta proporcional. Utilizando o Design de Regressão Descontinuada como forma de análise, os resultados encontrados indicam forte evidência dos efeitos de incumbência, uma relativa força do contágio e pouquíssima significância para o empoderamento.

Johnson (2016) busca compreender os impactos das cotas de gênero nas eleições no Uruguai. O argumento central da autora, sob o enfoque do Institucionalismo Feminista, é que o design informal das instituições produz um acolhimento de homens na estrutura de seleção partidária para competição eleitoral, enquanto as mulheres são sumariamente afastadas desse processo. A partir de uma pesquisa qualitativa, observando discursos partidários e articulações locais de seleção de candidatos, os resultados observados indicam que apenas uma estrutura formal de cotas, que garante uma porcentagem mínima de mulheres nas listas partidárias, não são capazes de produzir efeito substancial na realidade política, uma vez que processos subjetivos que perpassam uma lógica informal, particularizada e profundamente enviesada em pressupostos masculinos, operam no sentido contrário, resguardando os interesses das elites políticas na conservação de candidaturas competitivas nas mão de homens.

Jankowski e Marcinkiewicz (2019) analisam os efeitos das cotas de gênero na Polónia de 2011. Por ser um país com o sistema proporcional de lista aberta, a literatura especializada apontava que as cotas teriam baixo ou nenhum impacto na modificação da subrepresentatividade feminina, visto que esse sistema carece de uma garantia de que, uma vez nominadas, essas mulheres se tornem competitivas na disputa eleitoral. As autoras empregaram uma análise quantitativa e indicaram que, ao contrário do afirmado pela bibliografia corrente,

as cotas tiveram um impacto positivo no número de mulheres em posições competitivas nas disputas e, principalmente, na quantidade de sucesso eleitoral dessas. Ainda, as autoras indicam que a posição ocupada pelas mulheres nas listas abertas é de extrema importância para a capacidade de ser votada e eleita. Outro achado fundamental é que partidos mais liberais tendem a colocar mais mulheres em posições promissoras nas listas eleitorais, favorecendo assim um espectro político com maior número de mulheres em suas fileiras representativas.

Piscopo (2008) averigua se cotas eleitorais, após implementadas, geram um impacto positivo na representação substantiva de mulheres no legislativo. Ao observar o caso Argentino, de relativo sucesso do seu sistema de cotas na América Latina, a autora divide o conceito de representação substantiva em dois: como processo, ou seja, de produção legislativa em prol da mulher, e; como resultado, de sucesso legislativo de determinado projeto. Os resultados dessa pesquisa mostram uma área cinzenta nas cotas argentinas, uma vez que elas criam mais oportunidades e aumenta numericamente as mulheres e as questões femininas no congresso, contudo, reproduz estereótipos de gênero negativos sobre capacidade feminina legislativa. Instituições, segundo a autora, possuem poder de obstruir e facilitar, simultaneamente, a representação substantiva feminina. No caso argentino, as cotas alteraram a lógica de ocupação nas fileiras do parlamento, entretanto, não foram capazes de modificar a estrutura de poder.

Thomson (2018) se pergunta como podemos explicar a resistência institucional para mudanças em prol das mulheres. Para a pesquisadora, os atores críticos são pequenos conjuntos de agentes que possuem um papel decisivo na estrutura decisória. Dessa forma, mais importante que a quantidade de atores de determinado setor seria a posição de poder que eles possuem para pautar suas políticas públicas sem restrições institucionais. A fim de responder seu questionamento, a autora investigou o processo legislativo sobre aborto na Irlanda do Norte, combinando o Institucionalismo Feminista com a lógica de atores críticos, indicando que, mesmo em cenários institucionais que possuem número suficiente de mulheres compondo suas fileiras, há a necessidade de que posições chaves também sejam ocupadas por elas, uma vez que em sua ausência, mudanças institucionais são impedidas pela carência de representatividade dos grupos interessados.

Representação descritiva é uma área importante da Ciência Política e dos estudos institucionalistas. O Institucionalismo Feminista também observa essa questão e um número cada vez crescente de estudiosos desenvolve suas análises dentro da abordagem. Bolzendahl (2014) se propõe investigar se o incremento na representação descritiva feminina gera impacto substantivo na produção legislativa. A autora reuniu dados de 40 anos das comissões legislativas da Alemanha, Suécia e Estados Unidos, observando em suas análises diferenças e

similaridades importantes entre os comitês. Tipificando as realidades analisadas, Bolzendahl compreende que a Alemanha possui uma organização polarizada quanto ao gênero, havendo uma segregação entre homens e mulheres entre os diferentes comitês, sendo que aquelas comissões menos "relevantes" são dominadas por mulheres. A Suécia possui uma tendência igualitária muito latente, devido sua longa tradição de crescente acréscimo de mulheres na política, resultando em comitês mais igualitários, mas ao mesmo tempo menos salientes em razão de questões de gênero. Por fim, os Estados Unidos possuem uma clara e forte dominância masculina, tendo presença majoritária de homens nas comissões, limitando o poder de ação das mulheres. Do ponto de vista teórico, a autora compreende que instituições formais e informais operam para que essas diferentes realidades ocorram e que a cultura, assim como o design institucional, possui grande impacto nessas composições.

Uma outra área de pesquisa profundamente ligada a fatores institucionais e, especialmente importante para os dias atuais, é sobre a representação descritiva, ou seja, o espelhamento da sociedade civil no corpo político. Para nós, o interesse perpassa a lógica de representação feminina em função quantitativa, referente a quantidade de mulheres que ocupam posições eletivas. Campbell e Heath (2017) se perguntam, no diapasão dessa temática, se mulheres votam em mulheres, observando o comportamento eleitoral nas eleições britânicas de 2010. As autoras argumentam que, quando gênero se torna uma questão saliente, o sexo do candidato tem efeitos estatísticos na escolha do eleitorado, visto que os partidos políticos agem para dar mais visibilidade para candidaturas femininas, colocando-as em posições competitivas. Todavia, esse impacto não é homogêneo no eleitorado e outras variáveis institucionais explicam, por exemplo, que até mesmo homens com profundas tendências machistas, ao se depararem com uma mulher na disputa pelo seu partido, votam nas mesmas.

Evans e Kenny (2019) se perguntam se partidos políticos dominados por mulheres, tal como o Partido da Igualdade das Mulheres do Reino Unido (WEP), fazem política de modo distinto dos demais, dominados por homens. As autoras partem da perspectiva partidária da construção de estruturas formais e informais para compreender se existe diferença entre as formas de organização. Os achados indicam que há uma disposição e tentativa de criar novas instituições formais que incorporassem a perspectiva de gênero, mas elas funcionam lado a lado com organizações antigas, orientadas dentro de preceitos masculinos. Essa dicotomia opera porque as instituições inglesas incidem contra essa forma de organização partidária, mas também a própria dinâmica interna do partido não consegue impor uma lógica diversa da adotada pelos partidos tradicionais, uma vez que é necessário disputar com esses o contexto político já bastante solidificado.

Madsen (2019) analisa o papel das instituições formais e informais em Gana, observando suas influências na representação de mulheres nos dois principais partidos do país, quais sejam: Congresso Democrático Nacional (NDC) e Novo Partido Patriótico (NPP). Do ponto de vista formal, a autora compreende que essas podem agir tanto como um obstáculo, quanto como um agente benéfico para introdução de mais mulheres na política. Com uma política de cotas desde 1959, com alocação de cadeiras exclusivas a mulheres no parlamento, Gana possuía em 2016 apenas 13% de mulheres no legislativo. O sistema eleitoral de Gana é majoritário pluralista, em que cada candidato disputa seu distrito. A literatura utilizada pela autora salienta que nesses tipos, dinheiro para campanha, clientelismo e o estereótipo contra mulheres na política geram um grande percalço para elas na disputa eleitoral. Logo, mesmo com instituições formais que, em tese, garantiriam maior acesso a esse grupo, as organizações informais reproduzem conceitos e situações genereficadas que prejudicam as candidatas no páreo eleitoral.

Adams e Smrek (2018) buscam explicar como instituições e contexto contam para explicar o porquê da dominância masculina na política. As autoras argumentam que para podermos explicar a variação interna da representação política de homens e mulheres (em algumas localidades, homens possuem uma super-representação marcante), é necessário abandonar análises estritas a feminilidade, ou pautada apenas em mulheres e passar a observar a construção das instituições informais e como elas consolidam valores masculinos na lógica de seleção de candidatos. Em suma, as instituições formais já apresentam obstáculos para as mulheres a nível material e social, contudo, as organizações informais podem agir para aprofundar essas desigualdades, principalmente quando olhamos para escolha de candidatos em partidos localizados em áreas rurais, ou na escolha de veteranos (majoritariamente homens) em detrimento de mulheres.

Temos, portanto, uma vasta diversidade de áreas de estudo em que já implementam o Institucionalismo Feminista, as expensas das demais escolas neo-institucionalistas, uma vez que essa nova abordagem abriria novas concepções para o estudo das implicações do gênero nas instituições nacionais. Enquanto as tradições históricas, da escolha racional, sociológicas e discursivas possuem ferramentas fundamentais para o debate institucionalista, a ausência do gênero como categoria e processo dificulta a expansão dos estudos feministas dentro dessas lógicas de análise. Portanto, é imprescindível que passemos a abordar o IF como abordagem válida para o contexto brasileiro.

2.5. REPRESENTAÇÃO FEMININA NO BRASIL: HISTÓRICO, OBSTÁCULOS E LACUNAS

Partimos do Institucionalismo Feminista para desvendar as implicações da representação política. Se o modelo formal compreende as imbricadas relações entre instituição e ação, a representação descritiva e substantiva carregam em si fatores culturais e organizacionais que alocam diferentes formas de agir, tanto frente a prática parlamentar, quanto pela cobrança da sociedade. A democracia representativa se vê constantemente criticada no que tange a canalização dos interesses sociais nas esferas decisórias. Um dos grandes debates da Ciência Política atual desenvolve dentro das agendas que analisam os motivos dessas crises e alternativas aos sistemas representativos a fim de legitimar novas formas de participação e acolhimento das vozes plurais da sociedade civil. Logo, fala-se das transformações substanciais da própria democracia representativa, seja por meio de adições institucionais que garantam maior capilaridade social entre os eleitos e eleitores, ou mesmo a subversão dos valores representativos liberais (INGLEHART; NORRIS, 2016; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018; MOUNK, 2018).

Tratar de crise ou mudança nas democracias representativas é também se preocupar com qualidade democrática, visto que as inclusões/exclusões de vozes na apreciação de matérias sensíveis aos direitos fundamentais básicos podem gerar, manter e reproduzir desproporções no sistema político, social, econômico e civil. Em nações com obstáculos institucionais ao acesso de grupos minorizados no processo decisório e até mesmo na competição eleitoral, grupos minoritários tendem a ser menosprezados pelo poder político e subjugados a vontade de uma “maioria” presente no poder (LIJPHART, 2019).

Assim ocorre com as mulheres no Brasil, que constituem em números 104,772 milhões (51,6%) da população brasileira, ou seja, a maioria de fato dos cidadãos. Entretanto, desde antes da redemocratização e a Constituição de 1988, elas representam um número diminuto nas esferas do poder legislativo (e em outras tantas áreas), expondo a sub-representação na instituição perante esse grupo. A Câmara Federal contava com apenas 15,01%, ou 77 mulheres eleitas em 2018¹⁵. Contudo, isso não reflete apenas a nossa realidade, pois quando observamos

¹⁵ Vale lembrar que isso ocorre em um país em que mulheres são constantemente privadas de seus direitos. Ocorreram, entre 2009 e 2011, 5,8 assassinatos a cada 100 mil mulheres, sendo o Brasil o 5º colocado nas ocorrências do crime referido. Uma mulher é estuprada a cada 11 minutos no país, ocorrendo cerca de 50 mil estupros por ano. Morrem, por complicações ocorridas pelo aborto ilegal (em condições precárias), 4 mulheres por dia. As mulheres chegam a ganhar 58% menos que os homens nos mesmos cargos, e mesmo a renda delas é menor que a masculina (cerca de R\$ 489). Ainda, as mulheres chegam a trabalhar 7,5 horas a mais que os homens, devido a dupla ou tripla jornada enfrentada. E mesmo quando estão à frente dos homens, como é o caso do serviço público,

o levantamento histórico de cadeiras ocupadas por mulheres nos parlamentos de todos os países do mundo, feito pelo *Womens in Parliaments*¹⁶, a ampla maioria deles possuem índices de ocupação legislativa feminina baixo. Desse modo, além de visível a sub-representação da mulher nas órbitas decisórias, indicando um fracasso institucional de garantia representativa a esse grupo, temos indicativos concorrentes que fornecem um amparo teórico e prático dos obstáculos enfrentados pelas mulheres na pesquisa nacional.

É importante conceber que não compreendemos ser responsabilidade exclusiva das mulheres deputadas legislarem exclusivamente ou prioritariamente em temas sobre mulheres. Assumir tal afirmação pode soar que mesmo dentro do espaço legislativo existiria uma “posição” pré-determinada para as mulheres que acessam as esferas decisórias. Muito além dessa visão superficial da representação política, nos filiamos a conclusão do trabalho de Pinheiro (2007), no qual ela articula o entendimento de que o processo legislativo é bem mais amplo que a mera proposição de políticas e por causa do número diminuto de mulheres e a estrutura de restrições sociais e política internas da Câmara Federal, torna-se praticamente inviável tal responsabilização sem incorrer em erros políticos e preconceitos estruturais¹⁷.

Buscamos articular a discussão de política de reconhecimento, proposta por Nancy Fraser (FRASER, 2006), que subsidia nossa questão sobre a relação entre representação, produção e correspondência entre a busca pela ampliação de direitos femininos pelas mulheres que ocupam posições decisória. A luta por reconhecimento nasce como resposta ao fim das meta-narrativas políticas do século XX, principalmente com a derrocada da corrente socialista. O foco nas classes sociais é descolado, tendo seu espaço ocupado por grupos distintos, sejam eles relacionados a etnia, raça, gênero ou sexualidade. O reconhecimento, passa assim, a exercer um papel fundamental nas políticas de distribuição e igualdade política entre os povos. Logo, do ponto de vista cultural, a autora compreende que o reconhecimento seria o remédio das injustiças culturais, que desapropriam dos grupos minorizados seus bens não econômicos.

O que buscamos aqui é construir uma discussão entre teoria e empiria que fomente uma tese sobre representação política feminina no Brasil, visto a baixa produção sobre esse elo entre

as mulheres são excluídas dos cargos de chefia, com apenas 21,7% das vagas ocupadas. A violência contra a mulher se expande em todos os sentidos, está em todos os lugares, permeia todas as esferas do cotidiano, patrocinada pela falta de estrutura política que as tutele. Todas as referências constam no Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil.

¹⁶ Para ver mais, acessar: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>.

¹⁷ Também não menosprezamos a ação dos homens deputados federais frente as políticas públicas que beneficiariam mulheres na sociedade civil. Todavia, não será foco desse trabalho explorar as ocorrências no lado masculino, uma vez que não buscamos orientar esse estudo em uma perspectiva comparativa, mas sim analisar as mulheres por elas mesmas.

representantes e representados em um recorte de grupos, nesse caso o feminino. A Ciência Política e Sociologia Política sempre se preocuparam com esse tema e produziram trabalhos analíticos inestimáveis para a construção do quadro geral. Grupos minorizados no Brasil não possuem representação adequada, ou minimamente satisfatória nos âmbitos políticos e decisórios de todas as instancias. Essa constatação é amplamente catalogada, não apenas pelos diversos institutos de avaliação representativa do Brasil, mas também pelas duas áreas supracitadas. São muitos os trabalhos que buscam explorar as causas desse fenômeno e, ainda, identificar quais fatores mais ou menos contribuem para que um grupo majoritário de indivíduos seja excluído do sistema político e taxados como “minoritários” na arena política.

Contudo, o que temos na produção nacional é justamente uma construção dos percalços institucionais, formais e informais, que impossibilitam o acesso de mulheres na política. Tanto o que elas fazem depois que são eleitas, quanto quais são as restrições institucionais que impedem sua participação no campo político foram pouco debatidos e explorados. Portanto, esses trabalhos referidos conseguem nos dar indícios dos obstáculos representativos, mas se limitam ao estabelecer relações que não atingem a discussão institucional em uma dimensão holística e integrada ao gênero. O objetivo dessa tese é exatamente contribuir com essa lacuna nos estudos sobre representação política, gênero e instituições. Ao longo desta subseção iremos dialogar com essas linhas para construir os argumentos de cada capítulo.

Um dos campos mais relevantes do estudo sobre representação feminina no Brasil é alocado na análise dos resultados da política de Cotas de Gênero. Praticamente todos os trabalhos que versam sobre o tema são categóricos em afirmar que o incremento de mulheres após a implementação das cotas de gênero partidárias foi pequeno e é explicado por outros motivos diversos ao da implementação dessa política pública.

No caso das mulheres e, especialmente, no Brasil, temos uma das mais baixas taxas de representação política em todos os níveis da estrutura política. Mesmo após a instituição, em 1995, das cotas de gênero eleitorais, que estipulavam 20% no mínimo para um determinado sexo (obviamente o feminino), e com a sua expansão em 1997, para 30%, não obtivemos nenhum salto substancial na quantidade de mulheres nas cadeiras legislativas¹⁸. Vale ressaltar

¹⁸ É importante destacar que a implementação de cotas de gênero foi acompanhada por uma ampliação no número de candidaturas, designando a possibilidade de um partido político lançar 150% o número de candidatos em relação as vagas disputadas. Essa medida, segundo inúmeros especialistas, serviu para diluir o impacto das cotas. Sobre o assunto, ler: SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. *Opin. Publica*, Campinas, v. 15, n. 2, p. 306-332, Nov. 2009; BOLOGNESI, Bruno. A cota eleitoral de gênero: política pública ou engenharia eleitoral? *Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política*, v. 1, n. 2, 2012; ARAÚJO, Clara. Mulheres e representação política: a experiência das cotas no Brasil. *Estudos feministas*, p. 71-90, 1998.

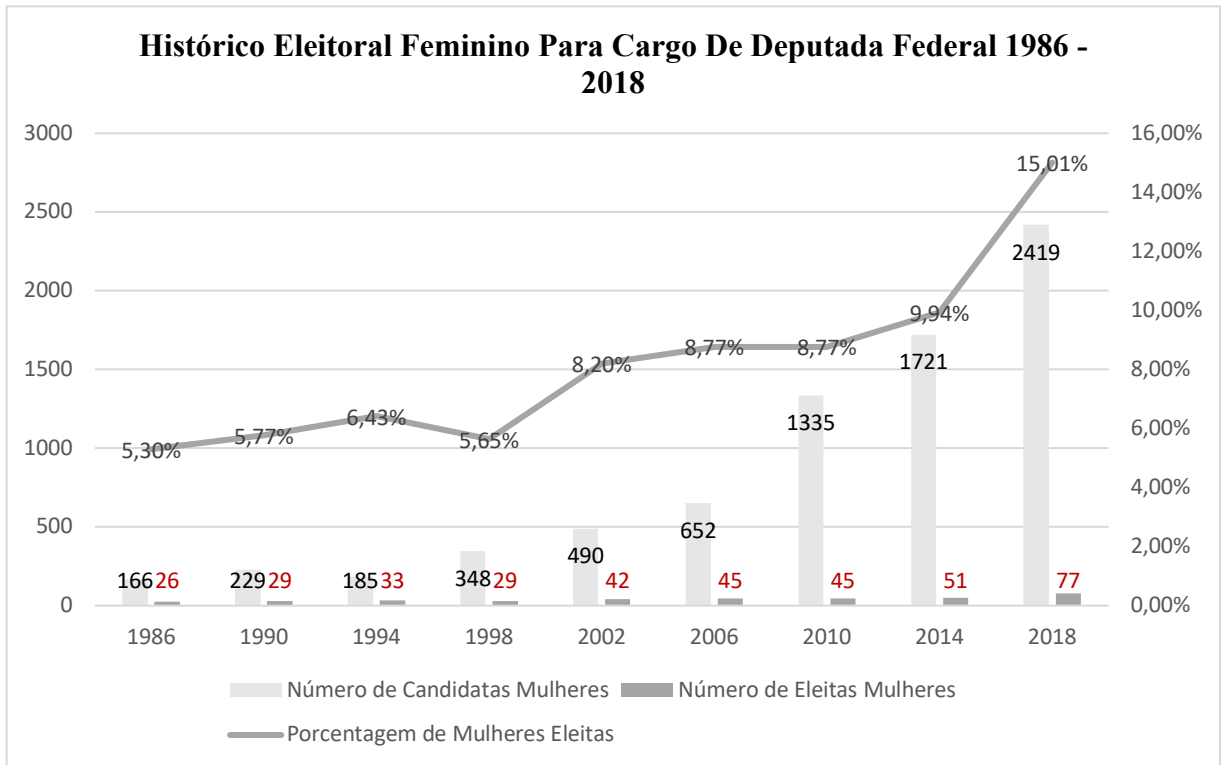
que as cotas de gênero nascem de um movimento internacional que objetivava pressionar governos para instituir cotas em todos os países da América Latina. Um quarto de século depois, alcançamos em 2018 a insossa proporção de 15,01%. Em 2012, Sacchet e Speck (SACCHET; SPECK, 2012) já aduziam:

Na América Latina, o Brasil é o segundo país com mais baixo índice de mulheres em cargos legislativos federais. Apenas 8,8% dos deputados federais são mulheres no país, percentual que é maior apenas que o do Panamá, que tem 8,4%. A média nas Américas é de 22%, sendo que a Argentina e a Costa Rica são destaques na região, com 38% cada. Em nível mundial, o país ocupa a 111ª posição (Inter-Parliamentary Union, 2011- dado referente a agosto), ficando em situação pior do que a de alguns países árabes, conhecidos por suas institucionalizadas segregação e discriminação de gênero. (SACCHET E SPECK, 2012, p. 178)

Araújo e Alves (ARAÚJO; ALVES, 2007a), estabelecem o contínuo resultado insatisfatório da política de cotas após as eleições de 2006 e apontam que, além das variáveis apontadas nos demais estudos, existem outros que não foram mencionados, tais como a ausência de punição aos partidos políticos que não respeitem as cotas e a ampliação do universo de competidores. Também, para esses autores, é fundamental compreender a trajetória dos competidores para podermos estabelecer associações frente a capacidade de ser eleitos.

No gráfico 1 podemos notar o crescimento lento e diminuto ao longo de 32 anos, mesmo com o incremento mais que considerável do número de competidoras. Essa realidade traduz um resultado amargo para as cotas de gênero no Brasil e suscita uma série de questionamentos que buscam solver quais fatores ainda impedem o acesso feminino em instâncias decisórias.

Gráfico 1: Histórico Eleitoral Feminino no Brasil de 1986 a 2018



FONTE: Autor, dados do TSE.

As explicações dessa sub-representação feminina são variadas e em grande parte, institucionais. Matland e Taylor (MATLAND; TAYLOR, 1997) articulam um debate em que indicam as regras eleitorais como precursoras de obstáculos a representação política de mulheres. Dessa forma, as instituições são conformadas por regras que não alteram os benefícios de determinadas classes ou que permitem a perpetuação de mecanismos que garantem a eleição de elites econômicas, partidárias, políticas e sociais. Sendo assim, os sistemas políticos de representação e elegibilidade, conforme dispõe Araújo (ARAÚJO, 2005), possuem impacto considerável na desproporção representativa feminina.

Nesse sentido, a autora discorre que em um sistema majoritário, os partidos apresentam apenas um competidor por zona eleitoral, sendo esse provavelmente aquele que angaria maior capacidade eleitoral. Essa capacidade eleitoral pode ser traduzida em habilidade de atrair financiadores, patrimônio próprio, cor, extrato social, ocupação, capital político, enfim, uma variedade de encargos que estão condicionados na figura do homem político. Já o sistema de representação proporcional evoca uma coletividade na eleição, sendo que os partidos devem oferecer uma lista de competidores que agreguem votos de todos os segmentos sociais e, portanto, as mulheres são beneficiadas com essa lógica. Assim, o sistema proporcional seria o sistema que mais beneficia mulheres, enquanto o sistema misto e majoritário, gradativamente

de acordo com cada um, submeteria as candidaturas femininas a problemáticas espaciais e geográficas, aumentando o peso do dinheiro, do capital político e do tempo disponível (NICOLAU, 2006)

Outro exemplo de obstáculos institucionais que esses autores indicam são as listas abertas, que dificultam o acesso de grupos que não possuem capital político para disputar com outros consolidados no campo em disputa. Isso porque na lista aberta os competidores disputam entre si internamente (dentro dos partidos políticos), não apenas apoio eleitoral, mas recursos de campanha e organização eleitoral para proceder a vitória. É notável que, assim como já apontamos em Alvares (2008), o processo de seleção de candidatos é altamente enviesado para privilegiar homens, tendo em vista seu capital político.

Nesses casos, e amplamente discutido os efeitos, a lista aberta daria maiores chances para aqueles que possuem acesso a recursos financeiros (homens, basicamente) do financiamento público (por parte dos partidos, visando a viabilidade daquele candidato) e privado de pessoas físicas (voltados para homens, no geral), enquanto listas fechadas com instrumentos informais ou formais de cotas e seleção de candidatos auxiliariam no alargamento representativo de mulheres, por compreender arranjos institucionais mais consolidados para esse fim (SCHMIDT e ARAÚJO, 2004).

Nessa perspectiva, as regras possuem um caráter de desincentivo para novos competidores e aqueles que não se encaixam no “padrão” competitivo. Vejamos que nossa instituição eleitoral compreende um grande número de vagas para disputa, aliado com uma pluralidade cada vez mais crescente de partidos políticos, permeado por líderes com inserções públicas facilitadas pelo seu histórico, pela identidade proveniente de cargos públicos outrora ocupados, envolvendo um peso substancial na competição (ARAÚJO, 2009; ARAÚJO E ALVES, 2007).

Araújo (2009) constrói um apanhado de estudos sobre como os sistemas eleitorais afetam a representação feminina e indica que há, ao menos, três aspectos importantes a se distinguir nesses trabalhos, quais sejam:

A maior parte dos estudos comparados tem destacado que o sistema eleitoral afeta as mulheres em relação a três aspectos: ao tipo de representação, se majoritária ou proporcional – representação proporcional tende a ser mais favorável; à magnitude do distrito – distritos médios ou grandes oferecem mais chances de eleição; e ao sistema de voto e de candidatura – listas fechadas e candidaturas ordenadas com voto preferencial (RULE, 1997; JONES, 2008; ARCHENTI, 2008; CAMPOS e LUENGO, 2008). Contudo, se existe consenso de que esses fatores são importantes e existem evidências suficientes de que a sistema proporcional é mais favorável, já em relação aos tamanhos dos distritos, aos tipos de lista, ao grau de fragmentação e ao sistema

partidário há muita polêmica. E vários autores sustentam que, em se tratando de ingresso de mulheres, tanto em relação aos distritos como aos tipos de listas, não se pode falar de um padrão (SCHMIDIT e SAUNDERS, 2004; MATLAND, 2002, 2005). (ARAÚJO, 2009, p.32).

Porém, mesmo com todas essas pesquisas, existem aqueles que discordam em relação a essa perspectiva institucionalista das regras eleitorais. Segundo Roberts, Seawright e Cyr, os estudos que buscam medir o impacto das regras eleitorais na representação feminina sofrem de problemas metodológicos como endogenia das próprias regras, variáveis culturais negligenciadas e ausência de trajetórias históricas. Ao reanalisarem alguns dados de países distintos, seus achados indicaram que as regras eleitorais não possuem o impacto anteriormente mensurado, sendo esse menor e, portanto, mudanças institucionais teriam pouca consistência e força para modificar realmente o problema de representatividade (ROBERTS; SEAWRIGHT; CYR, 2013).

Isso justificaria o fato de que a implementação ou não das cotas de Gênero não possuem relação com a quantidade relativa de mulheres nos parlamentos latinos americanos. É isso que aponta Araújo e Alves no seguinte excerto:

Primeiro, os países que não adotam cotas na legislação eleitoral e possuem históricos democráticos e culturais razoavelmente semelhantes apresentam índices de participação feminina na política bem mais favoráveis do que os do Brasil (casos, por exemplo, da Venezuela, com 18% de participação feminina, do Uruguai, com 12%, e do Chile, país considerado bastante conservador em termos de igualdade de gênero, que na última eleição conseguiu eleger 15% de mulheres no Parlamento). Segundo, há também dados de países que adotam cotas, possuem legislações punitivas em relação aos partidos e, no entanto, obtêm performances diferentes. Em alguns casos, tais performances são mais favoráveis em países cujo sistema eleitoral é considerado, por parte da literatura (e também por parte de movimentos de mulheres locais), como menos propenso à eleição de mulheres, por possuírem as chamadas listas abertas (vota-se em candidatos e não em partidos), – as situações do Peru, que recentemente elegeu 29,2% de mulheres para o Parlamento, e do Panamá, que na última eleição elegeu 19%. E, em outros casos, os índices tendem a ser menores nos chamados sistemas de listas fechadas, assumidos como sistemas mais favoráveis à eleição de mulheres – como na Bolívia, com 16,7%, e no Equador, com 16%. Por último, a literatura recente tem demonstrado que, embora não sejam decisivos, os fatores e as características dos sistemas eleitorais influenciam nas chances de elegibilidade das mulheres, e isto ocorre mesmo quando as cotas entram como variável interveniente. (ARAÚJO e ALVES, 2007, p. 536).

Não compreendemos que haja um problema nos desenhos de pesquisa construídos pelos pesquisadores nacionais. O que observamos, e os autores até aqui mencionados também indicam, é que existem limites na compreensão dessa desigualdade de acesso e, conseqüentemente, na estrutura de representação política feminina, que as alternativas até agora empregadas não conseguiram explorar. Dessa forma, faz-se necessário pautar esse problema de pesquisa em outras instâncias.

Pouco foi feito sobre a produção das mulheres deputadas federais e seu vínculo com suas trajetórias pessoais e institucionais, fundamentos imprescindíveis para discutirmos o processo de representação. Essa premissa, sublinhada por uma sucessão de autores aqui analisados, perpassa a seara dos estudos culturais, das instituições informais e dos arranjos histórico-estruturais que fomentam o sistema político-social de cada país. Não basta modificarmos instituições e esperar que todos os demais obstáculos que estejam ou não ligados a essas rapidamente deixem de impactar negativamente o sistema. Uma das maiores deficiências em analisar políticas públicas sobre representatividade e da própria reforma do sistema político é que o todo é preterido em razão da parte, de um mecanismo singular que se torna eleito e receptáculo dos problemas institucionais brasileiros.

É importante ressaltar que a adoção de cotas na América Latina produziu resultados diferentes em arranjos institucionais similares e resultados similares em arranjos institucionais diferentes. Em determinados países, mesmo sem o respectivo mecanismo de cotas, as taxas de representação política são maiores em relação a aqueles que o possuem (HTUN, 2001). Portanto, é poderíamos afirmar que as regras eleitorais não são determinantes para diagnosticar os obstáculos da representação feminina. Outros fatores devem ser conjugados a fim de construir uma abordagem que possa fundamentar um diagnóstico satisfatório e, ao mesmo tempo, servir de preceito teórico e empírico para a confecção de uma nova política de acolhimento representativo.

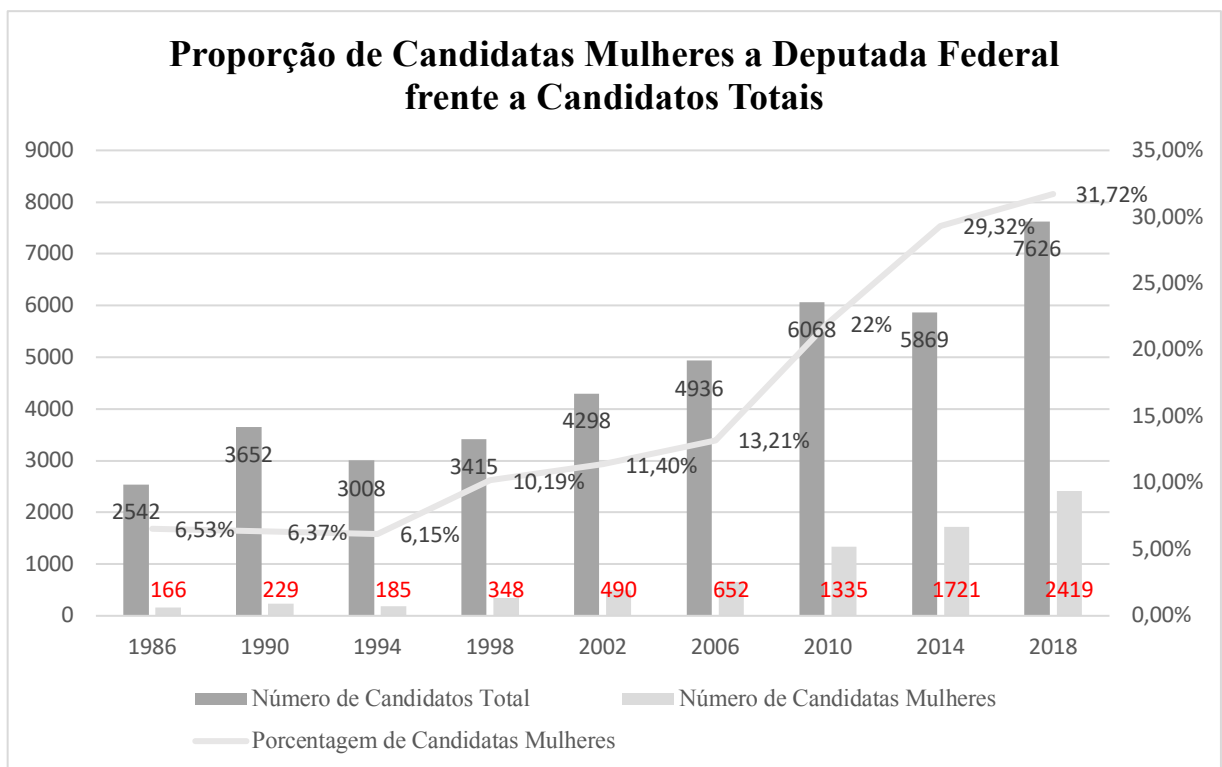
Explicações diversas influem nesse debate de sub-representação, como no caso da cultura, mencionada anteriormente em Alvares (2006). Seriam as mulheres prejudicadas na competição eleitoral e no acesso aos postos decisórios somente por causa do preconceito, machismo e a lógica patriarcalista que opera dentro e fora das organizações civis? Valores que são reproduzidos por mulheres, para mulheres e, principalmente contra elas induziriam a um cenário hostil de não incentivo de ocupação do espaço público decisório. Todas essas questões e mais tantas outras delimitam uma arena de estudo profundamente alardeado e fundamental para a compreensão de como as sociedades identificam e condicionam suas estruturas, reproduzindo-as no contexto político. Conforme aduz Araújo:

Há fundamento em se considerar o papel dos valores culturais e seu peso nas percepções e ações dos indivíduos. E a literatura evidencia isso (AVELAR, 2001; NORRIS, 1993; 1996; MATEO-DIAZ, 2002; ARCHENTI, 2008; DHALERUP, 2003; LOVENDUSKI, 2005, 2007). As dinâmicas de interação dos espaços públicos e, sobretudo, da política, foram estruturadas como algo aparentemente neutro, mas, de fato, baseadas, vivenciadas e definidas pelas práticas masculinas; por sua vez, o masculino tornou-se sinônimo de universal. Essa combinação responde pela permanência e reprodução de contextos, ou seja, pela reprodução das práticas.

Contudo, sabe-se que essa dimensão não está descolada de outros fatores. Tais contextos podem ser alterados por situações e fatos cujos imperativos de ação assim o exijam. Ademais, mulheres não são só vítimas. Assim como os homens, são também agentes. E os agentes, embora não completamente autônomos em relação às suas ações, possuem algum grau de autonomia e racionalidade para escolhas. Essa perspectiva requer, então, uma análise das práticas institucionais como tendentes à manutenção dos sistemas, mas, também, como expressão da ação dos agentes (ARAÚJO, 2009, p. 28).

Também temos o debate sobre interesse na participação política da mulher. A pergunta que alguns autores costumam a fazer é se as mulheres, como grupo, realmente desejam participar da competição eleitoral, tendo em vista suas longas jornadas de trabalho (duplas, triplas, quadruplas e afins), como também o descrédito nas regras do jogo que privilegia homens em detrimento das mulheres. Essas premissas são prontamente falseadas ao observarmos o crescimento expressivo e indiscutível de candidatas mulheres ao longo dos anos, mesmo que dentro da perspectiva das cotas (como observado no gráfico 2). Assim, não há indicativos que esse desinteresse realmente exista conforme mostram pesquisas que utilizam surveys nacionais para medir comportamento político (ARAÚJO, 2012; MIGUEL, 2001; SACCHET, 2009).

Gráfico 2: Proporção de Candidaturas Femininas no Brasil de 1986 a 2018



FONTE: Autor, dados do TSE.

Desse modo, frente a todos os preceitos aqui expostos, esse trabalho parte do pressuposto de que não existe um caminho simples de auferir os problemas da representatividade feminina, uma vez que são múltiplas as variáveis que interferem no acesso

as esferas decisórias. Portanto, cada ponto levantado nesse tópico corresponde a um fator que influencia em diferentes graus, dependendo do país, da região e até mesmo de micro localidades que observamos como objeto. No Brasil, ao que parece, variáveis institucionais correspondem a um interesse coerente por parte dos cientistas políticos, mas apenas elas não responderam e, mais gravemente, não propuseram novas medidas para resolver o problema. Contudo, o problema não residiria prioritariamente no olhar sob as instituições, mas sim na forma de aborda-las.

Em um primeiro momento, a compreensão das dinâmicas sociais que conformam as instituições, formatadas pelos símbolos que seus atores agregam a partir de suas trajetórias e de suas perspectivas de representação, necessitam de maior averiguação. Conforme apontado na introdução desse trabalho, as abordagens racionalistas e históricas trouxeram grandes avanços para os estudos sobre representação e congruência eleitoral, porém, pouco tem a dizer sobre as estruturas sociais que significam o embate político. Muito além de discutir como se vota e como articulam estratégias no interior da esfera decisória, é preciso entender quem são os atores dentro de suas órbitas sociais e como ocorre todo o processo de representação.

Com esse cenário exposto, a sub-representação, adoção de cotas, análise da Lei de Cotas (Lei n. 9 100/1995) e outros tantos objetos de pesquisa apontam o que é sensível ao cidadão: poucas mulheres acessam a política. Os motivos são diversos e se orientam pelo posicionamento patriarcal e machista não só da sociedade brasileira, mas de suas instituições. Pesquisas que avaliam os grupos minorizados e o acesso a representação individualmente indicam que apenas o motivo de baixa presença desses grupos nas listas partidárias não responde a baixa representação. No que tange ao acesso das mulheres, mesmo com a introdução de uma cota que regulamenta determinada porcentagem para o gênero nas listas partidárias, a sub-representação continua persistindo (ARAÚJO, 2001a; BOLOGNESI, 2012).

Apesar do grande avanço que esses estudos trouxeram para o entendimento do processo legislativo, as implicações dos mecanismos institucionais e da ação dos atores envolvidos, deixam em segundo plano fatores institucionais, sociais e culturais relevantes para a ação dos indivíduos dentro da Câmara Federal. Não respondendo, dentro do processo decisório, o porquê das diferenças de sexo, cor, classe social na condução legislativa. As abordagens institucionais convencionais, tais como a histórica e a da escolha racional carecem de instrumentos que possam extrair das estatísticas não só de aprovação e reprovação de matérias, como também do oferecimento e dialogo dessas, os elementos constitutivos da desigualdade dentro do jogo político, entre as eleitas e eleitos. Outra abordagem, o institucionalismo feminista, faz-se

necessário para a compreensão do diagnóstico da representação na forma de produção legislativa.

Por fim, outro ponto fundamental para desenvolvermos esta pesquisa é sobre o aumento expressivo de votos e de sucesso eleitoral de candidatos de direita na eleição de 2018, que levou a um aumento de mulheres eleitas nesse espectro político (e nos demais também, mas especialmente na direita) e, sucessivamente, no maior crescimento de deputadas federais desde a redemocratização. Entre as considerações sobre esse fenômeno das eleições de 2018, podemos indicar o contágio pela esquerda, a saliência de gênero nas eleições contemporâneas, a capacidade eleitoral de mulheres que já ocupam cargos eletivos (incumbência) e o empoderamento feminino como ferramenta propulsora de candidaturas (JANKOWSKI; MARCINKIEWICZ; GWIAZDA, 2019).

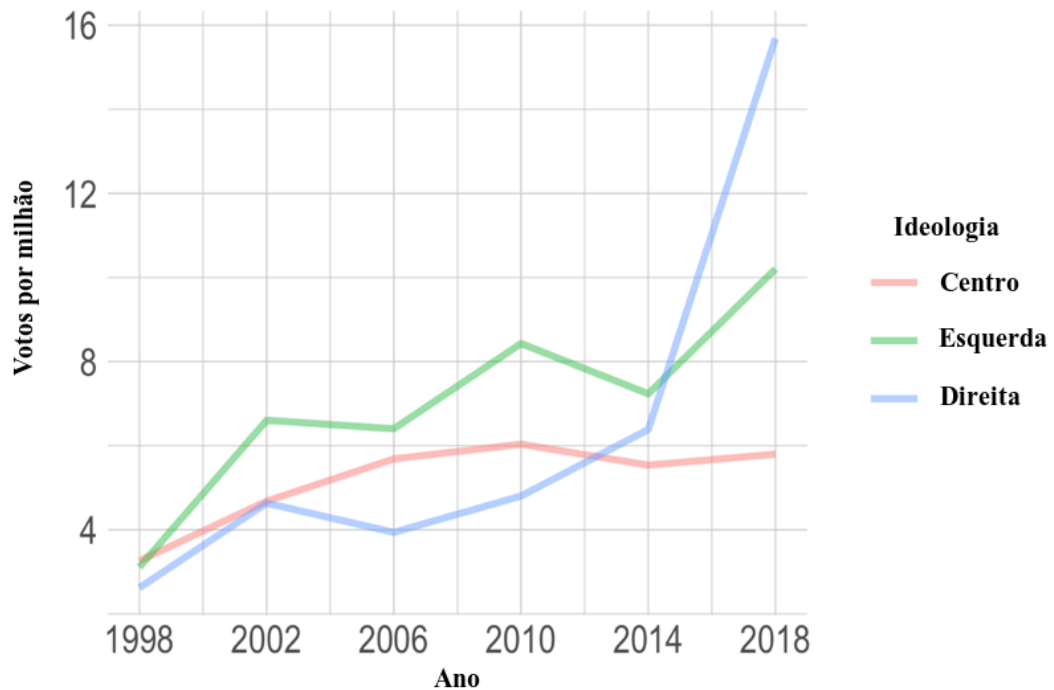
O contágio pela esquerda compreende uma premissa muito simples, mas profundamente importante: a eleição de mulheres por partidos de esquerda leva a uma adoção de mecanismos por outros partidos (centro e direita) a fim de disputarem o eleitorado que vota nessas mulheres e assim capturar mais cadeiras eletivas. É a partir dessa hipótese que os autores Matland e Studlar buscam averiguar se existe contágio eleitoral. Esse efeito teria mais força em sistema proporcionais (a pesquisa avaliou as eleições da Noruega e Canadá), tal como o do Brasil e o efeito ocorre em eleições que aparentemente não fornecem penalidades as agremiações que promovem candidaturas femininas (MATLAND; STUDLAR, 1996). Tal efeito não é novo na literatura e já foi amplamente catalogado, tendo Duverger (DUVERGER, 1972) discutido esse contágio a partir do pressuposto da organização, em que partidos de centro e direita eram forçados a mimetizar partidos socialistas, transformando-se em espécies de agremiações de massa para não serem derrotados nas competições.

No ponto de vista do gênero, esse argumento compreende a imbricada relação entre alistamento eleitoral de candidaturas femininas e partidos políticos. No Brasil, conforme relatado pela literatura nacional, as legendas criam obstáculos para a viabilidade de mulheres na competição eleitoral (ARAÚJO 2005; SACCHET 2011; SACCHET e SPECK 2012). Desincentivo financeiro por meio da repartição desigual de recursos do fundo partidário e de doações, negligência em relação à formação política dessas lideranças femininas, descaso com o recrutamento e recusa na construção de listas paritárias com posições favoráveis, estabelecem uma configuração estratégica em que não é benéfico para a agremiação o apoio a candidaturas femininas (SACCHET, 2009). Essa construção é endógena, uma vez que são justamente esses fatores que consolidam a sub-representação feminina.

Logo, sob esse contexto, partidos de esquerda e centro conseguem operacionalizar candidaturas femininas com maior facilidade do que partidos de direita. Uma vez que a dinâmica de seleção em agremiações à esquerda obedece a fatores ideológicos e identitários, com maior adesão a bandeiras como a luta pelos direitos das mulheres, o custo eleitoral deixa de implicar em renúncia às candidatas. Para o centro, o modelo catch-all, no qual a legenda tem como objetivo atrair a maior variedade de posicionamentos possíveis visando o ganho eleitoral em detrimento da substância ideológica, acaba por beneficiar essas candidaturas (WYLIE 2018; ARAÚJO e BORGES 2013).

Contudo, os ganhos eleitorais dessas estratégias certamente não passariam despercebidos pelas elites partidárias da direita. Com números cada vez maiores de votação em candidatas mulheres, a adoção dessas competidoras em seus quadros políticos logo se tornaria uma necessidade. E é assim que em 2018 o Brasil alcança a maior proporção de votação em mulheres e o maior número de mulheres nas urnas, com relevante incremento dos partidos de direita. Conforme se pode identificar na Figura 1, ao longo de quase 20 anos a esquerda foi o maior instrumento de captação de votos para mulheres no Brasil. O número de votos conquistados pela direita no pleito debatido quase dobra em relação a competição eleitoral anterior e leva a questionar os motivos desse crescimento.

Figura 1: Votos para Mulheres de 1998 a 2018 no Brasil.



Fonte: Repositório de dados do TSE.

Dessa forma o contágio ocorreria não por um dever normativo e moral de construir oportunidades para candidatas mulheres, mas sim de uma escolha racional de maximização de ganhos das máquinas partidárias (MATLAND, 2005). E algumas dessas candidaturas ocorrem num contexto bem específico, em que os partidos de direita recrutam competidoras tendo como referencial as relações de parentesco que essas possuem com os membros do partido. Uma vez que compreendem haver obstáculos em relação ao capital político e social de mulheres para o sucesso eleitoral, o apoio a candidaturas de esposas, irmãs, filhas e afins, torna um caminho mais aprazível do ponto de vista de recursos eleitorais (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

2.6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Essa sessão teve como objetivo a discussão teórica do Institucionalismo Feminista e como o seu uso possibilita uma mudança estrutural nos estudos institucionalistas, uma vez que coloca o gênero no centro do debate e articula uma série de ferramentas das demais escolas neo-institucionalistas para avaliar como a generificação institucional impacta na lógica política nacional. Também, construímos um debate com o Estado da Arte nacional, pontuando as lacunas que acreditamos poder resolver em nossa pesquisa. A partir de um debate conceitual e

a exibição da prática dessa abordagem, recortamos alguns estudos brasileiros que perfazem essa temática, mostrando que o Brasil já caminha em direção a uma profusão dos estudos feministas com as análises institucionalistas. Os autores nacionais compreendem uma variedade de investigações frente a baixa representação feminina em instâncias decisórias da política nacional, assim como discutem vários aspectos do caminho entre candidatura até produção de políticas públicas em si.

É nesse contexto que essa nova abordagem teórica se faz essencial na construção desta tese. A partir dela estabeleceremos no próximo capítulo as bases estruturais da construção do nosso argumento e, adiante, o aporte teórico dos testes das hipóteses. Compreender esse caráter sectário das instituições nos força a adicionar gênero na equação, a fim de prover material adequado para nossa análise. A inovação consiste justamente em tornar central uma característica muitas vezes colateral, podendo assim, transformar os resultados e estabelecer novos conhecimentos sobre os mecanismos institucionais nacionais que solidificam a representação feminina em um contexto de sub-representação e, conseqüentemente, numa lógica de retrocesso democrático.

Portanto, ao longo dessas pesquisas, podemos indicar lacunas do ponto de vista do entendimento institucional da variável gênero, ao compreendermos representação para além de uma lógica estática, mas sim como um processo. No Institucionalismo Feminista percebemos o quanto a variável gênero fundamenta um arcabouço de análise mais rico e dinâmico, provendo ferramentas indispensáveis para o entendimento das instituições e seus mecanismos. Para isso, precisamos percorrer toda a trajetória da representação política, iniciando pelo processo de seleção de candidatos e eleições, passando para formação de grupos de mulheres no interior da Câmara Federal, seguindo para as propostas legislativas e as diferenças entre os gêneros e finalizando com a comparação na proporção de proposições sobre questões de gênero em um importante intervalo temporal. Em cada seção seguinte teremos os estudos que nos precederam e como este trabalho irá auxiliar na área de pesquisa.

3. OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS AO ACESSO DE MULHERES NA CÂMARA FEDERAL

Este capítulo tem como objetivo analisar empiricamente os entraves institucionais à representação feminina na Câmara Federal, tratando das variáveis eleitorais e da própria competição política. É amplamente debatido os fatores que causam a sub-representação da mulher em instâncias políticas, congregando estudos comportamentais, institucionais e culturais. Entender esses obstáculos é necessário para que se possa construir um entendimento mais profundo da estrutura de desigualdades que acompanham esse grupo mesmo antes do ingresso nas instituições políticas, tal como a competição eleitoral. Desse modo, analisamos as disputas eleitorais de 2002 a 2018, levando em consideração a quantidade de voto e o sucesso eleitoral (variáveis dependentes) e oito variáveis explicativas, quais sejam: gênero, classe social, cor, despesa de campanha efetiva, incumbência, idade, ideologia e região. Foi criado modelos para uma análise de regressão probabilística para determinar a chance de sucesso dos grupos estudados.

3.1. DAS INSTITUIÇÕES ELEITORAIS E SEUS OBSTÁCULOS

Até aqui, a tese traçou toda sua abordagem teórica e resgatou o Estado da Arte dos estudos sobre representação feminina compreendendo o número diminuto de mulheres representantes. Procedemos agora a um estudo pormenorizado dessa sub-representação, a partir da competição eleitoral, analisando os principais argumentos explicativos sobre o caso brasileiro e aplicando uma abordagem estatística para identificarmos os principais problemas em relação ao acesso às instâncias representativas.

Dentre os argumentos levantados ao longo dos anos em relação a persistência desse abismo entre homens e mulheres na competição eleitoral estão algumas das agendas de pesquisa mais revisitadas da Ciência Política, dentre elas: os efeitos dos sistemas eleitorais na eleição de mulheres (GOLDER et al., 2017; LARSERUD; TAPHORN, 2007; LOVENDUSKI; NORRIS, 1993; MATLAND, 2005; PAXTON; HUGHES; PAINTER, 2010; THAMES, 2017); o impacto das cotas eleitorais e parlamentares (CAUL, 2001; DAHLERUP, 2008; KROOK, 2014; PISCOPO, 2016; SACCHET, 2018; SCHWINDT-BAYER, 2009); a seleção de candidatas (ÁLVARES, 2008; FOX; OXLEY, 2003; JANKOWSKI; MARCINKIEWICZ; GWIAZDA, 2019; JOHNSON, 2016; KENNY; VERGE, 2016; KROOK, 2009); capacidade eleitoral (BRIANS, 2005; BROOCKMAN, 2014; CAMPBELL; HEATH, 2017; DOLAN, 2010;

GOODYEAR-GRANT; CROSKILL, 2011; MCELROY; MARSH, 2010; NIEBLER; MARCHETTI; KOZDRON, 2020); entre tantas outras perspectivas institucionais.

Primeiro, em relação aos sistemas eleitorais e seus impactos na representação feminina, procedemos a uma breve explicação sobre esse tema. Dentre as várias definições de sistemas eleitorais, três elementos são essenciais para compreendê-los: a magnitude do distrito; a fórmula que define como o vencedor da vaga é escolhido e; a estrutura do voto (LARSERUD; TAPHORN, 2007). O primeiro compreende qual tamanho e quantos representantes serão eleitos dentro daquele território; o segundo indica se haverá sobras partidárias e cálculos de média para a conquista da cadeira; e o último é como o voto será contabilizado, se para o candidato, partido ou ambos. Dentre os principais tipos de sistema eleitoral temos o proporcional de lista aberta (Brasil), proporcional de lista fechada (Argentina), Distrital (Estados Unidos), Distrital Misto (Alemanha). No primeiro tipo, o eleitor vota em um candidato ou na legenda do seu partido, sendo eleito o mais votado, ou o que angaria mais sobras em detrimento de alguns candidatos que receberam mais votos. No segundo, os partidos constroem uma lista com nomes demarcados em posições hierárquicas, o eleitor vota na lista partidária e as cadeiras seguem a ordem estipulada. No distrital, o eleitor vota em um candidato e aquele que alcançar a média de votos para ser eleito primeiro, conquista a cadeira (comumente chamado de “First Past the Post”, ou “primeiro que ultrapassar o ponto”). Por fim, no distrital misto há uma mistura do sistema majoritário e do proporcional, havendo dois votos por parte do eleitor. Dentre esses modelos, temos variações que criam outros sistemas¹⁹.

A partir disso, temos evidências que sugerem o benefício de estruturas de eleição proporcional, uma vez que grupos minorizados seriam eleitos em maior quantidade por conta da abertura de vagas para indivíduos com dificuldade estrutural em eleições, quando comparado com sistemas majoritários (GOLDER et al., 2017). Entre os argumentos que suportam essa hipótese é que sistemas majoritários tendem a beneficiar os incumbentes, que em sua grande maioria são homens que acumulam maior capital político e por isso se perpetuam nas instituições representativas, enquanto grupos minorizados, especialmente as mulheres, não-brancos e a classe trabalhadora encontram desafios intransponíveis nas competições contra esses indivíduos (FRÉCHETTE; MANIQUET; MORELLI, 2008).

Ainda, sistemas eleitorais proporcionais podem sofrer pressões específicas do cenário internacional e do contexto doméstico por maior inclusão de mulheres em suas listas de

¹⁹ Two-Round System (TRS), Parallel Systems, Mixed Member Proportional (MMP), Block Vote (BV), Limited Vote (LV), Single Non-Transferable Vote (SNTV), Party Block Vote (PBV), Alternative Vote (AV), Single Transferable Vote (STV), Borda Count (BC).

candidatos. As mudanças sociais que o debate de gênero vem emplacando gera um ambiente favorável ao recrutamento de mais mulheres, seja de qual espectro político for, uma vez que a saliência do tema toma conta da competição (PAXTON; HUGHES, 2006). Também, a adoção de candidatura de mulheres em plataformas competitivas pode ser uma estratégia de partidos, que historicamente não alistaram mulheres, para capturar um eleitorado novo, carente de representação desse grupo (MATLAND; STUCLAR, 1996).

O Brasil possui um sistema eleitoral proporcional de lista aberta, o que corresponde a uma eleição na qual os partidos políticos oferecem os nomes dos candidatos em uma lista aberta, sem nenhuma instrução quanto a ordem dos competidores. Teoricamente, portanto, haveria disputa intrapartidária e interpartidária, havendo um sistema de sobras pelo qual candidatos com poucos votos, mas que participaram de uma coligação (até 2014), ou pertencem a uma agremiação com grande número de votos e representantes, tenham a oportunidade de serem eleitos a partir da “média”. Contudo, como amplamente apontado até aqui, esse sistema não gerou aumento na representação política brasileira, uma vez que as porcentagens de mulheres eleitas ao longo dos anos não conseguiram sequer alcançar a casa dos 20%.

Todavia, o impacto dos sistemas eleitorais não é unânime entre as pesquisadoras. Os modelos podem ajudar a diminuir os obstáculos à representação feminina, mas não o fazem sozinhos. Instituições informais possuem uma grande parcela de responsabilidade quando se trata de alistamento e sucesso eleitoral. Podemos ter o sistema perfeito para a eleição de mulheres e mesmo assim não progredir os números para além das cotas ou do confortável para as elites partidárias. É necessária uma conjunção de inúmeros fatores para mudar o cenário de sub-representação sistêmico no Brasil e no mundo (MADSEN, 2019; PISCOPO, 2016; WAYLEN, 2014).

Outro tema de bastante influência nos debates de acesso legislativo é o das cotas de gênero, que tem como objetivo ampliar o número de cadeiras no parlamento ou posições competitivas no processo eleitoral. Conforme já relatado no capítulo anterior, as cotas começaram a ser amplamente adotadas no contexto político do final do século XX, e trouxeram inúmeras inovações institucionais que garantiram, em muitos países, a consubstanciação dos números de mulheres eleitas. Cotas podem ser adotadas em diferentes formas, sejam elas formais, dentro dos partidos políticos e nas regras eleitorais, ou informais, tendo como suporte a influência de atores-chaves para a implementação.

Porém, a influência na sua adoção está ligada a um caráter social e político que transforma o tema gênero em ação. Dentre esses fatores temos que quanto mais mulheres acessam instâncias superiores, sejam no partido político, ou na própria estrutura governamental,

mais plausível se torna a adoção das cotas ou a ampliação do espaço feminino de maneira normativa. Também, partidos de esquerda costumam “contagiar” as demais agremiações com valores relacionados a expansão desse espaço e, por conseguinte, a capacidade de captura eleitoral. Em suma, mais mulheres em posições chaves podem gerar mais mulheres no todo (CAUL, 2001).

Cotas de gênero são ações políticas reais para problemas estruturais, portanto, trata-se de uma resposta aos valores intrinsecamente masculinos que se reproduzem nas instituições. Dado esse caráter constitutivo, elas nem sempre surtem efeitos após sua implementação e, ainda, podem não produzir resultado algum. Isso ocorre porque para se tornarem efetivas, os atores do jogo político precisam aderir a essas novas regras, abandonando as práticas antigas. Acontece que, em muitos países, após a adoção das regras formais há a criação ou fortalecimento de estratégias informais (ou até mesmo formais) para burlarem a ampliação de vagas. Há, por parte dos agentes que estavam no poder antes da política pública, um interesse de se perpetuar na política e no poder que é ameaçado por uma nova regra, criando um refluxo que acaba por inviabilizar os efeitos das cotas (PISCOPO, 2016; SCHWINDT-BAYER, 2009).

A experiência do Brasil é muito elucidativa quanto a isso. O país foi um dos primeiros a implementar a política pública na América Latina e, mais de 20 anos após, ainda não conseguiu aumentar de maneira satisfatória os números de mulheres eleitas. Isso porque, conforme indicado anteriormente, a implementação das cotas de gênero em si não é suficiente para modificar o cenário político e social. No Brasil, inúmeros são os motivos que criam obstáculos ao funcionamento dessa lei, tal como o sistema eleitoral de lista aberta que concede a liberdade para o eleitor escolher o candidato de sua preferência, sendo que a influência econômica gerará candidatos homens preferenciais, a diluição da competição partidária com os sucessivos aumentos da porcentagem de competidores nos pleitos (diluindo a capacidade eleitoral feminina ao passo que aumenta a influência do poder econômico) e a falta de estratégia partidária que manobre receitas de maneira que as mulheres tenham o mesmo recurso que os homens (SACCHET, 2018).

E a partir disso temos outro importante obstáculo para a representação feminina, qual seja, a seleção partidária de candidatas. Álvares (2008) se desdobra sobre esse tema em um artigo seminal sobre a seleção de candidatas e acesso ao legislativo. A autora aponta que a falta de presença de mulheres dentro das estruturas partidárias pode ser um importante aspecto para diagnosticar a incapacidade dos partidos políticos em traduzir candidatura em sucesso eleitoral, uma vez que a baixa identificação entre mulheres e as agremiações passam a constituir

obstáculos para o controle do jogo político. Isso quer dizer dificuldade no acesso de bens econômicos e capital político eficiente para a promoção de pautas captoras de votos.

Portanto, a seleção de candidatas está intimamente ligada com a forma que os partidos políticos resolvem lidar com as mulheres (NORRIS; LOVENDUSKI, 1995). Dentro da lógica da escolha racional, já amplamente mencionada e debatida nesta tese, a concentração de votos é o objetivo central do partido, pois eles se traduzem em poder político por meio da eleição dos membros daquela agremiação. Contudo, já é amplamente indicado pela literatura que mulheres possuem a mesma capacidade de se elegerem, quando em condições de igualdade, aos cargos eletivos (FOX; OXLEY, 2003), sendo plausível inferir que as dificuldades em eleger mulheres estejam mais associadas aos interesses das elites partidárias, prioritariamente masculinas (JANKOWSKI; MARCINKIEWICZ, 2019).

Conforme esses estudos, é a partir de instituições formais e informais que se constrói a exclusão feminina da competição eleitoral, bem antes da disputa per se. É no laboratório de candidaturas que as mulheres começam prejudicadas a caminhada até a vitória eleitoral. Instituições transparentes e capazes de responder com igualdade as pretensões de homens e mulheres são essenciais para se corrigir desigualdades sociais passadas. Contudo, o que observa-se na literatura é o uso de instituições informais para garantir a reprodução da desigualdade na seleção de candidaturas viáveis (JOHNSON, 2016).

Ainda, temos que investigações sobre a capacidade eleitoral de mulheres, em todos os aspectos do sistema eleitoral. Isso porque, em determinado momento dos estudos eleitorais, a hipótese de que mulheres não estariam dispostas a se candidatar, ou que haveria um desinteresse por parte delas na política eram os fatores alegados responsáveis pela sub-representação delas. Contudo, conforme as pesquisas mencionadas no capítulo anterior, os estudos sobre estereótipos femininos eleitorais e desvantagem institucional por conta deles possuem diversas implicações, enquanto algumas autoras apontam que esses estereótipos criam obstáculos substanciais nas carreiras femininas (FOX; LAWLESS, 2012; FOX; OXLEY, 2003), uma vez que mulheres querem sim participar do jogo político, e quando o fazem possuem capacidades eleitorais semelhantes aos dos homens (SCHWINDT-BAYER, 2011).

Portanto, por que a sub-representação ainda reverbera no Brasil? Dentre os fatores institucionais levantados até aqui, esse tópico aborda questionamentos fundamentais para o estudo da representação política feminina e a sua ampliação, tais como: a capacidade eleitoral que mulheres eleitas implicam na eleição de outras mulheres; o poder da incumbência para a reeleição, ou se há discriminação do eleitorado contra mulheres? Tudo isso se relaciona a capacidade eleitoral e as dimensões das abordagens. Por tempos as explicações dessa diferença

eleitoral estavam circunscritas a escolha racional, ou seja, o processo de escolha de se candidatar ou não era meramente uma questão estratégica, todavia, estudos recentes mostram que mulheres possuem obstáculos desde os primeiros momentos do alistamento eleitoral, e mesmo após a sua vitória (FOX; LAWLESS, 2012).

Nessa perspectiva, Fox e Lawless (2012) buscam testar duas hipóteses para a sub-representação feminina: a primeira se relaciona com a incumbência, uma vez que o parlamento exige capital político acumulado e beneficia aqueles que o tem, mulheres, que fazem parte de uma minoria social historicamente excluída das instituições, encontram sérias dificuldades para acessarem os cargos eletivos e alcançar a renovação das cadeiras nas instâncias legislativas. Já a segunda indica que mulheres não ocupam posições de alto nível nas profissões-chaves para a carreira política e, portanto, são preteridas pelos homens. As evidências encontradas nos estudos das autoras apontam para uma forte desigualdade no aparecimento de candidatas mulheres, uma vez que esse processo no interior dos partidos costuma não ser transparente e homens tendem a ser beneficiados por eles. Ainda, mulheres tendem a diminuir seu potencial eleitoral, mesmo estando em paridade com os homens quando comparadas as posições ocupadas em suas respectivas profissões, enquanto homens tendem a superestimar esse potencial. Um adendo a essa pesquisa é que nos Estados Unidos, aonde foi realizada, as eleições para o legislativo são distritais e, portanto, o processo de escolha do candidato é predominantemente a única porta de entrada para competição.

Álvares (2009) em pesquisa sobre a seleção de candidaturas e carreiras legislativas de mulheres, indicou que a construção de uma candidatura feminina segue o mesmo caminho da masculina, a partir de dois graus: simpatizantes e membros filiados. Conforme dispõe a autora:

Nessa interação entre oferta e demanda de nomes, verificam-se os obstáculos à entrada das mulheres na competição tanto pela parcimônia dos recursos pessoais desse gênero, enfraquecendo a motivação para concorrer (experiência política), quanto pela avaliação do partido àqueles/as com mais qualificação e que expressem prospecção de força eleitoral. Aqui o campo social fornece os subsídios para pensar que, enquanto os homens constroem sua trajetória valorizada, socialmente, na profissão, na política, sendo o papel esperado deles, as mulheres originariamente se reproduziram sob forte desqualificação de tarefas, julgando-se com dificuldades de realização pessoal, embora consigam ultrapassar essa emblemática configuração social.

Por conta de toda estrutura masculina que impede que essas mulheres alcancem informações sobre filiação e militância, visto a baixa capacidade (e vontade) dos partidos em operar programas voltados ao alistamento dessas, o laboratório de candidatos daquele partido fica restrito aos homens, ligados a estrutura tradicional de boa parte das agremiações brasileiras.

3.2. VARIÁVEIS INDEPENDENTES, HIPÓTESES PARA A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA E METODOLOGIA

Nesse capítulo, a fim de testarmos a hipótese de que existem condições institucionais que impedem o acesso de mulheres, utilizaremos uma análise quantitativa sob o escrutínio da regressão não-linear probabilística (*modelo probit*) e linear de Mínimo Múltiplos Quadrados (a chamada OLS). Tais modelos estatísticos são utilizados em situações distintas, visto que o primeiro ocorre quando a variável dependente é binária, ou seja, assume a forma de 0 e 1 (venceu a eleição ou não venceu a eleição), enquanto a segunda é apropriada para quando a variável dependente é contínua, tal como a parcela de votos recebidas pela candidata, comumente chamada na literatura especializada de *vote share* (CAMERON; BARRETT; STEWARDSON, 2016).

A regressão OLS e o PROBIT analisam, de uma forma ampla, se X causa Y controlando por efeitos de outras variáveis Z. Ou seja, a realidade múltipla não nos permite reduzir o número de votos ou sucesso eleitoral de candidatas mulheres apenas por meio da interação de uma variável, seja ela qual for. Outras questões estão em jogo e exercem influência na decisão do eleitorado e na disposição institucional daquele indivíduo.

Não por menos, o campo de estudo eleitoral é um dos mais produtivos quando tratamos da identificação do gênero como variável preponderante nas relações de poder. Entretanto, tem-se uma carência de uma análise mais aprofundada dessas desigualdades. A partir da análise estatística de regressão probabilística, este capítulo buscou trazer nitidez a esse assunto e, para tanto, elencou duas hipóteses pautadas no debate teórico iniciado no capítulo anterior e disposto na fase introdutória deste, quais sejam:

- H1 Mulheres possuem os menores índices de sucesso eleitoral por causa de fatores institucionais e características demográficas;

- H2 Mulheres possuem as menores votações por causa de fatores institucionais e características demográficas;

Essas hipóteses estão diretamente relacionadas com a percepção do sucesso eleitoral e dos votos recebidos nas eleições de 2002 até 2018. As suposições se parecem muito, mas por conta do sistema proporcional de lista aberta adotado no Brasil, explorar quantidade de voto e sucesso eleitoral trazem implicações diferentes, que podem nos conduzir a conclusões equivocadas caso apenas uma delas seja levada em consideração. Dadas essas explicações sobre a metodologia e técnica a serem utilizadas, resta debater as variáveis independentes das quais

iremos analisar os obstáculos ao sucesso eleitoral e ao ganho de votos nas eleições. Dessa forma, quais são essas restrições institucionais?

i. Gênero

Gênero é a variável central dessa pesquisa. A fim de compreendermos o impacto institucional das demais variáveis, precisamos sobretudo diferenciar como esse impacto ocorre quando se compara o desempenho eleitoral de homens e mulheres na disputa de candidaturas. Conforme desenhado nos dois primeiros capítulos, o design institucional garante uma série de vantagens aos homens, enquanto mulheres são penalizadas. O institucionalismo feminista propõe que a análise das instituições perpassa uma lógica de gênero e promova comparações e investigações que levem em consideração as disparidades acentuadas pelas estruturas eleitorais e políticas no todo, tendo gênero como centro metodológico (ADAMS; SMREK, 2018).

Pesquisas que buscam explorar as diferenças institucionais e como elas afetam homens e mulheres já percorreram um longo caminho. Trabalhos seminais que se propuseram investigar o impacto dos sistemas eleitorais na eleição de mulheres, ou a magnitude dos distritos eleitorais na composição de maiores bancadas femininas, até o formato eleitoral pautado em listas partidárias pré-definidas ou em votos em candidatos, remontam a década de 1980. A importância do sistema eleitoral, desde o final do século passado, vem sendo ressaltada, sendo que, conforme discutido na parte introdutória desse capítulo, estruturas proporcionais de lista partidária providenciam maior oportunidade para mulheres (RULE, 1986). Outras variáveis também interferem no sucesso eleitoral dessas competidoras, sendo o nível de desemprego feminino, a escolaridade dessas mulheres e até mesmo religião causadoras de impacto em suas carreiras políticas.

Pesquisas sobre o potencial eleitoral de mulheres vem testando uma variedade de hipóteses que indicam não haver um enviesamento do voto em favor dos homens, ou seja, que culturalmente o eleitorado esteja mais inclinado em votar em candidatos masculinos à candidatas femininas, indicando que estereótipos de gênero podem não ser uma variável fundamental no entendimento da desigualdade eleitoral (BLACK; ERICKSON, 2003). Não por menos, a partir da abordagem teórica desta pesquisa, as variáveis institucionais devem sempre estarem expostas sob as lentes dos estudos de gênero, para que possamos identificar fatores que sumariam as características institucionais que estruturam o abismo representativo entre homens e mulheres.

Outra hipótese muito comum é a de que mulheres não se interessam, ou não se engajam com a mesma intensidade e frequência no mundo político como os homens. Essa proposição nasce do senso comum que há um diminuto número de mulheres que ocupam instâncias de mobilização social (mito), partidária ou política/institucional, e também por conta do baixo interesse em relação a disputa eleitoral. Achados científicos nos EUA e também na Europa, a partir de estudos comparativos, evidenciam essa exclusão dos espaços políticos em desfavor das mulheres, mas as causas desse distanciamento estão ligadas a fatores culturais e institucionais que não se conectam com apenas a “disposição de estar lá”. Conforme considerado na parte introdutória desse capítulo, tal afastamento está associado com condições femininas na sociedade civil.

A presença de mulheres na política, segundo as autoras Karp e Banducci (KARP; BANDUCCI, 2008), possui duas implicações importantes: a primeira corresponde a maior capilaridade de temas sociais e de uma agenda pró política para as mulheres. Segundo, mulheres na política servem como um símbolo para influenciar a opinião pública e alargar o conceito de "fazer político" para além do reino masculino. Estudos já pontuados aqui, nos capítulos anteriores, sugerem uma ligação fundamental em relação ao número de mulheres eleitas e o futuro engajamento dessas na vida política. Seja pela via simbólica, a partir de um "tokenismo" que permite que a representação atravessasse o imaginário popular, ou pela própria aquisição de capital político que essas vitórias garantem aos grupos minoritários e a constituição de mecanismos que facilitem sua entrada nas esferas políticas institucionais. As autoras indicam que a representação descritiva não altera o engajamento das mulheres no processo político. Entretanto, o incremento da representação descritiva de mulheres pode influenciar na satisfação com os caminhos da democracia e com a identificação política para com os eleitos.

O Brasil, levando em consideração a literatura sobre apoio eleitoral à mulheres, possui uma relação complexa, pois, em 2010 elegemos a primeira mulher a Presidência da República, enquanto mantivemos a porcentagem de deputadas federais nos 10%. O caráter profundamente masculino das instituições brasileiras está intimamente ligado a essa situação (AGUILAR; CUNOW; DESPOSATO, 2015).

A pergunta de pesquisa anterior é repetida no contexto dos Estados Unidos, em que as autoras buscam averiguar se existe hostilidade, medidas diferentes ou fardos desproporcionais em relação as candidatas nos Estados Unidos. Utilizando dois surveys sobre características pessoais de competidoras eleitorais, as pesquisadoras reuniram respostas de dois grupos, eleitores e agentes públicos, para poder medir tanto a opinião da sociedade civil, quanto das elites políticas. Os achados vão ao encontro da realidade brasileira, uma vez que não foi

encontrado relação efetiva entre as duas primeiras questões, ou seja, hostilidade e medidas diferentes de comportamento não foram evidenciadas. Entretanto, o fato de possuir filhos e ser casado tem efeito benéfico na preferência do eleitorado, fazendo com que mulheres tenham um fardo desproporcional em suas carreiras para se beneficiarem dessa lógica, uma vez que mulheres casadas e com filhos possuem maior carga de trabalho em casa, perfazendo diversas jornadas e atrapalhando ou desmotivando sua vida política, criando uma indisposição prévia a seleção partidária e ao desempenho eleitoral (TEELE; KALLA; ROSENBLUTH, 2018).

Espera-se que em nossa análise das variáveis dependentes expostas anteriormente, gênero assuma um valor negativo quando observado as mulheres e positivo para quando os homens estão na análise. Portanto, assume o valor de 1 quando se é homem (por compreendermos o homem ter maior probabilidade de ser eleito) e 0 quando mulher.

ii. Classe Social

Classe social é uma variável que possui certa complexidade, uma vez que os candidatos podem não declarar o que possuem ou na declaração pode haver erros que acarretam na inexatidão da real situação do indivíduo na competição eleitoral. Entretanto, conforme amplamente debatido, a posição econômica de determinada pessoa tem muita influência nos caminhos (e nas facilidades) políticos que a mesma percorre. Mulheres são marcadas pelas desigualdades econômicas alimentadas pelo sistema capitalista patriarcal e, por conseguinte, perfilam os menores índices em relação a desempenho econômico. Essa desigualdade afeta as chances eleitorais?

É o que pergunta a pesquisa de Speck e Sacchet (2010), em que se discute como variáveis como patrimônio, ocupação e escolaridade impactam no desempenho eleitoral das candidatas. Ao observarmos que a sociedade brasileira é profundamente desigual e que a distribuição dos capitais políticos também sofre a mesma deformidade que o capital econômico, é necessário questionar como essas irregularidades atuam no processo de competição entre os candidatos. Com os dados eleitorais das eleições gerais de 2010, os autores encontraram que mulheres perfilam majoritariamente entre os grupos de menor capacidade patrimonial, estando representadas minimamente nos extratos milionários (cerca de 7% entre as deputadas federais).

A constatação derivadas dos resultados é de que não basta ser milionário para garantir vitória eleitoral, mas o ser eleva as suas chances em até 5 vezes, valendo tanto para homens, quanto para mulheres (SPECK; SACCHET, 2010). E é nisso que reside um grande foco da desigualdade, já que mulheres não estão entre aqueles que possuem milhões de reais em

patrimônio e, assim, não acessam os mesmos bens políticos, as mesmas relações familiares e de amizade, e muito menos as mesmas posições políticas desse grupo. Ainda, pesquisas mostram a disposição dessas pessoas com maior quantidade de bens em partidos de centro e direita, podendo explicar parcialmente a constância eleitoral feminina em partidos de esquerda, que comportam candidatas com menor poder econômico (BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009; RODRIGUES, 2014).

Dividimos a variável em três níveis, quais sejam, classe baixa, classe média e classe alta, para simplificar o processo de análise. Para o primeiro grupo selecionamos as deputadas que perfazem até R\$ 300.000 (trezentos mil reais) em patrimônio, para classe média até R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) e para classe alta, acima do último valor. É preciso, ainda, indicar que a regionalidade influencia, pois, as regiões do Brasil comportam diferenças de poder de compra e de disposição de bens, sendo que um apartamento de classe média pode custar X em determinado Estado, e X+Y em outro.

iii. Despesa de Campanha

A variável despesa de campanha leva em consideração o quanto foi gasto em determinada eleição, por candidato, durante a corrida eleitoral. O dinheiro da despesa vem do fundo partidário e do financiamento privado de campanha. Vários trabalhos lidam com esse debate entre gastos de campanha e sucesso eleitoral, mas são diminutos aqueles que se interessam nos efeitos do dinheiro numa perspectiva comparada entre homens e mulheres (HOROCHOVSKI et al., 2016; JUNCKES et al., 2019).

Despesa de campanha, neste tópico, será averiguado conforme a literatura que trata da questão do financiamento de campanha. Os variados fenômenos investigados dentro desta nomenclatura foram catalogados e revisados em artigo de Mancuso (MANCUSO, 2015). Financiamento é fundamental para o desenvolvimento da campanha, uma vez que maiores recursos acarretam em investimentos estruturais da competição, como, por exemplo, a contratação de materiais de divulgação, militância, transporte e afins. Segundo o autor, a literatura sobre este tema estaria organizada em estudos que buscam medir o impacto do financiamento no sucesso eleitoral, o benefício percebido pelos financiadores e os determinantes desse investimento. Em seu levantamento, é notável a ausência da variável gênero nos trabalhos realizados até então.

Entre os textos analisados, três pesquisas abordam a variável gênero, a de Peixoto (PEIXOTO, 2010), Sacchet e Speck (SACCHET; SPECK, 2012) e de Speck e Mancuso (SPECK; MANCUSO, 2014). A primeira pesquisa analisa os efeitos de diversas variáveis em

interação com o gasto de campanha para observar o impacto de cada intercâmbio, fornecendo resultados que indicam haver uma forte tendência negativa em relação do percentual de votos e o fato de ser mulher, quando controlado pelo financiamento e outros indicativos socioeconômicos das candidatas. É essa a condição que iremos averiguar nos trabalhos subsequentes.

Se características pessoais influenciam na taxa de sucesso eleitoral, questiona-se se a capacidade de angariar financiamento de campanha incide como obstáculo para as mulheres na disputa. É nesse sentido que o trabalho de Sacchet e Speck aponta haver uma grave desigualdade na arrecadação de dinheiro quando comparadas com os homens, corroborando com o processo de sub-representação feminino. Ao analisar os dados eleitorais de 2006, outro achado é a presença de maior desigualdade em partidos como PSDB, PV, PFL/DEM e PDT, enquanto o PT e o PSB tinham maior igualdade. A guisa da conclusão do artigo, os autores indicam que mesmo quando controlado pela reeleição, ou capital político, o sub financiamento é preponderante para manutenção da desigualdade.

Por fim, uma das pesquisas com maior inclinação a investigação dos efeitos do gênero nas eleições e pelo controle da despesa de campanha em relação ao sucesso eleitoral dessas candidatas é o trabalho de Speck e Mancuso (SPECK; MANCUSO, 2014), que analisa as eleições de 2010 e procede um exame das relações estatísticas entre sexo, financiamento de campanha, incumbência e sucesso eleitoral. Seguindo a premissa do trabalho anterior, os autores levantam três hipóteses em sua pesquisa: a primeira diz respeito a associação estatística significativa entre financiamento de campanha e desempenho eleitoral, e que esse impacto seria variável dentro de outros aspectos das candidaturas; a segunda hipótese compreende que a interação anterior é moderada pela incumbência, afetando com maior intensidade os desafiantes; por fim, a associação inicial seria, também, moderada pelo gênero da competidora, sendo que o impacto financeiro seria maior entre as mulheres.

Financiamento de campanha teve uma associação positiva e significativa em quase todos os casos, mostrando uma variação de força entre os tipos de candidatura. A segunda conclusão levantada pelo estudo de Speck e Mancuso mostra que o impacto do financiamento eleitoral, quando controlado por gênero, tende a impactar mais as desafiantes do que incumbentes. Por fim, quando controlado por capital político (incumbência), a associação entre financiamento de campanha e sucesso eleitoral é maior para as mulheres.

iv. Incumbência

O estudo sobre incumbência é largamente estruturado em uma tradição estadunidense, principalmente quando esse envolve as lentes de gênero. Não é surpreendente que a incumbência, ou seja, a presença de um candidato que já foi eleito anteriormente e busca a reeleição, seja um fator predominante na disputa eleitoral. Isso ocorre porque o capital político de um personagem que já conseguiu acessar a instância eletiva é bem maior do que daquele que disputa uma corrida política pela primeira vez. E isso causa efeitos notáveis na criação de obstáculos institucionais para eleição de mulheres, uma vez que na ampla maioria dos países incumbentes são homens (GADDIE; BULLOCK, 1997; WELCH; STUDLAR, 1996).

A incumbência é um importante fator político que interfere no acesso à representação, uma vez que a presença massiva de homens incumbentes proporciona uma desigualdade de oportunidades, visto que a incumbência tem poder preponderante no sucesso eleitoral, como já apontado. A incumbência é um fator de grande obstrução a entrada feminina no Congresso, sendo esse o entendimento de uma pesquisa entre 33 países realizada com dados temporais, de diversas regiões do mundo (SCHWINDT-BAYER, 2005).

Ao observar variáveis como limitadores de mandatos (imposição que proíbe que a candidata concorra a eleições subsequentes e, portanto, diminui os efeitos da incumbência) e taxas de retenção de votos, observa como diferentes países, com distintos sistemas eleitorais, reagem ao efeito da incumbência. Os resultados indicam que uma alta taxa de incumbência é prejudicial para representação feminina, sendo inclusive um problema entre a multiplicidade de sistemas eleitorais, diminuindo a intensidade apenas quando controlados por limitadores de mandatos (SCHWINDT-BAYER, 2005).

É pacífico que a incumbência é um fator de desigualdade na competição entre homens e mulheres, uma vez que esses possuem maior capital político e colhem os benefícios da retenção de votos, praticamente invalidando o discurso de viés eleitoral contra as mulheres (FULTON, 2020). Entretanto, qual impacto quando as mulheres são as incumbentes? Essa foi a pergunta realizada por Shair-Rosenfield e Hinojosa, onde examinaram se candidatas que outrora eleitas, mantiveram o benefício experimentado pelos homens incumbentes na disputa eleitoral (SHAIR-ROSENFELD; HINOJOSA, 2014).

As autoras indicam que o processo de disputa pela vaga eletiva ocorre de forma similar para homens e mulheres, uma vez que renomeações para a competição ocorrem quando essas já foram eleitas uma vez. Ou seja, o viés de seleção baseado no gênero tem seu efeito anulado, uma vez que a variável incumbência nos testes assimila a variável gênero. Também, na disputa propriamente dita, as candidatas possuem as mesmas probabilidades de serem eleitas que homens (SHAIR-ROSENFELD; HINOJOSA, 2014). Isso é importante a nível de

compreendermos como organizações institucionais podem sabotar candidaturas de mulheres, uma vez que a ampla maioria dos incumbentes são homens. Medidas para modificar essa estrutura perpassam pela limitação de mandatos e a extinção de competidores incumbentes.

O processo de seleção de candidatura é o primeiro passo institucional para a competição eleitoral e a representação política, conseqüentemente. Tendo isto em mente, é necessário ressaltar o papel dos partidos políticos nesse processo de seleção (a variável “ideologia” tratará desse aspecto), onde incumbentes recebem maior apoio para reeleição, traduzindo-se em financiamentos de campanha mais vultosos, articulação partidária, tempo de televisão e rádio e todo o aparato necessário para garantir a permanência no cargo e a retenção de apoio (MESERVE; PEMSTEIN; BERNHARD, 2020).

No contexto brasileiro, como já exposto anteriormente, a incumbência também estrutura um benefício forte no processo eleitoral, sendo que homens e mulheres possuem similaridades nos fatores de incidência (SPECK; MANCUSO, 2014).

v. *Cor*

Pesquisas sobre obstáculos institucionais para a eleição de grupos minorizados devem perpassar pela análise de raça, uma vez que ser não-branco carrega em si uma imensa carga de obstáculos sociais. Quando interposto com outras categorias, esta variável diminui consideravelmente a capacidade eleitoral das candidatas no pleito, uma vez que mulheres, não-brancas e de classe baixa representam a menor categoria descritiva no legislativo nacional, expondo as dificuldades de se romper o teto de vidro da representação (DE CASTRO, 2018).

Pesquisas realizadas nos Estados Unidos sobre a importância da raça em relação a corridas eleitorais, em um primeiro momento argumentavam a viés do voto racista e sexista, que prejudicava mulheres e não-brancos. Entretanto, conforme já debatido aqui, pesquisas mais recentes indicam que questões institucionais, muito mais que a lógica cultural, influenciam a quantidade de votos que um candidato percebe numa eleição (JUENKE; SHAH, 2016). Dessa forma é necessário a modificação, no contexto estadunidense, de normas institucionais que fomentam a lógica de seleção de candidatos nos dois partidos (Democratas e Republicanos), uma vez que, assim como as mulheres, não-brancos também possuem condições similares de vencer eleições, mesmo levando em conta todos os obstáculos já pontuados até aqui, tal como incumbência ou financiamento de campanha (SHAH; SCOTT; GONZALEZ JUENKE, 2019).

Nesse sentido, pesquisas também mostram que, ao comparados entre si durante a competição eleitoral, brancos e não-brancos, controlados por gênero e experiência política, possuem notáveis distinções pelo eleitorado, aonde candidatos brancos são visto de modo

homogêneo entre aqueles com menor e maior experiência política, enquanto candidatas e candidatos não-brancos sofrem impactos pelas suas trajetórias menos ou mais longevas (CAREY; LIZOTTE, 2019).

E relação a representação descritiva, assim como nas mulheres, estudos mostram que quando há uma lógica de identificação centrada na cor (raça no caso estadunidense) do eleitorado e do representante, há maior fortalecimento do próprio sentimento de estar representado”, mostrando a importância dessa descrição (ENGLISH; PEARSON; STROLOVITCH, 2019; MANSBRIDGE, 1999).

Voltando os olhos para as pesquisas nacionais, Bueno (BUENO, 2015) explora as eleições de 2014 em busca de compreender as disparidades raciais entre a sociedade, os candidatos e os eleitos. Seus achados apontam para uma discrepância maior nos cargos majoritários e nos eleitos, enquanto os candidatos a cargos proporcionais se assimilavam com o eleitorado. Ainda, levanta considerações sobre essa discrepância, questionando se ela residiria em preconceitos dos cidadãos na hora do voto, não encontrando ressonância na literatura que corroborasse essa afirmação. Por fim, a autora ressaltou as características históricas que geram obstáculos a candidatura de pretos, uma vez que essas condições criam estruturas que moldam as instituições contra o acesso destes grupos. Seja por meio do acesso ao capital político, capacidade econômica ou condições de captura do financiamento eleitoral, o fato reside na sub-representação flagrante do não-branco na política brasileira.

Uma importante consideração estabelecida pela autora anterior e continuada em pesquisa futura é estabelecer uma condição que se repete entre a variável gênero e cor: ambas as categorias não recebem menos votos por conta de uma discriminação do eleitorado, mas sim por conta de estruturas institucionais que estabelecem que aquelas candidaturas não sejam viáveis. Esse é o entendimento da pesquisa realizada por Bueno e Dunning (BUENO; DUNNING, 2017), em que as autoras estabeleceram um experimento, em que a cor dos candidatos que realizavam os discursos, juntamente com outras variáveis, eram trocadas e disponibilizadas para avaliadores que se diziam dispostos ou não a votar no interlocutor. Ou seja, o eleitorado brasileiro não escolhe seu voto tendo como base preconceitos raciais ou de gênero, mas sim por conta de desproporções institucionais que garantem que determinados candidatos (brancos) possuam mais investimento e capital político para conquistar o devido sucesso eleitoral.

Dessa forma, as pesquisadoras não eliminam a importância da raça por si só, todavia, indicam haver uma conformação do *status quo* que opera na consolidação de benefícios para os candidatos brancos, a partir de um aporte financeiro eleitoral maior, de uma lógica de

acumulação econômica para esse grupo. Ressalta-se que as desigualdades históricas que os não-brancos enfrentam não conseguem ser demovidas pela simples manutenção e pura manutenção da democracia (liberal), ainda mais em um país com ausência de clivagens étnicas fortes e laços raciais estreitos organizados em grupos coesos e ação política (BUENO; DUNNING, 2017).

Mas, e os partidos políticos nessa equação, seriam eles responsáveis pela sub-representação do não-branco na política brasileira? É com essa pergunta que Campos (CAMPOS, 2015) realiza sua pergunta de pesquisa, objetivando analisar o processo de alistamento eleitoral de candidatos pretos e pardos na competição eleitoral de 2012, nos municípios de São Paulo e Rio de Janeiro. Os resultados indicam que não há uma diferença substantiva entre o padrão de recrutamento entre partidos de esquerda e partidos pequenos de direita em relação a cor dos candidatos, sendo que uma das hipóteses a serem levantadas sobre essa desigualdade seja o tamanho do partido político, uma vez que o centro possui as menores quantidades de candidatos pretos e pardo.

Entretanto, quais seriam, então, os filtros que impedem que os não-brancos acessem as instancias representativas? A pesquisa de Campos e Machado (CAMPOS; MACHADO, 2015), observa as eleições de 2012 nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo e levanta três hipóteses sobre os obstáculos, sendo eles: i) viés no recrutamento partidário; ii) diferença entre escolaridade e trajetória entre os candidatos brancos e não-brancos; iii) desigualdade de recursos partidários e eleitorais, e; iv) preferência do eleitorado. Como já observamos aqui, o quarto aspecto deve ser refutado, uma vez que os dados não corroboram com a tentativa, conforme os próprios autores prelecionam. A oferta de candidaturas não é um problema, visto que os partidos tendem a recrutar candidatos brancos e não-brancos numa proporção mais ou menos equilibrada. Os dados também não foram conclusivos em razão do grau de instrução e patrimônio, mostrando que os partidos podem apenas preferir recrutar pessoas com nível escolar superior e que, conseqüentemente, possuem melhor capacidade econômica. Também revelam que os recursos de campanha parecem consolidar a desigualdade na disputa, principalmente nos recortes mais altos, uma vez que a ampla maioria dos integrantes da elite do financiamento se concentra entre os brancos.

Por fim, Campos e Machado (CAMPOS; MACHADO, 2017), ao analisar as eleições gerais de 2014, buscando compreender o que afasta pretos e pardos da representação política, encontram que a classe de origem, os recursos de campanha e estruturas partidárias competitivas escancaram um processo de inviabilização das candidaturas desses grupos. Essas questões ressoam nos estudos internacionais sobre os obstáculos a representação política para grupos minorizados. Muito além de uma mera preferência do eleitorado, temos uma grave

distorção gerada por fatores históricos constitutivos desses grupos e pela reprodução desses no interior das instituições políticas. É a partir da competição eleitoral que esses mecanismos exercem barreiras dificilmente permeadas, restando um parlamento que não tem a “cara” do povo.

vi. *Ideologia*

Utilizamos partido político como um proxy de ideologia, uma vez que não temos pesquisas centradas na posição individual de candidatos ou eleitos (o que seria praticamente impossível dado o contexto eleitoral, a quantidade de pessoas e os meios de fazê-lo). É certo na literatura sobre gênero e eleição que os partidos são os principais guardiões para os cargos eletivos, uma vez que passa por eles a seleção e ratificação de uma candidatura competitiva (INGLEHART; NORRIS, 2000; NORRIS; LOVENDUSKI, 1995). Portanto, alocamos os partidos políticos do Brasil em três posições no espectro político, quais sejam, centro, direita e esquerda, conforme trabalhado em pesquisa sobre posicionamento partidário realizada por Codato et al (CODATO; BERLATTO; BOLOGNESI, 2018)²⁰.

Em estudo pioneiro, Caul (CAUL, 1999) analisa quatro características de partidos que poderiam afetar a proporção de mulheres na política, quais sejam: organização partidária, ideologia, proporção de mulheres ativistas no partido e regras institucionais que garantiriam a representação de mulheres na agremiação. No que tange ideologia, a autora argumenta que partidos de esquerda estariam mais dispostos a recrutar mulheres para seus quadros políticos, dando maior ênfase a bandeiras que fortaleceria a representação feminina. Os resultados da pesquisa mostram que a ideologia tem sim uma forte significância estatística que suporta a hipótese de que partidos de esquerda teriam maior capacidade eleitoral feminina que os demais.

Na mesma perspectiva, Araújo (ARAÚJO, 2005) analisa o contexto brasileiro e identifica a grande responsabilidade dos partidos políticos no processo eleitoral, fazendo uma revisão da literatura internacional e aliando com sua pesquisa sobre cotas no Brasil. No entendimento da autora, a ideologia é um componente essencial para a abertura das instituições ao acesso feminino, uma vez que ao incluir “*a cultura de gênero*” como dimensão desse conceito, desenvolvemos uma série de questionamentos sobre a organização da agremiação política e sua capacidade ou não de responder à demandas da sociedade.

²⁰ Segundo os autores, a distribuição dos partidos no espectro político é: **Partidos de Centro:** (P)MDB, PMN, PPS, PROS, PSDB, PV, PHS, PPS; **Partidos de Direita:** PAN, PEN, PFL/DEM, PGT, PL, PR, PPB/PP, PRB, PRN, PRONA, PRP, PRTB, PSC, PSD, PSD, PSDC, PSL, PSN, PST, PT do B, PTB, PTC, PTN, SD; **Partidos de Esquerda:** PC do B, PCB, PCO, PDT, PPL, PSB, PSOL, PSTU, PT, REDE.

É fundamental pontuar que a trajetória política das mulheres que decidem se candidatar está ligada intimamente com os partidos pelos quais se filiam e optam a concorrer (SANBONMATSU, 2002). Esses partidos agem como guardiões da democracia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018), fortalecendo o sentido da representação a resguardarem o intermédio entre povo e governo, mesmo que não possuam a mesmas prerrogativas estruturais do século passado (MANIN, 1997, 2013)²¹. Para representação feminina, partidos e suas ideologias importam no compasso que a polarização afeta as chances eleitorais das mulheres de formas distintas, de acordo com o posicionamento de suas agremiações, sendo necessário diferentes abordagens em contextos diversos para compreendermos os obstáculos (DOLAN; LYNCH, 2017; ROBINSON et al., 2021).

Entretanto, partidos políticos na América Latina tendem a consolidar os obstáculos às mulheres, uma vez que elites partidárias solidificadas em seus interiores não permitem que suas posições sejam ameaçadas. Deste modo, desde a virada institucional em favor das cotas, em 1990, com uma adoção ampla dos países dessa região, poucas foram as nações que realmente estruturaram uma mudança efetiva em seus parlamentos, quase sempre a partir de normas impositivas e que produziam sanções as contraversões. A multiplicidade de fatores que atravancam o acesso desse grupo as instancias representativas são diagnosticadas a partir do empenho dos partidos que compõe o debate institucional (CAMINOTTI, 2016).

vii. Região

O Brasil possui dimensões continentais e pode ser dividido em 5 grandes regiões, quais sejam: norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul. Cada lugar possui características sociais, culturais e políticas diferentes que podem influir nos resultados eleitorais. A literatura nacional compreende que as regiões com IDH elevado tendem a oferecer obstáculos maiores as mulheres, do que aquelas com menor índice de desenvolvimento (ARAÚJO; ALVES, 2007a).

A magnitude do distrito, assim como a densidade da disputa seriam fatores que influiriam na quantidade de mulheres eleitas, por compreender que em distritos menores e menos competitivos, do ponto de vista da exigência sobre experiência política, mulheres com

²¹ Em um momento tão atribulado para a existência dos partidos, em que a criminalização da atividade partidária está em voga, com perseguição de grupos políticos em todo o mundo e, principalmente no Brasil, uma lógica de polarização violenta, em que um dos lados se utiliza do aparato público para caçar e trocar favores políticos entre responsáveis judiciais e líderes do executivo, em conjunção com a tentativa de enfraquecer as agremiações, a partir de um processo de convencimento do TSE em defesa de candidaturas avulsas e a favor do descompromisso partidário, é sempre fundamental argumentar como os partidos políticos são essenciais para a manutenção da democracia.

capital político ligado a família teriam maiores chances de sucesso e ocupariam, proporcionalmente, mais cadeiras eletivas (MIGUEL; QUEIROZ, 2006).

A magnitude do distrito, quando aliada a extensão democrática das eleições, ou seja, a capacidade de se reproduzirem dentro da lógica liberal, com transparência e informação, também se traduz em números de mulheres eleitas, uma vez que em distritos menores e menos democráticos, mulheres tendem a ocupar mais cadeiras em cargos eletivos e um melhor desempenho na corrida eleitoral (PINTO; SILVEIRA, 2018). O Norte, o Centro-Oeste e o Sudeste possuem um relativo desempenho superior em relação as demais localidades (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

São muitos os motivos que a literatura relaciona quando se discute os obstáculos que as mulheres enfrentam no processo eleitoral. Por ser a porta de entrada para a política representativa, a competição estrutura desigualdades externas, contidas na sociedade, como também internas, referentes as regras institucionais que organizam o jogo (THAMES, 2017).

Sabemos que a trajetória de uma mulher na política é similar à de um homem (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015), entretanto os contornos e significados que o gênero implica dentro da esfera institucional garantem benefícios para o segundo grupo, enquanto o primeiro tem suas possibilidades tolhidas e sua representação submetida a números incapazes de alcançar um patamar expressivo que garanta posições chaves para o exercício estratégico da política institucional (FOLKE; RICKNE, 2016).

Tabela 1: Variáveis Dependentes e Independentes dos Modelos Estatísticos

Variáveis (codename)	Definição	Sinal Esperado	Estudos Anteriores
<i>Vitória Eleitoral (eleitas)</i>	Variável dependente do primeiro modelo, dicotômica, assume 1 quando o candidato obteve sucesso eleitoral e 0 quando não.		
<i>Votos Nominais (votos)</i>	Variável dependente do segundo modelo, contínua, contabiliza a quantidade total dos votos percebidos por cada candidato.		Variáveis Dependentes
<i>Gênero (genero)</i>	Variável independente dicotômica, definida a partir da declaração dos candidatos nas disputas eleitorais, assumindo 1 quando masculino e 0 quando feminino.	masculino (+) feminino (-)	Rule (1987); Mansbridge (1999); Black e Erickson (2003); Karp e Banducci (2008); Kittilson e Fridkin (2008); Kittilson e Schwindt-Bayer (2012); Aguilar, Cunow e Desposato (2015); Teele, Kalla e Rosenbluth (2018).
<i>Cor (cor)</i>	Variável independente dicotômica, definida a partir da declaração dos candidatos nas disputas eleitorais, somente a partir de 2014. Assume 0 quando não-branco e 1 quando branco.	Branco (+) Não-Branco (-)	Bueno e Dunning (2015); Campos (2015); Campos e Machado (2015 e 2017); English, Pearson e Strolovitch (2018); Shah, Scott e Juenke (2019); Carey Jr e Lizotte (2019).
<i>Classe Social (classe_social)</i>	Variável independente dicotômica, reconfigurada do patrimônio para assumir 3 variáveis distintas nos modelos, sendo: classe_social_baixa (0, 1); classe_social_media (0,1), e: classe_social_alta (0,1).	classe_social_baixa (-) classe_social_media (+) classe_social_alta (+)	Braga, Veiga e Miriade (2009); Speck e Sacchet (2010); Rodrigues (2014)
<i>Despesa de Campanha (quartil_1, quartil_2, quartil_3, quartil_4)</i>	Variável independente dicotômica, reconfigurada em quartis para assumir 4 valores distintos nos modelos, sendo: despesa_quartil_1 (0,1); despesa_quartil_2 (0,1); despesa_quartil_3 (0,1), e; despesa_quartil_4 (0,1).	despesa_quartil_1 (-) despesa_quartil_2 (-) despesa_quartil_3 (+) despesa_quartil_4 (+)	Sacchet e Speck (2010); Sacchet e Speck (2012); Mancuso (2015); Horochovski <i>et al</i> (2016); Junckes <i>et al</i> (2019).
<i>Incumbência (incumbencia)</i>	Variável independente dicotômica, definida a partir da sinalização do repositório de dados do TSE de quando a candidata ocupava cargo de deputada federal na eleição anterior.	incumbência (+)	Schwindt-Bayer (2005); Fulton (2012); Shair-Rosenfield e Hinojosa (2014); Speck e Mancuso (2014); Meserve, Pamstein e Bernhard (2018).
<i>Ideologia (ideologia)</i>	Variável independente dicotômica, reconfigurada em 3 variáveis distintas de acordo com a posição do partido político no espectro ideológico, sendo: ideologia_direita (0,1); ideologia_centro (0,1), e; ideologia_esquerda (0,1).	ideologia_direita (-) ideologia_centro (+) ideologia_esquerda (+)	Caul (1998); Sanbonmatsu (2002); Araújo (2005); Caminotti (2016); Dolan e Lynch (2017); Robinson <i>et al</i> (2021).

Variáveis (codename)	Definição	Sinal Esperado	Estudos Anteriores
<i>Região (regiao)</i>	Variável independente dicotômica, reconfigurada em 4 variáveis distintas de acordo com a localidade eleitoral da candidata, sendo: regioao_centro_oeste (0,1); regioao_nordeste (0,1); regioao_norte (0,1); regioao_sudeste (0,1), e; regioao_sul (0,1).	regiao_centro_oeste (+) regiao_nordeste (-) regiao_norte (+) regiao_sudeste (+) regiao_sul (-)	Miguel e Queiroz (2006); Araújo e Alves (2007); Miguel, Marques e Machado (2015); Pinto e Silveira (2018); Araujo (2019).

Quadro de variáveis dependentes e independentes.

3.3.DADOS DESCRITIVOS SOBRE AS COMPETIDORAS AO CARGO DE DEPUTADA FEDERAL DE 2002 A 2018

Conforme já demonstrado nos gráficos do capítulo anterior, a quantidade de mulheres nos últimos anos, após adoção de cotas partidárias de gênero, não se alterou de forma substancial. Nos anos pós-redemocratização, o Brasil viveu dois momentos de mudança substancial no quadro representativo das mulheres nos cargos legislativos. O primeiro foi entre 1998 e 2002 (de 29 mulheres para 43 na Câmara Federal e de 105 nas Assembleias Legislativas para 130), e o segundo entre 2014 e 2018. Em ambos os momentos tivemos um aumento notável (embora longe de ser satisfatório) no número de mulheres que alcançaram sucesso eleitoral.

O primeiro período de crescimento ocorre logo após a implantação e consolidação da Lei de Cotas de Gênero (9.504 / 1997 do Código Eleitoral), com a adoção parcial dos partidos políticos, em um contexto em que a ausência de sanções e estruturas impositivas geravam desestímulo para muitos partidos políticos, principalmente os de direita. Portanto, analistas indicam que neste primeiro momento o aumento ocorre por causa da adesão dos partidos de esquerda a essas estruturas, mas não alcançou maior impacto devido a outros obstáculos diversos, como estruturas enviesadas em princípios que beneficiariam apenas candidatos do sexo masculino, que lá estiveram desde a fundação dessas instituições.

No entanto, o ano de 2018 foi especialmente importante para a consolidação e continuidade da mulher como agente político, não só eleitoral, mas também e sobretudo, uma vanguarda na frente civil. Foi pelo protagonismo dessas mulheres que aconteceram as maiores manifestações de rua pré-eleitorais com o movimento “Ele Não” contra o candidato à presidência Jair Bolsonaro, por suas posições conservadoras. Essas manifestações impactaram a cena política e resultaram em uma eleição em que o tema “gênero” se tornou significativamente proeminente. Com um discurso contrário às diretrizes de identidade, especialmente aqueles que tratavam dos direitos individuais que aumentariam as liberdades civis das mulheres, o candidato do Partido Social Liberal (Bolsonaro) venceu as eleições.

Por todo esse período tivemos inúmeras mudanças no processo eleitoral e nas regras que versam sobre seleção e competição de candidatos. Seja por via legislativa, ou por mudanças incrementais realizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, pouco a pouco foram modificados mecanismos que deveriam ter influenciado em mais mulheres na política.

Nos gráficos abaixo poderemos acompanhar um processo de 16 anos, compreendendo a eleição geral de 2002 até a de 2018. Muito foi modificado, do ponto de vista institucional,

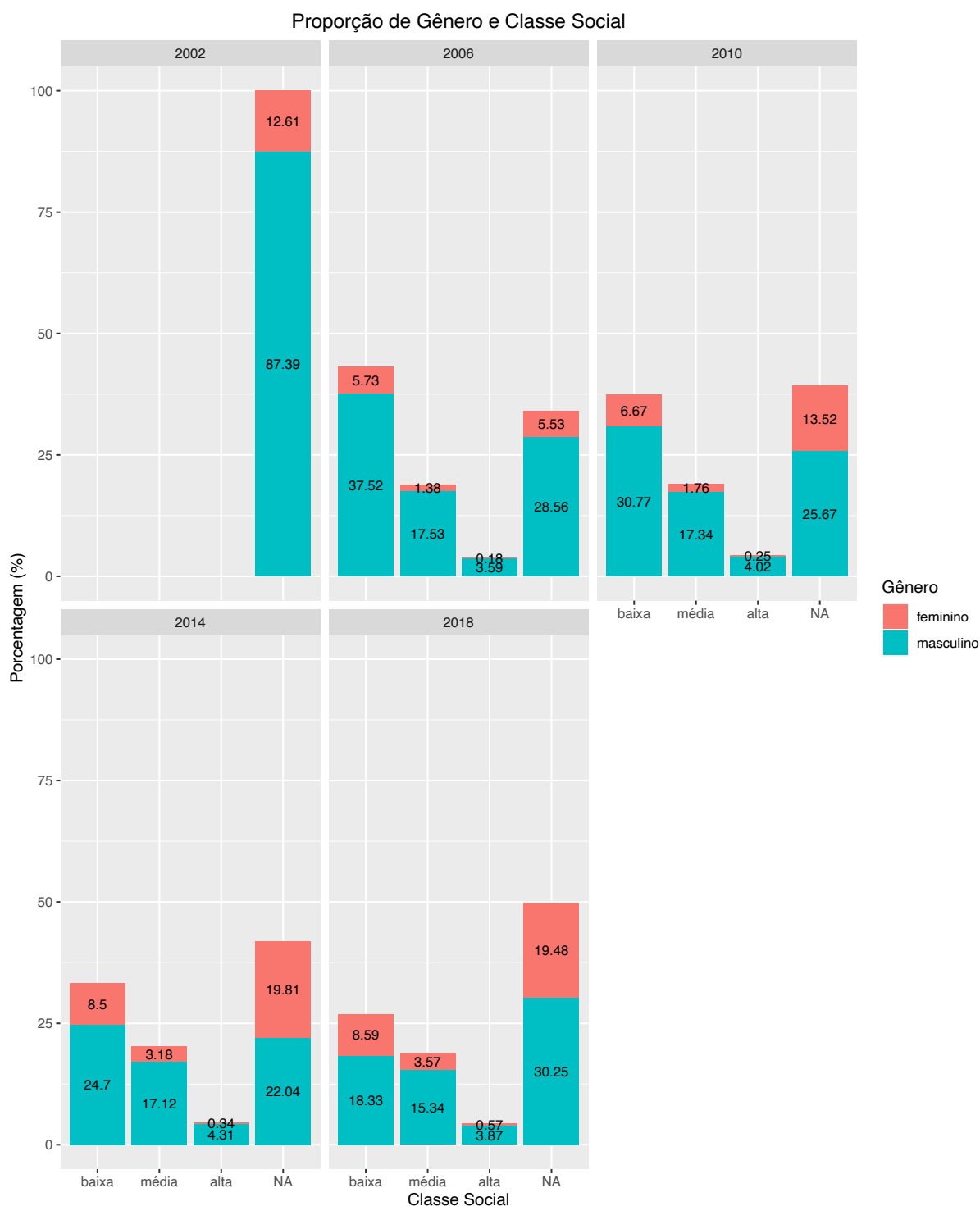
ao tratarmos sobre regras da competição eleitoral (MARCHETTI, 2013), entretanto, a mudança do cenário não foi tão substancial quanto era necessária. Iremos analisar dados sobre classe social, despesa de campanha contratada, ideologia partidária e região, vinculado ao gênero. Também, analisaremos os anos de 2014 e 2018 quanto a cor dos candidatos, visto que somente nesses dois períodos é que tivemos a autoidentificação dessa variável.

O gráfico 3 versa sobre a proporção de Gênero e Classe Social nas eleições para deputada federal analisadas. O cálculo foi realizado a partir da totalidade de cada gênero. Utilizamos o recorte de até R\$ 300.000 (trezentos mil reais) de patrimônio para classe baixa, até R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) para classe média e, por fim, acima desse valor para classe alta. Temos uma ausência de dados em 2002, por incapacidade de encontrar informações sobre patrimônio disponíveis para esse período. A partir de 2006, observa-se a mesma distribuição econômica/social em todas as eleições, visto que essa é a realidade do país. Temos a classe baixa como o maior grupo de candidatos em todas as eleições, seguido pela classe média e classe alta. Há o aumento nítido da proporção de mulheres em todos os setores analisados, de 2006 em diante, e uma relativa estabilidade dos homens em seus patrimônios.

Entre os NAs (casos omissos, sem resposta), temos pessoas que realmente não possuem patrimônio em seus nomes, o que é justificável, mas também aqueles que se valem da ineficiência regulatória dos órgãos eleitorais para fraudar a declaração de suas posses. Há também outros que não seguem as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral, em que o patrimônio deve coincidir com aquele discriminado na última declaração de imposto de renda, e por erro ou má-fé, colocam valores inferiores ou muito superiores.

De todo modo, por si só o patrimônio transformado em classe social não pode ser o único método de investigação da condição socioeconômica do candidato, uma vez que as falhas aqui mencionadas já foram estudadas e pontuadas por outros autores, com menção fundamental a obra do professor Leônico Martins Rodrigues (RODRIGUES, 2014). Variáveis como profissão ou determinação do patrimônio em relação a região também são adotadas, mas para esta tese nos valem os dados disponíveis na prestação de contas sobre patrimônio do DIVULGACAND.

Gráfico 3: Proporção de Gênero e Classe Social



A ideologia político partidária foi medida aqui de acordo com o trabalho de Codato, Berlatto e Bolognesi (CODATO; BERLATTO; BOLOGNESI, 2018). Há outras formas de se medir essa variável, do ponto de vista mais individualizado, levando em consideração partidos políticos e posições dentro da Câmara Federal, mas as informações disponíveis e o tempo de operacionalização nos direcionaram para uma abordagem alinhada a trabalhos já consolidados dentro da Ciência Política nacional.

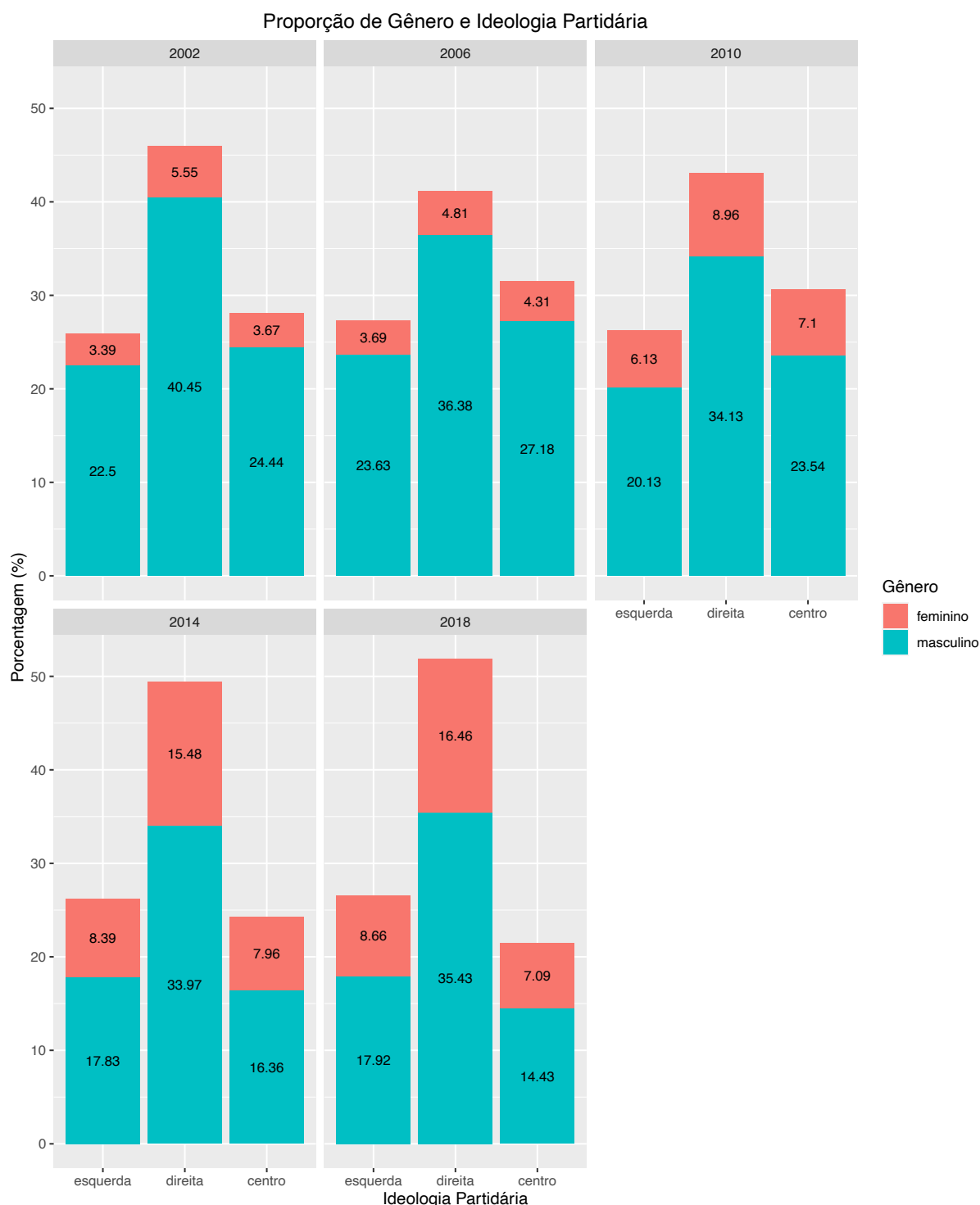
É notável que a direita sempre teve uma quantidade de mulheres competidoras maiores que a esquerda e o centro, mas isso é devido a maior quantidade de deputados alistados em partidos considerados de direita. Ainda, é importante ressaltar que na distribuição feita pelos autores citados anteriormente, o Brasil possui 9 (nove) agremiações de esquerda, 8 (oito) de centro e 24 (vinte e quatro) de direita. Ou seja, o número muitas vezes superior compreende que, na distribuição normal das porcentagens, a direita alista e torna competitiva muito menos mulheres do que os demais partidos, tendo em vista a quantidade de concorrentes.

Porém, podemos notar que a partir de 2014 houve um importante incremento no número de mulheres na política, principalmente nos partidos de direita. Isso ocorre por conta das sucessivas mudanças eleitorais que criavam constrangimentos aos partidos políticos que não cumprissem com a cota de gênero. Ainda, é possível criar hipóteses sobre esse aumento, uma vez que o efeito contágio, que ocorre quando a direita se contagia pela esquerda e centro na adoção de candidaturas femininas, em busca da captura do eleitorado dessas últimas, gerando uma maior demanda por mulheres nas fileiras dessas agremiações. Outro ponto importante ressaltar nos dados é que o centro, durante as últimas três eleições, estagnou o número de candidatas no patamar de 7%, enquanto a esquerda percebeu aumento significativo, mas manteve em 2014 e 2018 a quantidade de 8%.

Em termos agregados, 2002 e 2006 tiveram apenas 13% de mulheres competidoras, enquanto 2010 aumentou este número para 22%. Somente em 2014, quase 20 (vinte) anos da Lei de Cotas de Gênero serem promulgadas no Brasil é que o país atingiu o patamar de 32%, permanecendo na mesma quantidade nas eleições seguintes. É flagrante a incapacidade do sistema institucional em garantir o cumprimento de uma lei que beneficiaria mulheres e que criaria condições menos desfavoráveis para a captura do eleitorado. Somente nas últimas duas disputas é que essa mudança ocorreu e seus motivos podem estar relacionados tanto a mudança de entendimento pelos partidos políticos, quanto pela imposição de sanções do TSE.

Podemos notar, portanto, o número de candidatas mulheres por ideologia (esquerda, centro e direita) nos anos de 2014 e 2018. Pode-se apontar algumas indicações já levantadas, como por exemplo a quantidade de mulheres alistadas para concorrer aos cargos eletivos em 2014, sendo diminuta a diferença entre os espectros ideológicos esquerda e centro, mas uma alta diferença com a direita. Isto indica a capacidade de compor candidaturas competitivas na esquerda e centro, enquanto a direita, mesmo com mais mulheres (isso devido a ampla maioria dos partidos políticos serem categorizados como direita), não operacionalizou até 2014 uma estratégia em prol das carreiras femininas na competição eleitoral.

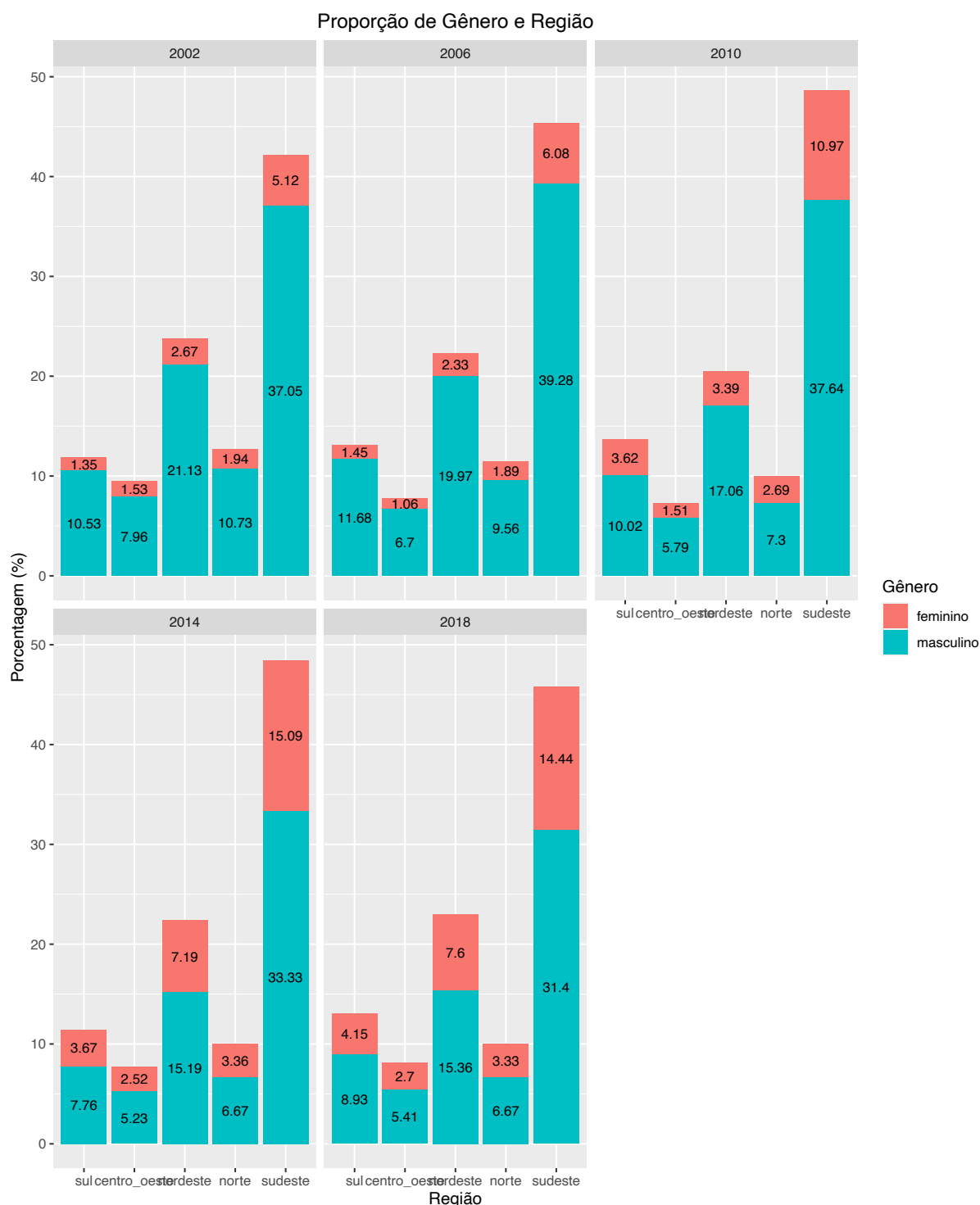
Gráfico 4: Proporção de Gênero e Ideologia Partidária



Também, temos a proporção de gênero e região. Essa variável é profundamente importante do ponto de vista de considerações estratégicas, uma vez que ao identificarmos quais regiões as mulheres possuem mais dificuldade em saírem candidatas, podemos verificar quais outros fatores contextuais podem estar relacionados à sub-representação feminina. É visível que o Sudeste tem a maior proporção de mulheres alistadas nas fileiras da competição eleitoral. Isso

devido, em grande parte, a densidade demográfica que cria uma maior possibilidade para competidoras mulheres. Em segundo lugar temos o Nordeste, região com interessantes considerações a serem feitas e que serão retomadas no próximo capítulo. O debate sobre a candidatura de mulheres fora do eixo sul e sudeste é envolto de uma discussão sobre família. Seria o nordeste um maior propositor de candidaturas porque essas estão relacionadas a homens que colocam suas filhas, esposas, e afins para concorrer e expandir seu poder político para nível federal, ou seria um fluxo comum da democracia a profissionalização de candidaturas, portanto, o uso do capital familiar para se estabelecer como candidata e ser eleita (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015).

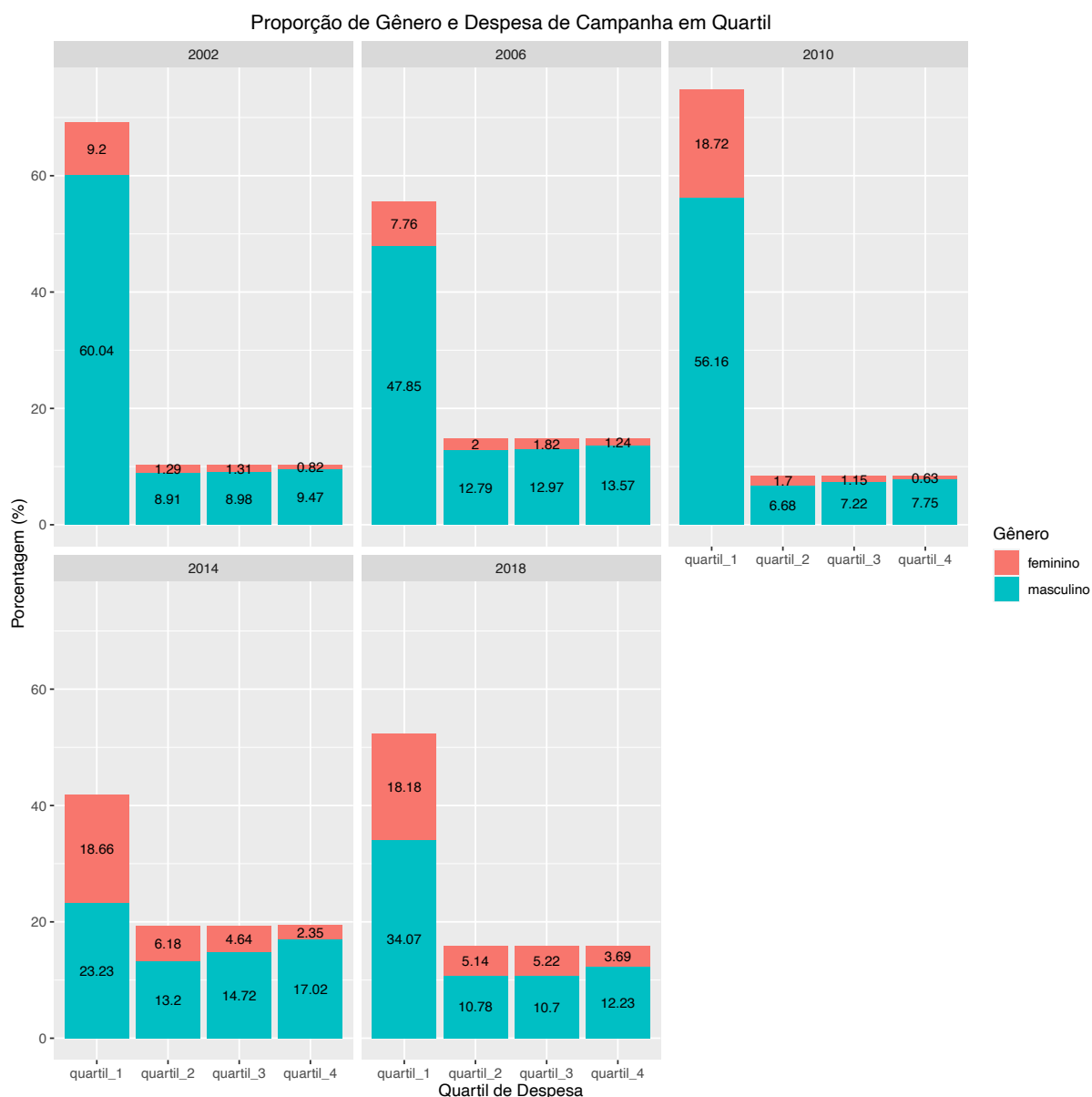
Gráfico 5: Proporção de Gênero e Região



Por fim, a proporção de Gênero e Despesa de campanha em quartil que nos indica uma realidade amplamente conhecida, de que quantidades vultosas de dinheiro estão concentradas nas mãos de poucos candidatos homens, enquanto as mulheres se concentram no quartil 1. Podemos notar uma pequena mudança entre 2014 e 2018, com um levíssimo aumento de recurso para candidaturas femininas, perfilando nos demais quartis, mas nada que realmente mude a estrutura do jogo para um modelo mais igualitário. Porém, sabemos que apenas essa

pequena diferença já sugeriu um aumento significativo de mulheres dentro da Câmara Federal na última eleição analisada.

Gráfico 6: Proporção de Gênero e Despesa de Campanha em Quartil



Apenas com estes dados podemos considerar que a disputa não é apenas desigual do ponto de vista da quantidade, até porque se levássemos apenas por esse caminho estas análises estariam envoltas de um viés de visualização, mas também do ponto de vista da qualidade em que recursos, alistamento eleitoral, distribuição regional e ideologia partidária interferem diretamente na estrutura competitiva, uma vez que não há sequer a formalidade da adoção das cotas até 2010 e a partir disso, a produção cada vez maior de candidaturas laranjas tendo mulheres como o principal escopo.

3.4.OBSTÁCULOS INSTITUCIONAIS AO ACESSO REPRESENTATIVO DE MULHERES NA CÂMARA FEDERAL

Nas tabelas 1 e 2 temos os modelos múltiplos lineares e o probit em relação a votação numérica e ao fato de a candidata ter sido eleita ou não. Na primeira modelamos a equação contendo a variável patrimônio como controle, enquanto na tabela 2 adicionamos a variável despesa de campanha, ou seja, quanto dinheiro foi gasto no período eleitoral pela candidata. Nota-se que o poder explicativo dos modelos lineares múltiplos praticamente adquire outra intensidade, indicando o quão importante é o financiamento de campanha para o sucesso eleitoral, conforme descrito por diversas pesquisas nacionais e internacionais (JUNCKES et al., 2019; SACCHET, 2011, 2011; SACCHET; SPECK, 2012). Essa escolha leva em consideração a mudança notável que a última variável carrega.

Em termos de análise de adequação do modelo 1 de regressão linear múltipla, é somente a partir da adição da cor e incumbência que temos maior taxa de predição (ou seja, a porcentagem da ação explicada por aquele modelo), com cerca de 18% em 2014 e 2018. Em 2002 e 2006 temos a pequena porcentagem de 1%, enquanto 2010 obtivemos 2%. Esses dados, embora pequenos, não justificam o descarte dos modelos propostos, uma vez que há significância entre as variáveis e impacto do efeito preditivo. O que temos aqui é a ausência de dados nestas três primeiras eleições, além de uma carga subjetiva imensa que nos impede de projetar uma equação preditiva com poder similar aos observados em outras áreas. A taxa de explicação dos últimos dois anos mostra a adequação das teorias, assim como a significância encontrada no Fstatistic de todos os anos ($>0,001$). Já no modelo 2, a taxa de predição sobe nos três primeiros anos de forma substancial, sendo 23%, 42%, 48%, 36% e 22% de explicação, respectivamente. Isto ocorre justamente devido ao imenso poder explicativo que a variável despesa de campanha possui.

É essencial debater essa limitação do modelo 1 para que possamos seguir com a análise. Eleições são procedimentos que levam em consideração uma enorme carga subjetiva da escolha do indivíduo. Para além do que foi teorizado na primeira parte desta pesquisa, em que questões como o gênero, partido político, financiamento, patrimônio e afins estabelecem condições favoráveis ou desfavoráveis para o desempenho eleitoral de um candidato, o eleitor também compreende uma estrutura imprevisível de escolha, em que sentimentos e afetividade entra em jogo e são impossíveis de se modelar em uma equação matemática. Ademais, além dessas variáveis institucionais e demográficas, temos que questões mais gerais, como saliência de alguns temas no debate público, a qualidade da economia, a avaliação do governo, a oferta de

emprego e outros inúmeros assuntos entram na extensa e complexa equação da predição do voto. Ainda, aqui é feito o caminho contrário, observando as probabilidades de se receber o voto, a partir de medidas, em grande escala, institucionais.

Temos que no modelo 1, Gênero possui significância em todas as eleições quando olhamos a quantidade de votos percebida por candidato, porém, ao observarmos a variável sucesso eleitoral (eleito ou não), somente as eleições de 2002 e 2014 retornam dados significativos. Na regressão linear múltipla temos que, quando controlada pelas demais variáveis, ser homem indica um acréscimo de cerca de 4 mil até mais ou menos 10 mil votos em relação às mulheres. Essa disparidade tem uma reta ascendente até o ano de 2014, quando atinge seu maior patamar, retornando ao nível histórico inicial aqui contabilizado na eleição seguinte. Ou seja, dentro desse modelo podemos perceber que houve um aumento substantivo na desigualdade de percepção de votos entre homens e mulheres reproduzida de 2002 a 2014, e que em 2018 essa discrepância diminuiu consideravelmente.

Na análise probit, em 2002 gênero implica em uma vantagem de 4% a mais quando tratamos de um candidato homem frente a uma mulher, tendo as outras variáveis todas na média de suas predições. Em 2014 essa vantagem cai para 3% nas mesmas condições. Podemos inferir que nas demais eleições não foram obtidas interações relevantes o suficiente para assimilar significância desta variável no contexto eleitoral, mas com estes dois resultados observamos que, mesmo havendo um aumento na discrepância dos votos recebidos entre os gêneros conforme predito no modelo linear, o que pode ser observado também nos dados descritivos. Na variável sobre sucesso eleitoral houve uma pequena diminuição da desigualdade de acesso, também visualizado na demonstração dos dados brutos.

Já no modelo 2, gênero perde sua significância de forma considerável, pois ao adicionarmos a variável despesa, que retrata a quantidade de dinheiro gasto na campanha pela candidata, observamos que ser homem ou mulher pouco importa, e que a relação entre dinheiro e eleição/votos tem o maior poder explicativo. Mas isso não necessariamente exclui a importância dessa variável, pois como bem sabemos ser mulher acarreta uma série de restrições estruturais que se iniciam desde o primeiro momento da disputa eleitoral, qual seja, a seleção de candidatos. No modelo linear temos que ser homem garante uma vantagem de 6 mil votos em 2014 e 5 mil votos em 2018, em relação a ser mulher, isso equivale a uma diminuição de quase 4 mil votos em relação ao primeiro modelo quanto 2014, e um aumento de mil votos em 2018. Na análise probit, gênero só encontra significância em 2002, e mesmo assim, com uma diferença de 1% de chance a mais para homens no sucesso eleitoral.

O que o segundo modelo nos diz é que, nos contextos eleitorais analisados, o dinheiro tem capacidade de diluir a influência do gênero na disputa, sendo que se mulheres recebessem um financiamento adequado, teriam condições mais igualitárias de disputa de votos que homens, uma vez que os empecilhos a essa capacidade não estão ligados a fatores culturais, mas sim institucionais. Em linhas gerais, não é o eleitorado que vota menos em mulheres, mas sim as regras formais e informais disponíveis no jogo que prejudicam as chances de obter votos e, conseqüentemente, o sucesso eleitoral.

Esses são os principais achados quanto a gênero na disputa eleitoral. Por si só já nos fornece uma informação crucial para este trabalho, de que mulheres possuem notórias restrições em relação a disputa eleitoral e que o financiamento de campanha tem a capacidade de diluir esse efeito negativo contra as mulheres. Esses fatores já foram debatidos na agenda nacional e internacional, com indicações em relação a necessidade de um debate amplo e uma reforma efetiva na forma da distribuição desses recursos. Nesse sentido, a partir de 2019, o TSE emitiu resolução de número 23.607 que disciplina a obrigatoriedade do emprego de, no mínimo, 30% dos gastos totais contratados pelo partido a candidatas mulheres (BRASIL, 2019). A seguir, analisaremos as demais variáveis para entendermos quais são os principais obstáculos a candidaturas em geral e como eles se relacionam com as mulheres na disputa eleitoral, tendo em vista que todos os modelos passam a ser controlado pela variável gênero.

Sobre a variável ideologia, no primeiro modelo, considerando os resultados da regressão linear múltipla, no ano de 2002 ser de direita compreende uma votação inferior a 4 mil votos comparado a esquerda (variável omitida nesse cenário para comparação). Em 2006, ser de esquerda garantiria uma proporção de 3 mil votos a mais e de centro 5 mil votos, comparados com a direita (variável omitida). Em 2010, ser de esquerda proporciona uma vantagem de aproximadamente 8 mil votos, enquanto o centro cai para em torno de 3 mil votos, frente a direita (variável omitida). A penúltima eleição não encontra significância em nenhuma das categorias, enquanto 2018 indica uma diferença negativa de aproximadamente 5 mil votos do centro em relação a direita (variável omitida).

Ao observarmos a análise em probit sobre o sucesso eleitoral, em 2002 temos que ser de direita prejudica em 2% a probabilidade de ser eleito, comparado a ser de esquerda (variável omitida), e a ideologia centro não encontra significância. A partir de 2006 a variável omitida é ser de direita, logo temos que ser de esquerda traz um benefício de até 4% no sucesso eleitoral, enquanto estar ao centro indica um benefício de até 2%. Em 2010, ser de esquerda representa uma chance incremental de até 6% a mais do que ser de direita, enquanto o centro não retornou significância. Em 2014 temos uma ausência de significância nesta dimensão e em 2018,

comparado a ser de direita, um candidato do centro teria o prejuízo de 2% em cima da possibilidade de ser eleito.

Já no segundo modelo, na análise OLS, temos que a adição da variável despesa de campanha aumenta a diferença negativa dos votos para a direita, passando para menos quase 7 mil votos nas eleições de 2002 em relação ao modelo anterior (“esquerda” categoria omitida), sendo que essa categoria é omitida em 2006 e 2018 e não obtém significância e 2010. Para o centro, mudanças ocorrem com o acréscimo, pois, 2002 passa a ser significativo, expressando uma diferença negativa de cerca de 6 mil votos em relação a ser de esquerda e 5 mil votos, em 2018, em comparação a ser de direita (os demais anos não foram significativos). Ainda, nos dois únicos períodos em que ser de esquerda não é a variável omitida, não há significância na análise realizada pelo modelo. Na análise probit, em 2002 apenas centro teve significância (esquerda como categoria omitida), sendo negativa e indicando 1% menor de probabilidade em ser eleito. Em 2010 temos que, tanto direito e centro possuem valor negativo, percebendo uma diminuição na probabilidade de ser eleito em 3% e 2%, respectivamente. Por fim, em 2018, centro retorna com a probabilidade negativa de 4% em relação a ser eleito ou não em comparação com a direita. É importante estabelecer que há uma sequencia lógica entre os modelos e que a esquerda teve, nos cenários analisados e com significância, maior capacidade de eleger seus quadros.

A variável região, que foi dividida nos cinco territórios nacionais, consideram que o centro-oeste só é significativo em 2002 na regressão múltipla, com cerca de um prejuízo de 9 mil votos frente aos candidatos que concorrem contra candidatos do sul (variável omitida neste cenário). O Nordeste, Norte e Sudeste também são significativos em 2002, todos indicando uma relação negativa para com a variável omitida, sendo que os candidatos do primeiro tendem a obter uma votação de menos 3,5 mil votos, do segundo quase 15 mil votos e do terceiro quase 4 mil votos a menos. Em 2006, o Centro-Oeste perde a significância e a variável omitida passa a ser o Sudeste. Nordeste, Sul e Norte possuem significância e operam da seguinte maneira, os dois primeiros possuem uma relação positiva e consideram um aumento de votos de cerca de 5 mil e 3 mil, respectivamente. Já no Norte, a um decréscimo na votação de aproximadamente 5 mil votos. Em 2010, a variável omitida é Norte, sendo que Centro-Oeste e Sudeste não retornaram significância. O Nordeste percebe uma votação de quase 15 mil votos a mais que a variável omitida, enquanto o Sul obtém uma relação positiva, em que o candidato tende a receber aproximadamente 8 mil votos a mais. Em 2014 apenas o Nordeste retorna significância, frente a variável omitida Norte, perfazendo uma tendência de acréscimo de 6 mil votos aproximadamente. Em 2018, a variável região não configura nenhuma significância.

No segundo modelo, a variável região ao ter como controle a despesa de campanha, observou um aumento expressivo em 2002, sendo que ser do centro-oeste e norte perfazem um prejuízo de - 11 mil votos em relação ao sul. Em 2006, há significância na região centro-oeste indicando - 5,9 mil votos, enquanto pertencer a região nordeste dava mais 12 mil votos. Já em 2010, tendo a categoria nordeste como referência, Centro-Oeste indica uma diminuição de 10 mil votos, o Sul de 6,6 mil votos e o Norte de 14 mil votos. Em 2014 temos um decréscimo de - 12,8 mil votos para candidatos do Centro-Oeste, - 7.9 mil votos para o Norte, - 2,7 mil para o Sul e - 8,5 mil para o Sudeste. Em 2018 apenas o Norte obteve significância, retornando - 5,7 mil votos, em relação ao nordeste.

Na análise probit do primeiro modelo, região implica alguns efeitos no sucesso eleitoral. Em 2002, tendo o sul como variável omitida, apenas Centro-Oeste e Sudeste possuem significância, sendo que a probabilidade de ser eleito diminui em 3% se o candidato concorre na primeira região, e aumenta 4% se na segunda. Em 2006 o Sudeste se torna a variável omitida e Nordeste, Sul e Norte possuem significância, sendo que temos no primeiro um aumento de 9% na chance de ser eleito, no segundo 2% e no terceiro 5%. Em 2010, Norte se torna a variável omitida e o Centro-Oeste e o Sudeste importam em um decréscimo da chance de eleição menos 5% e mais 6% na chance de ser eleito. Em 2014, Norte se torna a variável omitida e o Centro-Oeste, Sul e Sudeste possuem a variação na tendência de sucesso eleitoral de menos 4%, 6% e 3%, respectivamente. Por fim, em 2018, com a mesma variável omitida de 2014, temos que o Sul e o Sudeste são significativos, com a tendência de - 4% e - 2%, respectivamente.

Já no segundo modelo Probit, a região Centro-Oeste encontra significância em 2002, 2010 e 2014, onde indicam uma probabilidade negativa em ser eleito de - 2%, - 4%, - 4%, respectivamente. Nordeste, em 2002 e 2006, possuem significância e indicam a probabilidade de 2% e 6% a mais que a categoria omitida. O Sul, em 2006, 2010 e 2014 é significante e retorna a probabilidade de 1% a mais que a categoria omitida, - 2 % e - 4%, respectivamente. O Norte só possui significância em 2006, constituindo uma probabilidade positiva de 6% a mais de ser eleito. Por fim, o Sudeste é significativo em todas os anos em que não foi categoria omitida, sendo que em 2002, 2010, 2014 e 2018 teve, respectivamente, a probabilidade de - 1%, - 4%, - 3% e - 2%.

Incumbência é o fator de maior predominância no impacto sobre o número de votos e o sucesso eleitoral. Na análise OLS do primeiro modelo, podemos notar que nos anos 2014 e 2018, para o candidato incumbente, o impacto era de quase 79 mil e 72 mil votos a mais, respectivamente. Já na análise Probit, ser incumbente em 2014 lhe garantiria uma chance de 14% a mais que os demais candidatos, enquanto em 2018 a chance passava para 19%. Porém,

no modelo 2, quando adicionamos o controle da despesa de campanha, o poder da variável incumbência na OLS e Probit diminui, perfazendo um benefício de “somente” 35,5 mil e 31,1 mil, em 2014 e 2018, respectivamente e 9% e 10% da probabilidade de ser eleito.

Patrimônio e Classe social foram divididos para caracterizar uma variável contínua no modelo OLS e uma variável categórica no Probit. Na primeira temos que os anos de 2010 e 2014, estas variáveis retornam significância e indicam que, a cada 1 real a mais no patrimônio, os candidatos percebem uma votação maior. Por conta da natureza contínua da variável, não faz sentido quantificarmos na contagem de votos, bastando somente indicar a expressiva significância nesses dois momentos. Já na análise probit, classe média e alta retornaram com significância em todos os anos analisados, sendo omitida a categoria classe baixa. Em 2006, ser de classe média garante a probabilidade maior de ser eleito em 18% frente aos demais candidatos e de 28% se classe alta, comparado a ser classe baixa. Em 2010, essa estimativa sobe para 19% e 29%. Em 2014, 7% e 13%. E finalmente, em 2018 temos 6% e 8%. Quando controlada pela variável despesa de campanha, Classe Média e Alta são significantes em todas as eleições analisadas, sendo Classe Baixa a categoria omitida. Temos, então que, em relação a última, ser Classe Média garante a probabilidade positiva de 3% (2006), 8% (2010), 2% (2014) e 2% (2018). Já a Classe Alta garante 4% (2006), 12% (2010), 7% (2014) e 3% (2018).

Por fim, para observarmos os efeitos da Despesa de Campanha e Quartil, procedemos uma análise da variável mantendo todas as outras na sua média. Na análise OLS temos a notável influência dessa variável na eleição, sendo significativa em todos os aspectos e anos observados. Na análise Probit, apenas o quartil 4 possui total significância em todos as eleições estudadas, considerando um aumento na probabilidade de ser eleito de 21%, 23%, 9%, 24% e 15%, em 2002, 2006, 2010, 2014 e 2018 respectivamente. Nos gráficos de dispersão abaixo podemos observar como o financiamento de campanha contribui para o crescimento do número de votos, com fatores de associação expressivos entre as duas variáveis. É certo que dinheiro não é a variável predominante na predição de sucesso eleitoral, mas quando associada com outros quesitos, tais como ser homem, a probabilidade aumenta em favor daqueles que historicamente estão em posições de poder. Todavia, a partir de 2014 temos uma diminuição na potência associativa entre ambas as variáveis, que poderia indicar um arrefecimento desse fator na disputa. Seriam mudanças institucionais informais, tais como o aumento na seleção de candidatas competitivas no ponto inicial do processo eleitoral, ou a saliência do tema gênero e o “despertar” de uma preocupação do eleitorado em função de questões sobre as mulheres? Sobre o segundo, debateremos no capítulo 7 as implicações dessa mudança na agenda legislativa da Câmara Federal e o contexto histórico e político que nos levou até este momento.

Figura 2: Gráficos de Dispersão de Campanha em Razão das Votações entre 2002 e 2018

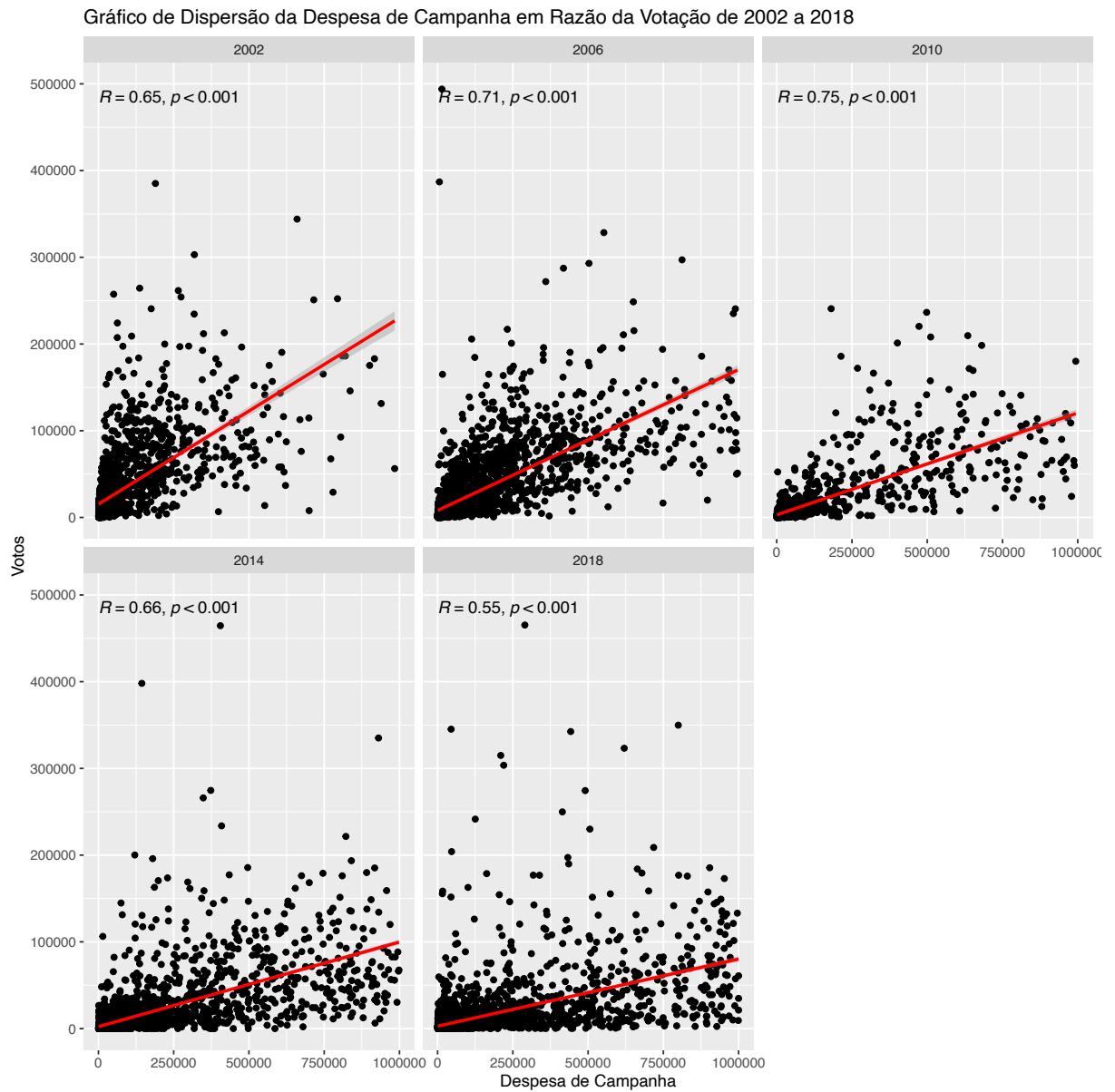


Tabela 2: Resultados Regressão Linear Múltipla e Probit nas Eleições dos Anos 2002 até 2018 – Modelo 1

	Variável Dependente									
	Votos OLS					Sucesso Eleitoral Probit				
	(2002)	(2006)	(2010)	(2014)	(2018)	(2002)	(2006)	(2010)	(2014)	(2018)
Centro-Oeste	-9,348.449*** (3,047.749)	336.465 (2,216.480)	-10,008.030*** (3,528.660)	-5,939.087* (3,223.235)	-1,396.452 (2,637.205)	-0.209** (0.107)	0.099 (0.110)	-0.383*** (0.128)	-0.300** (0.120)	-0.018 (0.123)
Nordeste	-3,560.219 (2,461.186)	4,822.475*** (1,478.281)				0.003 (0.081)	0.500*** (0.075)			
Sul		3,396.658* (1,766.687)	-6,648.820** (2,926.916)	-3,346.799 (2,790.085)	-2,168.445 (2,250.789)		0.154* (0.085)	-0.241** (0.101)	-0.243** (0.102)	-0.172 (0.106)
Norte	14,712.450*** (2,770.602)	-4,950.371*** (1,902.006)	-14,788.030*** (3,328.039)	-6,968.486** (2,865.753)	-4,068.221 (2,566.692)	-0.122 (0.095)	0.285*** (0.093)	-0.099 (0.113)	0.019 (0.103)	0.088 (0.116)
Sudeste	-3,989.375* (2,264.527)		-11,564.320*** (2,277.103)	-7,584.244*** (2,004.598)	-2,743.443 (1,771.267)	-0.224*** (0.077)		-0.453*** (0.079)	-0.397*** (0.076)	-0.278*** (0.086)
Direita	-4,823.442*** (1,707.841)		-8,331.742*** (2,097.088)	914.826 (1,815.386)		-0.138** (0.060)		-0.339*** (0.077)	-0.063 (0.072)	
Centro	1,824.243 (1,876.304)	5,252.679*** (1,353.467)	-4,577.257** (2,210.410)	2,458.277 (2,062.478)	-4,631.638*** (1,676.703)	0.037 (0.064)	0.125* (0.069)	-0.251*** (0.079)	-0.035 (0.079)	-0.263*** (0.085)
Incumbência				78,761.380*** (3,091.253)	72,191.730*** (2,503.792)				1.556*** (0.093)	1.682*** (0.084)

Patrimônio		0.00001 (0.00001)	0.0003*** (0.0001)	0.0005*** (0.0001)	-0.00000 (0.00002)					
Gênero	4,765.294** (2,201.218)	7,209.375*** (1,710.505)	8,646.400*** (2,503.073)	10,388.930*** (1,905.384)	4,477.594*** (1,511.424)	0.231*** (0.083)	-0.027 (0.097)	0.100 (0.101)	0.223*** (0.085)	0.007 (0.080)
Classe Média							0.939*** (0.062)	1.068*** (0.068)	0.698*** (0.066)	0.530*** (0.074)
Classe Alta							1.457*** (0.102)	1.652*** (0.103)	1.260*** (0.093)	0.764*** (0.103)
Esquerda		3,053.942** (1,407.041)			-2,030.480 (1,574.285)		0.222*** (0.073)			-0.006 (0.077)
Cor Não-Branca				-11,734.700*** (1,677.626)	-6,688.026*** (1,448.021)				-0.387*** (0.072)	-0.384*** (0.079)
Constant	21,480.020*** (2,992.490)	7,406.489*** (1,836.612)	31,700.290*** (3,226.670)	16,476.620*** (2,726.149)	13,853.590*** (2,135.424)	-1.274*** (0.107)	-1.812*** (0.110)	-1.339*** (0.122)	-1.638*** (0.113)	-1.684*** (0.109)
Observations	4,202	4,913	3,201	3,816	3,983	4,762	3,382	3,118	4,151	4,317
R ²	0.014	0.013	0.026	0.185	0.190					
Adjusted R ²	0.012	0.011	0.024	0.183	0.188					
Log Likelihood						-	-	-	-	-
Akaike Inf. Crit.						1,610.073	1,195.468	1,027.264	1,108.540	-922.542
Residual Std. Error	45,305.440 (df = 4194)	39,818.380 (df = 4904)	48,234.720 (df = 3192)	46,781.680 (df = 3805)	41,231.560 (df = 3972)	3,236.146	2,410.936	2,074.529	2,241.081	1,869.083
F Statistic	8.523*** (df = 7; 4194)	7.761*** (df = 8; 4904)	10.714*** (df = 8; 3192)	86.351*** (df = 10; 3805)	93.223*** (df = 10; 3972)					

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Tabela 3: Resultados Regressão Linear Múltipla e Probit nas Eleições dos Anos 2002 até 2018 – Modelo 2

	Variável Dependente									
	Votos OLS					Sucesso Eleitoral Probit				
	(2002)	(2006)	(2010)	(2014)	(2018)	(2002)	(2006)	(2010)	(2014)	(2018)
Centro-Oeste	-11,161.850** (4,956.953)	-5,901.874** (2,447.983)	-23,497.470*** (4,578.420)	-12,898.280*** (3,097.350)	-3,840.729 (3,093.025)	-0.223* (0.129)	-0.003 (0.137)	-0.400*** (0.137)	-0.397*** (0.142)	-0.152 (0.139)
Esquerda		613.084 (1,539.754)			175.832 (1,873.123)		0.073 (0.092)			0.014 (0.088)
Nordeste	1,804.295 (3,918.651)	12,318.830*** (1,701.283)				0.213** (0.096)	0.657*** (0.095)			
Sul		2,814.466 (1,830.841)	-11,439.810*** (3,872.621)	-2,791.314 (2,689.058)	-1,730.860 (2,606.036)		0.161 (0.107)	-0.258** (0.108)	-0.273** (0.123)	-0.171 (0.120)
Norte	-11,400.790** (4,470.807)	-824.802 (2,063.411)	-5,164.834 (3,951.872)	-7,908.420*** (2,747.499)	-5,746.582* (3,013.384)	0.130 (0.111)	0.478*** (0.117)	-0.164 (0.124)	-0.149 (0.124)	-0.034 (0.131)
Sudeste	-1,401.875 (3,383.271)		-16,267.580*** (2,940.228)	-8,543.796*** (1,958.560)	-1,818.059 (2,100.595)	-0.199** (0.092)		-0.487*** (0.084)	-0.349*** (0.094)	-0.280*** (0.097)
Direita	-6,805.183** (2,765.479)		-895.677 (2,511.843)	1,811.448 (1,750.049)		-0.074 (0.071)		-0.336*** (0.083)	0.002 (0.088)	
Centro	-6,190.311** (2,878.610)	-1,136.961 (1,500.071)	-2,560.397 (2,631.381)	1,351.671 (1,968.241)	-5,064.465** (1,973.803)	-0.142* (0.077)	0.052 (0.086)	-0.248*** (0.085)	0.020 (0.096)	-0.375*** (0.095)
Gênero	-1,649.508 (3,512.894)	3,040.035 (1,923.827)	-727.833 (3,356.747)	6,242.007*** (1,853.503)	5,414.402*** (1,812.854)	0.183* (0.099)	-0.075 (0.123)	0.067 (0.108)	0.059 (0.112)	0.053 (0.092)
Não-Branca				-6,023.227*** (1,646.824)	-3,470.738** (1,755.046)				-0.203** (0.090)	-0.290*** (0.091)

Patrimônio		-0.0001 (0.0001)	-0.0003*** (0.0001)	-0.00003 (0.0001)	0.00002 (0.0002)						
Despesa	0.188*** (0.008)	0.116*** (0.002)	0.055*** (0.002)	0.035*** (0.001)	0.030*** (0.002)						
Incumbência				35,557.160*** (3,153.469)	31,191.260*** (3,783.205)			0.972*** (0.096)	1.123*** (0.091)		
Classe Média							0.322*** (0.083)	0.952*** (0.075)	0.279*** (0.086)	0.255*** (0.089)	
Classe Alta							0.486*** (0.125)	1.368*** (0.111)	0.768*** (0.112)	0.324*** (0.116)	
Quartil 2							-0.536*** (0.163)	-0.328 (0.201)	-4.573 (52.633)	-2.917 (56.012)	-0.754** (0.319)
Quartil 3							0.606*** (0.083)	0.363*** (0.125)	-1.504*** (0.317)	0.279 (0.285)	0.140 (0.139)
Quartil 4							1.975*** (0.071)	2.128*** (0.106)	0.852*** (0.077)	2.254*** (0.236)	1.383*** (0.104)
Constant	24,013.230*** (4,532.929)	6,134.691*** (2,083.356)	25,727.400*** (4,277.942)	12,422.680*** (2,648.635)	8,361.612*** (2,579.721)	-1.786*** (0.131)	-2.455*** (0.158)	-1.303*** (0.129)	-2.832*** (0.263)	-2.120*** (0.143)	
Observations	2,003	3,229	1,287	3,457	3,164	4,762	3,382	3,118	4,151	4,317	
Adjusted R ²	0.238	0.427	0.482	0.365	0.225						
Log Likelihood						-	1,146.730	-774.763	-896.215	-803.303	-750.937
Akaike Inf. Crit.						2,315.461	1,575.526	1,818.430	1,636.606	1,531.874	
F Statistic	79.232*** (df = 8; 1994)	268.178*** (df = 9; 3219)	133.703*** (df = 9; 1277)	181.773*** (df = 11; 3445)	84.635*** (df = 11; 3152)						

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

3.5. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os dados aqui analisados, tanto de forma descritiva como a partir das análises dos modelos estatísticos nos mostraram uma situação já compreensível no cenário eleitoral brasileiro, qual seja, minorias sócias em geral, principalmente mulheres, possuem uma imensa dificuldade em se eleger por causa de obstáculos institucionais já na primeira etapa do processo político. A competição eleitoral cria imbricadas relações entre características demográficas e a possibilidade de conquistar o sucesso eleitoral e de ser votado.

Neste capítulo observamos quem conseguiu ou não acessar a Câmara Federal de 2002 a 2018, notando que efeitos similares ocorreram ao longo dos anos, mas que de 2014 a 2018, operaram transformações sensíveis na disputa eleitoral. Entre as dificuldades encontradas nesse capítulo, podemos ressaltar duas em específico: 1) a falta de dados dos primeiros três períodos prejudica a análise, principalmente no que tange a qualidade dos resultados quanto a cor das candidatas, e 2) a falta de rigor com estes dados por parte dos candidatos podem preconizar distorções na realidade política e representativa, mesmo com o tratamento de possíveis outliers e outras distorções identificadas.

Em geral, temos o seguinte diagnóstico: ser mulher, classe baixa e preterido pela administração partidária (menores recursos da legenda para disputar a eleição) geram um impacto profundo nas chances de conquistar votos e na probabilidade de ser eleito. Dos três pontos, somente os dois últimos foram expressivos em nossas análises, enquanto gênero tem uma complexidade analítica maior. Ou seja, não podemos esperar que estatisticamente a relação seja tão abertamente visível, visto que os obstáculos estão dentro do sistema institucional, mas envoltos de estruturas informais que dificilmente podemos quantificar.

4. O PERFIL DAS MULHERES DEPUTADAS FEDERAIS DE 2003 A 2018

Essa seção buscará reconstruir a trajetória das mulheres deputadas federais de 2003 a 2018, utilizando a prosopografia como instrumento metodológico, a fim de comparar os trajetos dessas políticas no percurso para alcançar a representação na Câmara Federal. Foram 260 entradas de deputadas analisadas em diversas variáveis e posteriormente confrontadas entre si em busca de similaridades e distinções. Entre as dimensões que nos auxiliaram a compreender o caminho dessas representantes estão parentesco, escolaridade, pertencimento a comunidades de base, religião, profissão, cargos ocupados ao longo da vida e ocupações dentro dos partidos políticos, como também o próprio percurso partidário. A partir dessas informações, construímos um apanhado de perfis que tem como interesse instrumentalizar a análise das trajetórias dessas mulheres no contexto desse trabalho. Posteriormente, cruzamos essas informações com três disposições institucionais, quais sejam, lideranças no interior da Câmara Federal, Comissões Ocupadas e Reeleição, a fim de visualizar a distribuição dos tipos identificados dentro do cenário institucional.

4.1. ROMPENDO O TETO DE VIDRO DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A base de toda pesquisa sobre grupos parlamentares se inicia (ou resume-se) em traçar os perfis dos indivíduos que os compõem. Análises descritivas ou estatísticas são utilizadas para identificar a origem desses indivíduos e mapear a lógica de ingresso dessas instituições. Não é surpresa que esse tipo de pesquisa já tenha se desenvolvido com relativo sucesso no contexto brasileiro, comumente chamado de estudos das elites, tem como objetivo justamente investigar o conjunto das trajetórias dos atores daquele espaço e estabelecer relações entre biografia e posições de poder (PERISSINOTTO; CODATO, 2015).

É dentro da lógica da representação descritiva que os estudos sobre elites políticas femininas se desenvolvem. Se a democracia liberal compreende que homens e mulheres são iguais em condições para disputarem entre si uma cadeira eletiva, por qual razão a proporção de homens é tão mais alta em relação a de mulheres? Esse é o questionamento que Danusa Marques (MARQUES, 2010) levanta em seu estudo sobre as diferenças entre as carreiras políticas de mulheres e homens nas eleições de 2006 (53 legislatura).

Em linhas gerais, capitais políticos e econômicos são mais associados aos candidatos homens e são afastados ou até mesmo retirados das mulheres. Sendo esses dois capitais essenciais para a competição partidária, na disputa eleitoral a igualdade formal não opera efeito algum. E as razões dessa desigualdade possuem diversas causas e explicações, muitas delas já abordadas nos capítulos anteriores desta pesquisa. Pois bem, instituições políticas foram criadas e organizadas por homens, dentro de suas determinações e entendimentos, operando dentro de

uma lógica de padrão masculino que torna a esfera pública um âmbito de ação masculina, em contraposição do privado, em que o trabalho feminino é relegado. Seja pelo contrato social patriarcal, pelas diferenças sociais e culturais que criam obstáculos a representação feminina, ou a própria lógica da desigualdade entre os gêneros, reproduzida dentro das instituições liberais (MIGUEL; BIROLI, 2010), o que temos é um ambiente avesso a mulheres e que busca criar empecilhos ao acesso desse grupo em suas fileiras.

É a partir das investigações sobre recrutamento partidário que chegamos a compreensão de que há diferenças no modo de selecionar mulheres competitivas para a disputa eleitoral entre as agremiações, seja levando em consideração o modelo do partido ou o espectro partidário ao qual ele pertence (LOVENDUSKI; NORRIS, 1993). Pesquisas que questionam quais os obstáculos à representação feminina levam em consideração uma variedade de hipóteses, tais como viés negativo de voto, seleção enviesada de candidatos homens em detrimento de mulheres, enfraquecimento econômico de candidaturas femininas, desinteresse político, entre outros, conforme exploradas no capítulo anterior (KROOK, 2009; MATLAND, 2005; NORRIS, 2013; SACCHET, 2011).

Pinto e Silveira (2018) exploram uma dessas abordagens em um dos artigos mais recentes sobre o tema. A pesquisa tem interesse em determinar quais os requisitos necessários para que mulheres possuam carreiras políticas exitosas no legislativo Estadual e Federal brasileiro. Ao observar aquelas deputadas que foram eleitas mais de 3 vezes no intervalo entre 1951 e 2015, ou seja, 17 legislaturas no total, foram identificadas 62 parlamentares. As autoras postulam duas hipóteses a partir dos dados coletados: a primeira indica que quanto menor o distrito eleitoral e menos democrática forem as eleições (no que tange a competição), maior a chance de se eleger mulheres. Já a segunda considera que a urbanização, índices educacionais elevados e menor desigualdade social no Brasil, diferentemente do que se acredita, não determinaria maior presença de mulheres na política.

Segundo as autoras, as regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste refletem características distintas, mas que se assimilam nos resultados práticos da representação feminina. As duas primeiras são localidades pouco populosas, de recente tradição política e competição eleitoral menor entre os partidos políticos, enquanto a terceira tem tradição eleitoral consolidada entre caciques partidários que criam obstáculos a partir do tradicionalismo. Essas colocações podem ser observadas com maiores detalhes estatísticos no capítulo anterior, onde foi realizado testes com modelagem de dados sobre as regiões e o desempenho eleitoral.

Em suma, a pesquisa demonstra que as mulheres que alcançaram os cargos legislativos romperam os obstáculos instituído pelo mundo privado, esfera de poder que subjuga a mulher

para a vida pública, conquistando espaço a partir de posições prioritariamente masculinas, como lideranças em setores sindicais, acadêmicos e partidários (PINTO; SILVEIRA, 2018). Dessa forma, conforme exposto por Bourdieu (BOURDIEU, PIERRE, 2011), para se adequar ao mundo político masculino, sob pena de exclusão, mulheres são incentivadas a adotarem as mesmas práticas e trajetórias dos homens.

Quem quer que entre para a política, assim como alguém que ingresse em uma religião, deve operar uma transformação, uma conversão. Mesmo que esta não lhe apareça como tal, mesmo que não tenha consciência disso, ela lhe é tacitamente imposta, e a sanção em caso de transgressão e o fracasso ou a exclusão. Trata-se, portanto, de uma lei específica e que constitui um princípio de avaliação e eventualmente de exclusão. Um índice, o escândalo: quem entra para a política se compromete tacitamente a eximir-se de certos atos incompatíveis com sua dignidade, sob pena de escândalo. (BOURDIEU, 2011, p. 195)

O diagnóstico postulado pelas autoras é profundamente atual. Pesquisas prosopográficas ignoram ou deixam passar "gênero" como variável importante dos estudos biográficos. Conforme disposto na abordagem teórica desta tese, o apagamento de tal variável corresponde a lógica intrinsecamente masculina das instituições, uma vez que "ser mulher" implicaria muito pouco nas análises que buscam compreender o funcionamento de sistemas a partir dos seus atores e a relação deles com suas vidas pregressas. Entretanto, a baixa representação delas nas instâncias decisórias e as trajetórias políticas diversas que conformam a vida política feminina evidenciam a necessidade de explorar as nuances de suas carreiras e os impactos dessas na sua atuação parlamentar e no seu futuro político.

Em relação as carreiras políticas das esquerdas e direitas, Marengo e Serna (MARENCO; SERNA, 2007) articulam duas hipóteses, quais sejam: as diferenças nos padrões de carreiras políticas entre os partidos desses espectros poderiam ser explicadas pela variação do perfil social e pelos recursos individuais dos candidatos eleitos, sendo que políticos de esquerda recrutam suas bancadas em grande parte pelo setor público, na classe média assalariada, entre lideranças sindicais e de movimentos sociais, na busca de sanar possíveis carências de recursos financeiros e familiares, construindo carreiras endógenas ligadas aos partidos. Enquanto políticos de direita são recrutados a partir de extratos mais elitistas da sociedade, compondo os quadros políticos pessoas ligadas a um capital mais tradicional, independente de afiliação partidária e profundamente conectado a frações médias e altas da sociedade.

Em termos gerais, para esta tese, as hipóteses desses autores conjugam a mesma perspectiva testada por Miguel, Marques e Machado (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015), de que mulheres de direita estariam mais ligadas a relações familiares e trajetórias elitistas, enquanto aquelas da esquerda se valeriam dos caminhos trilhados em movimentos

sindicais ou posições administrativas dentro dos partidos políticos. A articulação do capital econômico e político dentro da disputa eleitoral teria um peso predominante na seleção das eleitas e do sucesso de suas carreiras políticas, uma vez que tais ativos seriam essenciais para se distinguirem na competição por votos.

Tendo como base a perspectiva de que a representação de grupos minoritários se correlaciona muito mais com a escolha dos partidos políticos pelos seus candidatos e as providências institucionais que eles tomam para fomentar suas candidaturas, do que pelo voto dos eleitores (uma vez que a preferência eleitoral responde a incentivos organizacionais), é de se esperar que as eleitas estariam concentradas em grupos partidários que melhor operacionalizassem oportunidades, ou ao menos, que não agisse para impedir que capitais externos a aqueles fornecidos pelo partido exercessem sua função (FOLKE; RICKNE, 2016).

Nas pesquisas nacionais, podemos notar que os partidos de esquerda são plataformas que melhor administram candidaturas femininas, contudo, a diferença não é grande entre os partidos do centro e da direita. A sobrevivência eleitoral também é maior na esquerda, visto que o capital emprestado dos partidos políticos consolidam de maneira mais apropriada tais trajetórias (ARAÚJO, 2010; ARAÚJO; ALVES, 2007b; MARQUES, 2010; MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015; PINTO; SILVEIRA, 2018; WYLIE, 2018).

O cenário de trajetórias políticas no Brasil é o seguinte: não há diferenças profundas entre as carreiras masculinas e femininas, havendo a conjunção de variados capitais, tal como o uso da influência familiar e o fortalecimento dentro de instituições políticas, mas a percepção desses capitais pode ser distinto e o uso deles frente as regras institucionais acabam por privilegiar os homens (ARAÚJO, 2010; ARAÚJO; BORGES, 2013). Esse também é o entendimento em outros países da América Latina (SCHWINDT-BAYER, 2011)²² e, ainda, nos Estados Unidos (PRAINO; STOCKEMER, 2018)²³. A diferença entre as carreiras está, portanto, na forma que esses capitais se transformam em cargos, ou seja, como as instituições filtram os candidatos, articulam sua competição e determina quem sai vitorioso.

²² Na Argentina, Colômbia e Costa Rica, conclui a autora, homens e mulheres são mais similares que nunca em suas trajetórias políticas, ambições e caminhos para o poder. Características de ordem pessoal, como idade, casamento, filhos e grau educacional são compartilhados por ambos os gêneros. Ainda, não parece haver uma mudança visível na arena política uma vez que mulheres a ocupam. Ao fim, lógicas institucionais geram mais influência na presença/ausência de mulheres nesses países do que de ordem social (SCHWINDT-BAYER, 2011).

²³ Nos Estados Unidos, os autores indicam que a sub-representação feminina está conectada um sistema rígido e estático que impede o rompimento do teto de vidro da incumbência, ou seja, mulheres não conseguem acessar carreiras políticas longevas por conta das inúmeras restrições institucionais e sociais que as impede. Contudo, a pesquisa mostra que quando elas conseguem ultrapassar esses obstáculos, a vida política é tão longa quanto a masculina. Em termos gerais, as carreiras femininas possuem tanto sucesso quanto as masculinas, uma vez que conseguem romper o teto de vidro, restando o questionamento de como quebrar esse obstáculo (PRAINO; STOCKEMER, 2018).

É dentro desse panorama que as carreiras femininas serão estudadas aqui. Pretende-se compreender quais os grupos que as eleitas se filiam, em quais quadros partidários as mulheres possuem melhor capacidade de penetrar dentro de posições de poder na Câmara Federal, perpetuando na trajetória política e assegurando espaços estratégicos de controle da agenda. A abordagem aplicada neste capítulo resgata muitas características de pesquisas biográficas sobre trajetória de mulheres na política já realizadas, entretanto, inova ao articular uma organização de capitais diferentes, uma metodologia que permite visualizar as diferenças entre as carreiras de forma facilitada e amplia o escopo da pesquisa para a eleição de 2018 (perfazendo 5 legislaturas).

4.2. SOBRE O MÉTODO PROSOPOGRÁFICO E O USO DA ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA

A prosopografia, conhecida também como biografia coletiva ou análise de carreiras tem como origem a História, como disciplina. O objetivo principal é coletar informações acerca do histórico pessoal do indivíduo, tais como relações de parentesco, cargos ocupados ao longo da vida, datas relevantes, enfim, tudo que possa dar indícios da vida do objeto para então compreender as implicações desses atores na estrutura política. A partir desses dados, podemos obter a dimensão da ação política desses personagens e também de mudanças sociais nos grupos que compõe a sociedade (STONE, 2011).

Logo, para Stone (2011), a prosopografia tem como objetivo “(...) *dar sentido à ação política, ajudar a explicar a mudança ideológica ou cultural, identificar a realidade social e descrever e analisar com precisão a estrutura da sociedade e o grau e a natureza dos movimentos em seu interior*”. Seguindo esses pressupostos, os dados aqui compilados conseguiram avaliar questões de valores e símbolos transpostos da sociedade para instituição por meio do processo eleitoral, subsidiando nossa abordagem teórica.

Na Ciência Política o método em questão é amplamente utilizado para a pesquisa de elites políticas que conformam determinadas estruturas no aparato institucional, seja ele político ou até mesmo empresarial, observando os aspectos da vida pessoal dos indivíduos na busca de estruturar trajetórias que alcancem determinado ponto. Conforme Flávio Madureira Heinz (2006, p. 48), os estudos das elites por meio da biografia coletiva reafirmaram a importância e o rigor metodológico dos estudos nessa área, tanto na História, quanto nas Ciências Sociais.

A prosopografia como estudo das elites foi progressivamente ampliando suas aplicações nas mais diversas áreas do conhecimento. Isso porque garante ao pesquisador uma análise diacrônica que permite a comparação de variados períodos e o próprio movimento dos

indivíduos entres grupos que conformam ou não ambientes da elite. Conforme dispõe Heinz e Codato:

Prosopógrafos, entretanto, descrevem as propriedades sociais de grupos em perspectiva diacrônica, comparando períodos e monitorando alterações. É essa operação, a comparação das propriedades e atributos de coletividades no tempo e suas modificações estruturais, a característica central do método prosopográfico. A prosopografia pode ser, assim, uma alternativa para se estender a análise da atuação de elites políticas e grupos dirigentes a períodos de tempo mais recuados, permitindo obter ganhos explicativos no desvelamento de padrões de comportamento político, de reprodução e/ou renovação de famílias ideológicas e na explicitação de continuidades e recorrências de longa duração na sociedade e na política. (HEINZ e CODATO, 2015. p. 251).

Ainda, os autores ressaltam a existência de lacunas no processo de produção dos bancos de dados desse método, sendo assim responsabilidade do investigador o reconhecimento desses limites e a produção de complementos que possam subsidiar mais informações para a satisfatória construção das biografias. Nossas principais fontes de pesquisa foram os bancos catalográficos sobre a vida das deputadas federais, tais como o Repositório Biográfico da Câmara Federal, as Radiografias do Congresso, organizadas pelo DIAP e o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (CPDOC-FGV). Conforme discutido anteriormente, em alguns momentos há existência de lacunas nas biografias das deputadas, sendo necessário a complementação dessas narrativas em repositórios distintos.

Já a análise de Correspondência Múltipla (Multiple Correspondence Analysis – MCA) é uma técnica de pesquisa comumente utilizada para explorar aspectos de aproximação ou afastamento de respondentes em um survey, ou para comparar biografias em um contexto coletivo, tal como o pretendido nesta tese. O MCA é aplicado em tabelas com indivíduos como linhas e variáveis categóricas em colunas, podendo também analisar variáveis contínuas. Não se trata de um método matemático inovador, uma vez que faz uso de aspectos da análise fatorial, mas sem dúvidas oferece uma oportunidade visual de exposição dos dados (DANTAS et al., 2017; HUSSON; LÊ; PAGÈS, 2017; MARTINS; DONADONE, 2018).

A partir dessa técnica podemos levantar importantes questionamentos, tais como: quais são as trajetórias políticas dentro do universo estudado mais similares (ou distintas)? Esses indivíduos são consistentes em termos dos grupos analisados? A partir dessa lógica exploratória, a distância calculada entre as observações podem inferir que dois indivíduos que respondem igualmente nas mesmas categorias estão mais próximos, mas se um deles tiver uma resposta, entre as iguais, profundamente diferente dentro daquele universo de respondentes, ele poderá ocupar uma posição afastada e, portanto, levantar prognósticos em relação ao seu pertencimento aquele grupo estudado (HUSSON; LÊ; PAGÈS, 2017).

Conforme Dantas et al (2017) aponta, esse método constitui como vantagem a possibilidade de se avaliar visualmente a distribuição dos indivíduos em relação as variáveis dispostas, a fim de compreender se as diferenças são ou não aleatórias entre os respondentes. As nuvens construídas a partir dos dados podem evidenciar cruzamentos de dados que, em termos de compreensão, tornam-se muito mais simples.

4.2. CLASSIFICANDO TRAJETÓRIAS POLÍTICAS: CAPITAL POLÍTICO, FAMILIAR, MIDIÁTICO E RELIGIOSO

Pesquisas biográficas costumam utilizar a abordagem de campo, desenvolvida por Pierre Bourdieu, que permite adequar a trajetória dos investigados dentro de um quadro relacional de poder. Assim, para identificar e classificar as mulheres que acessaram a Câmara Federal, passamos a compreender o conceito de campo político e dos capitais que se articulam nas carreiras políticas. O campo, para o autor, é um pequeno microcosmo que contém uma variedade de processos e entendimentos do mundo externo, mas articulados e revestidos de uma forma particular, delimitados pelos próprios membros. Está na origem dessa estrutura e nos desdobramentos que seus membros a conferem a partir de suas trajetórias, as lógicas intrínsecas de funcionamento, permissão e exclusão (BOURDIEU, PIERRE, 2011). Conforme preleciona:

(...) campo político como um lugar em que certo número de pessoas, que preenchem as condições de acesso, joga um jogo particular do qual os outros estão excluídos. É importante saber que o universo político repousa sobre uma exclusão, um desapossamento. Quanto mais o campo político se constitui, mais ele se autonomiza, mais se profissionaliza, mais os profissionais tendem a ver os profanos com uma espécie de comiserção (BOURDIEU, 2011, p. 197).

Portanto, e isso é fundamental na análise sob a perspectiva de campo, o acesso desigual ao campo político não pode ser remetido a uma naturalização, tal como os teóricos do elitismo o fazem, mas sim observado como um mecanismo das regras e procedimentos que constituem o respectivo campo. Enquanto esses (os elitistas) entendem a política a partir de uma formação de oligopólio dentro das organizações (partidos políticos, governos, parlamento), Bourdieu propõe que analisemos o acesso a partir da apropriação e uso de capitais que distinguem os políticos da população comum, uma vez que essa dicotomia é constitutiva do campo.

Dessa forma, partimos da premissa que não basta reconhecer o eleitorado de um político ou sua base social, mas também a conjunção deles no seu próprio campo. Para Bourdieu, a análise do coletivo que integra o campo é essencial para compreendermos a posição que o indivíduo ocupa, visto que ela também auxilia no entendimento de suas ações. Analisar

biografias de maneira coletiva é, também, visualizar a imagem do todo, e no caso desta tese, evidenciar o processo de formação de uma mudança de paradigma ou reprodução da estrutura.

Escrever que o campo político é avesso a participação feminina, mesmo que quase 90 anos após o sufrágio feminino, pode parecer estranho. Do ponto de vista liberal, se compreendermos que as oportunidades políticas são iguais e que todos competem em paridade de armas, beiraríamos ao proselitismo acadêmico. Entretanto, nada como a realidade política para nos afirmar o lento processo de abertura da esfera pública para mulheres, criando muito mais obstáculos do que facilitadores. Aqueles que deram origem as instituições políticas no Brasil (e no mundo), articulam-se de tal forma que o profano, a estranha figura feminina que ameaça a ordem que desejam perpetuar, é repetidamente afastada, atacada, na busca de provar o seu não lugar.

Mas, então, o campo é fadado ao fechamento? Mulheres nunca serão aceitas como tal, sem se dobrar pelas regras do campo político masculino? A resposta a essas perguntas está nos parlamentos que romperam com a segregação de gênero, seja pela adoção de políticas públicas efetivas, tais como as cotas, ou pela mudança social que afetou diretamente o campo político, uma vez que se opere uma mudança de paradigma e a totalidade masculina passe a ser questionada e transformada. O autor pontua que o campo não pode se autonomizar completamente justamente por estar subordinado as pessoas externas a ele, os eleitores no caso da política. Se há uma mudança na constituição dos membros do campo, um desafio as regras impostas na origem e, conseqüentemente, a ruptura com a reprodução dos valores masculinos, então sim, o campo político se torna aberto ao feminino, sem subverte-lo. Segundo o autor:

Quanto mais um campo é autônomo e instalado em sua autonomia, mais essa questão do fundamento último do campo é ocultada, esquecida, mas pode ocorrer uma revolução científica que recoloca as fronteiras em questão, o que Kuhn chama de “mudanças de paradigmas”. São situações nas quais novos ingressantes mudam de tal maneira os princípios de pertencimento ao campo que pessoas que antes faziam parte dele agora já não fazem mais, são desqualificadas, e pessoas que dele não faziam parte agora fazem (BOURDIEU, 2011, p. 202).

Mas como se opera essa mudança de paradigma? A partir do acumulo de capital político por parte das mulheres. Bourdieu indica que a dominação masculina atua a partir de um capital simbólico que retira condições de igualdade entre os sexos. Homens impuseram nas instituições que fundaram um simbolismo que opera na dominação do feminino pelo masculino. Regras, procedimentos, padrões, tudo isso corresponde a uma lógica de reprodução masculina que opera

simbolicamente em desfavor da mulher. E essa dominação não necessita de razão, visto que é padrão, naturalizada socialmente dentro das estruturas públicas formadas pelo masculino.

Visto dessa forma e conforme já discutido nos capítulos anteriores deste trabalho, as mulheres não conseguem acumular capital político porque estão imersas em um sistema de violência simbólica que imprime uma desigualdade fundamental, retirando-as da competição política justa. O capital político é disputado e conquistado por elas a partir do rompimento com essas violências e pela captura de espaços comumente masculinos, tais como sindicatos, lideranças de movimentos sociais e afins. Há outras formas de capital que também se transformam, quando operacionalizados, em capital político. São a partir dessas lógicas que empreenderemos no estudo coletivo de biografias das mulheres deputadas federais.

Entende-se como capital político aquele conjunto de atividades que se estruturam dentro de um campo da ação, ou fazer político. Movimentos Sociais, Sindicalismo, cargos burocráticos dentro de partidos políticos e da administração pública, movimentos estudantis e até mesmo a luta armada, são considerados capital político. A origem da parlamentar em face de qualquer um desses subgrupos subentende que em sua trajetória foi permeada pela consolidação de valores do campo político, possivelmente as aproximando de contextos mais tradicionais da disputa eleitoral e da prática política institucional.

Para nossa análise, o capital político é dividido em 4 fatores distintos: o administrativo, que corresponde a mulheres que conquistaram seus cargos a partir da ocupação de posições burocráticas dentro das agremiações ou administração pública; sindical, para aquelas que ocuparam cargos de liderança em sindicatos (seja de qual classe for); movimentos sociais, observando deputadas eleitas a partir do seu envolvimento em manifestações ou estruturas sociais de luta por reconhecimento de direitos; e movimento estudantil, preferencialmente aquelas que perfilarão em agremiações estudantis, como grêmios, UNE e afins. Os últimos dois foram diferenciados por conta das implicações futuras que movimentos sociais e estudantis oferecem.

O capital familiar corresponde a associação da eleição as relações de parentesco ou casamento. É importante ressaltar que esse capital não é exclusivo e nem mesmo mais preponderante as carreiras parlamentares de mulheres. Faz parte de uma situação comum no Brasil e no mundo, em que elites políticas são formadas pela tradição do poder político dentro da família. A diferença, conforme aponta Bourdieu (BOURDIEU, 2010), está na dimensão dessa herança, pois enquanto os homens recebem o poder político de seus pais e avôs, as mulheres receberiam a partir de seus maridos, devido a sociedade patriarcal e como essa opera no mundo político. Nesta pesquisa utilizamos a palavra “Familiar” para identificar a relação.

O capital religioso está ligado a emergência da religião como passaporte eleitoral, uma vez que líderes religiosos se organizam a fim de fazer valer suas opiniões a níveis governamentais. Em um país de tradição católica como o Brasil, carreiras orientadas a partir de bases religiosas costumavam ocorrer dentro de pastorais e comunidades eclesiais que fomentassem, de forma auxiliar, movimentos sociais. Com o crescimento do neopentecostalismo, a partir da constituinte, grupos de poder dentro das principais igrejas dessa orientação começaram sua trajetória para dentro da política. A partir da conversão de fieis em eleitores, o capital religioso tem grande predominância nas carreiras políticas a partir de 2002, devido aos acordos políticos firmados entre o Partido dos Trabalhadores e lideranças religiosas/políticas que, rapidamente, ocuparam cargos em seus governos. Nesta pesquisa utilizamos a palavra “Religião” para identificar a relação.

Por fim, o capital midiático compreende aquelas deputadas cuja trajetória esta ligada a ocupação profissional de apresentadoras de televisão, radialistas ou qualquer função que tenha exposição da imagem. Esse capital teve crescimento com as eleições de 2018, principalmente por conta da internet e o compartilhamento em massa de mensagens. A “viralização” foi utilizada como manobra eleitoral. Nesta pesquisa identificamos como “mídia”. Abaixo, esquematizamos os capitais que serão transformados em grupos de carreira política:

Tabela 4: Grupos (capitais) de Carreiras das Deputadas Federais Esquematizado:

Capital (Grupo)	Descrição	Análise
Capital Político – Administrativo	Carreiras dentro de órgãos públicos, burocracia em partidos políticos ou ocupação em cargos chaves nas administrações dos três poderes.	Ocupação de posições burocráticas dentro das agremiações ou administração pública, como secretariado, dirigentes partidárias, ou qualquer cargo relacionado a burocracia dos três poderes.
Capital Político – Sindical	Cargos de liderança em sindicatos do trabalhador ou patronais.	Ocupação de cargos de liderança em sindicatos (seja de qual classe for), seja como dirigente ou qualquer cargo de projeção dentro dessas instituições.
Capital Político – Movimentos Sociais	Cargos de liderança em movimentos sociais diversos.	Envolvimento em manifestações ou estruturas sociais de luta por

		reconhecimento de direitos, em todo o espectro político.
Capital Político – Movimentos Estudantis	Cargo de liderança em organizações estudantis, tais como a UNE, grêmios estudantis, DCEs de Universidades e afins.	Ocupação em cargos-chaves em agremiações estudantis, como grêmios, centros acadêmicos, UNE e afins.
Capital Familiar	Relações familiares (pai/mãe, irmãos/irmãs, tios/tias, primos/primas/, avôs/avós, maridos e esposas) com indivíduos detentores de cargos eletivos.	Identificação de relações de parentesco com políticos e políticas já constituídos na vida pública, com o uso do nome e do capital político.
Capital Religioso	Carreira com origem em lideranças religiosas, principalmente neopentecostais.	Identificação de relações com grupos religiosos que promoveriam a candidatura politicamente pelo seu envolvimento com setores confessionais.
Capital Midiático	Carreira com origem na exposição da imagem a partir de canais de televisão ou, mais recentemente, em redes sociais sem envolvimento com movimentos sociais.	Identificação de relações com a televisão, rádios e outros meios de comunicação, incluindo redes sociais para o fim de comunicação.

FONTE: Criação própria.

Por fim, é necessário ressaltar que a categorização foi feita a partir dos dados disponíveis on-line, seja pelo repositório de biografias do CPDOC/FGV, ou a partir de entrevistas, reportagens investigativas e biográficas, sites pessoais e documentos oficiais, como Diário Oficial da União. Conforme já relatado em outras pesquisas, quando lidamos com informações a nível biográfico, nem mesmo entrevistas são suficientes para traduzir a realidade exata dos fatos. Desse modo, um alerta é necessário, pois partimos de uma lógica relacional, em que a categoria só foi definida a partir da relação entre diferentes repositórios de dados e somente quando outros fatores eram excluídos. Ou seja, se a trajetória de determinada deputada federal nos leva a categorizar mais de um capital, levamos em consideração tal duplicidade e levantamos essa situação. Esse cuidado foi tomado principalmente em relação ao capital familiar, para que não houvesse superestima dos laços familiares e, conseqüentemente, um apagamento da trajetória política dessa deputada federal, visto que é possível que um ocorra sem determinação da outra.

4.4. DADOS DESCRITIVOS DAS DEPUTADAS FEDERAIS

Ao todo foram 260 entradas de mulheres analisadas, correspondendo a 5 legislaturas distintas (2003 a 2018), mas em cada termo que a mesma consegue se reeleger, é considerado uma entrada no banco de dados (com seus dados atualizados frente ao declarado na competição eleitoral daquele ano). Colhemos dados sobre o ano da legislatura, nome da deputada federal, se possui biografia no CPDOC/FGV, Estado pelo qual foi eleita, região pela qual foi eleita, gasto máximo de campanha e financiamento, patrimônio (quando disponível), classe social, profissão, idade, grau de escolaridade, curso de graduação (quando disponível), cor (declarada e heteroidentificadas), posições eletivas ocupadas antes daquela eleição, reeleição (sim ou não), posição de liderança na Câmara Federal ao longo daquela legislatura (acumulável em reeleições), ocupação de cargos ministeriais, posição de liderança em comissões parlamentares permanentes, se possui familiares na política (até terceiro grau), se possui casamento com figura política e a identificação do grupo ao qual pertence tendo em vista a explicação sobre capitais anteriormente.

Em números gerais, conforme a tabela 5, a esquerda possui dianteira quando o assunto é eleição de quadros femininos, como já exposto nos capítulos anteriores. Nos dados agregados, temos que a esquerda elegeu 107 vezes (41,2%) deputadas ao longo do período estudado, enquanto a direita compreende 85 (32,7%) e o centro 68 (26,2%). Contudo, como exposto no capítulo anterior, em relação a sucesso eleitoral não há muita diferença entre os espectros ideológicos durante as quatro primeiras legislaturas analisadas, dando uma pequena margem de diferença para mais da esquerda para as outras duas. Todavia, na 56 legislatura, podemos observar que o número de mulheres de direita aumentou, e muito, ultrapassando os demais espectros políticos.

Tabela 5: Distribuição das eleitas por espectro Ideológico das Deputadas Federais de 2002 a 2018

Ideologia	Frequência	Porcentagem
Centro	68	26,2%
Direita	85	32,7%
Esquerda	107	41,2%

Em relação aos partidos políticos em si, de forma desagregada, temos que o PT congrega o maior número de entradas, compondo 18,5% do total (48 vitórias), sendo o (P)MDB o segundo em quantidade, perfazendo 11,9% (31 vitórias) seguido pelo PSDB com 9,9% (25 vitórias), PCdoB (23) com 8,8% e PSB com 8,1% (21). Na tabela 6 podemos observar os partidos políticos e o número de vitórias no total (congregamos os dados dos partidos que fundiram ou mudaram de nome, indicado na multiplicidade de legendas).

Conforme as pesquisas apontam, tanto em relação ao espectro ideológico, quanto a conformação dos partidos políticos, temos que não há uma diferença expressiva na distribuição de mulheres vitoriosas entre as agremiações nacionais (PINTO; SILVEIRA, 2018). A mudança opera a partir de 2018, quando o PSL, DEM, PP e PSDB iniciam a mudança assinalada no capítulo anterior sobre candidaturas femininas competitivas, aumentando o número total de mulheres de Direita eleitas e, mais ainda, a quantidade de votos que essas receberam. Os principais partidos continuam sendo o PT e (P)MDB (MARQUES, 2010).

Tabela 6: Pertencimento Partidário das Deputadas Federais

Partidos Políticos	Frequência	Porcentagem
(P)MDB	31	11,9%
AVANTE/PTdoB	3	1,2%
DEM/PFL	17	6,5%
NOVO	1	0,4%
PCdoB	23	8,8%
PDT	8	3,1%
PL	1	0,4%
PMN	2	0,8%
PODEMOS/PTN	3	1,2%
PP	14	5,4%
PPB	1	0,4%
PPS	6	2,3%
PR	12	4,6%
PRB	5	1,9%
PRONA	1	0,4%
PROS	1	0,4%
PRP	1	0,4%
PSB	21	8,1%
PSC	4	1,5%
PSD	2	0,8%
PSDB	25	9,6%
PSL	9	3,5%
PSOL	6	2,3%
PST	1	0,4%
PT	48	18,5%
PTB	6	2,3%
PTC	3	1,2%
PV	3	1,2%
REDE	1	0,4%

Partidos Políticos	Frequência	Porcentagem
SOLIDARIEDADE	1	0,4%

No que tange a região das eleitas, temos o Sudeste com 91 deputadas (35%), seguido pelo Norte com 61 (23,5%), Nordeste com 50 (19,2%), Sul com 32 (12,3%) e, por fim, o Centro-Oeste com 26 (10%). De modo desagregado, temos que São Paulo e Rio de Janeiro estão empatados com 32 vitórias (12,3%), tendo Amapá e Minas Gerais com 14 cada (5,4%), seguido por Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul com 13 cada (5%).

A possibilidade de ser eleita no Sudeste, Norte e Nordeste é expressivamente maior que nas demais localidades, indicando que há duas hipóteses a serem testadas aqui. O Norte e o Nordeste possuem uma densidade demográfica menor e, desse modo, a concorrência intrapartidária possui menor capacidade de criar obstáculos às mulheres. No Sudeste, temos que as carreiras políticas estão ligadas a movimentos sindicais, a consolidação de algumas oligarquias e a maior presença de partidos de esquerda com poder de competição, tornando um pouco menos dificultoso que essas candidatas ocupem um cargo legislativo federal. Esses achados estão em consonância com a pesquisa de Celi e Silveira (2018), guardando as devidas proporções e o recorte federal utilizado aqui.

Tabela 7: Distribuição das eleitas por Região Federativa

Região	Frequência	Porcentagem
Centro-Oeste	26	10%
Nordeste	50	19,2%
Norte	61	23,5%
Sudeste	91	35%
Sul	32	12,3%

Em relação a escolaridade, profissão e especialidade da graduação, as tabelas 8, 9 e 10 mostram que a ampla maioria tem curso superior (80%), 17,3% tem ensino médio completo, 1,5% ensino fundamental completo e 1,2% lê e escreve. Dentre as profissões, as quatro com maior proeminência são: política (113 deputadas), empresária (20), professora (18) e advogada (17). Quando observamos somente o universo das mulheres graduadas, temos que 37 delas (14,2%) são formadas em Direito, 22 (8,5%) em Pedagogia e 18 (6,9%) em Psicologia.

Esses dados corroboram com achados da literatura nacional sobre a escolaridade de políticos, efetivamente superior aos da sociedade civil, perfazendo em sua maioria pessoas com curso superior. Em relação aos homens, podemos pontuar que estes resultados não diferem em nada com as mulheres, compreendendo ser uma constante no cenário político (MARQUES, 2010; PINHEIRO, 2006).

Tabela 8: Nível Educacional Declarado das Deputadas Federais

Nível Educacional	Frequência	Porcentagem
Lê e Escreve	3	1,2%
Fundamental Completo	4	1,5%
Ensino Médio	45	17,3%
Ensino Superior	208	80%

Tabela 9: Graduação Superior Declarada das Deputadas Federais

Graduação em Nível Superior	Frequência	Porcentagem
Administração	8	3,1%
Artes	1	0,4%
Assistência Social	4	1,5%
Biblioteconomia	1	0,4%
Ciência Política	1	0,4%
Ciências Sociais	5	1,9%
Contabilidade	1	0,4%
Direito	37	14,2%
Economia	7	2,7%
Educação Física	4	1,5%
Enfermagem	5	1,9%
Engenharia	7	2,7%
Farmácia	7	2,7%
História	4	1,5%
Jornalismo	10	3,8%
Letras	15	5,8%
Matemática	2	0,8%
Medicina	16	6,2%
Não Consta	73	28,1%
Odontologia	1	0,4%
Pedagogia	22	8,5%
Psicologia	18	6,9%
Química	1	0,4%
Serviço Social	6	2,3%
Terapia Ocupacional	3	1,2%
Turismo	1	0,4%

Tabela 10: Profissão Declarada das Deputadas Federais

Profissão	Frequência	Porcentagem
Administrador	6	2,3%
Advogado	17	6,5%
Agente Administrativo	1	0,4%
Agricultor	2	0,8%
Agrônomo	1	0,4%
Assistente Social	6	2,3%
Bancário	1	0,4%
Biólogo	1	0,4%
Cantor E Compositor	1	0,4%
Cientista Político	1	0,4%
Comerciante	1	0,4%
Contador	1	0,4%
Dona De Casa	1	0,4%
Economista	1	0,4%
Empresário	20	7,7%
Enfermeiro	3	1,2%
Engenheiro	2	0,8%
Estudante, Bolsista, Estagiário e Assemelhados	2	0,8%
Farmacêutico	1	0,4%
Fisioterapeuta e Terapeuta Ocupacional	2	0,8%
Gerente	1	0,4%
Historiador	1	0,4%
Jornalista e Redator	4	1,5%
Magistrado	1	0,4%
Médico	12	4,6%
Músico	1	0,4%
Não Consta	2	0,8%
Outros	13	5%
Pedagogo	3	1,2%
Policia Militar	2	0,8%
Política	113	43,5%
Professor	18	6,9%
Psicólogo	4	1,5%
Servidor Público	12	4,6%
Sociólogo	1	0,4%
Veterinário	1	0,4%

Das 260, 81,9% delas são brancas, enquanto somente 18,1% se classificaram ou foram consideradas não-brancas (dentro da classificação do IBGE). Esse dado é fundamental para entendermos as dificuldades e obstáculos que as mulheres pretas, pardas, amarelas e indígenas enfrentam para acessar e se acomodar dentro das estruturas decisórias.

Tabela 11: Cor Declarada e Heteroclassificada das Deputadas Federais

Cor	Frequência	Porcentagem
Branca	213	81,9%
Não-Branca	47	18,1%

Conforme podemos identificar ao longo dessas tabelas, temos uma continuidade das características constituintes das elites femininas que acessam a Câmara Federal no Brasil, tendo como premissa os trabalhos discutidos anteriormente. São mulheres majoritariamente brancas, com curso superior, concentradas no Sudeste e Norte, espalhadas por todos os espectros políticos, com maior destaque para o PT e (P)MDB. Com uma, duas ou três legislaturas a mais que pesquisas anteriores, podemos pontuar que não se modificaram os atributos que levam mulheres à representação federal.

Mas isto é suficiente para evidenciar um engessamento do acesso de um determinado grupo de mulheres na Câmara Federal? Observamos no capítulo anterior que a partir das eleições de 2014 há uma leve melhora nos indicadores de acesso de grupos minoritários dentro das instancias legislativas federais, incluindo aqui as mulheres não brancas, da classe trabalhadora e mais novas. Contudo, essas mudanças em termos agregados não são suficientes para expressar mudança significativa nas análises descritivas e estatísticas.

Entretanto, uma análise temporal será realizada a seguir, visto que 2018 foi um ano atípico para representação feminina, dado o aumento significativo de mulheres nas cadeiras do parlamento. Uma perspectiva que pode nos ajudar a pensar esse aumento é a consolidação de novas práticas de alistamento eleitoral dos partidos de direita, privilegiando certas candidaturas femininas e estruturando candidaturas competitivas a nível nacional, como observamos no capítulo anterior. Assim, como o capítulo 3 exemplifica, houve um aumento expressivo no número de votos para algumas candidatas a deputada federal dos partidos de direita. Essa mudança implica em uma transformação da trajetória das mulheres que alcançam a Câmara Federal? Até aqui temos pesquisas que elaboram hipóteses e exploram resultados das eleições até 2010, portanto, torna-se necessário prosseguir esta investigação para extrairmos as mudanças ocorridas na segunda década do século XXI.

4.5. A CARREIRA POLÍTICA FEMININA NA CÂMARA FEDERAL DO BRASIL DE 2002 A 2018

O tipo de carreira política feminina no Brasil de 2003 a 2018 pode nos oferecer informações valiosas acerca de valores e princípios que estruturam essas trajetórias e, desse modo, implicam em agendas políticas diversas no parlamento. A partir de uma avaliação sobre suas biografias, numa perspectiva coletiva, coletamos informações e enquadrámos as deputadas federais dentro dos 7 tipos articulados a partir de capitais identificados em suas histórias.

A primeira informação a ser ressaltada é a predominância da *trajetória familiar*, que consiste em mulheres com ligações familiares a nível parental em linha reta e colateral (pais, avós, irmãos) e filiação (casamento) com políticos, originando gramática tradicional da política brasileira, o fenômeno do familismo (Queiroz, 1976, Nunes, 1992). Para se encaixar nesse contexto é imprescindível constar na biografia que a relação ocorre anteriormente ao cargo político e que a deputada não tenha ocupado cargo eletivo previamente. Situações em que o casal constitui a mesma trajetória e foram eleitos para os mesmos cargos ou em posições diversas não constituem uma relação familiar. Ou seja, essa trajetória só pode ocorrer na ausência das demais.

Família compreende a explicação de 95 trajetórias, ou 36,5% das entradas no banco de dados. Dessas, 32 são oriundas de casamento e as outras 63 possuem parentes próximos no mundo político. Ainda, 88 dessas deputadas são brancas, enquanto apenas 7 se declararam ou foram heteroidentificadas como não-brancas. Esse grupo também possui uma das médias de trajetória mais longeva, sendo que este capital produz carreiras enraizadas no cenário político. O crescimento é notável ao longo dos anos, mais que dobrando o número de mulheres pertencentes a esse tipo de carreira entre 2002 e 2018.

A *trajetória Administrativa* ocorre na presença de fatores institucionais na carreira feminina, tais como ocupação de cargos público comissionados e progressão de cargos burocráticos nas administrações políticas dentro e fora dos partidos²⁴. É a segunda carreira com maior número de pertencimento, perfilando 52 deputadas federais (20%). Dessas, a ampla maioria é branca, exatamente 47 e apenas 5 não-brancas. São relativamente longevas as carreiras dessas deputadas. Podemos notar no gráfico que da 52 legislatura até a 54 temos um decréscimo de mulheres pertencentes a essa trajetória, mas que logo na legislatura seguinte há

²⁴ Um adendo em relação a essa classificação está na carreira da deputada federal Magda Mofatto. Sua trajetória está muito mais relacionada aos fatores econômicos, por conta de seus negócios vultosos na cidade de Caldas Novas, Goiás. Dona de um império hoteleiro (R\$ 20,97 milhões de reais declarados atualmente), o partido ao qual é filiada foi praticamente dominado pela sua atuação e, portanto, indica-se na carreira administrativa, mesmo que o mais apropriado seria o capital econômico.

um crescimento expressivo, sendo que no último termo o número supera a quantidade observada em 2022.

Para ser classificada no *Movimento Estudantil* a deputada ocupou, em algum momento anterior a sua candidatura, cargos em instituições estudantis como UNE, UEE, UBES, DCEs de Universidades ou Grêmios Estudantis dos Ensinos Médio. Essa trajetória está profundamente ligada ao período de recessão democrática de 1964 a 1985 no Brasil, sendo que a Ditadura Militar perseguiu e fechou muitas dessas estruturas. Jovens que eram oposição a esse regime de exceção, articulado dentro do movimento estudantil, chegaram a ingressar, algumas delas, na luta armada e em organizações revolucionárias. Já no final da Ditadura e a partir da abertura democrática, os movimentos estudantis ainda retiveram muita força para compor vozes dentro dos partidos de esquerda e centro, além de influenciarem momentos chaves da política nacional, tal como as Diretas Já, a Constituinte de 1988 e o impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo. São 33 (12,7%) mulheres pertencentes a essa trajetória, das quais 24 são brancas e 9 não-brancas, sendo o segundo grupo com maior quantidade de pretas, indígenas, pardas e amarelas. Também constitui uma carreira longa, com números expressivos tanto na ocupação de cargos anteriores, quanto na quantidade de reeleições seguidas. Conforme se observa no gráfico, o movimento estudantil percebeu uma leve queda em relação a sua progressão histórica, iniciando nossa série temporal com 7 entradas, se mantendo por 3 termos e caindo para 6 nos últimos dois.

Já os *Movimentos Sociais* se caracterizam como carreira quando a deputada pertence a uma organização com atuação social em alguma área da sociedade, seja pela proteção de direitos diversos ou na atuação cotidiana em variadas pautas (sejam elas progressistas ou conservadoras). Perfazem o quarto maior grupo, com 22 (8,5%) deputadas federais, 18 brancas e 4 não-brancas. Teve, também, um aumento expressivo a partir de 2014 por conta das manifestações iniciadas em 2013 e que continuaram a partir disso, inclusive formando uma nova frente de grupos sociais conservadores a partir das manifestações pelo impeachment da ex-presidente Dilma Vana Rousseff e as organizações sociais que tomaram as ruas em favor da candidatura do atual presidente Jair Messias Bolsonaro.

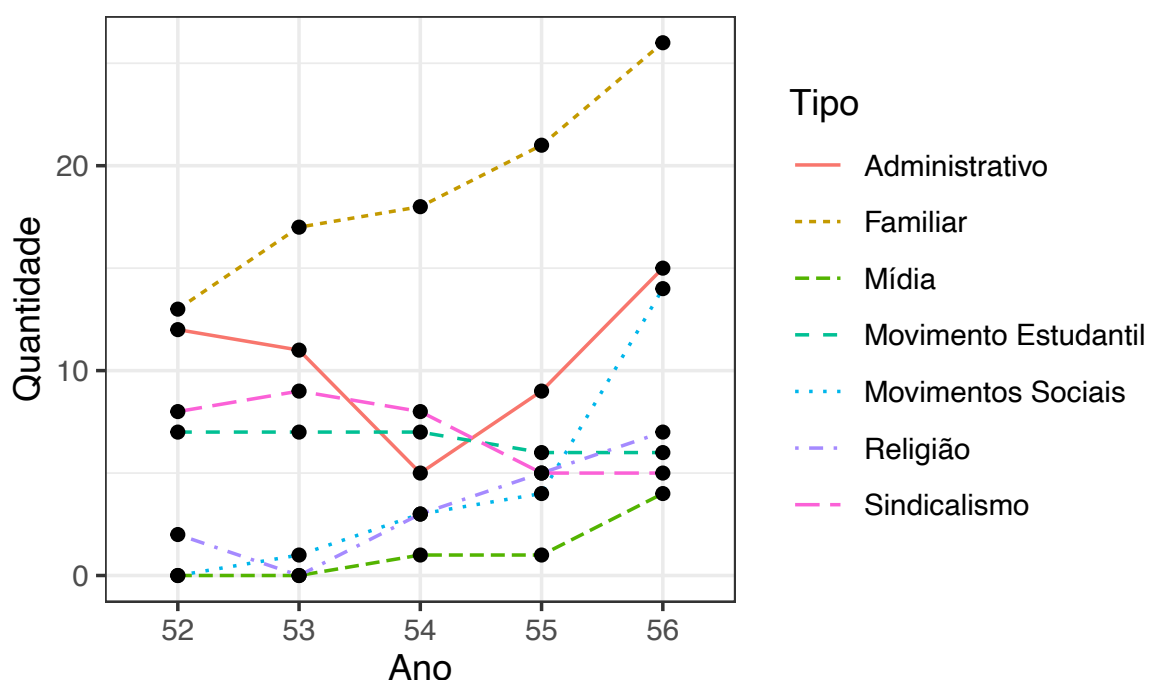
A *Mídia* pode ser considerada um tipo recente de carreira, até porque a massificação dos meios de comunicação, tais como a televisão e internet vieram a atingir o seu auge no início da primeira década do século XXI. Mas seu crescimento não está ligado apenas a personagens que são expostos nos veículos de comunicação, como repórteres, apresentadoras e afins, aqui temos, e principalmente após as manifestações de 2013, a aparição de candidatas e candidatos que alimentaram suas candidaturas em um contexto de contestação das instituições. Essa carreira

possui 6 representantes, sendo que quatro delas estão na última legislatura, sendo que apenas 1 das 6 se considera não-branca.

O penúltimo tipo é a carreira alicerçada na *Religião*. São pastoras ou personalidades religiosas em geral que atrelaram suas candidaturas a imagem de suas lógicas confessionais. Não basta declarar a sua religião, é preciso que ela tenha peso predominante na sua candidatura, que sua biografia identifique você a essa questão de forma indissolúvel. Com 17 integrantes (6,5%), 11 brancas e 6 não-brancas, temos aqui um grupo que tem fraco histórico de reeleição e de ocupação anterior em outros cargos eletivos. Contudo, pode-se notar no gráfico que houve crescimento expressivo no número de mulheres ligadas a essa carreira, mais que triplicando o total de 2002 a 2018, saindo de 2 para 7.

Por fim temos o *Sindicalismo*, considerando a ocupação de cargos em liderança dentro de instituições sindicais. Sendo o quarto maior grupo dessa análise, contendo 35 deputadas federais (13,4%), com 20 brancas e 15 não-brancas, o maior número de todas as carreiras analisada aqui. Com uma presença anterior a Câmara Federal alta, e uma longevidade relativa, esse grupo sofreu um desgaste ao longo dos anos aqui analisados, com 8 mulheres em 2002 e em 2018 caindo para 5.

Gráfico 7: Tipos de Trajetórias de Mulheres Deputadas Federais entre a 52 e 55 Legislatura



Quando contraposto por região, as carreiras políticas Administrativa e Familiar se concentram no Norte e Sudeste. Movimentos Sociais são mais propensos a elegerem mulheres

na região Sudeste, enquanto o Sindicalismo tem números similares entre o Nordeste e o Sudeste. O Movimento Estudantil está mais ligado ao Sudeste e Sul, enquanto carreiras ligadas a Mídia tem maioria na região Sudeste.

Quanto a Ideologia, o tipo Administrativo está distribuído quase que igualmente entre os três espectros aqui identificados. O Familiar tem notável concentração nos espectros do centro (40) e na direita (35), sendo que a esquerda os acompanha relativamente abaixo (20). Na Mídia temos 4 deputadas de direita e 2 de esquerda. No Movimento Estudantil temos quase todas as deputadas na esquerda (30) e apenas 3 no centro. Em Movimentos Sociais a distribuição concentra 10 mulheres na direita, 8 na esquerda e 4 no centro. A Religião congrega 11 na direita, quatro na esquerda e 2 no centro. Por fim, o sindicalismo repete os Movimentos Estudantis e concentra 28 deputadas na esquerda, 6 na direita e apenas 1 no centro.

De modo geral, dada as devidas proporções desta pesquisa, alguns padrões são reproduzidos das investigações anteriores. Estudos anteriores mostraram que em comparação com os homens, mulheres tendem a ter sua carreira, quando Familiar, pautada nas projeções de seus maridos (PINTO; SILVEIRA, 2018). Aqui, os resultados mostram que o papel familiar é fundamental para uma boa parte das trajetórias femininas, sendo que casamentos consolidam pouco mais de 1/3 dessas. Isso corresponde ao número total de mulheres que adentraram a Câmara Federal e, portanto, as diferenças com os demais estudos são referentes ao recorte utilizado.

O constante crescimento da trajetória Familiar já foi levantado como um indício de que a competição eleitoral estaria engessada entre oligarquias familiares. Em localidades com pouca competição partidária e concentração de recursos políticos e econômicos nas mãos de algumas famílias, mulheres teriam mais capilaridade em candidaturas competitivas visto que representariam seus maridos ou familiares em instancia federal (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). A matemática dessa ocupação é bastante simples, enquanto o governo local é comandado pelos parentes ou companheiros de casamento, a interlocução federal garantiria o destacamento de verbas preferenciais para essas regiões, retroalimentando o poder político e econômico e criando um ciclo vicioso.

Outra hipótese é que o desenvolvimento democrático a longo prazo resulta em profissionalização política, sendo o capital familiar importante para a preservação destes cargos. Dessa forma, conforme a democracia se consolida, mais e mais famílias políticas se formam (MIGUEL; MARQUES; MACHADO, 2015). Nesta tese não buscamos testar tais hipóteses, mas levaremos ambas como pressupostos de análise, visto que em determinados contextos, a constituição de famílias pode sim corresponder a um indício de formação e

engessamento de elites familiares, enquanto em outros poderá significar consolidação democrática por causa do acúmulo de capitais políticos.

Em relação aos decréscimos, podemos teorizar que Movimentos Estudantis e Sindicalismo perderam muita força nos últimos anos no cenário político por causa do sucessivo processo de apagamento destas instituições ao longo dos anos. Movimentos Estudantis perderam sua capacidade de arregimentar a juventude escolarizada, seja por conta das mudanças na própria lógica representativa dessas organizações, com a captura das lideranças por partidos políticos da esquerda, ou o processo de despolitização pelo qual o jovem passa. Tudo isso pode ter contribuído, além de outros fatores, para o obscurecimento do papel da militância estudantil. Entretanto, é importante notar que ainda constituem uma plataforma importante para destacamento político²⁵.

Em relação ao Sindicalismo, com a eleição do presidente Lula em 2002 e a sucessiva ocupação de cargos federais por parte de membros de organismos sindicais e a aproximação desses ao governo federal, pouco a pouco essas instituições foram cedendo espaço no imaginário popular. Aliado a isso, e preponderante para o apagamento, o processo neoliberal e a ultra precarização do trabalhador, com a inovação tecnológica e o surgimento da uberização, o sindicato foi sucessivamente desconstruído. O ponto alto desse processo ocorreu com a reforma trabalhista de 2017 que, entre outras coisas, retirou a contribuição obrigatória aos sindicatos. Tudo isso aliado a um longo percurso de fragmentação das organizações sindicais.

Já o crescimento expressivo de Movimentos Sociais e o aparecimento da Mídia como uma carreira a ser considerada podem ser explicadas de várias formas. Na primeira carreira temos que até o início do século XXI, as trajetórias políticas advindas de movimentos contestatórios a Ditadura Militar ou de organizações sociais que tinham como objeto a defesa de algum direito social encontravam maior ressonância nos cargos eletivos, como plataforma de ampliar suas atuações, agora em nível federal. Entretanto, a partir da segunda década, os movimentos sociais tiveram o incremento importante das redes sociais, insuflando “influenciadores” que se articulavam junto as manifestações iniciadas em 2013. Com isso, há de distinguir esses Movimentos Sociais das Mídias (diversas). A mídia aqui pode ser compreendida como canais de televisão, rádio ou redes sociais. São atuações voltadas para

²⁵ Carina Vitral (ex-presidenta da UNE) foi candidata a deputada estadual em São Paulo pelo PCdoB, conquistando a suplência ao receber pouco mais de 33 mil votos. Daniel Iliescu (ex-presidente da UNE) foi candidato a vereador em Petrópolis, recebendo 965 votos e não foi eleito. Gustavo Lemos Petta (ex-presidente da UNE) conseguiu suplência em 2010 na Câmara dos Deputados, chegando a efetivamente ocupar o cargo de Deputado Federal. Wadson Ribeiro (ex-presidente da UNE) foi eleito suplente para a Câmara dos Deputados e também ocupou por um breve período a cadeira legislativa.

“viralização”, efeito de se tornar viral, contagioso, a partir de uma postagem sua, ou de um vídeo/entrevista. Bolsonaro e o bolsonarismo foram os maiores fiadores desse crescimento em relação as mulheres eleitas em 2018. Já em 2014 tivemos a ressonância dos eventos contestatórios contra a corrupção, em favor do passe livre.

Por fim, temos que a carreira religiosa também teve seu relativo crescimento, impulsionado justamente pela reação conservadora e o crescimento das candidaturas ordenadas por igrejas neopentecostais. Esse crescimento pode indicar que as alianças celebradas entre o governo dos Partidos dos Trabalhadores e lideranças evangélicas geraram um crescimento e acúmulo de capital político de setores dessas igrejas, fomentando o aumento do sucesso eleitoral dos partidos confessionais e de pastoras e pastores que utilizam essas plataformas eleitorais.

Mas, como operam essas carreiras quando as comparamos entre si, em um contexto coletivo, tomando como ponto de partida suas trajetórias dentro da Câmara Federal? É por meio da Análise Múltipla de Correspondências que passaremos a analisar quais são as diferenças e similaridades entre as carreiras quando dispostas em um plano estrutural de categorias que balizam o fazer político.

Em relação a ocupação de lideranças na Câmara Federal e as Carreiras Políticas identificadas, podemos indicar que a Análise de Correspondência Múltipla no gráfico 8 mostra uma porção de relações fundamentais para nossa análise. Primeiro, temos que mídia, sindicalismo e movimentos sociais estão aproximadas entre si e que essas trajetórias não encontram muitas diferenças quando se trata de ocupação de posições de liderança na Câmara Federal. Esses grupos gravitam em torno de uma a seis lideranças, formando um bloco de carreiras com maior capilaridade dentro das posições formais de decisão de seus respectivos partidos. Logo, o quadrante superior esquerdo representa a elite interna das deputadas.

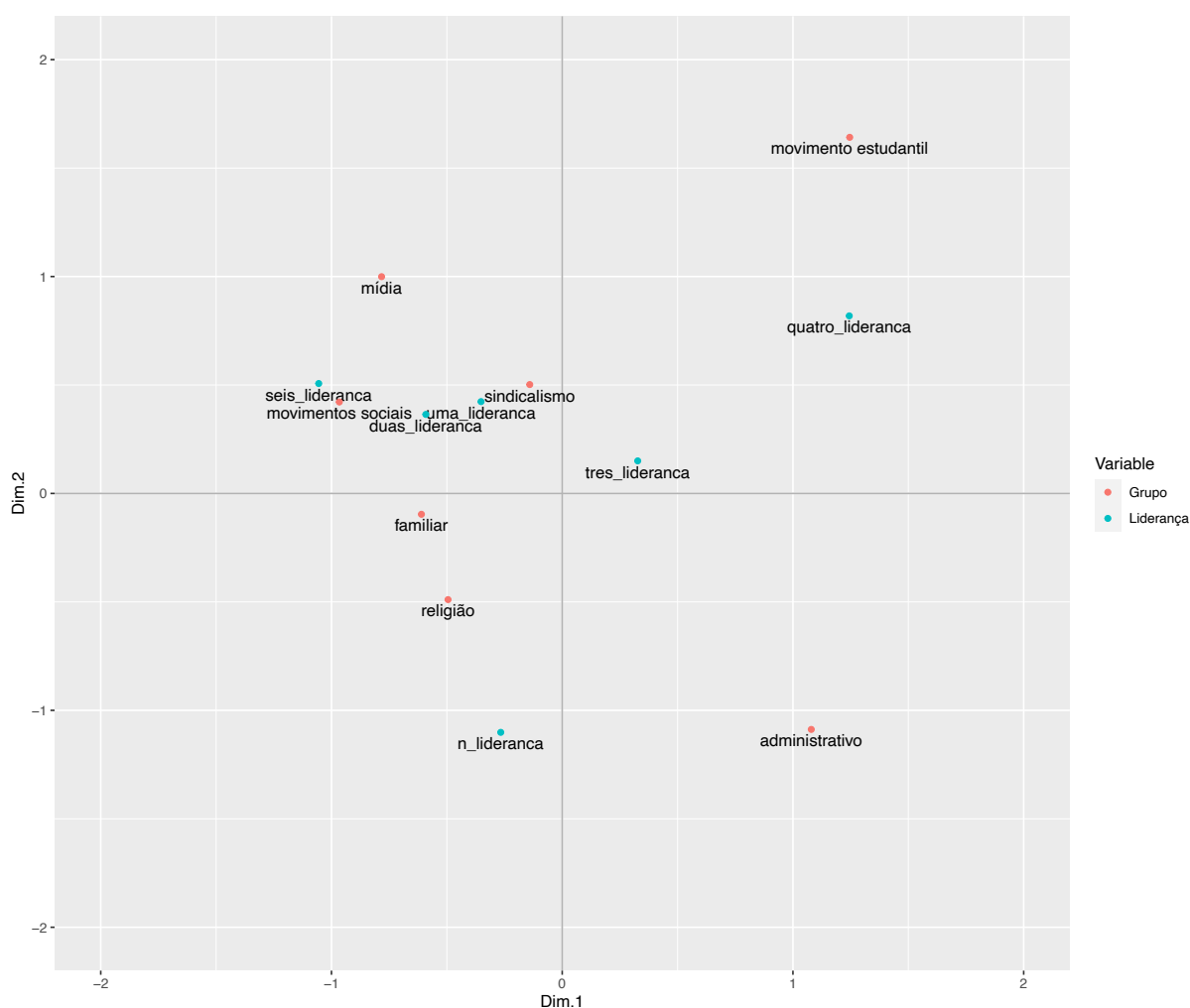
Já no quadrante inferior esquerdo, é possível detectar um padrão interativo entre os grupos religião e familiar. Ambos os grupos se comunicam diretamente com a ausência de cargo, exceto que o segundo está próximo ao limite do quadrante, relativamente perto do ponto de três lideranças e duas lideranças. É possível inferir que, na generalidade, as mulheres que pertencem a esses grupos, em maior e menor medida, tiveram pouco acesso aos bens políticos que as outras três, do parágrafo passado, tiveram, portanto, ou trata-se de competidoras neófitas (que foram eleitas pela primeira vez), ou estes grupos possuem dificuldade em galgar estruturas de liderança em suas respectivas agremiações. Ainda, no quadrante inferior direito, temos o grupo mais afastado das demais categorias, o administrativo, estando próximo a ausência de lideranças do lado esquerdo. Certamente, essa carreira está relacionada com o pior acesso a

cargos de liderança, sendo as deputadas quase sempre preteridas pelos seus partidos para ocuparem as cadeiras decisórias dentro do parlamento.

Por fim, no quadrante direito superior, temos que os movimentos sociais se isolam no relacionamento com quatro lideranças ao longo da carreira, e em menor intensidade com 3. Isso indica que essa carreira está associada a uma maior estabilidade frente ao acesso a essas posições, visto que os seus respondentes obtiveram maior frequência de resposta em quatro lideranças.

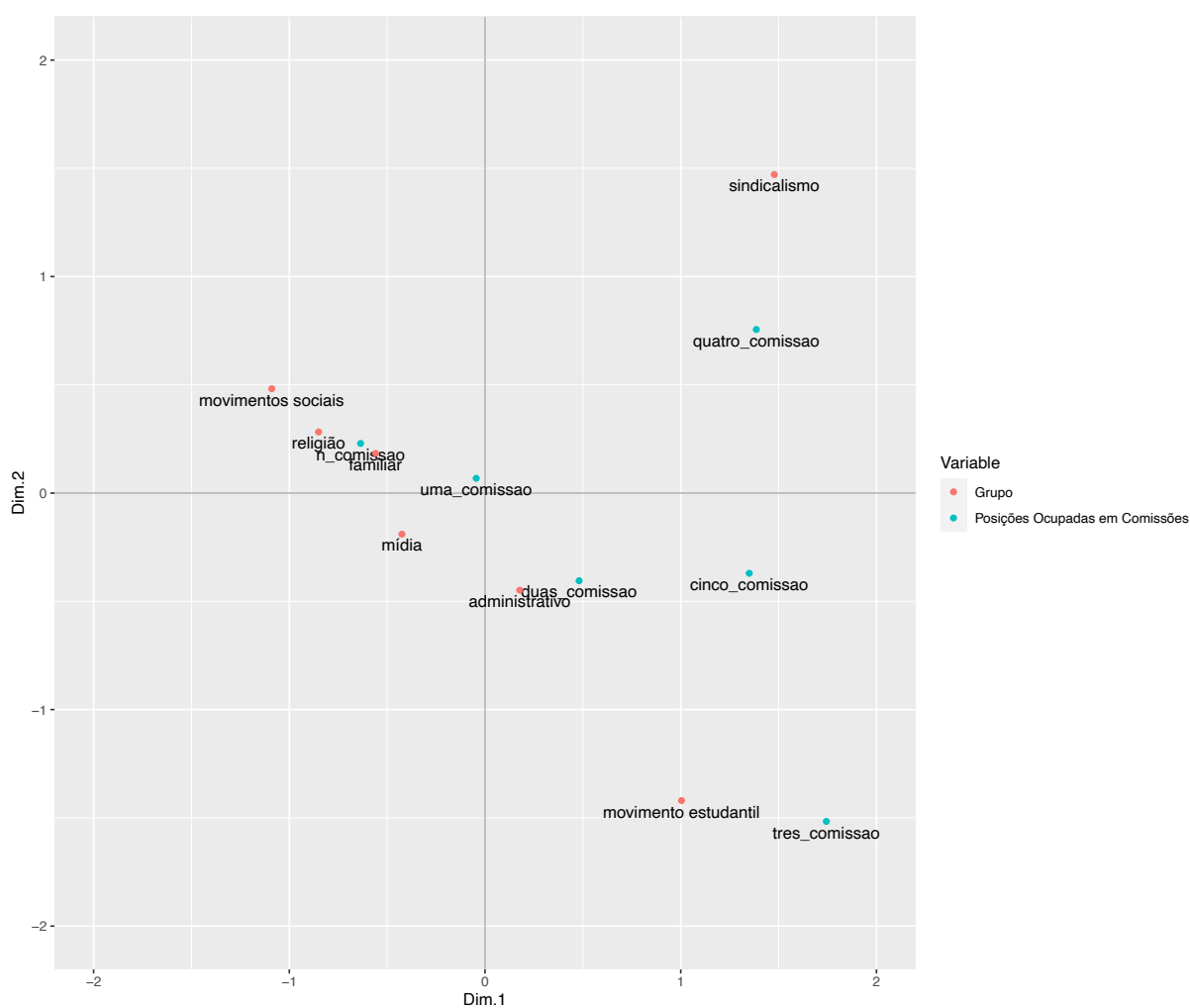
Esses movimentos sociais podem estar relacionados com essa estabilidade por conta da consolidação e aumento dos seus números nos últimos anos, principalmente após 2018 em que partidos de direita que não estavam acostumados em terem mulheres em posições de liderança na Câmara, passaram a consolidar esse grupo nas fileiras decisórias.

Gráfico 8: Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Lideranças na Câmara Federal e Carreiras Políticas



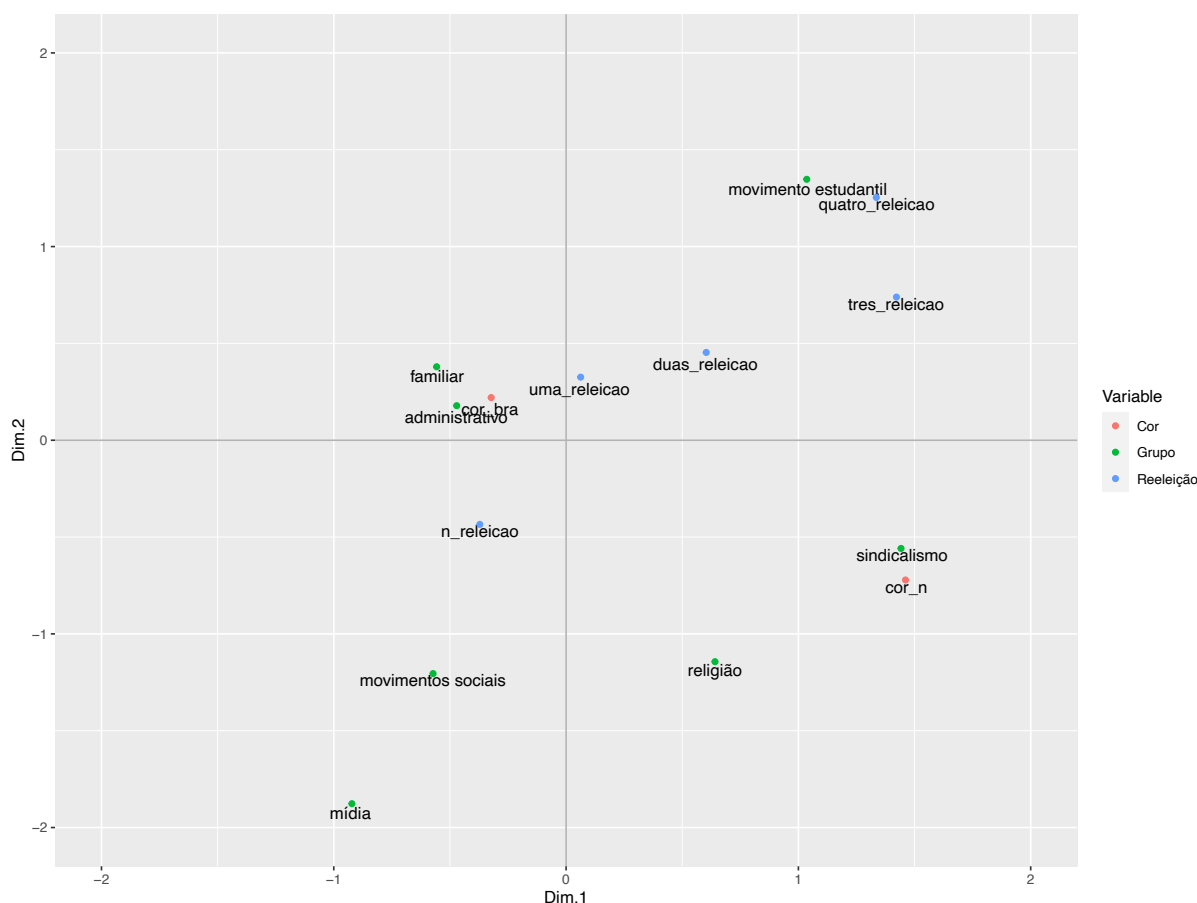
Em relação a ocupação de cargos de liderança em Comissões Permanentes, temos no Gráfico 9 a ACM. O quadrante inferior esquerdo é praticamente vazio, tendo somente o grupo mídia pertencente no limite do quadro. Esse grupo se relaciona dentro a elipse que constitui todos os pontos do eixo diagonal, do quadrante superior esquerdo ao quadrante inferior direito. Logo, todos que circundam esse campo gravitacional estão associados dentro de uma estabilidade que vai de zero comissões ocupadas até cinco. Os únicos dois grupos que se encaixam na estabilidade fora dessa elipse são o Sindicalismo com quatro comissões e o movimento estudantil com três. Em suma, podemos inferir a partir dessa distribuição que, os dois últimos grupos possuem uma maior capilaridade em posições de poder dentro das comissões, mas isso não é tão significativo, uma vez que os demais orbitam entre os valores zero e seis, portanto, mostram uma certa equidade entre as carreiras.

Gráfico 9: Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Comissões Ocupadas na Câmara Federal e Carreiras Políticas



No que tange a reeleição, também conjugamos a variável cor em conjunção com as carreiras, pois, conforme observamos no capítulo anterior, mulheres não-brancas possuem imensa dificuldade em acessar os cargos legislativos e, ainda mais, de se manter incumbentes ao longo dos anos, conforme visualizado no Gráfico 10. No quadrante direito superior temos que os movimentos sociais congregam uma boa estrutura de reeleição, estando muito próximos as 4 reeleições, três, duas e uma, respectivamente. Isso corresponde a uma concentração pertinente, visto que muitas componentes desses quadros são deputadas que vem sendo eleitas desde a redemocratização, participaram da constituinte em 1986 e se consolidaram como referências políticas no interior e exterior da Câmara Federal.

Gráfico 10: Análise de Correspondência Múltipla da Associação entre Carreiras Políticas e Reeleição.



Já no quadrante inferior direito temos o Sindicalismo e Religião próximos aos não-brancos, correspondendo a maior concentração de pardos, pretos, amarelos e indígenas nessas duas carreiras. Essa constatação também é um tanto quanto latente, uma vez que essas carreiras

congregam grupos da classe trabalhadora e estão ligados a bases sociais da classe baixa. No quadrante inferior esquerdo temos a Mídia e os Movimentos Sociais interligados com a ausência de reeleição. Isso pode ocorrer devido ao fato que ambos os grupos possuem representantes muito novos na disputa eleitoral, e que os números de 2018, congregados por conta do Bolsonarismo, causou a maior interação entre essas categorias.

Por fim, o quadrante superior esquerdo congrega os grupos Familiar e Administrativo, muito próximos ao ponto de deputadas da cor branca. Isso indica que essas carreiras são as que mais congregam deputadas da cor branca, trazendo considerações fundamentais para esta tese. Primeiro, trajetórias familiares se constituem a partir do acúmulo de capital político, que está intimamente ligado ao acúmulo de capital econômico. Famílias de políticos costumam estar ligadas a heranças históricas de poder econômico e pela confusão entre o público e privado que foi tão presente na história política brasileira, não estando circunscrita apenas as regiões pobres do país, mas também (e em um grau similar) as regiões centrais, como o eixo sul-sudeste. Outro ponto é que mulheres brancas encontram melhores possibilidades em trajetórias Administrativas, uma vez que essas estão ligadas ao apoio de elites regionais. Ambas estão próximas a ausência de reeleição ou até duas reeleições, o que indica uma capilaridade recente desses grupos, cobrindo cerca de duas a três legislaturas.

4.6. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES QUANTO A CARREIRA POLÍTICA DAS DEPUTADAS FEDERAIS DE 2002 A 2018

Neste capítulo nós realizamos uma pesquisa biográfica coletiva das deputadas federais de 2002 a 2018, identificando-as em grupos, quais sejam, Familiar, Administrativo, Movimentos Sociais, Movimentos Estudantis, Mídia, Sindicalismo e Religião, além de comparar suas carreiras tendo como base aspectos institucionais, tais como ocupação de cargos em liderança, reeleição e comissões ocupadas em posição de liderança. Os resultados indicam um forte crescimento dos grupos familiares, corroborando com tendência identificada em outros estudos, como carreira predominante entre as eleitas, seguido do Administrativo e dos Movimentos Sociais. É fundamental ressaltar que a concentração das carreiras está ligada a regiões específicas do país e demonstram, entre outras coisas, as peculiaridades locais que visualizamos na seção anterior, quando tratávamos dos votos percebidos e do sucesso eleitoral.

Uma análise mais pormenorizada dessas trajetórias passaria por uma extensa pesquisa com entrevistas, cobrindo a vida pessoal e os percalços que essas deputadas enfrentaram ao longo de suas carreiras. Contudo, para esta tese, é fundamental que possamos visualizar as diferenças entre esses tipos e buscar, nas seções seguintes, observar como as distintas carreiras

impactam na vida institucional dessas mulheres dentro da Câmara Federal. Se as suas diferenças constituem perspectivas diferentes em relação as dificuldades enfrentadas pelo Brasil e, principalmente, as constantes sociais e políticas que incidem contra as mulheres da sociedade civil. Para tanto, procedemos uma investigação em relação a produção legislativa dessas mulheres no interior da Câmara Federal.

5. PRODUÇÃO LEGISLATIVA DA CÂMARA FEDERAL DE 2003 A 2018 SOB A PERSPECTIVA DO GÊNERO

A seção 5 tem como objetivo averiguar “*o que produziram as mulheres deputadas federais de 2003 a 2018*”. Foi compilado a produção legislativa de todo o período indicado, das deputadas e deputados federais, sendo esses tipificados de acordo com o desígnio estabelecido pelo próprio sistema da casa. Estabelecemos duas perguntas a serem respondidas: 1) Há diferenças entre homens e mulheres quanto a atuação legislativa; 2) Há preferências legislativas entre os tipos de carreira política de mulheres. Portanto, em um primeiro momento foi realizado uma análise comparativa entre os gêneros para observar disparidades ou similaridades na atuação legislativa, e depois operamos uma convergência entre dois bancos de dados para examinar as preferências dos grupos de deputadas federais quanto a esse processo legislativo. Dessa forma, podemos identificar o que foi produzido e quais são as preferências e focos delas na arena legislativa.

5.1 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E AGENDA LEGISLATIVA SOB A ÓTICA DO GÊNERO

No segundo capítulo discutimos os conceitos de representação descritiva e substantiva e o extenso debate sobre a conversão do primeiro para o segundo. Essa conversão opera nas diversas possibilidades de ação de uma parlamentar dentro do contexto político. Uma vez eleita, a deputada tem a possibilidade de propor matérias legislativas, proferir discursos, votar conforme sua consciência e eleitores, participar de bancadas, ocupar posições estratégicas, enfim, dentro da arena institucional há inúmeras formas de traduzir suas perspectivas em ação política (PITKIN, 1967). A expectativa do eleitor é ver as suas demandas atendidas por aqueles que ajudou a eleger, da mesma forma que o eleito tem a necessidade de balizar as regras formais e informais que conformam a atuação política com a esperança do seu eleitorado.

É notório, como discutido ao longo do capítulo passado, que existem obstáculos fortemente consolidados que impedem que mulheres ocupem igualmente posições de poder, ou conforme discutido pela bibliografia internacional, “*critical actors*” ou atores críticos, que ao contrário da massa crítica, pressupõe a necessidade de que grupos minorizados ocupem posições chaves na estrutura institucional para que vejam suas vontades referendadas a nível de efetivação da vontade popular (THOMSON, 2018). Ou seja, parlamentares que não possuem forte influência, seja por senioridade ou posições na hierarquia da Casa (ambos prioritariamente

masculinos), encontram dificuldades em seguir suas agendas, tornando-se agentes da ratificação dos interesses dos líderes, dos partidos políticos, ou do executivo.

Uma das perguntas mais presentes nas pesquisas internacionais na área de ciência política e gênero se refere a distinção entre homens e mulheres na prática parlamentar. Isto é compreensível, visto que o ingresso do segundo grupo ocorreu somente no século XX e, em diversos lugares, sequer alcançou 20% dos corpos presentes nas casas legislativas na atualidade. Tudo isso no contexto de uma instituição fundada por e marcadamente associada a valores masculinos. Compreender se há diferenças e como elas operam é uma agenda importantíssima do ponto de vista da identificação dos problemas que as mulheres enfrentam no fazer político.

A Ciência Política internacional buscou e busca compreender, a partir da proposição de agendas femininas/feministas, como mulheres relacionam o seu gênero com a atuação política. Porém, Lyn Kathlene (KATHLENE, 1989) pergunta se as diferenças na experiência social de homens e mulheres não seriam melhor determinadas se os pesquisadores voltassem suas atenções para outras áreas da atuação parlamentar, em outras matérias, examinando o impacto do direcionamento de gênero na produção de políticas públicas.

Mulheres tendem a atuar, dentro dos parlamentos, em questões relacionadas ao cuidado. Essas matérias fazem parte de uma série de dimensões vistas como “pertencentes” a elas, tanto no âmbito privado, quanto no público. Isto porque a divisão sexual do trabalho se transpõe para dentro das portas das Casas Legislativas e reproduz as dinâmicas masculinas/machistas que atuam na sociedade civil, diferenciando a forma da atuação entre mulheres e homens (KOKKONEN; WÄNGNERUD, 2017; MANSBRIDGE, 1999; WÄNGNERUD; SUNDELL, 2012). São variados os estudos que dialogam sobre a ação das deputadas e deputados, na perspectiva pretendida neste texto, de proposição de matérias legislativas e na divisão das agendas legislativas entre eles (ANGEVINE, 2017; ARCHENTI; JOHNSON, 2006; BRATTON; HAYNIE, 1999; JONES, 1997; MURAT YILDIRIM, 2020; SCHMITT; BRANT, 2019; SCHWINDT-BAYER, 2006).

É corrente, por parte das analistas políticas, que agendas legislativas são moldadas pelo gênero. Jones (1997) verificou que o conhecimento produzido sobre agendas legislativas até aquele momento era exclusivamente de países desenvolvidos e economicamente estáveis, como os Estados Unidos e os países nórdicos. Em seu trabalho, o autor busca comparar Argentina e Estados Unidos, indicando com seus resultados ser generalizável a premissa de que países com diferentes níveis de desenvolvimento econômico apresentam distribuição similar da preferência legislativa de mulheres e homens, sendo que as primeiras estariam mais alinhadas às questões de cuidado, enquanto os segundos tenderiam para a economia.

Nas assembleias legislativas estaduais dos Estados Unidos também foram realizadas pesquisas a fim de determinar o foco legislativo de mulheres. Em estudo sobre agenda legislativa, gênero e raça, as autoras Bratton e Heyne (BRATTON; HAYNIE, 1999) concluíram que mulheres e pretos compartilham interesses distintos na agenda legislativa. Enquanto mulheres tendem a possuir a mesma capacidade de ter matérias legislativas aprovadas que homens, pretos, em três estados, são significativamente menos propensos que brancos na aprovação de suas matérias. Dados sobre o crescimento de mulheres e pretos nas assembleias estaduais indicam que essa presença faz diferença quantitativa e qualitativa na estrutura legislativa e no processo de determinação da agenda. A hipótese levantada pelas autoras sobre o institucionalismo racional, em que as deputadas e deputados não possuem tempo para ler todas as leis votadas, por isso, votam nelas de acordo com a percepção do preceptor desta matéria, considera que pretos estão ligados a valores mais liberais nos EUA e, portanto, tendem a ter menos votos, visto que o contexto conservador prevalece (recorte temporal específico do final do século XX).

Em artigo sobre representação política feminina e política externa, ao tratar sobre representação emprestada (“*surrogate representation*”), a autora Angevine (2017) identifica que gênero importa quando se trata da proposição de políticas internacionais em relação a proteção de mulheres dentro e fora dos Estados Unidos, no parlamento estadunidense. Foram analisados três períodos do Congresso estadunidense (2005-2010), em matérias de política externa. As variáveis gênero e raça foram articuladas para buscar compreender se ambas se relacionavam a maior propensão de apoiar e votar matérias que abordavam questões femininas e pretas. Os resultados do artigo apontam que pretos são mais inclinados a apoiar matérias legislativas que dizem respeito ao continente Africano, enquanto mulheres tendem a apoiar demandas internacionais de outras mulheres no mundo.

Esta pesquisa é profundamente importante para visualizarmos que, mesmo em um contexto imperialista, em que os Estados Unidos se colocam como porta-voz e guardião dos processos democráticos em todo mundo, a representação de grupos minorizados no congresso se alicerça também em questões de raça e gênero, em que a “solidariedade” dos povos se fortalece na condição de alargamento do espaço democrático para mulheres, pretos e outros grupos minoritários. Essa construção é, em vários aspectos, uma reprodução da divisão sexual do trabalho na arena política, uma tentativa de submeter as mulheres a uma posição controlada, voltada para assuntos de “menor” calibre, as chamadas “soft politics”. Esta é outra dimensão a ser averiguada sobre o aumento do número de mulheres e a ocupação dessas de posições estratégicas, uma vez que conforme veremos adiante, há um avanço da presença delas em

assuntos diversos aos que comumente as são relegadas, conforme houve o incremento (pequeno) dessas nas instancias representativas e o fortalecimento de regras formais e informais que garantiriam este acesso.

Em seu texto sobre gênero e diversidade de agenda legislativa, Murat Yildirim (2020) discorre sobre as diferenças cognitivas de processamento de informação entre mulheres e homens no parlamento da Turquia, entre os anos de 2002 e 2011. O autor argumenta ao longo do trabalho que mulheres possuem uma capacidade maior de dar respostas empáticas a problemas sociais, justamente por pertencerem a um grupo sujeito a tais questões, levando-as a falar mais abertamente destas matérias em discursos parlamentares. O autor parte de uma análise sobre políticas públicas que compreende a limitação do acesso à informação pelos membros do parlamento nas votações e proposições. A partir disso, discorre sobre a atenção especializada das políticas às questões que, comumente, careciam como grupo. Portanto, a capacidade de coletar e reter informação sobre essas carências sociais concedem às mulheres a maior capacidade de articular medidas para implementar políticas públicas direcionadas. A partir dessas considerações, o autor indica que o aumento de mulheres na política pode influir positivamente no aumento da saliência do gênero como tema legislativo.

Schmitt e Brant (SCHMITT; BRANT, 2019) ao analisar a *House of Representatives* nos Estados Unidos dos anos 1992 a 2008, identificam em seu estudo sobre competição eleitoral e agenda legislativa que homens tendem a aumentar sua área temática, propondo matérias em diversos temas, enquanto as mulheres focam nas matérias que possuem maior afinidade dado o contexto político anterior que estão imersas, quando no contexto de disputa eleitoral. Isto significa que, quando homens e mulheres parlamentares disputam uma eleição para cargos maiores, os primeiros buscam ampliar sua agenda legislativa a fim de agradar um maior número de eleitores, enquanto as segundas focam naquilo que já é consolidado. Essa estratégia pode demonstrar tanto uma escolha centrada em resultados, sendo que essas competidoras se filiam a robustez dos saldos das políticas públicas patrocinadas por elas, como também indicar uma lógica de isolamento, uma vez que homens se sentiriam muito mais confiantes a diversificarem suas pautas legislativas.

Na África Subsaariana, 17 países foram analisados por Amanda Clayton e colegas (CLAYTON et al., 2019) cruzando os dados sobre produção legislativa desses parlamentares e preferência do eleitorado em relação a temas políticos. Mulheres deputadas e mulheres da sociedade civil são bem mais propensas a defender questões sobre cuidado, como por exemplo diminuição da pobreza, saúde e direitos das mulheres, enquanto os homens estão concentrados em questões sobre economia e infraestrutura. Outro achado fundamental deste estudo é que

similaridade entre vontade política do eleitorado e eleito é encontrado com maior facilidade em países com forte tradição democrática das instituições de poder político. Também, identificaram que mulheres e homens, quando em posições eletivas, expressam legislações orientadas aos seus gêneros específicos após já terem relatado as preocupações da sociedade em geral, ou seja, se a população de dado país se preocupa mais com saneamento básico, primeiro os parlamentares referendam essa questão, para depois voltarem suas atenções aos nichos legislativos próprios.

Essas questões são estudadas por todo o mundo democrático. Entender essas diferenças contribui para que possamos resolver obstáculos aos grupos minorizados e fundamentar mecanismos institucionais que funcionem em prol da igualdade material da representação política. A América Latina também é um rico ambiente de estudos para essas questões, visto a emergência da representação feminina, principalmente após a Conferência de Beijing, com a adoção das cotas em várias nações deste território.

Elsa Chaney (CHANEY, 2014) descreveu mulheres políticas na América Latina como “Supermães”, pois elas compreendiam suas posições na política como extensão de seus papéis como esposas e mães, fazendo uma transposição de seus afazeres na esfera particular para o âmbito público, concentrando sua atuação legislativa em questões sobre cuidado. Schwindt-Bayer (SCHWINDT-BAYER, 2006) busca atualizar esse conceito e pergunta se mulheres deputadas continuam expressando essa tendência legislativa, comparando a produção de homens e mulheres em três parlamentos distintos da América Latina, quais sejam, Argentina, Costa Rica e Colômbia. O argumento do artigo observa que muitos anos se passaram desde o primeiro trabalho, havendo um aumento significativo no número de mulheres que ocupam cadeiras no legislativo. Todavia, no sentido contrário do esperado a partir dessa mudança, homens continuam ocupando posições chave na estrutura legislativa, e mulheres são minoria como tomadoras de decisão, conforme observamos no capítulo anterior.

Os resultados da pesquisa de Schwindt-Bayer (2006) mostram uma tendência importante para os estudos de agenda legislativa e gênero na América Latina. Mulheres, nos três países analisados, são isoladas nas áreas tradicionais de “domínio feminino”, ou seja, a concentração de suas proposições se aloca em temas como “questões sobre mulheres” e “questões sobre crianças e família”. Em suas considerações, a autora afirma que as mulheres deixaram de ser “supermães”, mas que ainda resiste o processo de disparidades entre elas e os homens na ação política parlamentar. Processo esse que perpassa pela formação cultural e cívica latino-americana, tão marcadamente formatada em relações masculinas pelas vias

institucionais, inviabilizando mecanismos formais de aumento da representação feminina por meio da resistência de regras informais.

Em estudo sobre a efetividade das cotas de gênero e seu impacto na arena legislativa, Nélide Archenti e Niki Jhonson (ARCHENTI; JOHNSON, 2006) examinam dois casos, Argentina (caso de sucesso de cotas na América Latina) e Uruguai (que não possuía cotas e tinha uma das menores taxas de mulheres na política a época do estudo). As autoras indicam a inegável importância do sistema de cotas para a promoção da igualdade formal entre mulheres e homens na disputa eleitoral, entretanto, ressaltam ser insuficiente, uma vez que a institucionalização dessas não interferiu na cultura política de ambos os países e, dessa forma, no processo de seleção de candidatas (algo que já indiquei, pela literatura e dados, no capítulo 3 aqui no Brasil). Dessa forma, a atuação dessas mulheres no interior das Casas Legislativas é constringida por problemas similares, indicando que somente a adoção do mecanismo não implicaria em um impacto relevante para proposição legislativa.

Isso pode configurar em uma hipótese muito importante para o estudo do gênero no legislativo, uma vez que a mera modificação de regras na competição que beneficiariam as mulheres e implicariam no aumento do acesso delas no parlamento, não estaria ligado a uma mudança efetiva de suas agendas, mas sim na reprodução de desigualdades e espaços, atrelando-se aos papéis de gênero alicerçados na sociedade civil. Essas considerações influem em diversas perspectivas para o caso brasileiro, uma vez que temos um sistema de competição eleitoral considerado inadequado, do ponto de vista do acesso de grupos minorizados, que implicou em uma mudança tímida no quadro nacional.

Pinheiro (PINHEIRO, 2006) indica em sua dissertação sobre Vozes Femininas na Câmara Federal que a trajetória política interfere em como a deputada age no contexto institucional. Em sua pesquisa, de 1988 até 2002, as mulheres certamente se concentravam nas áreas tradicionalmente vinculadas ao feminino, tais como saúde, educação e áreas do cuidado em geral. Nota, já naquele momento, um “espaço” para mudança, visto que lentamente as mulheres aumentavam sua produção em relação a outras áreas, tais como economia, considerada uma dimensão masculina.

Sendo assim, temos uma complexidade analítica que nos impede de afirmar, no contexto brasileiro, se houve mudança efetiva nos últimos anos frente a distribuição da produção legislativa. O sensível aumento de mulheres, além das mudanças socioeconômicas já descritas neste trabalho, operaram efetivas transformações na sociedade civil, garantindo pequenas vitórias para elas em matéria econômica, social e até mesmo política.

Geissa Franco (FRANCO, 2021) ao analisar toda a produção legislativa de mulheres deputadas federais no Brasil, de 1987 a 2017 (30 anos), identificou que 4661 matérias foram iniciadas ao todo por elas, 158 aprovadas, sendo que dessas a ampla maioria do âmbito social, correspondendo ao que foi debatido até aqui sobre a tendência legislativa em áreas relacionadas ao cuidado. No mesmo sentido de Pinheiro, a autora alerta que não podemos resumir a atuação dessas deputadas a áreas do cuidado, uma vez que quase $\frac{1}{4}$ da sua atuação está relacionado a economia, uma área associada a valores masculinos.

Portanto, tendo em vista tais conceitos e buscando observar especificamente a lógica de proposição de matérias legislativas, esta seção analisou toda produção das deputadas e deputados eleitos de 2003 a 2018, articulando com os perfis identificados na seção anterior. Num primeiro momento vamos explorar os dados descritivos dessas proposições, focando exclusivamente nas mulheres. A leitura dos dados sobre mulheres e propostas relacionadas ao gênero ocorrerá no capítulo seguinte, onde realizamos uma análise comparada com os Estados Unidos, observando os anos de 2003 a 2019.

A partir do aparato teórico organizado anteriormente, realizamos duas perguntas sobre a produção legislativa: existe diferença entre a atuação parlamentar de homens e mulheres na proposição de matérias legislativas dentro da Câmara Federal, e; os tipos de deputadas identificadas no capítulo anterior possuem preferências perceptíveis na proposição de matérias legislativas. Esses questionamentos nos levarão ao melhor entendimento da ação parlamentar em relação a distinção de gênero e como os tipos analisados no capítulo 5 atuam no processo de produção legislativa. Tendo em vista o que foi debatido até este momento, temos as seguintes hipóteses para cada pergunta abaixo:

I. Há diferenças entre homens e mulheres quanto a atuação legislativa?

A primeira hipótese deste capítulo, referente a questão 1, sugere que o sensível aumento de mulheres nas cadeiras da Câmara Federal gerou um aumento na proporção de propostas legislativas oferecidas sobre questões tidas como “femininas”, desde o trabalho de Pinheiro (2006). Ou seja, nos anos seguintes a 2002, o pequeno aumento do número de mulheres, associado com a mudança em relação ao contexto da atuação parlamentar feminina, com maior capilaridade interna das mulheres dentro da Câmara Federal, conforme discutido nos capítulos anteriores, criou um ambiente favorável a diversificação das matérias propostas pelas mulheres, saindo do paradigma do cuidado.

II. Há preferências legislativas entre os tipos de carreira política de mulheres?

A segunda hipótese, referente a questão 2, relaciona com o processo de consolidação das carreiras de mulheres deputadas e como os caminhos percorridos podem moldar sua atuação no legislativo. De maneira similar ao que foi realizado por Pinheiro (2006), analisamos aqui o período posterior a sua pesquisa, articulando uma metodologia própria, ao relacionarmos o modelo adotado no capítulo 4 de classificação de trajetórias. É esperado que mulheres pertencentes a carreiras mais longevas e consolidadas tenham um espectro propositivo maior, enquanto as novatas, ou de carreiras menos tradicionais, tendam a se resguardar dentro de um contexto que reproduz os papéis de gênero da sociedade civil.

Por fim, retomaremos os principais achados neste capítulo e como eles nos ajudam, juntamente com os demais capítulos, a considerar a primeira parte de nossa hipótese geral e construir o argumento sobre institucionalismo feminista e representação de mulheres na Câmara Federal do Brasil.

5.2 MATERIAIS E MÉTODOS

Os dados sobre as matérias legislativas foram requeridos aos servidores da Câmara Federal e entregues por sistema próprio da casa legislativa, assim como foram complementados com os bancos de dados desenvolvidos pelo próprio autor, utilizados nos capítulos anteriores. Esta análise foi dividida em duas partes, sendo que na primeira cruzamos os dados da produção legislativa de forma comparativa entre os gêneros, transformando-os em dados proporcionais de cada sexo, de acordo com o ano avaliado, para responder a primeiro questionamento relacionado anteriormente.

Na segunda parte, analisamos a partir dos dados levantados no capítulo anterior como os diferentes grupos de mulheres identificados agem no processo legislativo. Aqui, vamos apenas examinar as deputadas federais, articulando os grupos e as áreas legislativas. Para isso, utilizamos uma abordagem descritiva dos dados, cruzando informações dos dois bancos de dados. Para tanto, identificamos a deputada federal e as matérias iniciadas por ela, elencando os dados referente a sua biografia e características pessoais e profissionais.

5.3 AGENDA LEGISLATIVA E GÊNERO

A primeira pergunta busca compreender uma questão fundamental para a análise de gênero na Ciência Política ao questionar as diferenças entre mulheres e homens na prática

legislativa. Conforme discutido anteriormente, outros estudos já indicaram haver a concentração nas áreas de cuidado por parte das mulheres parlamentares em todo o mundo. Transpondo o mundo privado para o público, a partir de uma noção estrutural de que mulheres estariam mais aptas a tratar de agendas reconhecidas como “soft politics”, temos a consolidação de nichos estratégicos nos estudos sobre produção de leis.

Na figura 3, temos a agenda legislativa comparada de mulheres e homens de 2002 a 2020, contendo tudo aquilo que foi produzido por elas na Câmara Federal, indicando as diferenças no sombreado entre as linhas. São trinta áreas de atuação, identificadas pelo próprio sistema de submissão da Câmara Federal, que permite classificar as matérias legislativas submetidas pelas deputadas. Nos gráficos que predominam o azul representam as áreas temáticas sob as quais, proporcionalmente, as mulheres parlamentares dominam. Os que predominam o vermelho consideram que os homens são os maiores patrocinadores de material legislativo daquele contexto.

Em um primeiro momento é fácil delimitar quais são as áreas de maior predominância de mulheres: Direitos Humanos, Educação e Saúde. Estes três temas estão diretamente ligados a lógica de cuidado e a uma estrutura de reprodução dos papéis de gênero dentro do ambiente legislativo. O primeiro não alterna em nenhum momento dos 18 anos analisados aqui em relação ao gênero, sendo sempre uma especialidade das mulheres deputadas.

Há outros temas em que mulheres também predominam, mas com uma margem bem menor, quais sejam: Arte, Cultura e Religião, bem como Homenagens e Datas Comemorativas. Em outras áreas pode haver oscilações que dariam predominância para as mulheres, mas compreendo ser pouco evidente que seja por causa da formação de um nicho parlamentar.

Todavia, é importante notar o quanto as demais áreas estão parcialmente equilibradas frente a comparação entre os gêneros. Nos últimos 4 anos, por exemplo, a distância entre a maioria dos temas diminuiu consideravelmente. O aumento de mulheres no parlamento pode ter levado a um equilíbrio proporcional, na medida que mais deputadas federais indica em uma maior capilaridade delas nos temas que outrora seriam identificados como masculinos. É notável a diminuição das diferenças, sendo que mesmo na área de Direitos Humanos, que constitui a maior desigualdade entre as proporções, em 2020 tivemos um aumento de proposições por parte dos homens e uma diminuição por parte das mulheres.

Em relação a primeira pergunta, podemos constatar que há sim nichos legislativos para as mulheres, mas que a diferença entre os gêneros não é tão acentuada nas demais matérias e com o decorrer dos anos analisados aqui, notamos uma diminuição efetiva dessa discrepância, caminhando lentamente para uma igualdade de proposições. Todavia, é efetivamente

demonstrado nos gráficos da Figura 3, que a área do cuidado, especialmente Direitos Humanos, Saúde e Educação constituem uma dimensão fundamental da atuação parlamentar das mulheres deputadas federais durante todo período analisado.

Nas Figuras 4 e 5 temos os dados anteriores de forma desagregada, a fim de orientar a análise pormenorizada dentro das diferenças de nichos entre os gêneros. A primeira figura indica a proporção de matérias legislativas iniciadas pelas deputadas federais de 2002 a 2020. Nota-se que Administração Pública, Direito Penal e Processual Penal, Direitos Humanos e Minorias e Educação, são as áreas de maior expressão legislativa deste grupo. As demais áreas não possuem preferência marcada. Dentre as ressaltadas, pode-se compreender que apenas três estão ligadas a área do cuidado, de forma geral, e as demais correspondem a questões do cotidiano legislativo, bem próximas ao que homens também propõe.

Já quando analisamos os homens, podemos notar uma certa estabilidade entre os temas e indicar a mesma preferência legislativa deles em relação as mulheres. Ou seja, eles concentram seus esforços nas matérias sobre Administração Pública, Direito Penal e Processual Penal, Direitos Humanos e Minorias e Educação. Entretanto, ao analisar suas proposições em um todo, a alocação temática de propostas é mais distribuída entre as demais áreas.

Esses achados vão ao encontro das principais pesquisas sobre distinções na agenda parlamentar sob a perspectiva de gênero. A diferença ocorre na concentração da ação parlamentar em matérias sobre o cuidado por parte das mulheres, enquanto homens tendem a agir mais uniformemente em todas as áreas analisadas. Essas preferências podem estar ligadas tanto a distinção que os papéis de gênero imputam dentro da instituição, como também na lógica de sobrevivência política desses indivíduos.

Entretanto, analisar somente a diferença entre as proposições parece ser insuficiente para compreender a dinâmica política nacional. Outras categorias de análise podem nos ajudar a compreender a dinâmica interna da Câmara Federal e como as relações de gênero e distinção dos papéis sociais reverberam na atuação parlamentar. Uma das principais instituições que articulam interesses na Câmara Federal são os partidos políticos. Conforme já debatemos anteriormente nesta tese, as agremiações possuem um importante impacto na ação dos deputados, configurando suas preferências nas votações em favor das bandeiras da legenda, algumas vezes desagradando o eleitorado do respectivo candidato.

Figura 3: Agenda Legislativa de Mulheres e Homens deputadas entre 2002 e 2020

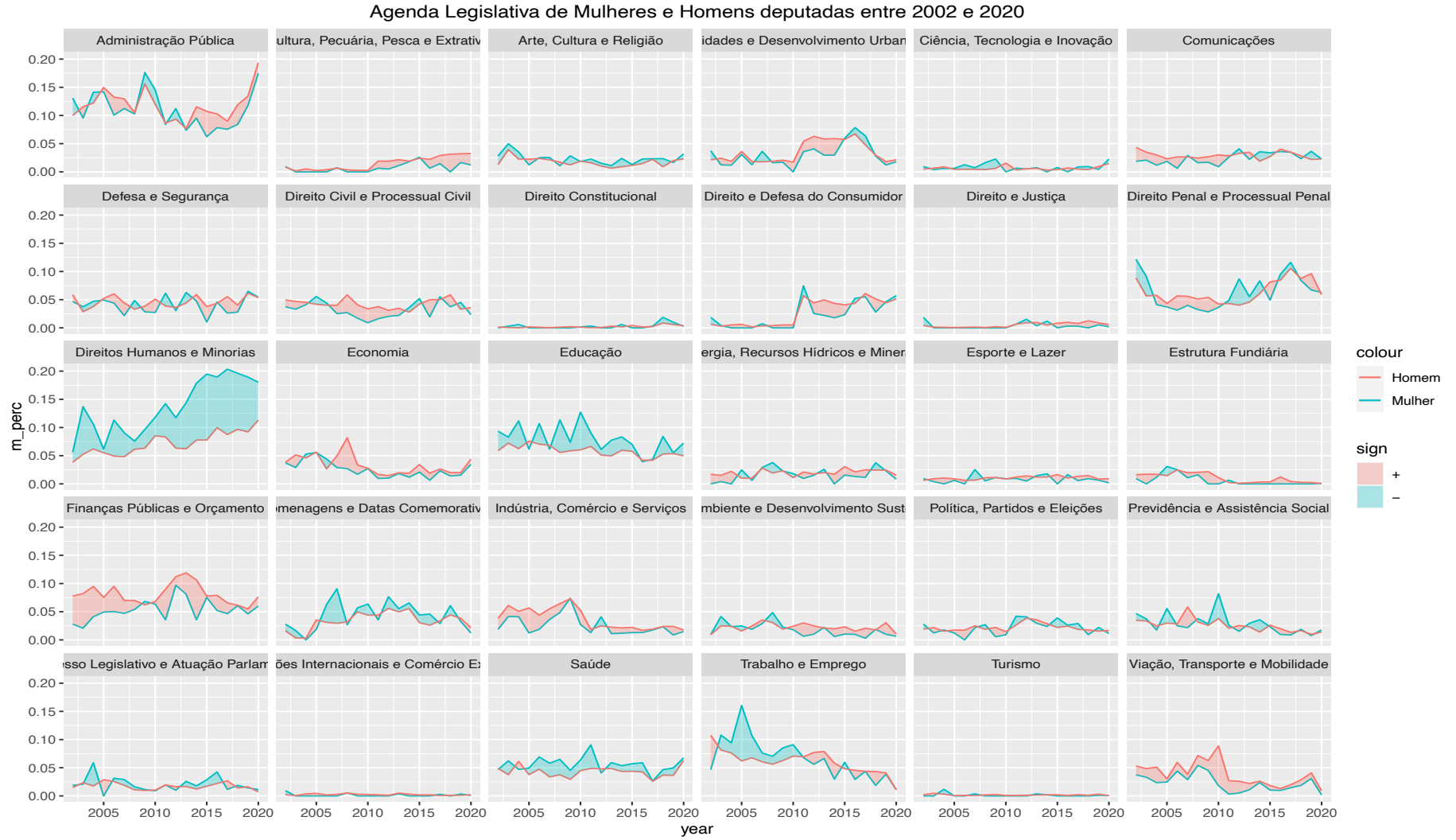
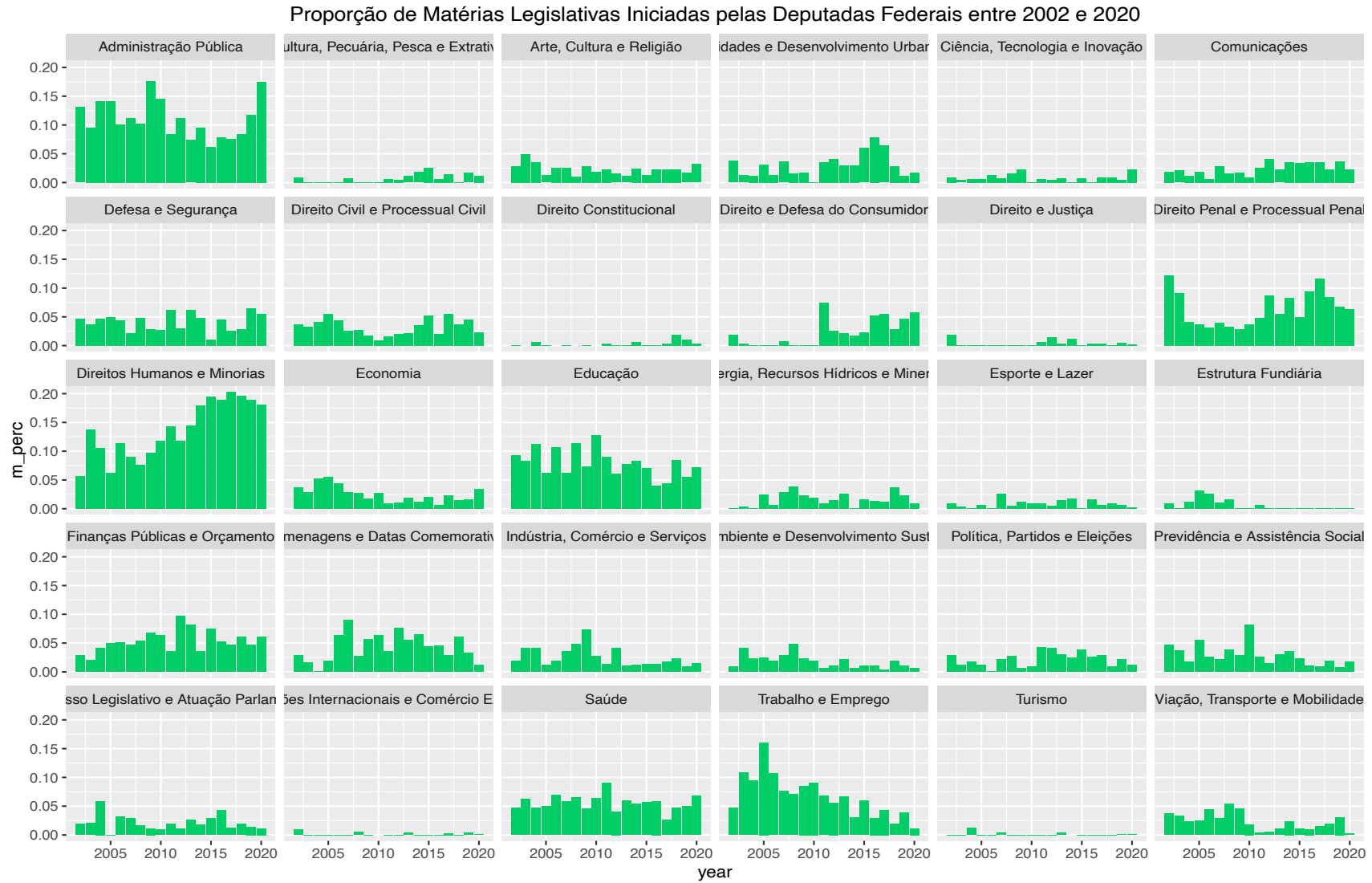
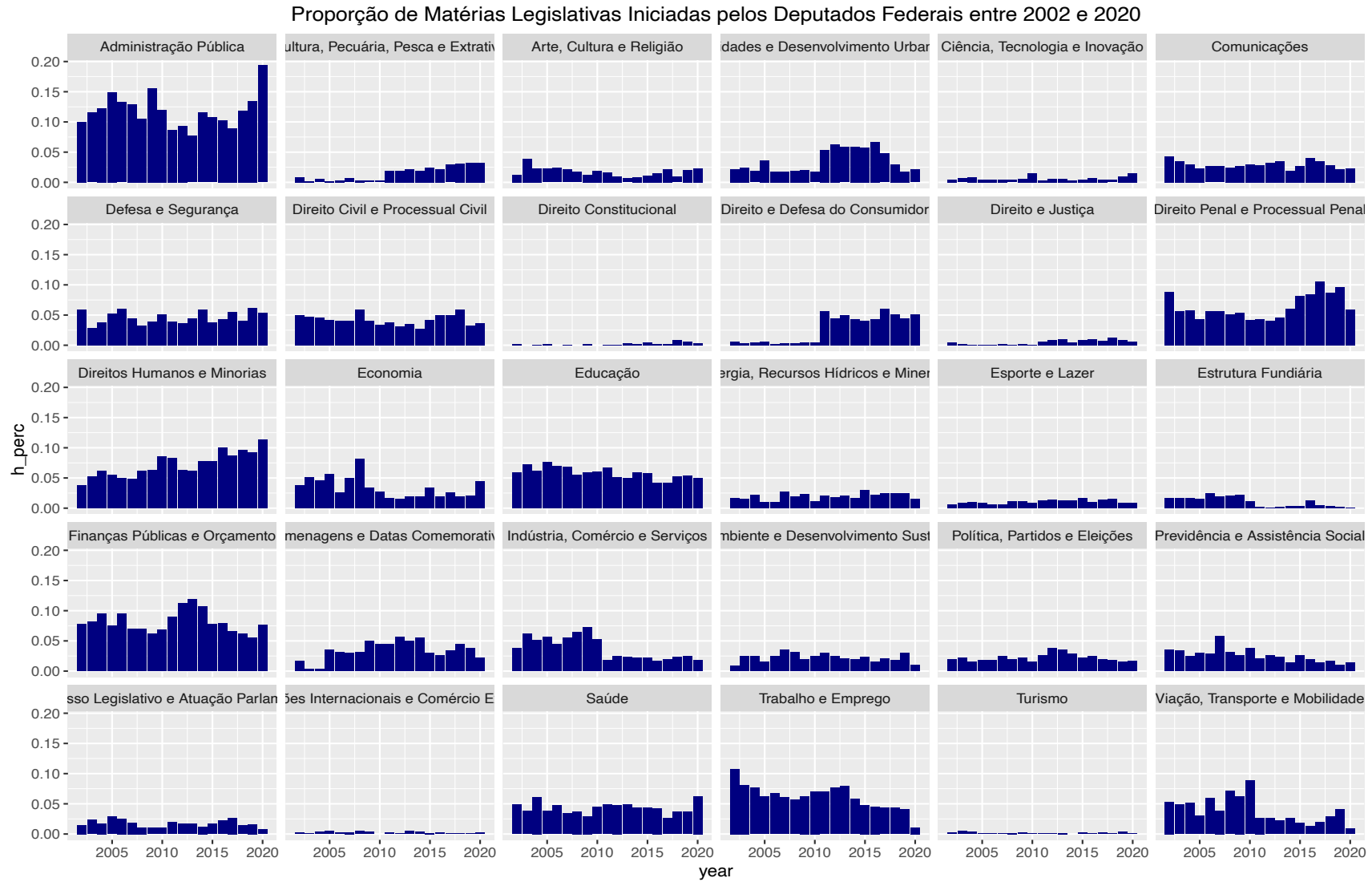


Figura 4: Proporção de Matérias Legislativas Iniciadas pelas Deputadas Federais entre 2002 e 2020



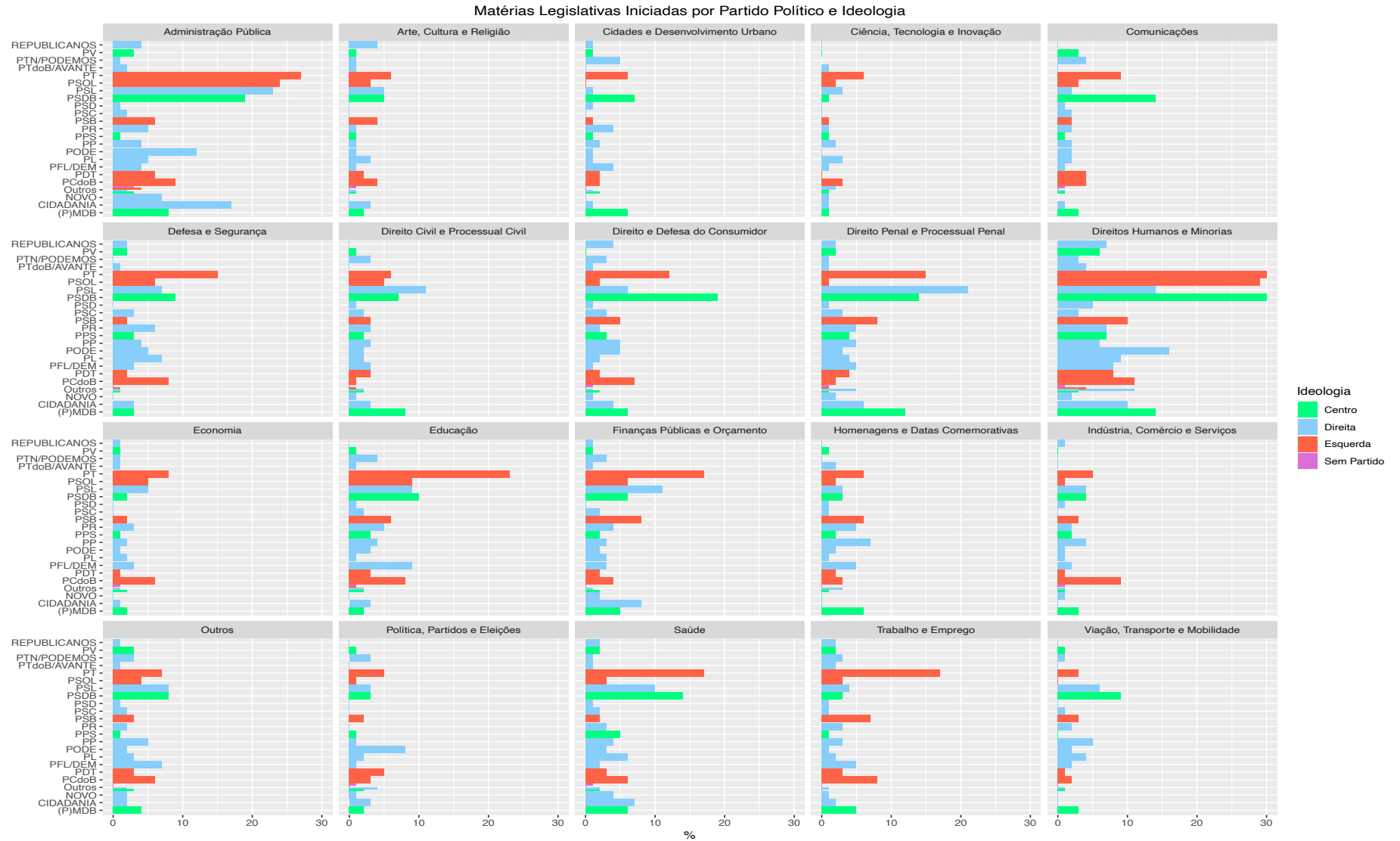
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 5: Proporção de Matérias Legislativas Iniciadas pelos Deputados Federais entre 2002 e 2020



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do TSE.

Figura 6: Matérias Legislativas Iniciadas por Partido Político e Ideologia



Na figura 6 podemos analisar o quadro total de propostas ao longo de 18 anos dos Partidos Políticos que tinham representação política na Câmara Federal, distinguidos por tendência ideológica. Como “Outros”, classificamos todas aquelas legendas que possuíam pouca expressão no parlamento, seja por conta de baixa produção legislativa, ou por causa de diminuto número de deputadas ou deputados²⁶. Outra agregação de dados está nas áreas temáticas, em que reunimos em “Outros” aquelas que perfaziam pouca porcentagem de concentração, a fim de melhor adequar a visualização dos dados²⁷.

Por fim, para resolver a primeira questão deste capítulo em relação as diferenças entre mulheres e homens no processo legislativo brasileiro, realizamos uma análise sobre a produção de matérias legislativas e sucesso (transformar seu projeto em norma jurídica). Para tanto, transformamos a produção em parâmetros proporcionais, para que a comparação ocorresse sem maiores distorções. Para fins informativos, é importante pontuar o significado das siglas e dos momentos que uma proposta legislativa passa no interior da Câmara. Quando alguma matéria é apensada, significa que parte dela ou sua totalidade foi cooptada por outro dispositivo legal iniciado com teor parecido, podendo ser requisitado pela mesa em momento oportuno ou pelos próprios membros do parlamento, caso a última não perceber similaridade.

Por outro lado, matérias são arquivadas quando as legislaturas se encerram ao fim do quarto ano, exceto as “(...) que tenham tramitado pelo Senado ou que sejam originárias daquela Casa; e as de iniciativa popular, de outro Poder ou do Procurador-Geral da República. Também, as matérias com “(...) pareceres favoráveis de todas as comissões, inclusive CFT e CCJ”. Somente as parlamentares que venham a se reeleger podem requerer o desarquivamento de suas propostas, mesmo as que foram iniciadas em coletivo, bastando somente um. Ao desarquivar, as propostas retornam ao estágio que estavam anteriormente.

A taxa de sucesso na transformação de matérias iniciadas em Norma Jurídica é de 58% a mais para mulheres frente ao desempenho dos homens. A taxa de matérias arquivadas também é consideravelmente menor para as mulheres, indicando uma maior capacidade em transformar ou manter suas proposições nas instancias deliberativas da casa. Proporcionalmente, mulheres possuem mais sucesso legislativo do que homens, além de trabalharem mais e mais efetivamente. Do ponto de vista desse sucesso legislativo, importa compreendermos mais dois

²⁶ Os partidos políticos concentrados em “Outros” são: PMR, PMB, PMN, PAN, Patriota, Solidariedade, PTC, Sem Partido, PRTB, PRP, PHS, PST, PPB, PRONA, PSDC, PRB, PTB, PROS, REDE.

²⁷ As áreas concentradas em “Outros” são: Direito Constitucional, Direito e Justiça, Esporte e Lazer, Estrutura Fundiária, Relações Internacionais e Comércio Exterior, Turismo, Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo, Energia, Recursos Hídricos e Minerais, "Processo Legislativo e Atuação Parlamentar, Previdência e Assistência Social, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

aspectos do processo legislativo, quais sejam, o regime de tramitação dessas matérias e em quais áreas se concentram a transformação em normas.

Tabela 12: Proporção do Destino das Matérias Iniciadas por Mulheres e Homens na Câmara Federal de 2002 até 2020

	Mulheres	N	Homens	N
Apensada à PEC	1,08%	61	1,51%	670
Apensada ao PDC	0,48%	27	0,72%	320
Apensada ao PDL	1,32%	74	0,50%	222
Apensada ao PL	42,09%	2367	39,22%	17457
Apensada ao PLP	1,51%	85	2,19%	975
Apensada ao PRC	1,39%	78	1,07%	478
Arquivada	24,96%	1404	32,72%	14564
Comissões	17,30%	973	13,86%	6168
Devolvido ao Autor	1,39%	78	1,88%	835
Mesa	2,70%	152	1,97%	877
Retirada pelo Autor	2,54%	143	2,28%	1015
Transformada em Norma	3,08%	173	1,95%	870
Vetado Totalmente	0,04%	2	0,03%	15
Outros	0,12%	7	0,10%	44

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Câmara Federal

O regimento interno da Câmara Federal estabelece regimes de tramitação das matérias, observando, por exemplo, questões como prioridade e urgência. Como tratamos aqui de diversos tipos de proposições, elas podem ter diferentes caminhos burocráticos a depender da natureza de sua origem²⁸. Na tabela 13, podemos notar que somente em três áreas há uma diferença expressiva, que valha a pena ressaltar, quais sejam, no regime Ordinário (art. 151, III, RICD), Prioridade (Art. 151, II, RICD) e Urgência (Art. 155, RICD).

As tramitações que não se enquadram nos tipos legais determinados como urgente, prioritário ou especial são denominadas de ordinárias. Ou seja, são matérias que tramitam normalmente, obedecendo todas as normas regimentais, tendo 40 sessões para que cada Comissão se manifeste quanto a admissibilidade ou não. Deputados Federais possuem quase 4% a mais de demanda para esse tipo.

As outras duas maiores discrepâncias na tabela 13 ocorrem em favor das mulheres, visto que matérias em regime de urgência (art. 155 do RICD), ou seja, propostas que versem sobre

²⁸ O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) e Regimento Comum do Congresso Nacional (RCCN) são os dois documentos que regulam esses trâmites legislativos. As especificidades de cada tópico são relevantes para o andamento das matérias, mas não acrescentam para esta tese. Para saber mais, acesse: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2021-2021.pdf> e https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/567297/Regimento_comum.pdf

“(…) matéria de relevante e inadiável interesse nacional, a requerimento da maioria absoluta da composição da Câmara ou de Líderes que representem esse número, aprovado pela maioria absoluta dos Deputados (...)”, conforme disposto no Regimento Interno da Câmara Federal (BRASIL, 2021). Nessas, as mulheres deputadas possuem 2% a mais que os homens na proporção. Também, temos as matérias que tramitam no regime de prioridade, que versam sobre lógicas burocráticas internas, leis com tempo determinado de efeitos, ou sobre eleições, com 3% a mais para elas.

Tabela 13: Proporção do Regime das Matérias Iniciadas por Mulheres e Homens na Câmara Federal de 2002 até 2020

	Mulheres	N	Homens	N
Especial²⁹	0,73%	42	0,92%	416
Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)	3,40%	196	4,24%	1926
Especial (Art. 207, RICD)	0,02%	1	0,00%	2
Especial (Art. 213, § 6º, RICD)	0,03%	2	0,02%	8
Especial (Arts. 142 e 143, RCCN)	0,07%	4	0,00%	0
Ordinária (Art. 151, III, RICD)	53,22%	3064	57,17%	25947
Prioridade (Art. 151, II, RICD)³⁰	26,02%	1498	22,97%	10425
Urgência³¹	0,09%	5	0,11%	48
Urgência (Art. 154, RICD)	0,31%	18	0,37%	169
Urgência (Art. 155, RICD)	10,20%	587	8,13%	3689
Urgência (Art. 64, CF)	0,21%	12	0,23%	103
Outros	5,70%	328	5,84%	2649

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Câmara Federal

²⁹ Informação sobre o regime especial: “Algumas proposições se submetem a regime especial de tramitação, diferente dos regimes urgente, prioridade ou ordinário. No regime especial temos, por exemplo, a Proposta de Emenda à Constituição, o Projeto de Código, a conversão de Medida Provisória em Lei, o Projeto de Resolução para alteração do Regimento Interno e a autorização para processo contra o Presidente da República”. Disponível em: https://educacaoadistancia.camara.leg.br/cliقة_regimento/card/47.

³⁰ Informação sobre o regime de prioridade: “Os projetos em prioridade terão prazos de 10 sessões para deliberação em cada Comissão. Os projetos de iniciativa do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da Mesa, de Comissão Permanente ou Especial, do Senado ou dos cidadãos (iniciativa popular) são, pela autoria, prioritários. São também definidos com o regime de prioridade os Projetos de Leis Complementares e os projetos de lei ordinária que se destinem a regulamentar dispositivo constitucional e suas alterações, os projetos de lei com prazo determinado, os de regulamentação de eleições, e suas alterações, e, por fim, os de alteração ou reforma do Regimento Interno”. Disponível em: https://educacaoadistancia.camara.leg.br/cliقة_regimento/card/47.

³¹ Informação sobre o regime de Urgência: “Proposições em urgência têm prazos mais exíguos. Por exemplo, as Comissões terão prazo de apenas 5 sessões para deliberar, contados de forma simultânea para todas elas. As proposições urgentes também dispensam exigências, interstícios ou formalidades regimentais, salvo pareceres, publicação e quórum. O Regimento permite 3 tipos de urgências: a urgência em razão da matéria, a urgência constitucional e a urgência por meio de requerimento aprovado pelo Plenário”. Disponível em: https://educacaoadistancia.camara.leg.br/cliقة_regimento/card/47.

Por fim, a tabela 14 mostra a concentração de matérias aprovadas por área, obedecendo a mesma lógica das duas últimas figuras. Aqui, podemos notar que as mulheres deputadas federais possuem maior sucesso legislativo nas áreas de Comunicações, Defesa e Segurança, Direito Penal e Processual Penal, Direitos Humanos e Minorias, Educação, Homenagens e Datas Comemorativas, Previdência e Assistência Social, e Saúde.

É fundamental destacar que as áreas com maior distância entre mulheres e homens são Direitos Humanos e Minorias, em que essas possuem um sucesso eleitoral quatro vezes maior, Homenagens e Datas Comemorativas, que possui cerca de 4% a mais para elas e Saúde, em que as deputadas perfazem quase 5% a mais que os homens. Temos, novamente, a reprodução dos papéis de gênero da sociedade brasileira dentro do parlamento, confirmando os achados dos dados estatísticos das figuras 3 a 6.

Tabela 14: Proporção de Áreas das Matérias Iniciadas por Mulheres e Homens na Câmara Federal de 2002 até 2020

	Mulheres	N	Homens	N
Administração Pública	6,36%	11	7,84%	68
Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo	1,16%	2	1,73%	15
Arte, Cultura e Religião	6,36%	11	7,50%	65
Cidades e Desenvolvimento Urbano	0,58%	1	2,54%	22
Ciência, Tecnologia e Inovação	0,58%	1	0,92%	8
Comunicações	1,16%	2	0,92%	8
Defesa e Segurança	2,89%	5	2,42%	21
Direito Civil e Processual Civil	2,89%	5	5,07%	44
Direito e Defesa do Consumidor	0,00%	0	0,12%	1
Direito e Justiça	0,00%	0	0,35%	3
Direito Penal e Processual Penal	3,47%	6	2,08%	18
Direitos Humanos e Minorias	21,97%	38	5,19%	45
Economia	0,00%	0	3,00%	26
Educação	6,36%	11	3,11%	27
Energia, Recursos Hídricos e Minerais	0,58%	1	1,73%	15
Esporte e Lazer	0,58%	1	1,04%	9
Estrutura Fundiária	0,58%	1	2,54%	22
Finanças Públicas e Orçamento	1,73%	3	5,19%	45
Homenagens e Datas Comemorativas	26,01%	45	22,49%	195
Indústria, Comércio e Serviços	0,58%	1	1,96%	17
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1,16%	2	1,61%	14
Política, Partidos e Eleições	0,58%	1	0,92%	8
Previdência e Assistência Social	1,16%	2	1,15%	10
Processo Legislativo e Atuação Parlamentar	1,73%	3	4,61%	40
Relações Internacionais e Comércio Exterior	0,58%	1	1,61%	14

Saúde	8,09%	14	3,58%	31
Trabalho e Emprego	1,73%	3	5,07%	44
Turismo	0,00%	0	0,23%	2
Viação, Transporte e Mobilidade	1,16%	2	3,46%	30

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Câmara Federal

Portanto, no questionamento sobre as diferenças entre mulheres e homens no processo legislativo da Câmara Federal, verificamos que há nítidas diferenças operando internamente, havendo uma distinção dos papéis de gênero, com a divisão sexual do trabalho operando para que mulheres fiquem dentro do espectro do cuidado, principalmente no que tange ao sucesso na aprovação de leis. Todavia, não podemos indicar um abismo, ou seja, uma diferença intransponível, principalmente ao longo dos últimos anos, em que houve uma diminuição da diferença com a diversificação da agenda legislativa por parte das mulheres. Outro ponto de profunda relevância para esse estudo é o maior sucesso na produção das mulheres sobre suas proposições, tendo menor número de arquivamento e maior de transformação em norma jurídica. Por último, notamos no regime de tramitação de matérias como as deputadas federais possuem maior cuidado com a dinâmica que suas iniciativas tomam dentro do sistema legislativo, se concentrando em tramitações urgentes e prioritárias.

A segunda pergunta deste capítulo está conectada com os resultados encontrados na seção quatro da tese, em que buscamos identificar por meio de uma categorização própria, os grupos de mulheres deputadas formadas no interior da Câmara Federal, utilizando dados biográficos para determinar a tipificação. Aqui, questionamos quais são as diferenças (e se existem) no processo legislativo entre esses grupos e se as biografias constituem influência na agenda legislativa das mulheres no parlamento.

Nas Tabelas 14 e 15 temos as proporções cruzadas de área e grupo, identificando primeiro a porcentagem de propostas para área de cada grupo e, depois, a porcentagem de grupo para cada área analisada. É fundamental ressaltar que, como o grupo familiar, administrativo e de movimentos sócias são os com maiores quantidades de integrantes, poderíamos esperar que na Tabela 16 as mesmas dimensões iriam pontuar as maiores porcentagens. A primeira questão que a Tabela 14 nos traz é a ampla diferença entre o grupo familiar e os demais em relação a produção legislativa. Em seguida, mas com menos da metade de propostas iniciadas, temos o grupo do sindicalismo. Ambos serão os maiores produtores de matéria legislativa e concentraram a liderança na maioria das áreas. Também, a área “Outros”, por concentrar uma grande gama de áreas menores, tende a perfilar entre as mais trabalhadas pelas deputadas e por isso a retiramos da marcação realizada nas tabelas seguintes.

Em relação ao grupo Administrativo, Direitos Humanos e Minorias, Finanças Públicas e Orçamento e Saúde foram as áreas em que mais tiveram produção legislativa. O grupo Familiar obteve alta concentração em Direitos Humanos e Minorias, Administração Pública e Direito Penal e Processual. Mídia ofereceu matérias sobre Administração Pública, Direitos Humanos e Trabalho e Emprego. Movimento Estudantil compreendeu Administração Pública, Direitos Humanos e Minorias e Indústria, Comércio e Serviços. Movimentos Sociais propuseram mais em Direitos Humanos e Minorias, Administração Pública e Direito Penal e Processual Penal. Religião é, talvez, o grupo mais distinto, propondo nas áreas de Direitos Humanos e Minorias, Direito e Defesa do Consumidor e Finanças Públicas e Orçamento. Por fim, Sindicalismo indicou Administração Pública, Direitos Humanos e Minorias e Educação.

O que podemos notar aqui é que Direitos Humanos e Minorias é uma área que se repete em todos os grupos. Esta é a única esfera do cuidado que marcadamente reproduz o papel de gênero dentro da Câmara Federal nessa análise. Outros grupos tiveram área da Educação, como é o caso da Religião, ou Saúde, como caso do Administrativo, mas nada ao ponto de ter uma relevância profunda na análise. Questões intuitivas também foram presentes, como é o caso de Finanças Públicas e Orçamento ter aparecido no grupo Administrativo e Educação no Sindicalismo.

Todavia, apenas essa forma de olhar para os dados pode não contribuir de maneira satisfatória para nossa pergunta, uma vez que buscamos a comparação dos grupos em relação a produção em cada área. Na Tabela 16, concentramos os grupos e retiramos a proporção de cada área na soma total das proposições de todos eles na área determinada.

Tabela 14: Proporção de Grupo, Área e Número de Matérias de 2003 a 2020

Grupo	Área	N	%
Administrativo	Administração Pública	76	9,66%
	Arte, Cultura e Religião	7	0,89%
	Cidades e Desenvolvimento Urbano	21	2,67%
	Ciência, Tecnologia e Inovação	12	1,52%
	Comunicações	36	4,57%
	Defesa e Segurança	23	2,92%
	Direito Civil e Processual Civil	33	4,19%
	Direito e Defesa do Consumidor	41	5,21%
	Direito Penal e Processual Penal	46	5,84%
	Direitos Humanos e Minorias	129	16,39%
	Economia	23	2,92%
	Educação	41	5,21%

Grupo	Área	N	%
Familiar	Finanças Públicas e Orçamento	83	10,55%
	Homenagens e Datas Comemorativas	24	3,05%
	Indústria, Comércio e Serviços	5	0,64%
	Outros	81	10,29%
	Política, Partidos e Eleições	18	2,29%
	Saúde	59	7,50%
	Trabalho e Emprego	16	2,03%
	Viação, Transporte e Mobilidade	13	1,65%
		787	100,00%
	Administração Pública	252	10,34%
	Arte, Cultura e Religião	32	1,31%
	Cidades e Desenvolvimento Urbano	106	4,35%
	Ciência, Tecnologia e Inovação	21	0,86%
	Comunicações	98	4,02%
	Defesa e Segurança	101	4,14%
	Direito Civil e Processual Civil	106	4,35%
	Direito e Defesa do Consumidor	128	5,25%
	Direito Penal e Processual Penal	157	6,44%
	Direitos Humanos e Minorias	347	14,23%
	Economia	35	1,44%
	Educação	147	6,03%
	Finanças Públicas e Orçamento	156	6,40%
	Homenagens e Datas Comemorativas	73	2,99%
	Indústria, Comércio e Serviços	73	2,99%
	Outros	270	11,07%
	Política, Partidos e Eleições	76	3,12%
	Saúde	124	5,09%
Trabalho e Emprego	82	3,36%	
Viação, Transporte e Mobilidade	54	2,21%	
	2438	100,00%	
Mídia	Administração Pública	20	27,40%
	Arte, Cultura e Religião	1	1,37%
	Ciência, Tecnologia e Inovação	1	1,37%
	Defesa e Segurança	3	4,11%
	Direito Civil e Processual Civil	1	1,37%
	Direito e Defesa do Consumidor	2	2,74%
	Direito Penal e Processual Penal	5	6,85%
	Direitos Humanos e Minorias	7	9,59%
	Economia	1	1,37%
	Educação	5	6,85%
	Finanças Públicas e Orçamento	4	5,48%
	Indústria, Comércio e Serviços	1	1,37%

Grupo	Área	N	%
Movimento Estudantil	Outros	10	13,70%
	Política, Partidos e Eleições	1	1,37%
	Saúde	5	6,85%
	Trabalho e Emprego	6	8,22%
		73	100,00%
	Administração Pública	95	18,16%
	Arte, Cultura e Religião	36	6,88%
	Cidades e Desenvolvimento Urbano	1	0,19%
	Ciência, Tecnologia e Inovação	18	3,44%
	Comunicações	8	1,53%
	Defesa e Segurança	21	4,02%
	Direito Civil e Processual Civil	8	1,53%
	Direito e Defesa do Consumidor	9	1,72%
	Direito Penal e Processual Penal	8	1,53%
	Direitos Humanos e Minorias	47	8,99%
	Economia	23	4,40%
	Educação	26	4,97%
	Finanças Públicas e Orçamento	32	6,12%
	Homenagens e Datas Comemorativas	23	4,40%
	Indústria, Comércio e Serviços	38	7,27%
	Outros	52	9,94%
	Política, Partidos e Eleições	14	2,68%
	Saúde	34	6,50%
	Trabalho e Emprego	28	5,35%
	Viação, Transporte e Mobilidade	2	0,38%
		523	100,00%
	Movimentos Sociais	Administração Pública	71
Arte, Cultura e Religião		12	2,93%
Cidades e Desenvolvimento Urbano		2	0,49%
Ciência, Tecnologia e Inovação		6	1,47%
Comunicações		5	1,22%
Defesa e Segurança		29	7,09%
Direito Civil e Processual Civil		11	2,69%
Direito e Defesa do Consumidor		11	2,69%
Direito Penal e Processual Penal		52	12,71%
Direitos Humanos e Minorias		89	21,76%
Economia		10	2,44%
Educação		21	5,13%
Finanças Públicas e Orçamento		21	5,13%
Homenagens e Datas Comemorativas		7	1,71%
Indústria, Comércio e Serviços		2	0,49%
Outros		24	5,87%

Grupo	Área	N	%
Religião	Política, Partidos e Eleições	8	1,96%
	Saúde	14	3,42%
	Trabalho e Emprego	9	2,20%
	Viação, Transporte e Mobilidade	5	1,22%
		409	100,00%
	Administração Pública	2	6,45%
	Cidades e Desenvolvimento Urbano	1	3,23%
	Comunicações	2	6,45%
	Direito Civil e Processual Civil	1	3,23%
	Direito e Defesa do Consumidor	4	12,90%
	Direito Penal e Processual Penal	1	3,23%
	Direitos Humanos e Minorias	10	32,26%
	Finanças Públicas e Orçamento	3	9,68%
	Homenagens e Datas Comemorativas	1	3,23%
	Indústria, Comércio e Serviços	1	3,23%
	Outros	2	6,45%
	Saúde	1	3,23%
	Trabalho e Emprego	2	6,45%
		31	100,00%
	Sindicalismo	Administração Pública	224
Arte, Cultura e Religião		36	2,65%
Cidades e Desenvolvimento Urbano		31	2,28%
Ciência, Tecnologia e Inovação		8	0,59%
Comunicações		31	2,28%
Defesa e Segurança		86	6,32%
Direito Civil e Processual Civil		16	1,18%
Direito e Defesa do Consumidor		32	2,35%
Direito Penal e Processual Penal		59	4,34%
Direitos Humanos e Minorias		193	14,18%
Economia		40	2,94%
Educação		189	13,89%
Finanças Públicas e Orçamento		41	3,01%
Homenagens e Datas Comemorativas		54	3,97%
Indústria, Comércio e Serviços		15	1,10%
Outros		68	5,00%
Política, Partidos e Eleições		18	1,32%
Saúde		82	6,02%
Trabalho e Emprego		125	9,18%
Viação, Transporte e Mobilidade		13	0,96%
	1361	100,00%	

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Câmara Federal.

Das 19 áreas analisadas, o grupo Familiar é liderança em 15 delas. Isso porque é, sem sombra de dúvidas conforme demonstrado no capítulo quatro, a maior congregação de deputadas mulheres. Entretanto, podemos entender a partir dos dados da Tabela 16 como os grupos agem em determinada agenda.

Tabela 16: Proporção de Área, Grupo e Número de Matérias de 2003 a 2020

Área	Grupo	N	%
Administração Pública	Administrativo	76	10,27%
	Familiar	252	34,05%
	Mídia	20	2,70%
	Movimento estudantil	95	12,84%
	Movimentos sociais	71	9,59%
	Religião	2	0,27%
	Sindicalismo	224	30,27%
		740	100,00%
Arte, Cultura e Religião	Administrativo	7	5,65%
	Familiar	32	25,81%
	Mídia	1	0,81%
	Movimento estudantil	36	29,03%
	Movimentos sociais	12	9,68%
	Sindicalismo	36	29,03%
		124	100,00%
Cidades e Desenvolvimento Urbano	Administrativo	21	12,96%
	Familiar	106	65,43%
	Movimento estudantil	1	0,62%
	Movimentos sociais	2	1,23%
	Religião	1	0,62%
	Sindicalismo	31	19,14%
		162	100,00%
Ciência, Tecnologia e Inovação	Administrativo	12	18,18%
	Familiar	21	31,82%
	Mídia	1	1,52%
	Movimento estudantil	18	27,27%
	Movimentos sociais	6	9,09%
	Sindicalismo	8	12,12%
		66	100,00%
Comunicações	Administrativo	36	20,00%
	Familiar	98	54,44%
	Movimento estudantil	8	4,44%
	Movimentos sociais	5	2,78%
	Religião	2	1,11%
		31	17,22%

Área	Grupo	N	%
		180	100,00%
Defesa e Segurança	Administrativo	23	8,75%
	Familiar	101	38,40%
	Mídia	3	1,14%
	Movimento estudantil	21	7,98%
	Movimentos sociais	29	11,03%
	Sindicalismo	86	32,70%
			263
Direito Civil e Processual Civil	Administrativo	33	18,75%
	Familiar	106	60,23%
	Mídia	1	0,57%
	Movimento estudantil	8	4,55%
	Movimentos sociais	11	6,25%
	Religião	1	0,57%
	Sindicalismo	16	9,09%
		176	100,00%
Direito e Defesa do Consumidor	Administrativo	41	18,06%
	Familiar	128	56,39%
	Mídia	2	0,88%
	Movimento estudantil	9	3,96%
	Movimentos sociais	11	4,85%
	Religião	4	1,76%
	Sindicalismo	32	14,10%
		227	100,00%
Direito Penal e Processual Penal	Administrativo	46	14,02%
	Familiar	157	47,87%
	Mídia	5	1,52%
	Movimento estudantil	8	2,44%
	Movimentos sociais	52	15,85%
	Religião	1	0,30%
	Sindicalismo	59	17,99%
		328	100,00%
Direitos Humanos e Minorias	Administrativo	129	15,69%
	Familiar	347	42,21%
	Mídia	7	0,85%
	Movimento estudantil	47	5,72%
	Movimentos sociais	89	10,83%
	Religião	10	1,22%
	Sindicalismo	193	23,48%
		822	100,00%
Economia	Administrativo	23	17,42%
	Familiar	35	26,52%

Área	Grupo	N	%
Educação	Mídia	1	0,76%
	Movimento estudantil	23	17,42%
	Movimentos sociais	10	7,58%
	Sindicalismo	40	30,30%
		132	100,00%
	Administrativo	41	9,56%
	Familiar	147	34,27%
	Mídia	5	1,17%
	Movimento estudantil	26	6,06%
	Movimentos sociais	21	4,90%
	Sindicalismo	189	44,06%
		429	100,00%
Finanças Públicas e Orçamento	Administrativo	83	24,41%
	Familiar	156	45,88%
	Mídia	4	1,18%
	Movimento estudantil	32	9,41%
	Movimentos sociais	21	6,18%
	Religião	3	0,88%
	Sindicalismo	41	12,06%
		340	100,00%
	Administrativo	24	13,19%
	Familiar	73	40,11%
Homenagens e Datas Comemorativas	Movimento estudantil	23	12,64%
	Movimentos sociais	7	3,85%
	Religião	1	0,55%
	Sindicalismo	54	29,67%
		182	100,00%
	Administrativo	5	3,70%
	Familiar	73	54,07%
Indústria, Comércio e Serviços	Mídia	1	0,74%
	Movimento estudantil	38	28,15%
	Movimentos sociais	2	1,48%
	Religião	1	0,74%
	Sindicalismo	15	11,11%
		135	100,00%
	Administrativo	81	15,98%
	Familiar	270	53,25%
Outros	Mídia	10	1,97%
	Movimento estudantil	52	10,26%
	Movimentos sociais	24	4,73%
	Religião	2	0,39%
	Sindicalismo	68	13,41%

Área	Grupo	N	%
		507	100,00%
Política, Partidos e Eleições	Administrativo	18	13,33%
	Familiar	76	56,30%
	Mídia	1	0,74%
	Movimento estudantil	14	10,37%
	Movimentos sociais	8	5,93%
	Sindicalismo	18	13,33%
			135
Saúde	Administrativo	59	18,50%
	Familiar	124	38,87%
	Mídia	5	1,57%
	Movimento estudantil	34	10,66%
	Movimentos sociais	14	4,39%
	Religião	1	0,31%
	Sindicalismo	82	25,71%
		319	100,00%
Trabalho e Emprego	Administrativo	16	5,97%
	Familiar	82	30,60%
	Mídia	6	2,24%
	Movimento estudantil	28	10,45%
	Movimentos sociais	9	3,36%
	Religião	2	0,75%
	Sindicalismo	125	46,64%
		268	100,00%
Viação, Transporte e Mobilidade	Administrativo	13	14,94%
	Familiar	54	62,07%
	Movimento estudantil	2	2,30%
	Movimentos sociais	5	5,75%
	Sindicalismo	13	14,94%
		87	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da Câmara dos Deputados

5.4 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Os resultados encontrados neste capítulo revelaram forte continuidade do padrão já identificado por outros trabalhos nacionais que objetivaram analisar o processo legislativo brasileiro do ponto de vista das relações de gênero que ocorrem internamente na Câmara Federal. Debates com autoras que analisaram as diferenças entre os sexos em diversos parlamentos pelo mundo, indicando haver uma notável distância entre o que mulheres e homens elegem como prioridade e suas agendas. O Brasil também engloba esses estudos e os dados

aqui reportados mostram o quanto nosso parlamento reproduz os papéis de gênero observados na sociedade em seu interior.

Até este ponto, tratamos de construir uma visão ampla e científica do processo de representação da mulher na política brasileira, observando fatores institucionais e sociais que poderiam indicar tendências em relação aos processos que relacionam toda a trajetória política que leva um indivíduo para a Câmara Federal. Neste capítulo, questionei as diferenças no processo legislativo entre mulheres e homens na Câmara Federal e relacionamos os dados coletados no capítulo quatro, sobre grupos políticos formado pelas mulheres, identificados a partir de suas biografias, com as áreas temáticas de suas agendas.

Em relação à primeira questão podemos afirmar que existem diferenças entre os gêneros, com uma tendência, por parte das mulheres, de propor agendas voltadas para o cuidado. Entretanto, essa diferença de agenda não é tão saliente como se imaginava, sendo mitigada ao longo dos anos analisados e diminuindo os abismos entre as áreas temáticas. É possível que o aumento de mulheres, a estabilidade política de uma parte delas, por meio da incumbência e a saliência dos temas de cuidado, principalmente os relacionados a gênero, nas últimas duas eleições, possam ter contribuído para a mudança dessa realidade.

A segunda questão nos trouxe que, a partir da grande quantidade de mulheres pertencentes ao grupo Familiar, torna-se notável a força e predominância delas em quase todas as áreas. Outra indicação que podemos fazer é que os grupos tendem a diversificar suas agendas dentro das lógicas que os acompanham eleitoralmente, ou seja, há uma certa identificação legislativa com as trajetórias políticas mapeadas e, desse modo, pode corresponder a necessidade de responder ao eleitor suas demandas. Aqui também é possível identificar uma tendência em relação a temas de cuidado, principalmente com a alta concentração de propostas legislativas por todos os grupos na área de Direitos Humanos e Minorias.

É com base nisto que o próximo capítulo passará a averiguar a agenda de gênero no parlamento brasileiro e o impacto que ela possivelmente teve com a ascensão de presidentes populistas de direita, avessos a tais pautas. Compreender esse delicado tema subsidiará nossa compreensão sobre as instituições políticas e gênero no Brasil, contrapondo nossos dados com os Estados Unidos.

6. QUESTÕES DE GÊNERO E IMPACTOS SOBRE A AGENDA LEGISLATIVA PÓS ASCENSÃO POPULISTA DE DIREITA NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

O objetivo dessa seção é analisar e relacionar o processo de representação política e produção legislativa nos aspectos estudados até aqui e a mudança de paradigma com a ascensão de líderes populistas a partir de dois países distintos, quais sejam, Brasil e Estados Unidos da América. O foco do capítulo se justifica em razão da expansão de alternativas democráticas que apelam a valores populistas e desencadeiam uma narrativa contrária aos grupos minorizados e aos movimentos de identidade. Os países escolhidos passaram por mudanças sensíveis em suas políticas de Estado a partir da conquista, por via eleitoral, do poder executivo por populistas, tais como Jair Bolsonaro (2019-2022) e Donald Trump (2017-2020). A eleição de 2018 brasileira teve paralelos nítidos com o pleito estadunidense de 2016, empregando narrativas similares contrárias a direitos humanos e, principalmente, direitos de grupos minorizados. A análise foi articulada a partir da abordagem teórica do institucionalismo feminista, observando as mudanças institucionais e sociais que se operaram dentro desses países e os impactos na representação feminina. Em um primeiro momento, debatemos as pesquisas de agenda legislativa sobre mulheres, conceituando o que se entende por “*women issues*” ou questões de gênero e as críticas a esse termo, além de retomarmos, com maior profundidade, a discussão sobre efetivação da representação descritiva e substantiva. Depois, conceituamos o entendimento sobre populismo e, adiante, comparamos as mudanças que ocorreram na proposição de questões sobre gênero ao longo dos anos e, especialmente, após a ascensão de líderes da direita populista no Brasil e Estados Unidos.

Em termos gerais as questões de gênero, são comumente relacionadas aos partidos de esquerda, enquanto os partidos de direita se alicerçam em estruturas econômicas e moralistas. Todavia, a segunda década do século XXI inicia uma nova onda de conservadorismo e reacionarismo que retoma o embate entre progressistas e conservadores, no campo dos valores, criando as condições necessárias para que partidos de direita se reorganizem dentro de grupos que outrora não encontravam espaço, como é o caso das mulheres e outros grupos minorizados.

Entretanto, a esquerda e movimentos progressistas também reagiram a essa resposta da direita. No mundo todo, movimentos feministas e manifestações encabeçada por mulheres se tornaram frequentes no cenário político e social. Com a ascensão de líderes femininas a cargos de Executivo, tais como Dilma Rousseff (Brasil em 2010) Angela Merkel (Alemanha em 2005), Cristina Kirchner (Argentina em 2007), Michelle Bachellet (Chile em 2014), entre outras, e a progressiva ocupação de cargos eletivos por mulheres, sob a perspectiva da defesa de pautas femininas, a defesa de questões estratégicas que envolviam esses grupos se inclinou em uma tendência de fortalecimento. Houve, nos anos subsequentes a eleição dessas mulheres, reflexos

civilizatórios conservadores, chamados pela literatura especializada de *cultural backlash* (INGLEHART; NORRIS, 2016), que reforçaram movimentos à direita que contestavam ganhos de grupos minorizados e reclamavam um retorno ao “tradicional”, ou em termos mais diretos, a reprodução histórica das desigualdades que submetem esses grupos a uma estrutura de exploração perpétua. No Brasil, as eleições de 2018 promoveram a expansão desse ressentimento cultural por parte expressiva do eleitorado, tornando o candidato do PSL, Jair Messias Bolsonaro, o presidente eleito. É nesse contexto que nasce o movimento “Ele Não”, encabeçado por mulheres e diversos setores da esquerda brasileira saíram às ruas em 2018 para contestar o processo crescente de apoio ao então candidato da extrema direita, Jair Bolsonaro.

As manifestações, organizadas pela internet e articuladas por páginas feministas, traziam diversos questionamentos sociais sobre a desigualdade entre homens e mulheres, a legalização do aborto e principalmente a ameaça que pairava sobre elas em uma possível eleição do respectivo candidato. Bolsonaro promove um discurso profundamente machista, misógino, racista, homofóbico e autoritário. Com milhares de pessoas nas ruas, as manifestações foram diagnosticadas por serem predominantemente de esquerda, com 80% dos participantes se identificando a esse espectro político. Também, 62% dos componentes eram mulheres e o mesmo percentual se autodeclarou branco. Este retrato determinado nestas pesquisas de rua antecipavam um fato político importante, um aumento da eleição de mulheres na Câmara Federal, todavia, ainda que a esquerda tenha tomado as ruas e organizado suas insatisfações, o PSL de Jair Bolsonaro conseguiu eleger um número expressivo de candidatas femininas e vencer as eleições gerais.

Já nos Estados Unidos, a performance dos colchões em 2014-2015 reafirmou a luta contra a agressão sexual de mulheres universitárias, quando uma estudante da Universidade de Columbia carregou, durante meses, um colchão de 23kg pelo campus, como forma de protesto ao estupro cometido contra ela por outro estudante da universidade. O movimento *Me Too*, iniciado virtualmente em 2006, mas popularizado em 2017, ganhou notoriedade ao ter diversas personalidades lutando contra o assédio sexual e agressão sexual nas mais variadas instâncias, cinema, exército e mesmo no parlamento. Também os movimentos *Time's Up Now* e o vídeo viral *10 Hours of Walking in NYC as a Women* estruturaram segmentos de contestação frente a realidade da mulher na sociedade americana. Em conjunto com a quarta onda do feminismo nos Estados Unidos, o crescimento de mulheres na política se encarregou de dar maior visibilidade a pautas extremamente sensíveis às eleitoras mulheres, assim como responder, em caráter de defesa, o progressivo reacionarismo e conservadorismo que Donald Trump e a base que o elegeu incutia no cenário nacional. Esse último ponto é especialmente importante devido aos

argumentos levantados na terceira parte desse capítulo. Uma vez que mulheres de cor e demais grupos minorizados tendem a apoiar mais os Democratas em desfavor dos Republicanos, é justificável a posição de vanguarda desse partido e de seus membros no legislativo em relação a matérias de interesse às mulheres, uma vez que seu eleitorado é composto por pessoas que advogam por essas matérias e que constroem uma plataforma de defesa a esses ideais.

A segunda parcela da pergunta desta tese busca compreender, após todo o debate sobre representação feminina, quais seriam os impactos na agenda legislativa sobre gênero a partir de um governo populista de direita, avesso a valores democráticos e de proteção de grupos minorizados. Conforme já debatido, essa questão influi diretamente nas considerações sobre representação política, uma vez que o arranjo institucional pode implicar em diferenças da estrutura de interesses internas nas casas legislativas.

Esse capítulo, portanto, busca responder quais foram esses impactos e como isso se relaciona com a qualidade da democracia que as mulheres experimentam. Essas discussões suscitam uma série colocações relevantes para o debate de representação e qualidade democrática no contexto brasileiro. Levando em conta a profusão de crises contestatórias da democracia que o mundo passa a observar, principalmente a partir da segunda década do século XXI e o reestabelecimento de alternativas autoritárias e populistas em todos os países do ocidente, voltar os olhos e principalmente, os estudos para questões como exclusão e obstrução de vozes na democracia e reorganização da instituição em função desses grupos pode se provar necessário para atravessarmos o período de retração de direitos que vivemos.

Logo, essa seção tem como escopo geral uma discussão sobre questões de gênero e o impacto de governos populistas de direita na estrutura de representação feminina na agenda legislativa sobre gênero. Essa perspectiva dá contornos para aquela desenvolvida ao longo da tese e consolida uma discussão a nível ocidental. Desse modo, é imprescindível conceituar o que é populismo, visto que a noção em si é amplamente disputado e possui variações sensíveis em suas concepções. O objetivo geral aqui compreende a análise e a comparação dos processos de representação política feminina e as possíveis mudanças que a vitória, por via democrática, de governos populistas de direita efetivam frente a agenda sobre gênero nos parlamentos. Dessa forma, nos preocupamos em avaliar não só a qualidade democrática desses países – Brasil e Estados Unidos da América – observando especialmente as mulheres deputadas federais, mas também mensurar se essas alternativas ao processo democrático possuem lastro prático no que diz respeito a uma resposta às insatisfações com as instituições políticas tradicionais.

6.1 CONQUISTA ELEITORAL DO POPULISMO DE DIREITA NO BRASIL E ESTADOS UNIDOS

São diversos os autores e mais diversas ainda as conceituações, seja uma compreensão de populismo ligada a um aspecto temporal e espacial (Getúlio Vargas e Juan Perón), ou articulada em clivagens, tais como urbanas, agrárias, xenofóbicas e afins. As abstrações levam a compreender que a elasticidade conceitual dessa categoria dificulta uma aplicação homogênea em pesquisas, mas que não necessariamente implica em um obstáculo para a compreensão do termo (ACEMOGLU, 2012; LACLAU, 2012; CANOVAN, 1999; ABTS, 2007; WEYLAND, 2001; MUDDE, 2013; MOUZELIS, 1985).

Dessa forma, a construção teórica articulada por Yasha Mounk, em que o autor adota uma miríade de colocações a fim de estipular os limites e formações do populismo, parece simplificar o debate para a atualidade e servirá como esteio teórico aqui. Para ele, os populistas são identificados a partir de perfis que buscam aumentar a "expressão" do "povo", uma maioria que eles consideram um foco importante eleitoral que centralize questões básicas e simplificadoras. São três os alicerces para o desenvolvimento de uma plataforma populista: o primeiro é a adoção de narrativas que simplificam a realidade política para a população, indicando que sua complexidade é obra de uma lógica mentirosa criada pelos os que estão no poder se manterem no poder. O segundo é a legitimidade de representação, quando o populista clama ser o único legítimo para falar em nome da população, pois sua retórica carrega preceitos fundamentais da maioria. Sendo ele, então, o real depositário da fé pública, qualquer indivíduo que o contrapor em seu discurso (seja esse o mais inacreditável possível) será considerado um traidor. Estabelece, assim, a concepção do inimigo público. Os demais candidatos deixam de ser adversários políticos a serem vencidos, tornando-se inimigos a serem destruídos, traidores da nação. Por fim, o terceiro alicerce é que a decisão do povo é a decisão da maioria, inclusive para fazer o que desejarem. Logo, a própria estrutura da democracia representativa e dos regulamentos constitucionais são questionados, tornando-se limitações para a efetivação do poder popular (MOUNK, 2017).

A construção de uma tomada populista de direita nos dois países aqui estudados é e será por muitos anos, objeto de pesquisa inegável das variadas ciências humanas, a fim de compreender quais fatores nos levaram a esse resultado. Os esforços devem ocorrer no intuito de deciframos as articulações institucionais, sociais e culturais que levaram dois personagens tão caricatos ao poder, sob um discurso que ataca frontalmente grupos minorizados que, nos últimos anos, em ambos os países, fortaleceram uma agenda de conquistas expressiva no cenário político. Os processos que levaram a eleição de Donald Trump (2016) nos Estados

Unidos e de Jair Messias Bolsonaro (2018) no Brasil são profundamente complexos, mas de nenhum modo o são pelo acaso. É inegável que o mundo experimenta um crescimento de uma onda conservadora nesta última década, com preceitos fundamentados na exclusão dos grupos minorizados, sejam elas quais sejam nas devidas localidades a serem observadas.

Roberts (2019) nos conchama a observar criticamente as estruturas institucionais estadunidenses para que possamos compreender os riscos de um declínio democrático nos Estados Unidos. Donald Trump incorpora aspectos essenciais de um populista que se utiliza dos mecanismos constitucionais, outrora estabelecidos para a manutenção dos *checks and balances*, para favor próprio e contra os seus, agora, inimigos políticos. A mera probabilidade de que a democracia estadunidense esteja em perigo já nos alerta de que até mesmo um dos países mais rico do mundo, com uma democracia consolidada e estável, ao se defrontar com uma reorganização partidária antidemocrática, com tendências autocráticas, dentro de um cenário obscuro de questionamento de direitos, pode-se desmanchar no ar.

Em contraponto com a América Latina e, precisamente, com o Brasil, a estabilidade democrática dos Estados Unidos está relacionada com sua atípica estrutura partidária, com dois partidos políticos grandes criados em uma dinâmica centrípeta de competição eleitoral. Essa organização, segundo Roberts, fortaleceu o sistema pluralista (distrital) e evitou polarizações que pudessem romper o cenário político de qualquer modo. Porém, essa relação começa a mudar a partir dos anos 1960, com o destacamento do partido Democrata em favor de direitos civis, LGBTQ+, e movimentos sociais em geral. Essa estratégia afastou os partidos do centro, rumo a agendas distintas no cenário doméstico e internacional.

Esse afastamento permaneceu sensível e contornável por décadas, entretanto, a partir da segunda década do século XXI, os Republicanos abarcaram grupos de interesses sectários e diversos ao ideal americano de liberdade. Skocpol and Williamson (SKOCPOL; WILLIAMSON, 2012) argumentam que a partir de 2010, o partido Republicano começa a gestar dentro de si um movimento profundamente conservador, o Tea Party, pautado em uma agenda construída em torno do mercado financeiro e valores cristãos evangélicos de brancos ultranacionalistas. Esse ponto é essencial para compreensão da ascensão populista nos Estados Unidos, em que o apoio de grupos ultranacionalistas e supremacistas, atrelados ao culto da "identidade branca", incorporaram e foram incorporados pelo discurso anti-imigrante praticado pelo então candidato republicano ao pleito de 2016. Ainda, um forte apelo econômico por parte do blue collar worker, ou seja, a classe trabalhadora, principalmente os brancos de Estados-chaves dos Estados Unidos, que se sentiram preteridos pela administração Democrata de Barack

Obama, em conjunção com os direcionamentos ideológicos referenciados anteriormente, consolidou o apoio a Trump.

O populismo nacionalista invocado por Trump utilizou de preceitos raciais, enquanto aquele estruturado por Bolsonaro se articulou dentro da retórica da corrupção e da narrativa contra políticas para grupos minorizados. A vitória de Jair Bolsonaro no Brasil possui inúmeras interpretações, muitas das quais envolvendo também o arranjo partidário nacional e os sucessivos escândalos de corrupção que criaram uma suposta lógica antipetista (contrária ao Partido dos Trabalhadores que ficou no poder por 14 anos). Dentro de um sistema profundamente fragmentado, contendo 34 partidos políticos (a ampla maioria com representação no legislativo) e após um evento político imensurável, o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o cenário das eleições de 2018 traziam insatisfações de, pelo menos, uma década. A incapacidade da esquerda de se organizar em uma frente ampla, o uso massivo de Fake News, a ausência de debate público com o líder das pesquisas (Jair Bolsonaro) com os demais candidatos e a prisão, em pleno pleito eleitoral, do candidato preferido do eleitorado nacional, o ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, pelo então juiz da Vara Federal de Curitiba, que mais adiante se tornaria Ministro da Justiça do governo eleito pelo candidato beneficiado por essa situação, criaria as condições fundamentais para o sucesso eleitoral do candidato do Partido Social Liberal, um populista de extrema direita.

As clivagens sociais que levaram ambos a vitória em 2016 e 2018 ainda estão sendo averiguadas pela literatura (INGLEHART; NORRIS, 2016; NICOLAU, 2020; PRZEWORSKI, 2019). De um lado temos questões estratégicas que perpassam os direitos das minorias e o uso disso como narrativa por parte dos candidatos populistas de direita para construir um inimigo comum, um jogo do nós contra eles para fundamentar a lógica de que “algo está errado”. Do outro temos um nítido desgaste do modelo econômico adotado pelos dois países, com profundas guinadas neoliberais e uma corrosão econômica que empobreceu a sociedade, e/ou estagnou a criação de empregos com melhores salários e com condições de subsistência mais avançadas que a do século passado³². Determinar quais fatores foram os mais preponderantes para a eleição de cada presidente não faz parte do escopo deste trabalho, mas a primeira questão, sobre valores sociais e morais, são justamente os fios condutores que levam a questionar como

³² Na internet, há um meme (imagem ou texto com uma metalinguagem) que viralizou nos últimos anos que compara o poder de compra de um trabalhador de classe média dos anos 50 nos Estados Unidos e um trabalhador de classe média nos tempos atuais. Enquanto o primeiro conseguia comprar uma casa, ter um carro e bancar uma família economicamente, o segundo enfrenta dilemas socioeconômicos imensos, como a permanência na casa dos pais após os 18 e até os 30 anos ou mais (um fator cultural muito marcante na cultura estadunidense), as dívidas estudantis, a falta de emprego para mão de obra qualificada e assim por diante.

indivíduos notoriamente avessos a pautas sobre direitos humanos e afins são eleitos com números surpreendentes de votos.

As condições institucionais também são radicalmente diferentes, uma vez que Trump operou com sucesso a captura da vaga dos Republicanos a presidência dos Estados Unidos. A campanha presidencial do então apresentador de TV e empresário Donald J. Trump se iniciou em 2015, após controversas declarações em relação a sua posição e importância como host de um aclamado programa televisivo do país³³. A mídia teve um valor fundamental para a corrida eleitoral nas primárias republicanas, uma vez que o futuro presidente dos Estados Unidos sabia muito bem como se valer dessas estruturas para formar sua imagem junto a população. Foram 17 candidatos as primárias do Partido Republicano, sendo que ao fim Donald Trump foi declarado candidato presuntivo, uma vez que os demais haviam desistido da competição por conta das sucessivas derrotas iniciais nos caucus fundamentais. É essencial pontuar o quão outsider Trump era na política estadunidense. Nunca havia ocupado nenhuma posição eletiva e não fazia parte de nenhuma estrutura do Partido Republicano. Sua vitória presidencial ocorreu contra uma política tradicional do quadro norte americano, a senadora Hilary Clinton, por 304 votos a 227 dos delegados. Com quase 63 milhões de votos (dois milhões a menos que a candidata dos Democratas), Trump conseguiu operacionalizar o sistema eleitoral estadunidense a seu favor, assim como a lógica partidária e se tornou o 45.º presidente dos Estados Unidos.

Já Bolsonaro conquistou o que parecia impossível para a grande maioria de analistas políticos nacionais e internacionais. Do ponto de vista da ciência política brasileira tradicional e todas as regras e pressupostos eleitorais comumente observados desde a redemocratização, o então deputado federal não tinha chance alguma no pleito presidencial³⁴. Entretanto, mesmo filiado a um partido político pequeno, com pouco dinheiro e um tempo de televisão inexpressivo

³³ No filme-documentário *Fahrenheit 9/11*, de 2018, dirigido pelo diretor e ativista Michael Moore, o contexto inicial da campanha é narrado a partir de um conflito entre Donald J. Trump e os donos do canal de televisão NBC. Nesse episódio, Trump estava insatisfeito com seu salário, uma vez que havia descoberto que Christina Aguilera, cantora e apresentadora, ganhava um cachê superior ao seu apresentado o programa *The Voice*. Esse enquadramento não faria sentido algum se o então empresário e apresentador não tivesse criado toda uma estrutura em momento seguinte a esse conflito para provar aos produtores que valia mais que qualquer outro artista. Deste modo, Trump lançou seu nome para a presidência dos Estados Unidos em um evento falso realizado em sua rede de hotéis, como forma de “valorizar” sua imagem.

³⁴ Nesse ponto podemos traçar um paralelo com o apontamento anterior sobre Trump. Em podcast realizado pela plataforma Spotify e Revista Piauí, chamado “Retrato Narrado”, conta-se toda a trajetória de vida do presidente Jair Bolsonaro, desde sua infância até os caminhos tomados para entrar na política e alcançar o maior cargo eletivo do Brasil. Bolsonaro começou a despontar como um personagem da extrema-direita em programas televisivos de audiência relativamente baixa, ou humorísticos, tais como *Superpop* (programa de fofoca e assuntos diversos) e *CQC* (programa de humor), sempre emitindo opiniões fortemente marcadas pelo preconceito contra a comunidade LGBTQ+ e valores machistas. Sua fama cresceu exponencialmente em fóruns na internet que reúnem pessoas com pensamento similar e que viam no capitão expulso do exército uma figura de representante simbólico, de uma narrativa de uma masculinidade “oprimida” pelos direitos humanos e minorias sociais.

no primeiro turno, não só foi eleito com 57 milhões de votos, como também constituiu a segunda maior bancada com o seu legenda, o PSL, na Câmara Federal (NICOLAU, 2020). Todo esse contexto foi facilitado devido dois eventos que ocorreram em 2018: primeiro, a prisão ilegal do presidente Lula em Curitiba e depois o atentado contra a vida do então candidato Jair Bolsonaro.

Grupos minorizados são, comumente, o alvo preferido desses políticos. Imigrantes legais e ilegais nos Estados Unidos e a esquerda no Brasil, absorvem a fúria discursiva que alimenta as bases eleitorais desse populismo. A luta contra a corrupção, o combate contra as “elites partidárias”, a imagem do outsider (que no caso do Brasil é uma abstração da realidade, uma vez que Bolsonaro ocupou cargo eletivo por 28 anos antes de se tornar presidente), o homem hipermasculinizado que defende valores heterossexuais, religiosos e do “cidadão de bem”, todo esse aparato coloca em evidência um personagem avesso às questões estratégicas e, portanto, radicalmente contra uma agenda que, em muito, pertence às mulheres da sociedade civil.

São variados os autores que buscam identificar o que são e como pensam os populistas, como indicado anteriormente. Roberts (ROBERTS, 2019) identifica os populistas de direita como aqueles que criam uma imagem do povo pautado em uma etnia específica, a ver os brancos nos Estados Unidos, usufruindo da tese de "Heartland", em que esses são ameaçados pelo estrangeiro, o diferente do estabelecido como "povo". Essa definição se equivale à realidade na qual Trump está inserido, onde argumenta abertamente que as liberdades civis e políticas dos cidadãos americanos estão sob perpétuo risco, por causa dos sucessivos governos Democrata que permitiram a entrada de mulçumanos (e outros imigrantes não-brancos) nos Estados Unidos. Essa lógica populista foi observada em países europeus no final do século XX, principalmente após a expansão da globalização e a relativização dos Estados Nacionais em razão de uma comunidade continental, a União Europeia (ROBERTS, 2019).

Valores racistas também são profundamente alardeados, tanto no agir político e da plataforma política da eleição de 2016, quanto ao longo dos 4 anos que passou na presidência do país. Os eventos da morte de George Floyd por um policial, que repetiu cenas do assassinato de outro homem preto (e tantos outros) em 2014, Eric Garner, foi um fio condutor para Trump reverberar uma retórica racista de que mais brancos eram mortos por policia nos Estados Unidos, dobrando a realidade a seu favor e defendendo os supremacistas brancos. A quarta onda de políticas de extrema direita pós guerras utiliza dessa estratégia para arregimentar apoiadores (MUDDE, 2019)

Já no Brasil essa concepção toma uma outra forma. O “povo” continua sendo um conjunto bem específico da população, a saber os brancos de classe média, média alta e ricos, todavia esses atendem pelo conceito de "cidadãos de bem". Pela incapacidade de concentrar um povo dentro de uma lógica hegemônica de raça, Jair Bolsonaro cria uma categoria difusa que abrange, sem assegurar o espaço perfeito. Evangélicos, católicos, pessoas de todas as classes e etnias, todos estão habilitados a se tornarem o "povo", mas nenhum deles se encaixa totalmente, a não ser que responda a uma demanda radical da narrativa bolsonarista. Essa forma de se comunicar apela para valores essencialmente cristãos e articulam ao seu favor uma grande quantidade de informações falsas, tais como o chamado Kit-Gay e a Ideologia de Gênero. Entretanto, não é possível abandonar a dimensão racial da extrema-direita no Brasil, uma vez que os valores do bolsonarismo estão intimamente ligados a uma elite de passado escravagista, presa a um imaginário solidificado em preceitos racistas, de exclusão da maioria preta e parda e exaltação de uma construção “branca” (SOUZA, 2019).

Podemos, então, entre tantas outras indicações, compreender a ascensão bolsonarista como uma categoria de populismo do norte político, convertido em abstrações para agregar as atribuições raciais em novas dimensões e coordenar uma nova fase de populismos de direita na América Latina, uma que perpassa as esferas étnicas, de modo silencioso, mas presente e que se alicerce em uma lógica religiosa, classista e moral. O povo brasileiro da Heartland retoma os colonos brancos católicos, que agora se converteram ao evangelismo e ficaram insatisfeitos pelo baixo rendimento econômico, nos últimos anos, de um partido de esquerda, resolvendo empenhar um “outsider” para combater a imagem e narrativa da esquerda “venezuelana” que destruirá o país. Desse modo, a esquerda se torna o inimigo a combater, as pautas estratégicas são os males políticos e toda uma estrutura ideológica é articulada para reescrever a história.

Em termos gerais, compilando uma parte das bibliografias contemporâneas sobre os populistas do século XXI, sua conceituação perpassa dois momentos: o primeiro diz respeito ao questionamento das elites políticas e do chamado establishment, sendo o populista agente transformador dessa realidade corrupta, controlada por instituições que não refletem o interesse popular. Nessa perspectiva, a mídia, partidos políticos, eleições, políticos, intelectuais e cientistas são os antagonistas, os obstáculos para a real democracia; já o segundo compreende a própria lógica de autoridade, uma vez que ela se institui como única fonte de moral e a única salvação da política tomada por pessoas com intenções perversas (INGLEHART; NORRIS, 2016; MUDDE, 2019; ROBERTS, 2019).

Após a chegada no poder de ambos os presidentes, uma série de medidas foram tomadas, de caráter burocrático, mas ainda assim com um impacto profundo na vida das mulheres em ambos os países. No Brasil, Bolsonaro articulou o desmonte de uma série de políticas públicas que possuíam mulheres como alvo, assim como reiterou diversas vezes seu despreço pelas conquistas sociais e políticas dessas. Em novembro de 2019, Jair Bolsonaro assina um decreto que desresponsabiliza o Estado em relação à manutenção das Casas da Mulher Brasileira, sob a justificativa da pequena abrangência do programa sem, contudo, propor substituição. Na mesma peça executiva, a palavra “gênero” foi suprimida, obedecendo os interesses conservadores que criminalizam o ensino de gênero na sociedade e que de forma pejorativa chamam de “ideologia de gênero”. O Centro de Abrangência a Diversidade, política pública de alcance nacional para proteção da comunidade LGBTQ+ também sofreu profundos cortes orçamentários. A própria indicação do presidente para o cargo de Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (ministério criado para esvaziar as pautas dos direitos humanos e da defesa da mulher), ocorreu dentro da lógica evangélica, com Damares Alves, pastora evangélica. Em seu discurso de posse atacou a diversidade de gênero, defendeu a diferenciação pautada no sexo e deixou claro as inclinações que elegeram o governo.

Já nos Estados Unidos, Donald Trump iniciou seu mandato cortando fundos da *United Nations Population Fund* (UNFPA), entidade responsável por serviços reprodutivos em mais de 150 países no mundo, alegando ser uma instituição que incentiva o aborto, ou faz o chamado aborto coercitivo. Também, sua administração trabalhou para reverter a *Executive Order* do presidente Barack Obama que garantia pagamento igualitário, baseado no gênero, em empresas com mais de 100 funcionários. Ainda, Trump possui, assim como o presidente brasileiro, um dos gabinetes de governo com menor número de mulheres nas últimas administrações. Tal qual no Brasil, houve a censura de determinadas palavras como *fetus*, *evidence-based*, *transgender*, *and diversity*, da *Center for Disease Control and Prevention*. O *Department of Health and Human Services* (HHS) excluiu as palavras *lesbian and bisexual* do site governamental. Houve também a exclusão das palavras *contraception*, *abortion*, e *sex education* dos documentos oficiais. Por fim, o presidente tornou realidade as promessas de campanhas que atacavam os direitos ao aborto seguro e legal, primeiro cortando fundos do programa *Planned Parenthood*, suprimindo verbas para clínicas que realizavam aborto seguro e legal e que faziam aconselhamento reprodutivo, a partir do *Federal Title X*. Por fim, Trump indicou um ministro ao Supremo Tribunal alinhado ao discurso pró-vida, na nítida investida contra *ROE v. WADE*, decisão da década de 70 que garantia o direito ao aborto em todo o Estados Unidos.

Na trajetória de ambos os presidentes desde que tomaram posse em seus respectivos cargos, podemos notar o claro despreço com direitos das mulheres e a sucessiva investida contra instituições e políticas públicas que as protegem. Isso caracteriza um movimento similar em ambos os países em que candidatos populistas de extrema direita capturaram o debate público com campanhas pautadas nos valores da família, em Deus e do “cidadão de bem”. Essa consistência de discurso aproxima ambos os representantes e compreende uma boa parte do cenário de comportamento político no Brasil e Estados Unidos. Governos populistas de direita, principalmente a nova onda que compõe líderes europeus, asiáticos e americanos, aparentemente se incomodam com direitos básicos concedidos as mulheres. Com narrativas pautadas na família, moral e bons costumes, o discurso normalmente empregado por esses líderes dirige suas reclamações e insatisfações contra anticoncepcionais, aborto e a própria liberdade sexual feminina. Ainda, em ambos os casos que aqui avaliamos, os presidentes em questão foram acusados de assédio, seja ele sexual (Trump) ou moral (Bolsonaro), além de inúmeros comentários misóginos, com alto grau de violência, direcionado as mulheres.

6.2 REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES NAS CASAS LEGISLATIVAS

Dadas todas essas considerações, as eleições que trouxeram ao poder líderes populistas em ambos os países, também organizaram o maior acesso de mulheres em toda trajetória política eleitoral dessas nações. Mais precisamente, 2018 foi um ano chave para a conquista de assentos por candidatas femininas no Brasil, alcançando 15% de representação na Câmara Federal, enquanto os Estados Unidos alcançaram 23% na House of Representatives (eleições de meio de mandato). Essa ascensão feminina em conjunto com a similaridade e proximidade da eleição de Jair Bolsonaro e Donald Trump, articula novos questionamentos acerca dos impactos na representação política dos interesses femininos e na lógica institucional. Essas mulheres foram eleitas dentro da narrativa desses candidatos populistas e, portanto, representam valores conservadores aos direitos femininos? Ou, a eleição delas representa uma resposta de parte da sociedade civil, um refluxo articulado contra essas pautas conservadoras que capturaram o debate público e ameaçam as liberdades individuais das mulheres? Essas dúvidas dialogam com a pergunta central desta tese sobre a linearidade do processo representativo. Logo, duas demandas devem ser esclarecidas para respondermos essas colocações.

A primeira questão a ser abordada compreende as distinções de regras eleitorais e desenhos competitivos entre ambas as nações, que levaram a resultados similares. Até 2018, o Brasil utilizou um sistema proporcional, de lista aberta com coligações proporcionais entre os

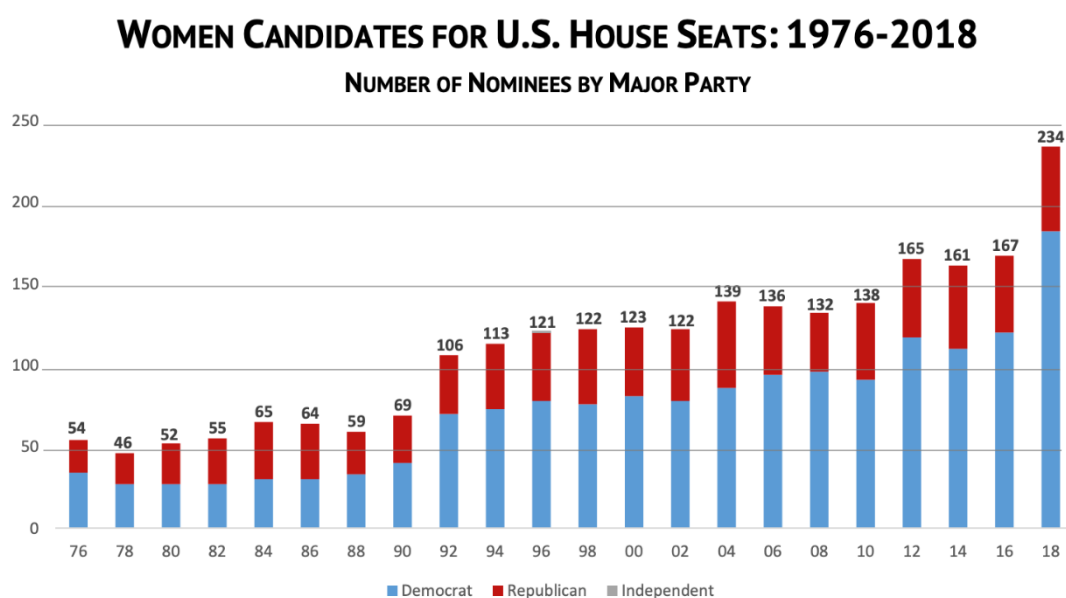
partidos. Esse sistema é indicado pela literatura como um dos mais propícios ao fortalecimento de grupos minorizados na competição eleitoral, uma vez que esses grupos possuem maior chance de alcançarem sucesso em suas candidaturas pelo auxílio dos chamados “puxadores de votos”. O sistema pluripartidário brasileiro, que chegou a contar com 36 partidos políticos ativos em 2018 é fator de grande questionamento entre os especialistas, uma vez que reforça o “presidencialismo de coalizão”, tido por alguns como o vetor da crise política nacional. Nos Estados Unidos, a eleição é distrital majoritária, disputada em distritos eleitorais em que o candidato com maior número de votos é eleito, sendo que o sistema eleitoral estadunidense é dominado por dois partidos, Republicano e Democrata. Seguindo a literatura eleitoral, esse sistema fortalece a governabilidade, todavia, enfraquece a representatividade (ARAÚJO; ALVES, 2007a; PAXTON; HUGHES; PAINTER, 2010; PISCOPO, 2016).

Há, na Ciência Política, uma ampla literatura sobre *coattail effect*, que corresponde a capacidade de um líder popular (candidato a um cargo executivo) atrair voto para outras instancias políticas, tais como os legislativos federais e estaduais e executivos municipais, a partir da sua visibilidade e aprovação pelo eleitorado. Ou seja, em termos simples, o candidato A que concorre ao cargo de presidente, por gozar de grande prestígio, consegue conquistar votos para deputados estaduais e federais de seu partido político ou coligação, como também conseguirá nas eleições municipais o sucesso entre os seus aliados (AMES, 1994; CALVERT; FEREJOHN, 1983; FEREJOHN; CALVERT, 1984; NIEBLER; MARCHETTI; KOZDRON, 2020; SANTOS, 2013). O “Efeito Bolsonaro” e “Efeito Trump”, portanto, podem compreender o eventual *coattail effect* preconizado para os sistemas presidencialistas.

Isto poderia explicar o sucesso legislativo que os candidatos do PSL e partidos políticos agregados tiveram no Brasil, debate realizado no capítulo 2 e 3 deste trabalho. Porém, o mesmo não ocorreu nas eleições a nível federal nos Estados Unidos, mesmo que em 2016 os Republicanos tenham mantido a maioria nas duas casas, os números de cadeiras no legislativo sofreram uma leve retração para deputados (246 para 241). Já em 2018, Trump sofreu uma importante derrota nas eleições legislativas para Casa dos Representantes de meio de mandato, restando somente vitória no Senado. E essa derrota veio acompanhada pelo maior número de mulheres candidatas e eleitas, conforme podemos notar nas Figuras 7 e 8. Em 2016, das 83 mulheres que entraram na House of Representatives, seis (6) se identificavam asiáticas, dezoito (18) como pretas, nove (9) como latinas e cinquenta e uma (51) como brancas. De 2014 para 2016 houve um aumento de dezenove (19) para vinte e duas (22) mulheres nas fileiras republicanas, duas mulheres a mais que no mesmo período no partido Democrata. De 2016 para 2018 o crescimento fica por conta dos Democratas, com sessenta e quatro (64) mulheres (duas

a mais que em 2016), enquanto os Republicanos aumentam para vinte e três (23). Em 2018 é notável o grande aumento de mulheres competindo por uma vaga na casa legislativa baixa, verificando um aumento de 40% de competidoras que não apenas disputaram com a oposição, mas que também travaram batalhas nos quadros internos, em que mulheres disputavam as eleições contra homens mais velhos e pertencentes as elites de seus partidos políticos (CAWP, 2022³⁵).

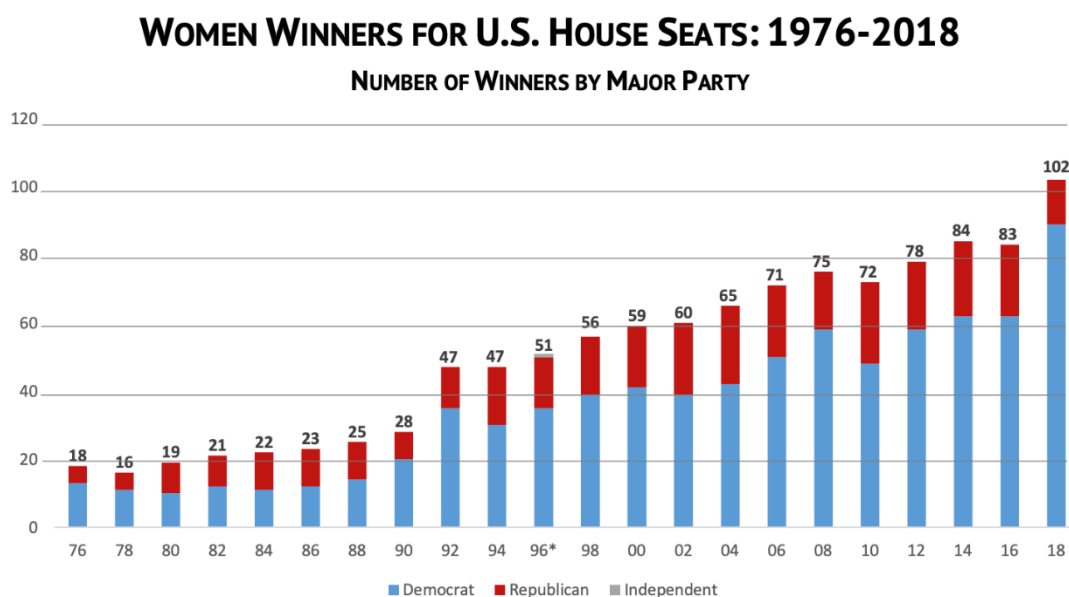
Figura 7: Mulheres Candidatas para a Casa dos Representantes nos Estados Unidos de 1976 a 2018.



Fonte: CAWP (Center for American Women and Politics)

³⁵ Todos os dados sobre mulheres na política estadunidense foram retirados no site CAWP (Center for American Women and Politics), uma iniciativa da Rutgers University. Disponível em: <https://cawp.rutgers.edu>.

Figura 8: Mulheres Vitoriosas Candidatas para a Casa dos Representantes nos Estados Unidos de 1976 a 2018.



Fonte: CAWP (Center for American Women and Politics)

A segunda questão é o processo de introdução de leis por parte dos deputados federais e como isso afeta o processo de representação política. Uma vez que, comumente, propostas legais não estão no cerne do debate sobre legislativo brasileiro, pesquisas que envolvem o estágio inicial do processo desejam compreender quais temáticas estão sendo abordadas no Congresso, ou qual é a lógica prepositiva dos termos legislativos. Isso é importante devido a necessidade de pautarmos séries históricas ligados aos interesses marcantes de determinada temporalidade. Tanto no Brasil, quanto nos Estados Unidos, compreender essa dinâmica entre representante e representado, assim como a lógica em propor projetos de lei voltados ao seu eleitorado, é entender como ocorre a própria representação e visualizar possíveis mudanças pelo tempo.

Estudos sobre agenda legislativa no Brasil se ocupam com o controle do executivo perante os projetos que são aprovados ou recusados nas instancias decisórias. Devido a uma série de estruturas regimentais e da própria organização dos poderes, a figura presidencial dita o ritmo e a produção (aqui articulada nas aprovações). No que tange a relação entre Executivo e Legislativo, o aspecto partidário é predominante, dado que os trabalhos do congresso são ditados pelos líderes partidários e esses podem ou não fazer parte de uma coalizão presidencial. Assim, controlando esses líderes, a presidência tem poder sobre o legislativo. Isso diz muito sobre a predominância do poder de agência do Executivo, mas também da força das elites partidárias e do corpo da mesa diretora para poder articular seus interesses dentro dos trabalhos

legislativos (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; 1997; 1998; PALERMO, 2000). Como a literatura especializada indica, são marcantes as diferenças entre os resultados dos projetos de leis apresentados pelo Executivo e pelo Legislativo. A taxa geral de aprovação dos projetos do executivo é alta, e as taxas de rejeição são raras. Já o oposto se concebe no legislativo (PALERMO, 2000).

Com os atuais percalços ocorridos na política brasileira, tal como o golpe praticado contra a presidenta Dilma Rousseff, esse sistema de controle não foi prejudicado, retornando à normalidade após a ascensão do Vice-Presidente Michel Temer. O Executivo continuou possuindo o poder de decisão atribuído pela Constituição Federal, uma vez que é raro conter as propostas do presidente e a sua instrumentalização para votar as mesmas. Instrumentos tais como emendas parlamentares, que negociam apoio a determinadas pautas em troca de dinheiro para investir em suas localidades eleitorais, fundamentam um processo de organização dos poderes e de estruturação da agenda legislativa.

Com essa explicação, podemos compreender o porquê das propostas legislativas que partem dos Deputados Federais serem menosprezadas em análises na Ciência Política brasileira. A incapacidade da ampla maioria desses congressistas em pautar e conseguir avançar suas propostas em um cenário tão hostil aos seus interesses, relega essa parcela da vida política federal a um mero protocolo de ação: propõe, mas não aprova. Contudo, enganam-se aqueles que não consideram essas matérias relevantes para o debate político.

Já nos Estados Unidos os estudos sobre agenda legislativa e produção dos congressistas possuem sua parcela de relevância. Isso compreende, entre tantos fatores, o fato de que o Congresso possui uma maior liberdade e predominância dessa agência, uma vez que a proposição legislativa é competência específica sua, ficando a cargo do Presidente aprovar ou vetar. É nesse sentido que autores compreendem “(...) em um extremo, o sistema dos Estados Unidos é único porque o presidente não tem poder formal de iniciativa legislativa (...).” (CHEIBUB; PRZEWORSKI; SAIEGH, 2004)³⁶

Entretanto, similaridades ocorrem entre os dois países. As medidas provisórias do presidente brasileiro são similares às Executive Orders do chefe de Estado estadunidense³⁷.

³⁶ Tradução do autor: “At one extreme, the US system is unique in that the president has no formal power of legislative initiative.”

³⁷ Apesar de funcionarem de maneira completamente controlada, em apenas algumas situações específicas, tal como compreende o manual de orientação legislativa fornecido no site da House of Representatives: “An executive order has the power of federal law. Presidents can use executive orders to create committees and organizations. For example, President John F. Kennedy used one to create the Peace Corps. More often, presidents use executive orders to manage federal operations. Congress may try to overturn an executive order by passing a bill that blocks it. But the president can veto that bill. Congress would then need to override that veto to pass the bill. Also, the

Também existe a prerrogativa orçamentária, que ambos os países designam aos seus respectivos líderes e que possui um caráter de controle legislativo. Basicamente, os países operam de maneira similar no que tange o poder de influência do presidente quanto as matérias produzidas no interior do parlamento, contudo, um maior grau de liberdade é possível ser verificado no contexto estadunidense. Entretanto, mesmo esse grau de liberdade não é capaz de diferir em muito ambos os sistemas, já que o bipartidarismo americano acomoda com maior facilidade a estrutura de interesses entre Executivo e Legislativo.

Dessa forma, compreender quais são as propostas legislativas introduzidas e em qual grau elas se relacionam com a população de seus respectivos países compreende um importante foco na análise da produção de políticas públicas, mas também é foco desta tese, como se correspondem com a própria lógica de representação e resposta legislativa. Temos aqui dois sistemas que se aproximam em caráter estrutural, observando uma predominância do Executivo frente ao Legislativo na construção da agenda. Todavia, isso não dissolve a capacidade de ser externado opiniões dos representantes e que seus valores, ideologias e interesses políticos sejam explorados. Enquanto a capacidade de tornar um projeto de lei uma norma jurídica de fato está atrelada a fatores partidários, de controle do capital político e da posição congressual do indivíduo, a mera possibilidade de propor determinada matéria está vinculado, tão somente, aos interesses daqueles que o fazem.

6.3 QUESTÕES DE GÊNERO E PROCESSO REPRESENTATIVO

A partir de todo esse contexto, é visível que há pouquíssimos estudos sobre o papel de mulheres como líderes de movimentos populistas, ou a importância das mesmas na construção desses governos. O populismo possui um discurso profundamente orientado por gênero, seja ele a favor ou contra políticas que envolvam a temática. Ainda, governos populistas não são, em seu conceito, contrários às mulheres (ABI-HASSAM, 2015).

Sahar Abi-Hassan (2015), em capítulo do manual sobre Populismo de Oxford, expõe que a primeira onda populista na América Latina se aproximou das mulheres para obter apoio em troca do sufrágio. Países como Argentina e Brasil tiveram líderes que exploraram a inclusão eleitoral feminina para construir uma base de apoio sólida, expandindo o eleitorado e resguardando sua permanência no poder por meio dele. A segunda onda populista na América

Supreme Court can declare an executive order unconstitutional?”. Disponível em: <https://www.usa.gov/how-laws-are-made>.

Latina, com a ascensão de Hugo Chaves na Venezuela e Evo Morales na Bolívia, foi acompanhada por uma maior participação feminina nas instâncias decisórias e em cargos eletivos. A Argentina, seguindo as premissas inauguradas pelo Peronismo e interrompidas pela ditadura militar, criou um sistema de lista alternada que possibilitou um dos maiores incrementos de mulheres no poder da região. Podemos indicar a forte correlação entre governos populistas na América Latina e avanço dos direitos civis e políticos das mulheres, uma vez que esses governos utilizavam da ausência de tais direitos para provocar apoio de um grupo numeroso e, assim, obter apoio para continuar seus governos.

Porém, mesmo com os avanços em termos de representação de mulheres nas instâncias eletivas, a ocupação de cargos-chaves e decisórios nunca se tornou uma realidade, uma vez que mulheres só ocupavam cadeiras que as relacionavam com o fato de serem mulheres, tais como educação, saúde e alimentação, os chamados *women issues* (DOLAN; SANBONMATSU, 2009; WHITFORD; WILKINS; BALL, 2007). Isso também se repete na produção legislativa desses países, sendo que no Brasil, mulheres estão atreladas às áreas que comumente são relacionadas a elas na sociedade civil, perpetuando um papel de gênero dentro do próprio Congresso Nacional. A questão primordial é que governos populistas latino-americanos do século passado tiveram impacto profundo na construção de instituições que tolerassem as mulheres e, portanto, criaram as condições necessárias para que as lutas democráticas permeassem o debate político.

Nos Estados Unidos, o direito ao voto foi conquistado por meio de manifestações e organização da sociedade civil, composto por mulheres pertencentes à primeira onda do feminismo, encabeçado por Susan B. Anthony, em 1920, com a promulgação da emenda 19 (WOLBRECHT; CORDER, 2020). O processo se iniciou no século passado e passou por diversas transformações e formações de movimentos, articulações e inclusive a fundação de partidos políticos liderados por mulheres brancas (FLEXNER; FITZPATRICK, 1996). Essa última informação é fundamental para compreender uma das principais clivagens estadunidenses, qual seja, a cor, visto que o sufrágio de mulheres pretas só foi devidamente assegurado em 1965, com a passagem da lei do Direito ao Voto. Esse processo violento de indeferimento do direito ao voto a essa parcela da população estadunidense era operado a partir de taxas de votação, que criavam obstáculos econômicos à população negra, requisitos educacionais ou de caráter (ser veterano de guerra e afins), leis de seleção de votos válidos de forma subjetiva e que excluía os votos não-brancos e outros mecanismos similares de exclusão que perduraram até a década de 60 (VALELLY, 2009). Assim, os Estados Unidos não haviam experimentado, até 2016, nenhuma lógica populista vitoriosa no comando da nação

(LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). Contudo, é um país marcado por diversos obstáculos legais e culturais contra os grupos minorizados.

Desse modo, ambos os países ao efetivarem uma mudança política para uma lógica populista, deveriam perceber mudanças em suas instituições e no fazer político dentro delas. No foco deste trabalho, o intuito é observar a mudança (se houve) na proposição de questões sobre gênero, por parte dos parlamentares, em uma perspectiva comparada, para que possamos visualizar qual impacto nessa agenda legislativa, finalizando assim a pesquisa sobre o processo representativo de mulheres no Brasil, em contraponto com os Estados Unidos.

É a partir dessa premissa que uma grande gama de trabalhos nos últimos anos, principalmente internacionais, buscam identificar se há uma relação positiva entre o aumento de mulheres nas instancias representativas e um crescimento nas propostas que tratam sobre questões que se referem a essas na sociedade civil (ERICKSON, 1997; MANSBRIDGE, 1999; TREMBLAY, 2006). As matérias das quais discorreremos aqui são chamadas na literatura internacional de “*women issues*”, sendo, contudo, problematizadas por essa nomenclatura. Isso porque, esse conceito está ligado ao caráter social das propostas políticas, sendo aqueles referentes ao cuidado e a questões diretamente femininas e feministas. Entre os principais temas, temos: saúde sexual e reprodutiva da mulher, licença maternidade/paternidade, violência doméstica, equidade salarial, direitos de família em geral, políticas de bem-estar, políticas de cuidado e educação (HERRNSON; LAY; STOKES, 2003).

Portanto, a escolha do conceito a ser utilizado como categoria de análise dos projetos de lei que compreende esse universo de temas aqui discutidos é de profunda importância, na busca de não alimentar ainda mais o contexto de desigualdade de gênero. Há autoras que usam o termo “domínio das mulheres” em contraposição com o “domínio dos homens”, outras categorizam em “assuntos femininos” e “assuntos feministas”, e também é comum o uso de “questões estratégicas de gênero”. Deste modo, neste capítulo optamos por utilizar o conceito de “*questões de gênero*”, reforçando este debate sobre a crítica aos termos, assumindo que todos os assuntos legislativos são igualmente concernentes às mulheres, mas que socialmente, os que acima foram indicados, são injustamente (e conscientemente) relacionados à posição da mulher na política e reforçados no interior da casa legislativa.

As críticas sobre o uso deste conceito dizem respeito a lógica adotada pelo mainstream da Ciência Política em que gênero funciona dentro de um vácuo conceitual que cria uma falsa dicotomia entre assuntos de mulheres e outros assuntos. Pois bem, todos os assuntos políticos são, também, assuntos de mulheres, visto que eles as impactam igualmente, ou até mesmo com maior intensidade. Aqui temos a mesma lógica de campo político que produz exclusões

descritas por Bourdieu. Ao categorizarmos toda uma lógica propositiva como “assuntos de mulher” perdemos uma dimensão analítica fundamental, qual seja, a presença e atuação dos homens frente a interesses que, socialmente e por estrutura associativa vinculada a preceitos sociais fundamentados no patriarcalismo, são associadas as mulheres.

Isso ocorre, como exemplo, em pesquisa sobre o parlamento canadense, Tremblay (TREMBLAY, 1998) busca compreender se o aumento de mulheres ao longo dos anos trouxe mudança significativa no debate sobre questões femininas. Este estudo mostra uma percepção de que deputadas no parlamento nacional canadense estão mais ligadas a “*women issues*” que os homens, e que um maior número delas nas cadeiras poderia significar um aumento no debate sobre políticas públicas para mulheres. Na esteira do argumento das teorias representativas em que todos os cidadãos deveriam ser representados, o ingresso de mulheres no contexto político é uma forma de legitimar o sistema democrático adotado pelo país. A representação efetiva de mais mulheres em instancias políticas e decisórias não tem a ver somente com questões simbólicas, mas principalmente na mudança de atitude e comportamento dos homens na política. Aliado ao aumento de mulheres na política de ambos os países desde 2016, fundamentado com todo o direcionamento construído até aqui neste trabalho, passamos a investigar essas questões de gênero e o impacto do populismo de direita sobre elas.

6.4 ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS

Analizamos as propostas de lei (Projeto de Lei no Brasil e Bills nos Estados Unidos) introduzidas ao longo de 16 anos, buscando compreender como ambos os países se comportaram nesse painel histórico sobre gênero. O recorte temporal se justifica por ambos os países passarem por mudanças importantes no cenário político e na ordem estrutural. No Brasil, o primeiro presidente de esquerda pós redemocratização assumia o poder em 2003, pertencente ao Partido dos Trabalhadores, expondo a onda progressista e operária que tomava conta da América Latina. Já nos Estados Unidos no mesmo ano, a 108 legislação tomava posse depois dos eventos do 11 de setembro de 2001, com fortalecimento dos republicanos em resposta ao crescimento da popularidade do então presidente George W. Bush. Em um contexto mundial de transformações nas relações políticas e econômicas, o processo de representação política apresenta modificações fundamentais que devem ser analisadas para compreendermos como sucessivas mudanças impactaram a agenda sobre questões de gênero. A partir dessa trajetória, buscamos observar como as sucessivas eleições modificaram o cenário eleitoral para as mulheres, no que tange a produção legislativa em prol das mulheres na sociedade civil.

Nossa análise vai apenas até 2019, primeiro ano de ambas as legislaturas que se iniciavam, por motivos semelhantes. Primeiro, tomamos essa decisão a fim de poder compreender a mudança imediata que possivelmente ocorrera em razão do “Ano da Mulher³⁸” em ambas eleições, com maior número de candidatas novas entrando no parlamento e assim afastadas das regras tradicionais do jogo político. E em segundo, porque os eventos encadeados após a pandemia de COVID-19 capturaram o debate legislativo dentro de um espectro muito específico, merecendo um devido estudo singularizado para o ano de 2020 e adiante, na busca de analisar como agiram os deputados e deputadas para com as mulheres da sociedade civil, quanto a tratativa de assuntos voltados a defesa das mesmas. Desse modo, iniciamos a pesquisa nos anos 2003, primeiro ano das duas legislaturas em ambos os países, e finalizamos em 2019, no primeiro ano das últimas, respectivamente.

Os dados sobre as propostas foram coletados em seus respectivos repositórios governamentais. Os dados brasileiros são articulados dentro de uma estrutura que contém o nome dos deputados que propuseram, o número da legislação, o domínio na internet para maiores informações, o partido político do autor, data da introdução, situação de trâmite e ementa. Em relação aos dados demográficos dos deputados federais, a variável cor/raça só se tornou obrigatória a partir das eleições municipais de 2012 no Brasil, portanto, apenas os deputados de 2014 e 2018 possuem essa autodeclaração. Contamos também com as variáveis de partidos políticos e gênero e articulamos uma tipologia dicotômica em relação a primeira.

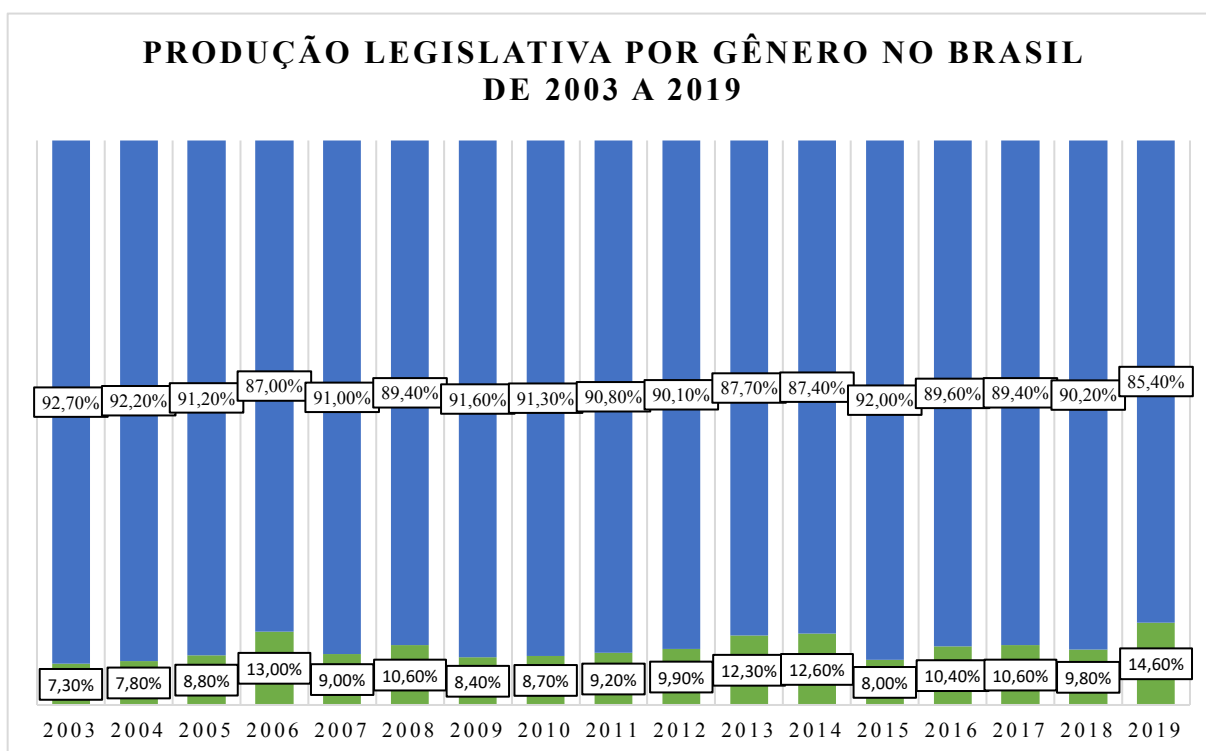
Os dados estadunidenses possuem uma estrutura similar aos brasileiros, uma vez que indicam o número da legislação, o autor, o número de deputados que apoiam, a ementa, datas de introdução e outras e situação de tramitação. Algumas propostas estavam corrompidas ou desorganizadas, portanto, foram adequadas ou excluídas (randômico). O sistema também possui filtros de temáticas. Em relação aos dados demográficos, coletamos a informação sobre partido político e gênero. Ao todo, nos dois países, temos 5 legislaturas no Brasil e 9 nos Estados Unidos, visto as diferentes regras eleitorais dos países.

Na descrição dos dados dos gráficos 11 e 12, podemos notar o crescimento de proposta de mulheres ao longo dos anos nos Estados Unidos, seguindo a lógica do crescimento na ocupação de cadeiras pelas mesmas. Em 2003, 14,9% das propostas eram feitas por mulheres, já em 2019 elas perfazem 27,9%, um aumento de 13%. A média de propostas por mulher em 2003 era de 8,58, já em 2019 foi de 14,9, ou seja, o número de proposições se manteve estável

³⁸ “Year of Women” é um conceito criado pela mídia estadunidense para indicar quando ocorre número expressivo de entrada de mulheres na política. Os EUA tiveram alguns importantes anos, enquanto o Brasil teve somente dois, em 1998 e em 2018.

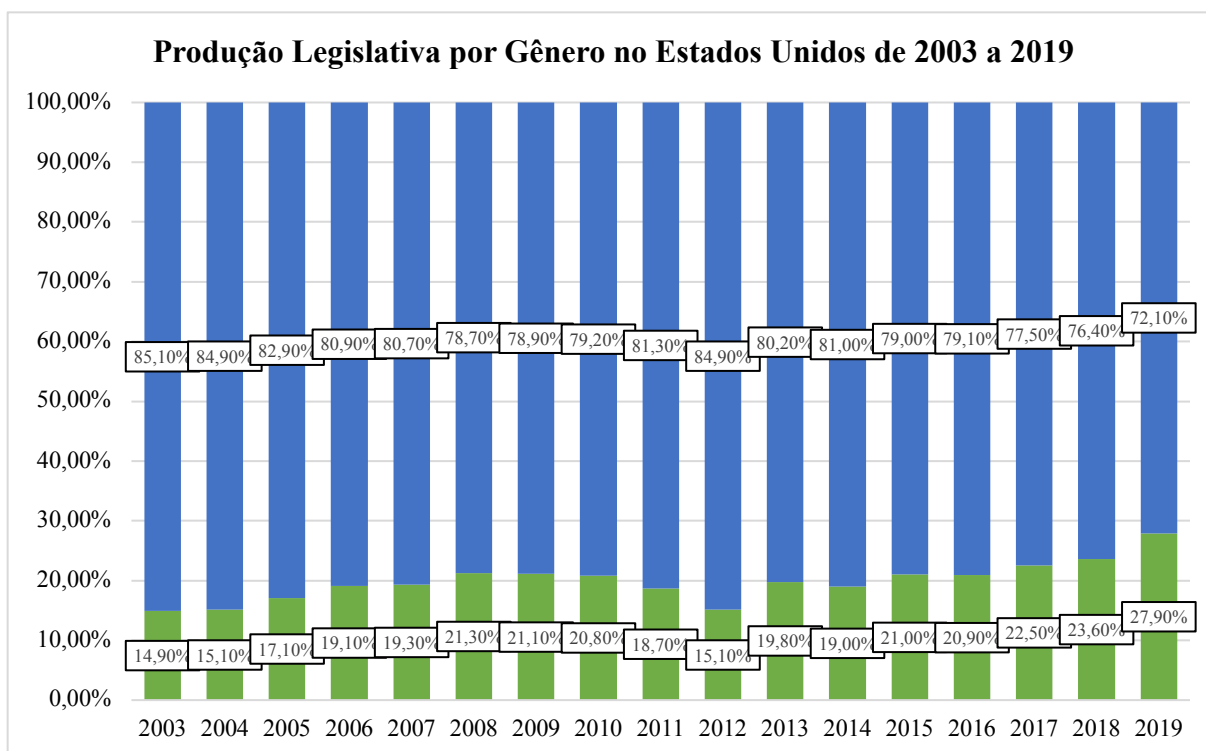
na proporção de mulheres no parlamento. No Brasil, em 2003 temos 7,3% das propostas introduzidas por mulheres, enquanto em 2019 observamos 14,6%. A média do primeiro ano analisado para mulheres é de 4,64, enquanto 2019 é 9,12, indicando também a devida proporção entre aumento de mulheres na Câmara Federal e quantidade de propostas. Ao todo foram 36.801 projetos de lei no Brasil e 55.004 nos Estados Unidos, entre 2003 a 2019.

Gráfico 11: Produção de Leis por Ano e Gênero no Brasil



Legenda: Verde representa as mulheres e azul os homens.
Fonte: Repositório da Câmara Federal. Gráfico feito pelo Autor.

Gráfico 12: Produção de Leis por Ano e Gênero nos Estados Unidos



Legenda: Verde representa as mulheres e azul os homens.

Fonte: Repositório da House of Representatives. Gráfico feito pelo Autor.

A partir desse banco de dados, classificamos os projetos de lei como “questões de gênero”, identificando nas ementas palavras chaves que remetiam a essa lógica prepositiva. No Brasil foram encontradas 649 propostas e nos Estados Unidos 536, ao longo dos 16 anos analisados que se encaixavam nas seguintes palavras: Mulher/Mulheres, Maternidade, Gestante, Mãe/Mães, Violência Sexual, Violência Doméstica, Feminina/Femininas, Aborto e Gênero. Essas palavras foram escolhidas dentre uma lógica relacional em que, por sofrerem ou estarem intimamente ligadas por esses problemas ou situações, mulheres deputadas tenderiam a utilizar essas plataformas para se comunicarem com seus eleitores na perspectiva de afirmar representatividade. A respectiva técnica de identificação é uma adaptação do trabalho de Susan Franceschet e Jennifer Piscopo (FRANCESCHET; PISCOPO, 2008), onde ambas analisam as propostas de gênero na Argentina. Essa abordagem possui suas limitações³⁹ e provavelmente alguns projetos foram preteridos na análise feita nesse capítulo, mas serve para visualizar o quadro geral do período analisado.

³⁹ A escolha de palavras nunca será suficiente para abarcar todas as questões sobre gênero, uma vez que essas questões podem ser formuladas de outras maneiras que saiam do aspecto gramatical adotado pelo pesquisador. Contudo, devido o grande número de propostas a serem analisadas e a necessidade de se optar por uma forma mais prática de coleta e análise de dados, a técnica de identificação usada aqui foi considerada a mais adequada.

Temos, desse modo, na Tabela 17 as Palavras-Chave buscadas no repositório de projetos de lei da Câmara Federal, de 2003 a 2019, em que foram identificados a maior proporção na palavra mulher/mulheres, seguidos de violência doméstica e gestante.

Tabela 17: Palavras-Chave buscadas nos Repositórios de Projetos de Lei (PL) na Câmara Federal do Brasil de 2003 a 2019

Palavra-Chave	N	%
Aborto	19	2,93%
Assédio Sexual	9	1,39%
Femininas	3	0,46%
Gênero	47	7,24%
Gestante	90	13,87%
Mãe/Maternidade	42	6,47%
Mulher/Mulheres	311	47,92%
Violência Doméstica	108	16,64%
Violência Sexual	20	3,08%
Total	649	100,00%

Fonte: Repositório da Câmara Federal.

Tabela 18: Palavras-Chave buscadas nos Repositórios de Projetos de Lei (Bill) na House of Representatives dos Estados Unidos de 2003 a 2019

Palavra-Chave	N	%
Abortion	54	10,07%
Domestic Violence	35	6,53%
Feminine	4	0,75%
Gender	27	5,04%
Mother/Motherhood	27	5,04%
Sexual Assault	39	7,28%
Sexual Violence	13	2,43%
Woman/Women	337	62,87%
Total	536	100,00%

Fonte: Repositório da House of Representatives.

Mulher/Mulheres, violência doméstica e gestantes fazem parte de uma estrutura de proposições extremamente ampla, que se solidificam nas áreas do cuidado. Podemos estabelecer com esse paralelo que as três áreas aproximam ambos os países e as pautas sobre gênero tratadas no Brasil e Estados Unidos obedecem a uma percepção internacional dos principais problemas enfrentados por mulheres e percebidos pelas suas constituintes. Na seção seguinte iremos desvendar quais as características constitutivas desses dados.

6.5 AGENDA LEGISLATIVA, REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA E QUALIDADE DEMOCRÁTICA

No Gráfico 13 temos as propostas sobre mulheres distribuídas por espectro ideológico e gênero no Brasil. Podemos retirar desse gráfico indicações suficientes que nos mostram que: 1) mais mulheres no parlamento compreende mais propostas voltadas para elas; 2) mulheres de esquerda, historicamente, produziram mais que as demais mulheres dos outros espectros em relação ao seu próprio grupo; 3) em 2019 houve um aumento expressivo nas propostas voltadas a esse público, principalmente por conta do alto número de projetos introduzido por homens de direita. Uma indução simples desses dados é que, a presença massiva de homens frente a mulheres no parlamento causaria o predomínio daqueles frente a essas. Todavia, a diferença não chega a ser tão forte e mesmo com uma quantidade pífia de representação feminina, mulheres perfilam lado a lado como as principais responsáveis pelas proposições que as represente.

O primeiro ponto compreende uma estrutura que perpassa tanto a representação descritiva, em que mais mulheres eleitas correspondem a mais propostas que abrangem as mesmas, como também uma lógica de contágio, ou seja, o acréscimo de mulheres na Câmara Federal gera uma responsabilidade social entre os membros, traduzindo uma maior necessidade de vocalizar os interesses femininos em políticas públicas. De 2013 até 2019, o número total de propostas saltou de 38 para 164, sendo que a média até 2013 eram de 22,1 e depois, de 67,6. Os últimos 6 anos dessa análise nos mostram uma maior preocupação com políticas públicas voltadas para mulheres tanto por parte delas, quanto pelos homens.

O segundo ponto compreende a predominância de mulheres da esquerda em propor questões estratégicas em comparação com as outras dos demais espectros políticos. Isso vai ao encontro de debates sobre o pioneirismo da esquerda no debate identitário. A esquerda, de modo geral, dominou por anos a lógica de propostas estratégicas no debate público. No Brasil, conforme observamos anteriormente, o PT, PSB, PCdoB foram responsáveis dentro desse espectro político de arregimentar mais cadeiras para candidatas femininas ao longo das últimas 5 eleições. O centro também articulou diversas candidaturas de sucesso que levaram mulheres a Câmara Federal. A direita foi responsável por uma pequena parcela dessas cadeiras no período observado, mas passou a conjugar mais aspectos desta agenda em sua plataforma.

Por fim, o terceiro ponto indica que em 2019 houve um aumento expressivo de propostas voltadas às mulheres. Contudo, as eleições de 2018 trouxeram uma onda de conservadorismo puxado pelo apoio ao presidente eleito e seu partido político, o PSL. Portanto, grupos extremistas profundamente reacionários acionaram propostas que compunham suas orientações

para as mulheres. O próprio acréscimo do número de mulheres na Câmara Federal decorreu por conta da captura do partido de Jair Bolsonaro das pautas conservadoras de mulheres religiosas ou pertencentes a agendas do campo moral.

A partir dessa estratégia, pautas como a defesa da vida (contra o aborto), movimentos contrários ao ensino de gênero nas escolas, grupos contrários às conquistas de direitos civis LGBTQ+, enfim, uma sorte de identidades conservadoras que encontraram respaldo na narrativa populista de direita nas eleições de 2018. Apenas o PSL elegeu 9 mulheres nas eleições de 2018, entre elas mulheres que se definem como “conservadora, cristã, mãe e patriota”, que encabeçam medidas como a Escola Sem Partido, a criminalização do aborto em todos os casos (inclusive estupro e quando há risco de óbito materno), armamento da população, ensino religioso nas escolas, pena de morte e assim por diante, numa profusão de valores antagônicos aos grupos de esquerda.

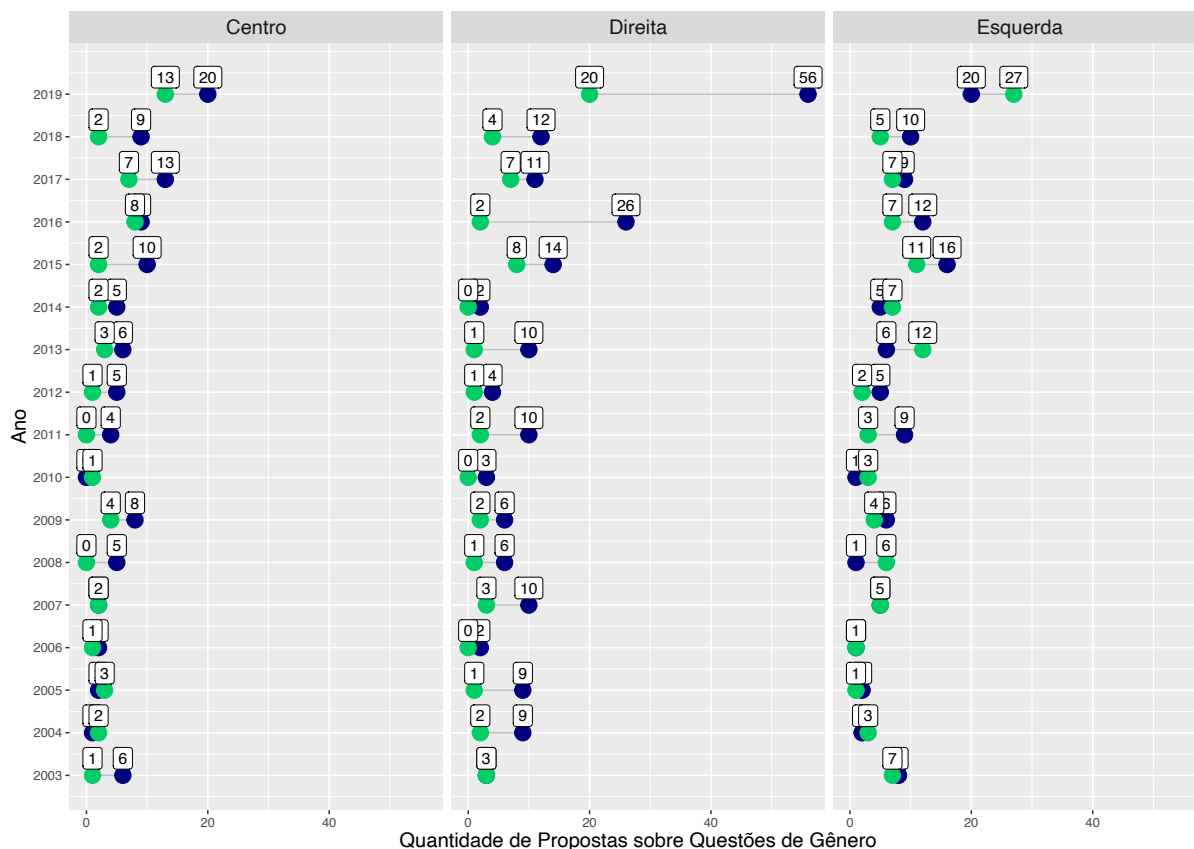
Tendo em vista os três pontos aqui abordados, podemos sugerir que as eleições de 2018, juntamente com a ascensão e sucessiva vitória do presidente Jair Bolsonaro em um pleito cercado de Fake News e profundamente marcado pelo ódio às minorias sociais, teve dois impactos na produção legislativa do Brasil sobre mulheres. O primeiro diz respeito ao fortalecimento do tema por parte dos deputados federais, uma vez que há incontestável aumento no número de projetos de leis introduzidos no primeiro ano legislativo. Isso ocorre devido a própria guerra cultural que envolveu o processo eleitoral e que acompanha o cenário mundial, uma vez que questões identitárias são postas como antagônicas a questões econômicas e são eleitas como pontos críticos em governos que representam os “outros” ou a elite política, sendo assim utilizados como munição pelos populistas de direita.

O segundo ponto diz respeito à dominância de deputados homens de direita na produção de projetos com a temática sobre gênero, um dado que é visivelmente singular, dado o contexto analisado temporalmente. O predomínio da introdução dessas leis pode compreender o fortalecimento da narrativa conservadora dentro da Câmara Federal, reforçada pelo discurso bolsonarista e articulado por bases calcadas nas premissas de “cidadão de bem”, cristão que defende os morais e bons costumes da família tradicional brasileira, um apanhado de palavras que indicam a ressonância das eleições de 2018 e da vitória do populismo de direita na construção de políticas públicas no Brasil.

O populismo de direita, então, se encontra atrelado às propostas de candidatos que foram eleitos dentro dessa pauta na Câmara Federal brasileira. Compreendendo que o aumento de mulheres nas cadeiras do parlamento se deve, principalmente, pelo sucesso eleitoral de uma estratégia do PSL e demais partidos de Direita voltada para a captura da pauta feminina nas

campanhas de 2018, entendemos, assim, que o aumento de propostas sobre mulheres pode estar relacionado ao discurso populista de direita, contra as liberdades individuais e a favor da moralidade cristã, capturada por homens desses partidos.

Gráfico 13: Agenda Genereficada Introduzida no Brasil por Ideologia e Gênero de 2003 a 2019



Nota: azul escuro para homens e verde claro para mulheres
Fonte: Repositório da Câmara Federal. Gráfico feito pelo Autor.

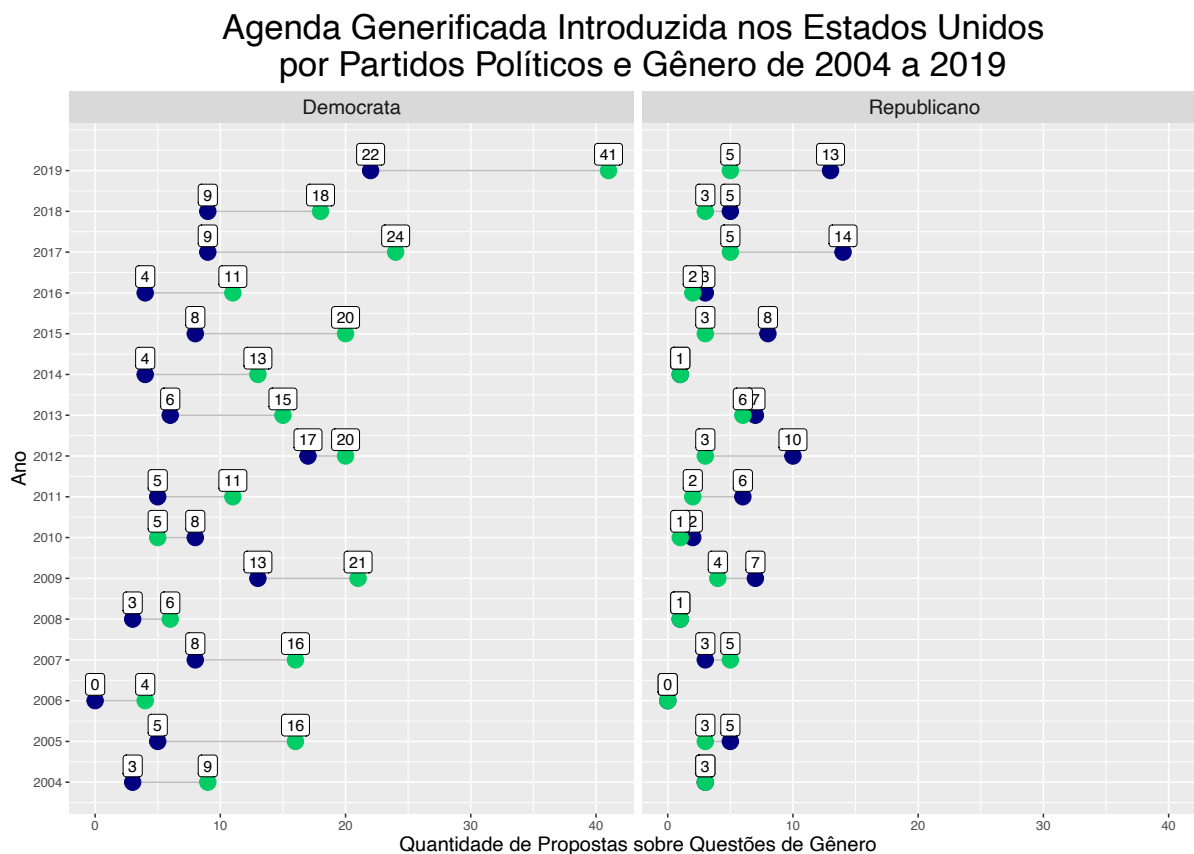
O Gráfico 14 nos mostra a situação do mesmo período nos Estados Unidos, onde podemos enxergar uma tendência distinta do Brasil, em que mulheres Democratas são responsáveis, historicamente, pelas propostas que versam sobre o respectivo assunto. Ao compararmos os anos, é nítido que os Democratas em geral são muito mais atentos a essas questões do que os Republicanos, e mesmo que nos últimos anos tenha ocorrido um aumento de propostas com esse intuito, o acréscimo foi encabeçado pelos membros democratas. Contudo, devemos fazer as devidas proporções, uma vez que existem menos mulheres nas fileiras Republicanas, entretanto, isso ainda corrobora a perspectiva de que mais mulheres importam frontalmente no aumento de projetos de leis com a tratativa em questão.

A intrincada relação entre gênero, identidade e representação é profundamente expressa nas produções legislativas dos Democratas. Em todo o período analisado é possível notar que as mulheres desse partido sempre estiveram a frente da agenda sobre questões de gênero. Em 2019, ano com maior ênfase deste tema, mulheres Democratas propuseram 41 projetos, mais que todos os outros reunidos, homens Democratas e Republicanos e mulheres Republicanas.

Podemos observar, também, que 2017 (primeiro ano da 115 legislatura) e 2019 (primeiro ano da 116 legislatura) foram os anos com maior número de introdução de leis sobre mulheres nos últimos 16 anos. Seguindo a lógica do “Ano das Mulheres” que sucessivamente operou nessas duas eleições, nominando e elegendo um número recorde de candidatas femininas para os cargos eletivos e, também, contando com uma candidata mulher na corrida presidencial que venceu o voto popular (entretanto, perdeu no sistema de delegados), os parlamentares estadunidenses propuseram com maior intensidade pautas que relacionassem as mulheres a agenda legislativa. Contudo, mulheres republicanas continuam a mostrar números abaixo do esperado, mesmo nos anos destacados, enquanto homens republicanos não romperam o teto de propostas alcançado em 2017 (que como podemos notar, não possuiu maior expressividade em relação aos anos anteriores).

Desses dados, podemos tirar duas conclusões: 1) nos Estados Unidos, diferentemente do Brasil, mulheres são agentes chaves na proposição das respectivas matérias, e; 2) Os Democratas controlam essas proposições e são, de longe, o partido com maior interesse nessas pautas. O primeiro ponto pode indicar que a própria estrutura institucional crie um maior incentivo para que mulheres se comuniquem com seus eleitores, de maneira mais direta, por conta do modelo eleitoral estadunidense. Por ter uma característica que aproxima o eleito do eleitorado, a responsividade é mais direta que no Brasil, com seu sistema proporcional de coligações e, portanto, exige que a representação seja concebida em termos mais substanciais. Logo, mulheres agiriam para resguardar os interesses de suas bases. Mulheres democratas, principalmente nos últimos anos, se engajaram em uma série de movimentos que impulsionaram suas agendas eleitorais para questões mais sensíveis as comunidades femininas, LGBTQ+, latinas, negras e hispânicas.

Gráfico 14: Agenda Generificada Introduzida nos Estados Unidos por Partido Político e Gênero de 2003 a 2019



Nota: azul escuro para homens e verde claro para mulheres
Fonte: Repositório da House of Representatives. Gráfico feito pelo Autor

6.6 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: IMPACTOS E BALANÇO

Desses dados podemos inferir algumas colocações fundamentais para esta tese. A primeira é que os arranjos institucionais e sociais do Brasil e Estados Unidos levaram a impactos distintos na lógica de reprodução da narrativa populista na agenda legislativa sobre questões de gênero. Mesmo em sistemas presidencialistas com certo nível de poder na agenda legislativa, os incentivos institucionais brasileiros e sua fragmentação partidária levaram ao aparecimento de um personagem caricato, em uma agremiação pequena, com pouquíssima expressão nacional, mas que por circunstâncias do momento que passávamos, chegou a presidência e estruturou a segunda maior bancada, trazendo uma onda conservadora de mulheres eleitas a partir de discursos fundamentados contra questões de gênero.

Nos Estados Unidos, pelos dados observados e a partir da construção realizada nesse capítulo, a reação no legislativo foi no sentido de proteger os grupos minorizados dos arroubos autoritários do presidente Donald Trump. Isto porque, ao olharmos os anos subsequentes as eleições, ou seja, o ano de posse dos parlamentares, podemos indicar um sucessivo aumento do

interesse de Democratas, sejam elas mulheres ou homens, na propositura de questões de gênero, a partir de 2017, primeiro ano do mandato presidencial e da turma de parlamentares eleitos no ano anterior. O impacto aqui foi no sentido contrário ao do Brasil.

É fundamental ressaltar que não podemos indicar, sem maiores estudos, se as propostas realizadas pela Direita no Brasil e pelos Republicanos nos Estados Unidos são, necessariamente, negativas para as mulheres. Somente que, a partir da eleição de Trump e Bolsonaro, a Direita no Brasil começou, em um rompante singular, a propor mais matérias com esse teor, no sentido das campanhas extremamente antagônicas a questões de gênero nas eleições de 2018 e que os Democratas nos Estados Unidos reagiram da mesma forma. Estudos sobre o teor dessas propostas serão fundamentais para contribuir ainda mais com o entendimento construído aqui, qual seja, que a ascensão populista produziu efeitos diversos no Brasil e nos Estados Unidos, provavelmente relacionado ao design institucional e a resposta cultural desses países.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta tese, buscamos compreender o processo de representação política das mulheres no Brasil, construindo uma sucessão de considerações, debates e testes de hipóteses para trabalhar o argumento original da pesquisa, qual seja, que a representação política feminina não é linear e os mecanismos que a circundam geraram uma situação de alarmante perigo em relação à produção legislativa dos últimos anos analisados, com um forte crescimento de perspectivas contrárias aos direitos das minorias sociais, principalmente o grupo estudado nestas páginas.

A pesquisa tem como escopo fazer uma análise de parcelas do processo representativo, iniciando com a disputa eleitoral e variados fatores que articulam obstáculos para a representação feminina, passando pela identificação do perfil das mulheres que conseguem o sucesso eleitoral, analisando as propostas legislativas de forma quantitativa e qualitativa, por fim, buscamos analisar o impacto democrático na agenda legislativa, no que tange a abordagem de questões envolvendo diretamente as mulheres, de forma comparada entre Brasil e Estados Unidos da América, após a ascensão de líderes populistas de extrema-direita.

O intuito é, para além de diagnosticar a sub-representação feminina e o processo desigual que opera entre as deputadas e deputados federais, compreender como a representação descritiva opera quando levamos em consideração a dimensão de gênero na disputa e trabalhos congressuais e como a mudança na lógica democrática a partir da captura do Estado por representantes contrários as pautas identitárias de grupos minorizados incide na produção legislativa.

É importante ressaltar a relação entre todos os capítulos, formando um processo de análise da representação política da mulher no Brasil. Os estudos realizados sobre o tema, conforme observamos anteriormente, atomizam o exame das imbricadas relações de representatividade. O diferencial desta tese reside justamente na abordagem conjunta de diversas técnicas de pesquisa e do diálogo dessas na construção do entendimento sobre representação, instituições e gênero. As lacunas preenchidas aqui, dessa forma, são expressas de duas formas: 1) uma abordagem teórica inovadora a partir do Institucionalismo Feminista que observa a lógica institucional a partir do gênero e analisando a representação política como um processo que encadeia diversas etapas da atuação política, e; 2) com a complementação e atualização de diversas pesquisas nacionais que buscaram desvendar como as desigualdades impactam a representação feminina no Brasil.

Na introdução, apresentamos o desenho de pesquisa, debatemos nossas perguntas, objetivos e hipóteses, discutindo conceitos fundamentais para este trabalho, tais como representação substantiva e descritiva, representação como processo e a importância da presença de grupos minorizados em instâncias eletivas.

Na segunda sessão debatemos as bases teóricas deste trabalho, articulando a compreensão do Institucionalismo Feminista, uma vertente que conjuga diferentes abordagens das Escolas Institucionalistas tradicionais a fim de desvendar as implicações do gênero no interior das instituições políticas. Alicerçado a uma crítica aos estudos da área, essa abordagem auxiliou ao longo da tese a construção das estruturas pelas quais busquei responder à pergunta principal e sustentar a argumentação sobre o processo representativo das mulheres no Brasil. Também discutimos e analisamos o atual Estado da Arte no Brasil sobre representação política e a presença de mulheres na política.

Na seção três reunimos um compêndio dos dados eleitorais de 2002 a 2018, tais como gênero, cor, patrimônio, financiamento eleitoral, região e idade, além de aproximações realizadas pelo autor que dão conta da classe social e espectro ideológico do partido político ao qual a candidata pertence. Tanto homens como mulheres foram submetidos aos testes estatísticos de regressão probabilística a fim de averiguar os obstáculos do sistema eleitoral frente o acesso representativo de mulheres. Essa etapa fornece considerações fundamentais para iniciarmos a investigação empírica do nosso objeto, considerando o primeiro passo dessas mulheres dentro das vias institucionais, dando conta das considerações teóricas sobre partidos políticos, recrutamento de candidatas e processo eleitoral. O objetivo foi analisar os obstáculos institucionais na competição eleitoral. Conforme retomado pela bibliografia, partidos políticos e características diversas podem interferir na lógica eleitoral e produzir efeitos desiguais entre os gêneros. Apesar do baixo impacto da variável gênero nos modelos estatísticos analisados, outras dimensões como incumbência e financiamento de campanha foram profundamente relevantes, indicando que a sub-representação de mulheres podem estar ligadas a questões em que historicamente elas são prejudicadas, por causa das estruturas de exclusão que impedem o acúmulo de capital político e econômico dentro e fora dos partidos políticos.

No quarto capítulo as biografias das deputadas federais foram analisadas, utilizando dados do CPDOC – FGV, artigos jornalísticos e matérias disponíveis em sites pessoais, para realizar uma categorização em 7 tipos diferentes de trajetórias, quais sejam: administrativa, familiar, religiosa, movimentos sociais, movimentos estudantis, mídia e sindicalismo. A partir desse levantamento, foi articulado três variáveis institucionais (reeleição, ocupação em comissões e lideranças na Câmara Federal) e cruzadas as informações sobre os tipos e a posição

em razão dessas estruturas internas do parlamento, a partir de uma técnica de Análise de Correspondência Múltipla. Os achados indicam que deputadas ligadas ao capital familiar e a estruturas administrativas são a maioria das eleitas, sendo que as mesmas possuem maior facilidade e permeabilidade dentro destas instituições.

No capítulo cinco foi analisado as diferenças entre mulheres e homens no processo de introdução de leis na Câmara Federal, assim como a inclinação legislativa dos tipos levantados no capítulo 4. Identificamos uma tendência da literatura nos dados coletados, qual seja, a concentração maior de mulheres na agenda do cuidado. Todavia, há um notável crescimento da presença delas em áreas comumente relacionada aos homens, e isso pode ser um importante indicativo de fortalecimento de perspectivas femininas a partir do crescimento do número de mulheres nas instituições políticas, seja de forma quantitativa, ou qualitativa pelas posições ocupadas em cargos de liderança.

Por fim, procedemos uma análise comparativa entre Brasil e Estados Unidos, de 2003 até 2019 no capítulo seis, analisando a agenda legislativa de ambos os países, incluindo homens e mulheres, a fim de estabelecer se houve alguma mudança em relação à proposição de matérias legislativas sobre mulheres, buscando observar o impacto de mudanças antidemocráticas do executivo na produção do legislativo. Essa etapa finaliza nossa investigação, estabelecendo pressupostos importantes para o entendimento do processo da representação política da mulher no Brasil e o impacto de um governo populista de extrema direita na agenda desse grupo. Em suma, esta tese argumenta que a representação feminina no Brasil encontra dificuldade em se efetivar pelas mãos das deputadas eleitas, por conta de obstáculos institucionais de acesso e de efetivação política. Por outro lado, governos populistas de extrema direita tem impacto positivo no número de mulheres que conseguem alcançar o acesso representativo, mas não necessariamente na qualidade legislativa das mesmas, a depender do arranjo institucional, visto que no Brasil houve um impacto negativo e nos EUA um impacto positivo. Essas são as teses que sustentei ao longo deste trabalho, após as análises das leituras e dados realizados.

É compreensível, porém, que ao adotarmos uma abordagem positivista, que lança mão de dados para operacionalizar variáveis em contextos estatísticos, que reduções teóricas sejam necessárias para viabilizarmos determinadas análises. Tendo em vista que uma boa parte dos estudos feministas na Ciência Política do século passado são de caráter pós-positivista, a virada behaviorista e o uso de ferramentas econométricas para criar modelos de análise mais avançadas do ponto de vista do comportamento humano quantificável, submeteram o conceito de gênero e suas subjacências a uma redução preocupante, conforme já discutido no primeiro capítulo.

Contudo, o uso de associações mais detalhadas, métodos mistos e uma busca por parte de autoras feministas da disciplina em adequar suas pesquisas a esta nova fase, pavimentou caminhos para adotarmos abordagens positivistas, sem, contudo, perdemos tanto a essência complexa dos debates sobre gênero.

A partir dessas considerações, gostaria de pontuar os obstáculos e limites desta tese. Em primeiro lugar, a escassez ou deficiência de dados sobre cor, patrimônio e uma preocupação mais substancial com a história das parlamentares ofereceu grandes desafios para a pesquisa, fazendo que fosse adotado percursos alternativos para a aproximação da realidade. Políticas de levantamento e proteção da memória e dos dados institucionais devem ser efetivadas para que nós, pesquisadores nacionais, tenhamos condições melhores de exercer o nosso ofício.

Em segundo lugar, este trabalho tratou de conceber explicações a partir de dados disponíveis em diversas plataformas, coletados e codificados ora por pesquisadores terceiros, ora por mim, sendo que todos os bancos foram disponibilizados no sítio eletrônico disponibilizado no início desta. Contudo, no sentido construído anteriormente, das implicações pós-positivistas, indico ser fundamental, para o aprofundamento da pesquisa, um projeto que busque desenvolver o que as deputadas federais brasileiras percebem das instituições políticas que elas participam. Dentro dos pressupostos do Institucionalismo Feminista, analisar essa percepção daria uma substancial contribuição para os dados relatados aqui, além de dinamizar o entendimento do processo representativo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABI-HASSAM, S. Populism and Gender. Em: **The Oxford Handbook Of Populism**. [s.l.] Cristóbal Rovira Kaltwasser Paul Taggart Paulina Ochoa Espejo And Pierre Ostiguy, 2015. p. 24.
- ACKER, J. Hierarchies, Jobs, Bodies: A Theory of Gendered Organizations. **Gender and Society**, v. 4, n. 2, p. 139–158, 1990.
- ACKER, J. From Sex Roles to Gendered Institutions. **Contemporary Sociology**, v. 21, n. 5, p. 565, set. 1992.
- ADAMS, M.; SMREK, M. Making Institutions and Context Count: How Useful Is Feminist Institutionalism in Explaining Male Dominance in Politics? **Politics & Gender**, v. 14, n. 2, p. 271–276, jun. 2018.
- AGUILAR, R.; CUNOW, S.; DESPOSATO, S. Choice sets, gender, and candidate choice in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, p. 230–242, set. 2015.
- ÁLVARES, M. L. M. Mulheres brasileiras em tempo de competição eleitoral: seleção de candidaturas e de graus de acesso aos cargos parlamentares. **Dados**, v. 51, n. 4, p. 895–939, 2008.
- AMES, B. The Reverse Coattails Effect: Local Party Organization in the 1989 Brazilian Presidential Election. **American Political Science Review**, v. 88, n. 1, p. 95–111, mar. 1994.
- ANDERSON, E. Should Feminists Reject Rational Choice Theory? Em: **A Mind of One's Own**. [s.l.] Routledge, 2002. p. 29.
- ANGEVINE, S. Representing All Women: An Analysis of Congress, Foreign Policy, and the Boundaries of Women's Surrogate Representation. **Political Research Quarterly**, v. 70, n. 1, p. 98–110, mar. 2017.
- ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 231–252, 2001a.
- ARAÚJO, C. Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 231–252, 2001b.
- ARAÚJO, C. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 193–215, jun. 2005.
- ARAÚJO, C. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso das mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 567–584, ago. 2010.
- ARAÚJO, C. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 9, p. 147–168, dez. 2012.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 535–577, 2007a.
- ARAÚJO, C.; ALVES, J. E. D. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. **Dados**, v. 50, n. 3, p. 535–577, 2007b.
- ARAÚJO, C. M. DE O.; BORGES, D. Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o “gênero” das candidaturas em 2010. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 69–91,

jun. 2013.

ARAÚJO, C.; SCALON, C. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 21, n. 62, p. 45–68, out. 2006.

ARCHENTI, N.; JOHNSON, N. ENGENDERING THE LEGISLATIVE AGENDA WITH AND WITHOUT THE QUOTA A comparative study of Argentina and Uruguay. p. 22, 2006.

BECKWITH, K. A Common Language of Gender? **Politics & Gender**, v. 1, n. 01, mar. 2005.

BLACK, J. H.; ERICKSON, L. Women candidates and voter bias: do women politicians need to be better? **Electoral Studies**, v. 22, n. 1, p. 81–100, mar. 2003.

BOHN, S. MULHERES BRASILEIRAS NA DISPUTA DO LEGISLATIVO MUNICIPAL. **São Paulo**, v. 35, p. 28, 2009.

BOLOGNESI, B. A cota eleitoral de gênero: p. 18, 2012.

BOLZENDAHL, C. Opportunities and Expectations: The Gendered Organization of Legislative Committees in Germany, Sweden, and the United States. **Gender & Society**, v. 28, n. 6, p. 847–876, dez. 2014.

BOURDIEU, P. **Distinction: a social critique of the judgement of taste**. London: Routledge, 2010.

BOURDIEU, PIERRE. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 5, p. 193–216, 2011.

BRAGA, M. DO S. S.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A. Recrutamento e perfil dos candidatos e dos eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 24, n. 70, p. 123–142, jun. 2009.

BRATTON, K. A.; HAYNIE, K. L. Agenda Setting and Legislative Success in State Legislatures: The Effects of Gender and Race. **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 658–679, ago. 1999.

BRIANS, C. L. Women for Women?: Gender and Party Bias in Voting for Female Candidates. **American Politics Research**, v. 33, n. 3, p. 357–375, maio 2005.

BROOCKMAN, D. E. Do female politicians empower women to vote or run for office? A regression discontinuity approach. **Electoral Studies**, v. 34, p. 190–204, jun. 2014.

BUENO, N. S. Cor e Representação nas Eleições de 2014. **São Paulo**, v. 3, n. 5, p. 19, 2015.

BUENO, N. S.; DUNNING, T. Race, Resources, and Representation: Evidence from Brazilian Politicians. **World Politics**, v. 69, n. 2, p. 327–365, abr. 2017.

BURNS, N. Finding Gender. **Politics & Gender**, v. 1, n. 01, mar. 2005.

CALVERT, R. L.; FERREJOHN, J. A. Coattail Voting in Recent Presidential Elections. **American Political Science Review**, v. 77, n. 2, p. 407–419, jun. 1983.

CAMERON, M. P.; BARRETT, P.; STEWARDSON, B. Can Social Media Predict Election Results? Evidence From New Zealand. **Journal of Political Marketing**, v. 15, n. 4, p. 416–432, out. 2016.

CAMINOTTI, M.

Cuotas de género y paridad en la legislación electoral de América Latina: Mujeres, partidos políticos y Estado. p. 20, 2016.

CAMPBELL, R.; HEATH, O. Do Women Vote for Women Candidates? Attitudes toward

- Descriptive Representation and Voting Behavior in the 2010 British Election. **Politics & Gender**, v. 13, n. 02, p. 209–231, jun. 2017.
- CAMPOS, L. A. Socialismo Moreno, Conservadorismo Pálido? Cor e Recrutamento Partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas Eleições de 2012. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 689–719, set. 2015.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, p. 121–151, abr. 2015.
- CAMPOS, L. A.; MACHADO, C. O que afasta pretos e pardos da representação política? Uma análise a partir das eleições legislativas de 2014. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 61, p. 125–142, mar. 2017.
- CAREY, T. E.; LIZOTTE, M.-K. Political experience and the intersection between race and gender. **Politics, Groups, and Identities**, v. 7, n. 2, p. 243–266, 3 abr. 2019.
- CARLOMAGNO, M.; CODATO, A. Profissão, sexo e dinheiro: mensuração da acumulação de desigualdades na competição eleitoral brasileira. **Colombia Internacional**, v. 95, p. 79–107, 1 jul. 2018.
- CAUL, M. Women’s Representation in Parliament: The Role of Political Parties. **Party Politics**, v. 5, n. 1, p. 79–98, jan. 1999.
- CAUL, M. Political Parties and the Adoption of Candidate Gender Quotas: A Cross-National Analysis. **The Journal of Politics**, v. 63, n. 4, p. 1214–1229, nov. 2001.
- CHANEY, E. M. **Supermadre: women in politics in Latin America**. 1. paperback printing ed. Austin, Tex: Univ. of Texas Press, 2014.
- CHAPPELL, L. Comparing Political Institutions: Revealing the Gendered “Logic of Appropriateness”. **Politics & Gender**, v. 2, n. 02, jun. 2006.
- CHEIBUB, J. A.; PRZEWORSKI, A.; SAIEGH, S. M. Government Coalitions and Legislative Success Under Presidentialism and Parliamentarism. **British Journal of Political Science**, v. 34, n. 4, p. 565–587, out. 2004.
- CLAYTON, A. et al. In Whose Interest? Gender and Mass–Elite Priority Congruence in Sub-Saharan Africa. **Comparative Political Studies**, v. 52, n. 1, p. 69–101, jan. 2019.
- CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil: uma classificação empírica. **Análise Social**, v. LIII, n. 229, p. 870–897, 15 dez. 2018.
- CONNELL, R. **Gender**. Cambridge, UK : Malden, MA: Polity ; Blackwell Publishers, 2002.
- COSTA, L. D.; BOLOGNESI, B.; CODATO, A. N. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de gênero no Parlamento brasileiro. v. Textos para discussão, p. 20, 2013.
- DAHLERUP, D. Gender Quotas – Controversial But Trendy: ON EXPANDING THE RESEARCH AGENDA. **International Feminist Journal of Politics**, v. 10, n. 3, p. 322–328, set. 2008.
- DANTAS, E. G. et al. Prosopografia dos ajudantes do Ministério da Fazenda: uma análise das lógicas de recrutamento, dos itinerários profissionais e do perfil social do segundo escalão. **41º Encontro Anual da Anpocs**, n. 41, 2017.
- DAVID, P. A. Why are institutions the ‘carriers of history’?: Path dependence and the evolution of conventions, organizations and institutions. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 5, n. 2, p. 205–220, dez. 1994.

- DIAMOND, I. **Sex roles in the state house**. New Haven: Yale University Press, 1977.
- DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**, v. 48, n. 2, p. 147, abr. 1983.
- DINGLER, S. C.; KROEBER, C.; FORTIN-RITTBERGER, J. Do parliaments underrepresent women's policy preferences? Exploring gender equality in policy congruence in 21 European democracies. **Journal of European Public Policy**, v. 26, n. 2, p. 302–321, 1 fev. 2019.
- DOLAN, K. The Impact of Gender Stereotyped Evaluations on Support for Women Candidates. **Political Behavior**, v. 32, n. 1, p. 69–88, mar. 2010.
- DOLAN, K.; LYNCH, T. Do Candidates Run as Women and Men or Democrats and Republicans? The Impact of Party and Sex on Issue Campaigns. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 38, n. 4, p. 522–546, 2 out. 2017.
- DOLAN, K.; SANBONMATSU, K. Gender Stereotypes and Attitudes Toward Gender Balance in Government. **American Politics Research**, v. 37, n. 3, p. 409–428, maio 2009.
- DRISCOLL, A.; KROOK, M. L. Can There Be a Feminist Rational Choice Institutionalism?1. **Politics & Gender**, v. 5, n. 02, p. 238, jun. 2009.
- DUVERGER, M. **Political parties, their organization and activity in the modern state**. London: Methuen, 1972.
- EBBINGHAUS, B. Can Path Dependence Explain Institutional Change? Two Approaches Applied to Welfare State Reform. **MPIfG Discussion Paper 05 / 2**, 2005.
- ENGLISH, A.; PEARSON, K.; STROLOVITCH, D. Z. Who Represents Me? Race, Gender, Partisan Congruence, and Representational Alternatives in a Polarized America. **Political Research Quarterly**, v. 72, n. 4, p. 785–804, dez. 2019.
- ERICKSON, L. Might More Women Make a Difference? Gender, Party and Ideology among Canada's Parliamentary Candidates. **Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique**, v. 30, n. 4, p. 663–688, 1997.
- ERIKSON, J. Institutions, Gendered Perceptions, and Frames of Meaning: Explaining Strategic Choices of Women MPs in Swedish Prostitution Policy. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 40, n. 2, p. 263–285, 3 abr. 2019.
- EVANS, E.; KENNY, M. Doing Politics Differently? Applying a Feminist Institutional Lens to the U.K. Women's Equality Party. **Politics & Gender**, v. 16, n. 1, p. 26–47, mar. 2020.
- FEREJOHN, J. A.; CALVERT, R. L. Presidential Coattails in Historical Perspective. **American Journal of Political Science**, v. 28, n. 1, p. 127, fev. 1984.
- FINAMORE, C. M.; CARVALHO, J. E. C. DE. Mulheres candidatas: relações entre gênero, mídia e discurso. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 347–362, set. 2006.
- FINNEMORE, M. Norms, culture, and world politics: insights from sociology's institutionalism. **International Organization**, v. 50, n. 2, p. 325–347, 1996.
- FLEXNER, E.; FITZPATRICK, E. F. **Century of struggle: the woman's rights movement in the United States**. Enl. ed ed. Cambridge, Mass: Belknap Press of Harvard University Press, 1996.
- FOLKE, O.; RICKNE, J. Electoral Competition and Gender Differences in Political Careers.

- Quarterly Journal of Political Science**, v. 11, n. 1, p. 59–102, 18 abr. 2016.
- FOX, R. L.; LAWLESS, J. L. Entrando na arena?: gênero e a decisão de concorrer a um cargo eletivo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 8, p. 129–163, ago. 2012.
- FOX, R. L.; OXLEY, Z. M. Gender Stereotyping in State Executive Elections: Candidate Selection and Success. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 3, p. 833–850, 2003.
- FRANCESCHET, S. Gendered Institutions and Women’s Substantive Representation: Female Legislators in Argentina and Chile. Em: KROOK, M. L.; MACKAY, F. (Eds.). . **Gender, Politics and Institutions**. London: Palgrave Macmillan UK, 2011. p. 58–78.
- FRANCESCHET, S.; PISCOPO, J. M. Gender Quotas and Women’s Substantive Representation: Lessons from Argentina. **Politics & Gender**, v. 4, n. 03, set. 2008.
- FRANCO, G. C. O COMPORTAMENTO LEGISLATIVO DAS DEPUTADAS FEDERAIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO LEGISLATIVA DE 1987 A 2017. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 11, n. 1, 5 maio 2021.
- FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas. **São Paulo**, n. 14, p. 9, 2006.
- FRÉCHETTE, G. R.; MANIQUET, F.; MORELLI, M. Incumbents’ Interests and Gender Quotas. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 4, p. 891–909, 2008.
- FULTON, S. A. Running Backwards and in High Heels: The Gendered Quality Gap and Incumbent Electoral Success. p. 13, 2020.
- GADDIE, R. K.; BULLOCK, C. S. Structural and Elite Features in Open Seat and Special U.S. House Elections: Is There a Sexual Bias? p. 10, 1997.
- GOLDER, S. N. et al. Votes for Women: Electoral Systems and Support for Female Candidates. **Politics & Gender**, v. 13, n. 01, p. 107–131, mar. 2017.
- GOODYEAR-GRANT, E.; CROSKILL, J. Gender Affinity Effects in Vote Choice in Westminster Systems: Assessing “Flexible” Voters in Canada. **Politics & Gender**, v. 7, n. 02, p. 223–250, jun. 2011.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 58, p. 193–223, 2003.
- HAWKESWORTH, M. Congressional Enactments of Race–Gender: Toward a Theory of Raced–Gendered Institutions. **American Political Science Review**, v. 97, n. 4, p. 529–550, nov. 2003.
- HERRNISON, P. S.; LAY, J. C.; STOKES, A. K. Women Running “as Women”: Candidate Gender, Campaign Issues, and Voter-Targeting Strategies. **The Journal of Politics**, v. 65, n. 1, p. 244–255, fev. 2003.
- HOROCHOVSKI, R. R. et al. Estruturas de poder nas redes de financiamento político nas eleições de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 28–55, abr. 2016.
- HTUN, M. A política de cotas na América Latina. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 225–230, 2001.
- HUSSON, F.; LÊ, S.; PAGÈS, J. **Exploratory multivariate analysis by example using R**. Second edition ed. Boca Raton: CRC Press, 2017.
- INGLEHART, R.; NORRIS, P. The Developmental Theory of the Gender Gap: Women’s and Men’s Voting Behavior in Global Perspective. **International Political Science Review / Revue internationale de science politique**, v. 21, n. 4, p. 441–463, 2000.

- INGLEHART, R.; NORRIS, P. Trump, Brexit, and the Rise of Populism: Economic Havens and Cultural Backlash. **SSRN Electronic Journal**, 2016.
- JANKOWSKI, M.; MARCINKIEWICZ, K. Ineffective and Counterproductive? The Impact of Gender Quotas in Open-List Proportional Representation Systems. **Politics & Gender**, v. 15, n. 1, p. 1–33, mar. 2019.
- JANKOWSKI, M.; MARCINKIEWICZ, K.; GWIAZDA, A. The Effect of Electing Women on Future Female Candidate Selection Patterns: Findings from a Regression Discontinuity Design. **Politics & Gender**, v. 15, n. 2, p. 182–210, jun. 2019.
- JOHNSON, N. Keeping Men In, Shutting Women Out: Gender Biases in Candidate Selection Processes in Uruguay. **Government and Opposition**, v. 51, n. 3, p. 393–415, jul. 2016.
- JONES, M. P. Legislator Gender and Legislator Policy Priorities in the Argentine Chamber of Deputies and the United States House of Representatives. **Policy Studies Journal**, v. 25, n. 4, p. 613–629, dez. 1997.
- JUENKE, E. G.; SHAH, P. Demand and Supply: Racial and Ethnic Minority Candidates in White Districts. **The Journal of Race, Ethnicity, and Politics**, v. 1, n. 1, p. 60–90, mar. 2016.
- JUNCKES, I. J. et al. PODER E DEMOCRACIA: UMA ANÁLISE DA REDE DE FINANCIAMENTO ELEITORAL EM 2014 NO BRASIL. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 34, n. 100, p. e3410006, 2019.
- KARP, J. A.; BANDUCCI, S. A. When politics is not just a man's game: Women's representation and political engagement. **Electoral Studies**, v. 27, n. 1, p. 105–115, mar. 2008.
- KATHLENE, L. Uncovering the Political Impacts of Gender: An Exploratory Study. **The Western Political Quarterly**, v. 42, n. 2, p. 397, jun. 1989.
- KENNY, M. Gender, Institutions and Power: A Critical Review. **Politics**, v. 27, n. 2, p. 91–100, jun. 2007.
- KENNY, M.; MACKAY, F. Already Doin' It for Ourselves? Skeptical Notes on Feminism and Institutionalism. **Politics & Gender**, v. 5, n. 02, p. 271, jun. 2009.
- KENNY, M.; VERGE, T. Opening Up the Black Box: Gender and Candidate Selection in a New Era. **Government and Opposition**, v. 51, n. 3, p. 351–369, jul. 2016.
- KOKKONEN, A.; WÄNGNERUD, L. Women's Presence in Politics and Male Politicians Commitment to Gender Equality in Politics: Evidence from 290 Swedish Local Councils. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 38, n. 2, p. 199–220, 3 abr. 2017.
- KROOK, M. L. Why Are Fewer Women than Men Elected? Gender and the Dynamics of Candidate Selection. **Political Studies Review**, maio 2009.
- KROOK, M. L. Electoral Gender Quotas: A Conceptual Analysis. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 9, p. 1268–1293, ago. 2014.
- LARSERUD, S.; TAPHORN, R. **Designing for equality: best-fit, medium-fit and non-favourable combinations of electoral systems and gender quotas**. Stockholm: International IDEA, 2007.
- LEVI, M. **Consent, Dissent, and Patriotism**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 1997.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. Trade paperback ed. UK USA Canada Ireland Australia India New Zeland South Africa: Viking an imprint of Penguin Books, 2018.

- LIJPHART, A. **Modelos de democracias: Desempenho e padrão de governo em 36 países**. 5. ed. [s.l.: s.n.].
- LOUREIRO, M. R. Interpretações contemporâneas da representação. p. 31, 2009.
- LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. (EDS.). **Gender and party politics**. London ; Thousand Oaks, Calif: Sage Publications, 1993.
- MACKAY, F.; KENNY, M.; CHAPPELL, L. New Institutionalism Through a Gender Lens: Towards a Feminist Institutionalism? **International Political Science Review**, v. 31, n. 5, p. 573–588, nov. 2010.
- MACKAY, F.; MONRO, S.; WAYLEN, G. The Feminist Potential of Sociological Institutionalism. **Politics & Gender**, v. 5, n. 02, p. 253, jun. 2009.
- MADSEN, D. H. Gender, Power and Institutional Change – The Role of Formal and Informal Institutions in Promoting Women’s Political Representation in Ghana. **Journal of Asian and African Studies**, v. 54, n. 1, p. 70–87, fev. 2019.
- MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura (2001–2012) e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 54, p. 155–183, jun. 2015.
- MANIN, B. **The Principles of Representative Government**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 1997.
- MANIN, B. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 97, p. 115–127, nov. 2013.
- MANSBRIDGE, J. Should Blacks Represent Blacks and Women Represent Women? A Contingent “Yes”. **The Journal of Politics**, v. 61, n. 3, p. 628–657, ago. 1999.
- MANSBRIDGE, J. Clarifying the Concept of Representation. **American Political Science Review**, v. 105, n. 3, p. 621–630, ago. 2011.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. Institutional Perspectives on Political Institutions. **Governance**, v. 9, n. 3, p. 247–264, jul. 1996.
- MARCHETTI, V. **Justiça e Competição Eleitoral**. [s.l.] UFABC, 2013.
- MARENCO, A.; SERNA, M. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? Recrutamento legislativo em Brasil, Chile e Uruguai. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93–113, jun. 2007.
- MARQUES, D. Gênero e carreira política: o que diferencia deputadas e deputados federais. p. 28, 2010.
- MARTINS, T. J.; DONADONE, J. C. Realidade e desejo: as trajetórias formativas e profissionais de um grupo de elite no mundo das finanças. **Estudos de Sociologia**, v. 22, n. 43, 2018.
- MATLAND, R. E. Enhancing Women’s Political: Legislative Recruitment and Electoral Systems. Em: **Women in Parliament: Beyond Numbers**. [s.l.: s.n.].
- MATLAND, R. E.; STUHLAR, D. T. The Contagion of Women Candidates in Single-Member District and Proportional Representation Electoral Systems: Canada and Norway. **The Journal of Politics**, v. 58, n. 3, p. 707–733, ago. 1996.
- MATLAND, R. E.; TAYLOR, M. M. Electoral System Effects on Women’s Representation: Theoretical Arguments and Evidence from Costa Rica. **Comparative Political Studies**, v. 30, n. 2, p. 186–210, abr. 1997.

- MCELROY, G.; MARSH, M. Candidate Gender and Voter Choice: Analysis from a Multimember Preferential Voting System. **Political Research Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 822–833, dez. 2010.
- MENEGUELLO, R. et al. Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. p. 109, [s.d.].
- MESERVE, S. A.; PEMSTEIN, D.; BERNHARD, W. T. Gender, Incumbency and Party List Nominations. **British Journal of Political Science**, v. 50, n. 1, p. 1–15, jan. 2020.
- MEYER, J. W. The changing cultural content of the nation-state: A world society perspective. Em: **State/Culture**. [s.l.: s.n.]. p. 20.
- MEYER, J. W.; ROWAN, B. Institutionalized Organizations: Formal Structure as Myth and Ceremony. **American Journal of Sociology**, v. 83, n. 2, p. 340–363, 1977.
- MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 253–267, 2001.
- MIGUEL, L. F. Political Representation and Gender in Brazil: Quotas for Women and their Impact. **Bulletin of Latin American Research**, v. 27, n. 2, p. 197–214, abr. 2008a.
- MIGUEL, L. F. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, n. 19, p. 250–273, jun. 2008b.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. Práticas de gênero e carreiras políticas: vertentes explicativas. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 653–679, dez. 2010.
- MIGUEL, L. F.; MARQUES, D.; MACHADO, C. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 58, n. 3, p. 721–747, set. 2015.
- MIGUEL, L. F.; QUEIROZ, C. M. DE. Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 363–385, set. 2006.
- MINTO, R.; MERGAERT, L. Gender mainstreaming and evaluation in the EU: comparative perspectives from feminist institutionalism. **International Feminist Journal of Politics**, v. 20, n. 2, p. 204–220, 3 abr. 2018.
- MOE, T. M. Power and Political Institutions. **Perspectives on Politics**, v. 3, n. 02, jun. 2005.
- MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 11–23, nov. 2005.
- MOUNK, Y. **The People vs. Democracy: Why Our Freedom Is in Danger and How to Save It**. [s.l.] Harvard University Press, 2018.
- MUDDE, C. **The far right today**. Cambridge, UK ; Medford, MA: Polity, 2019.
- MURAT YILDIRIM, T. Gender and Agenda Diversity: Cognitive Differences in Representatives’ Information Processing. **Policy Studies Journal**, v. 48, n. 2, p. 327–341, maio 2020.
- NICOLAU, J. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. **Dados**, v. 49, n. 4, p. 689–720, 2006.
- NICOLAU, J. M. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. 1a edição ed. Rio de Janeiro, Brazil: Zahar, 2020.
- NIEBLER, S.; MARCHETTI, K.; KOZDRON, T. Gubernatorial Elections and Coattail

- Effects of Women Candidates. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 41, n. 3, p. 334–350, 2 jul. 2020.
- NORRIS, P. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 46, p. 11–32, jun. 2013.
- NORRIS, P.; LOVENDUSKI, J. **Political Recruitment Gender, Race and Class in the British Parliament**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- PAXTON, P.; HUGHES, M. M. The International Women's Movement and Women's Political Representation, 1893-2003. p. 24, 2006.
- PAXTON, P.; HUGHES, M. M.; PAINTER, M. A. Growth in women's political representation: A longitudinal exploration of democracy, electoral system and gender quotas. **European Journal of Political Research**, v. 49, n. 1, p. 25–52, jan. 2010.
- PEIXOTO, V. FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS BRASILEIRAS EM 2010. **Em Debate**, p. 19, 2010.
- PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. N. (EDS.). **Como estudar elites**. Curitiba, Paraná, Brasil: Editora UFPR, 2015.
- PHILLIPS, A. **The Politics of Presence**. [s.l.] Oxford University Press, 1998.
- PHILLIPS, A. De uma política de idéias a uma política de presença? **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 268–290, 2001.
- PIERSON, P. **Politics in time: history, institutions, and social analysis**. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- PINHEIRO, L. S. Vozes femininas na política: análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. **Sociedade e Estado**, v. 21, n. 3, p. 820–821, dez. 2006.
- PINHEIRO, L. S. VOZES FEMININAS NA POLÍTICA: p. 248, [s.d.].
- PINTO, C. R. J.; SILVEIRA, A. Mulheres com carreiras políticas longevas no legislativo brasileiro (1950-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 178–208, abr. 2018.
- PISCOPO, J. M. When Informality Advantages Women: Quota Networks, Electoral Rules and Candidate Selection in Mexico. **Government and Opposition**, v. 51, n. 3, p. 487–512, jul. 2016.
- PITKIN, H. F. **The concept of representation**. 1. paperback ed., [Nachdr.] ed. Berkeley, Calif.: Univ. of California Press, 1967.
- POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. (EDS.). **The New institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- PRAINO, R.; STOCKEMER, D. The Career Length and Service of Female Policymakers in the US House of Representatives. **Government and Opposition**, v. 53, n. 3, p. 437–460, jul. 2018.
- PRZEWORSKI, A. **Crises of democracy**. Cambridge: Cambridge university press, 2019.
- ROBERTS, A.; SEAWRIGHT, J.; CYR, J. Do Electoral Laws Affect Women's Representation? **Comparative Political Studies**, v. 46, n. 12, p. 1555–1581, dez. 2013.
- ROBERTS, K. M. Bipolar Disorders: Varieties of Capitalism and Populist Out-Flanking on the Left and Right. **Polity**, v. 51, n. 4, p. 641–653, out. 2019.
- ROBINSON, S. L. et al. Political Ideology Modifies the Effect of Glass Cliff Candidacies on Election Outcomes for Women in American State Legislative Races (2011–2016).

- Psychology of Women Quarterly**, v. 45, n. 2, p. 155–177, jun. 2021.
- RODRIGUES, L. M. **Pobres e ricos na luta pelo poder: novas elites na política brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2014.
- RULE, W. Electoral Systems, Contextual Factors and Women's Opportunity for Election to Parliament in Twenty-Three Democracies. p. 22, 1986.
- SACCHET, T. Political Parties: When do they work for Women. p. 14, 2005.
- SACCHET, T. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 306–332, nov. 2009.
- SACCHET, T. Partidos políticos e (sub)representação feminina: um estudo sobre recrutamento legislativo e financiamento de campanhas. *Mulheres, Política e poder*. 2011.
- SACCHET, T. Representação política, representação de grupos e política de cotas: perspectivas e contendas feministas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 2, p. 399–431, ago. 2012.
- SACCHET, T. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. **Colombia Internacional**, v. 95, p. 25–54, 1 jul. 2018.
- SACCHET, T.; SPECK, B. W. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 18, n. 1, p. 177–197, jun. 2012.
- SANBONMATSU, K. Political Parties and the Recruitment of Women to State Legislatures. **The Journal of Politics**, v. 64, n. 3, p. 791–809, ago. 2002.
- SANTOS, A. M. DOS. Topografia do Brasil profundo: votos, cargos e alinhamentos nos municípios brasileiros. **Opinião Pública**, v. 19, n. 1, p. 01–20, jun. 2013.
- SCHMITT, C.; BRANT, H. K. Gender, Ambition, and Legislative Behavior in the United States House. **Journal of Women, Politics & Policy**, v. 40, n. 2, p. 286–308, 3 abr. 2019.
- SCHWINDT-BAYER, L. A. The incumbency disadvantage and women's election to legislative office. **Electoral Studies**, v. 24, n. 2, p. 227–244, jun. 2005.
- SCHWINDT-BAYER, L. A. Still Supermadres? Gender and the Policy Priorities of Latin American Legislators. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 570–585, jul. 2006.
- SCHWINDT-BAYER, L. A. Making Quotas Work: The Effect of Gender Quota Laws On the Election of Women. **Legislative Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 5–28, fev. 2009.
- SCHWINDT-BAYER, L. A. Women Who Win: Social Backgrounds, Paths to Power, and Political Ambition in Latin American Legislatures. **Politics & Gender**, v. 7, n. 01, p. 1–33, mar. 2011.
- SCHWINDT-BAYER, L.; SQUIRE, P. Legislative Power and Women's Representation. **Politics & Gender**, v. 10, n. 04, p. 622–658, dez. 2014.
- SCOTT, J. W. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n. 5, p. 1053, dez. 1986.
- SHAH, P.; SCOTT, J.; GONZALEZ JUENKE, E. Women of color candidates: examining emergence and success in state legislative elections. **Politics, Groups, and Identities**, v. 7, n. 2, p. 429–443, 3 abr. 2019.
- SHAIR-ROSENFELD, S.; HINOJOSA, M. Does Female Incumbency Reduce Gender Bias in Elections? Evidence from Chile. **Political Research Quarterly**, v. 67, n. 4, p. 837–850,

dez. 2014.

SKOCPOL, T.; WILLIAMSON, V. **The Tea Party and the remaking of Republican conservatism**. Oxford ; New York: Oxford University Press, 2012.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Edição revista e ampliada ed. Rio de Janeiro, Brazil: Estação Brasil, 2019.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. A study on the impact of campaign finance, political capital and gender on electoral performance. **Brazilian Political Science Review**, v. 8, n. 1, p. 34–57, 2014.

SPECK, B. W.; SACCHET, T. Patrimônio, instrução e ocupação dos candidatos: uma análise das candidaturas de mulheres e homens nas eleições gerais de 2010 no Brasil. p. 41, 2010.

TEELE, D. L.; KALLA, J.; ROSENBLUTH, F. The Ties That Double Bind: Social Roles and Women's Underrepresentation in Politics. **American Political Science Review**, v. 112, n. 3, p. 525–541, ago. 2018.

THAMES, F. C. Understanding the Impact of Electoral Systems on Women's Representation. **Politics & Gender**, v. 13, n. 03, p. 379–404, set. 2017.

THELEN, K. HISTORICAL INSTITUTIONALISM IN COMPARATIVE POLITICS. **Annual Review of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 369–404, jun. 1999.

THELEN, K. Institutions and Social Change: The Evolution of Vocational Training in Germany. p. 64, 2003.

THOMSON, J. Resisting gendered change: Feminist institutionalism and critical actors. **International Political Science Review**, v. 39, n. 2, p. 178–191, mar. 2018.

TREMBLAY, M. Do Female MPs Substantively Represent Women? A Study of Legislative Behaviour in Canada's 35th Parliament. **Canadian Journal of Political Science**, v. 31, n. 3, p. 435–465, set. 1998.

TREMBLAY, M. The Substantive Representation of Women and PR: Some Reflections on the Role of Surrogate Representation and Critical Mass. **Do Women Represent Women? Rethinking the "Critical Mass" Debate**, 2006.

TSEBELIS, G. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da politica comparada**. S??o Paulo: Edusp, 1998.

VALELLY, R. M. **The Two Reconstructions: the Struggle for Black Enfranchisement**. [s.l: s.n.].

VOGEL, L. H. A DIFÍCIL INSERÇÃO: VOTO FEMININO E AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE ACESSO AO CAMPO POLÍTICO NO BRASIL (1932-2012). p. 31, [s.d.].

WÄNGNERUD, L.; SUNDELL, A. Do politics matter? Women in Swedish local elected assemblies 1970–2010 and gender equality in outcomes. **European Political Science Review**, v. 4, n. 1, p. 97–120, mar. 2012.

WAYLEN, G. What Can Historical Institutionalism Offer Feminist Institutionalists? **Politics & Gender**, v. 5, n. 02, p. 245, jun. 2009.

WAYLEN, G. Informal Institutions, Institutional Change, and Gender Equality. **Political Research Quarterly**, v. 67, n. 1, p. 212–223, mar. 2014.

WEINGAST, B. R. Rational choice institutionalism. Em: **Political science: The state of the discipline**. [s.l: s.n.]. p. 660–692.

WELCH, S.; STUDLAR, D. T. The Opportunity Structure for Women's Candidacies and Electability in Britain and the United States. p. 14, 1996.

WHITFORD, A. B.; WILKINS, V. M.; BALL, M. G. Descriptive Representation and Policymaking Authority: Evidence from Women in Cabinets and Bureaucracies: DESCRIPTIVE REPRESENTATION OF WOMEN. **Governance**, v. 20, n. 4, p. 559–580, 10 dez. 2007.

WOLBRECHT, C.; CORDER, J. K. **A Century of Votes for Women: American Elections Since Suffrage**. 1. ed. [s.l.] Cambridge University Press, 2020.

WYLIE, K. **Party institutionalization and women's representation in democratic Brazil**. Cambridge, United Kingdom ; New York, NY: Cambridge University Press, 2018.

YOUNG, I. M. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 139–190, 2006.